

Sirlei Pires Terra

Trabalho Sem Futuro

A informalização na atividade dos *chapas* em São Paulo

Doutorado em Ciências Sociais



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

São Paulo
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Sirlei Pires Terra

Trabalho Sem Futuro
A informalização na atividade dos *chapas* em São Paulo

Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PUC-São Paulo

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação da *Prof^{te} Doutora Noêmia Lazzareschi*.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

São Paulo
2007

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a)

Prof. (a) Dr.(a)

Prof.(a) Dr.(a)

Prof.(a) Dr.(a)

Prof^a Dr^a Noêmia Lazzareschi
Orientadora

a) Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação/tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ **Local e Data:** _____

À Margarida, minha mãe
Ao Fernando, meu marido,
que não deixaram a chama apagar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Noemia Lazzarechi, orientadora incansável, cuja eficiência, com humildade, ajudou-me a vencer barreiras impostas na busca do saber.

À minha amiga Valéria, cuja luz iluminou meu caminho.

À minha amiga Marlene e ao seu esposo e também meu amigo Tonian, pela inestimável ajuda.

A todos aqueles que desejaram a conquista de mais esta etapa em minha vida.

RESUMO

Com a finalidade de contribuir com o estudo da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, mais especificamente no Município de São Paulo, esta tese teve, como objeto de pesquisa, as condições que permeiam e determinam as relações de trabalho dos indivíduos vulgarmente denominados *chapas*, trabalhadores cuja atividade é a carga e a descarga de caminhões. As hipóteses norteadoras da pesquisa de campo que fundamenta este estudo são: a) a informalidade do trabalho dos *chapas* resulta da combinação entre fatores estruturais e conjunturais, respectivamente o baixo desempenho econômico brasileiro e a reorganização empresarial em andamento nos últimos anos; b) as condições de trabalho dos *chapas* são de todo negativas; c) esses trabalhadores reduzem o custo do transporte de mercadorias, sendo, portanto, estrategicamente importantes para as empresas de transporte e seus clientes. No total, foram gravadas doze entrevistas - em um universo não mensurável - baseadas em roteiro previamente determinado, a partir das quais foram obtidos os dados que, analisados, deram suporte à pesquisa. Desta forma, por se tratar da análise das condições de trabalho de um só segmento de atividade do mercado informal de trabalho do Município de São Paulo, o que se tem aqui é um estudo de caso. A par disso, e de vez que nenhum trabalho desse tipo foi localizado quando se consultou a bibliografia especializada, trata-se de uma pesquisa inédita. Com a análise da literatura sobre a informalidade e o desenvolvimento econômico, as conseqüências de ambos os fatores para o mundo do trabalho, e também os dados da pesquisa de campo, acredita-se ter atingido o objetivo proposto nesta tese: contribuir para a compreensão do trabalho informal dos *chapas* - especialmente na metrópole paulistana -, dando-lhes voz e delatando as precárias condições de trabalho que os privam do pleno exercício da cidadania.

ABSTRACT

To contribute to the study on informality on the Brazilian labor market, more specifically in the Municipality of São Paulo, the present thesis investigates the conditions that permeate and define the work relations of the so-called *chapas*, workers that load and unload trucks. The guiding field research hypotheses on which this study is based are: a) the informality of the *chapa*'s work results from a blend of structural and circumstantial factors, respectively both the low Brazilian economic performance and the ongoing company reorganization process that has taken place in the last few years; b) work conditions for *chapas* are all negatives; c) those workers reduce transport costs of goods and are, therefore, strategically important for carriers and their customers. A total of twelve interviews were recorded – within a non-measurable universe – based on a previously defined schedule, supplying the data that were analyzed to support the research. Thus, since this is an analysis of the work conditions of a single segment of activity of the informal labor market of the Municipality of São Paulo, the result is a case study. In addition to that, and since no other research of this kind was found at studying the specific references, this research can be considered unique and novel in its kind. By analyzing the literature on informality and the economic development, the results of both these factors on the working world, and the field research data, one believes to have met the objective of the present thesis: to contribute to the understanding of the informal work of the *chapas* – especially in the city of São Paulo – by helping them to express themselves and by describing their precarious working conditions that deprive them of the full practice of citizenship.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABDIB	Associação Brasileira de Infra-estrutura e Indústrias de Base
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEPAL	Comissão de Estudos para a América Latina
CIET	Conferência de Estatísticas do Trabalho
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMBEU	Comissão Mista Brasil Estados Unidos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DERSA	Companhia de Desenvolvimento Rodoviário S.A.
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DSR	Descanso Semanal Remunerado
ECINF	Economia Informal
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSP	Folha de São Paulo
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MSI	Modelo de Substituição de Importação
MST	Movimento Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OESP	O Estado de S.Paulo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	população economicamente ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA	população em idade ativa
PIB	produto interno bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PREALC	Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RNTRC	Registro Nacional de Transporte Rodoviário de Cargas
SAS	<i>Statistics for Social Sciences</i>
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SPSS	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>
URV	Unidade Real de Valor

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Malha rodoviária – extensão em km.....	27
TABELA 02 – Transportadores e frota de veículos em junho de 2007.....	29
TABELA 3 – População desempregada no Município de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), por tipo de desemprego, em 2006.....	44
TABELA 04 – Brasil: Taxa de desemprego aberto nas Regiões Metropolitanas, 1991-2002	90
TABELA 05 – Criação de vagas por setor	104
TABELA 06 – Efeito da realocação setorial da ocupação sobre a informalidade	109
TABELA 07 – Geração líquida de postos de trabalho informais	109

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 01 – Taxa de desemprego aberto	48
GRÁFICO 02 – Curva de aumento da pobreza – Brasil – 1981-90; 1995-2002	93
GRÁFICO 03 – PIB nacional, variação percentual anual (média móvel de 6 anos)	94
GRÁFICO 04 – Pessoal Empregado – indústria: índice (média 1992 = 100)	95
GRÁFICO 05 – Evolução da tendência estrutural do desemprego – comparação entre regiões	97
GRÁFICO 06 – População ocupada – empregada – sem carteira assinada – RMs	102
GRÁFICO 07 – Evolução mensal do grau de informalidade: setor de serviços e indústria de transformação	107
GRÁFICO 08 – Evolução da estrutura setorial da ocupação: setor de serviços e indústria de transformação	107
GRÁFICO 09 – PIB do Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e interior de São Paulo – variação percentual acumulada desde 1999, baseada em R\$ de 2000	120
GRÁFICO 10 – Rendimento médio do pessoal ocupado no trabalho principal (em R\$ de 2005), do Município de São Paulo	130
GRÁFICO 11 – Taxa de desemprego total da Região Metropolitana de São Paulo junho/2005 – maio/2007	131

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>14</u>
<u>PROBLEMA</u>	<u>16</u>
<u>HIPÓTESES</u>	<u>17</u>
<u>METODOLOGIA</u>	<u>18</u>
<u>ESTRUTURA DO TRABALHO</u>	<u>18</u>
<i>CAPÍTULO 1. O CONTEXTO DOS CHAPAS</i>	<u>20</u>
<u>1.1. OS CHAPAS</u>	<u>24</u>
<i>CAPÍTULO 2. A INFORMALIDADE NO TRABALHO</i>	<u>32</u>
<u>2.1. O SETOR INFORMAL DA ECONOMIA</u>	<u>36</u>
<u>2.2. A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT</u>	<u>38</u>
<u>2.3. CONCEITOS UTILIZADOS PELOS DIFERENTES INSTITUTOS DE PESQUISA SOBRE DESEMPREGO E ALGUMAS INCONGRUÊNCIAS</u>	<u>40</u>
<u>2.4. O PROCESSO DE INFORMALIDADE BRASILEIRO</u>	<u>44</u>
<u>2.5. INFORMALIDADE NO TRABALHO: REVISÃO DA LITERATURA</u>	<u>48</u>
<u>2.5.1. SEGMENTAÇÃO OU COMPETITIVIDADE: OS DILEMAS IMPOSTOS PELO AUMENTO DO TRABALHO INFORMAL</u>	<u>48</u>
<u>2.5.2. O CONCEITO DE INFORMALIDADE: EM BUSCA DO CONSENSO</u>	<u>50</u>
<u>2.5.3. A OIT E O CONCEITO DE INFORMALIDADE</u>	<u>51</u>
<u>2.5.4. UNIDADES PRODUTIVAS VERSUS TRABALHO PRECÁRIO</u>	<u>53</u>
<u>2.5.5. PERCEPÇÕES DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL</u>	<u>58</u>
<u>2.6. HISTÓRICO DO PROCESSO DE INFORMALIZAÇÃO DO TRABALHO</u>	<u>64</u>
<u>2.7. A INFORMALIDADE NO SETOR DE SERVIÇOS</u>	<u>68</u>
<u>2.8. A INFORMALIDADE NA CIDADE DE SÃO PAULO</u>	<u>69</u>
<i>CAPÍTULO 3. A ECONOMIA CAPITALISTA GLOBAL E BRASILEIRA E AS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO PÓS 1970</i>	<u>73</u>
<u>3.1. O CENÁRIO INTERNACIONAL DAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO PÓS 1970</u>	<u>74</u>
<u>3.2. A ECONOMIA BRASILEIRA E AS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO PÓS 1970</u>	<u>79</u>
<u>3.2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA E DO TRABALHO</u>	<u>80</u>
<u>3.2.2. O SINDICATO</u>	<u>81</u>
<u>3.2.3. POLÍTICAS ECONÔMICAS E O TRABALHO PÓS-GUERRA</u>	<u>82</u>
<u>3.2.4. A ECONOMIA BRASILEIRA E O TRABALHO A PARTIR DE 1970</u>	<u>84</u>
<u>3.2.4.1. FIM DA DÉCADA DE 60 E A DÉCADA DE 70</u>	<u>84</u>
<u>3.2.4.2. AS DÉCADAS DE 1970 E 1980: CRESCIMENTO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES</u>	<u>84</u>
<u>3.2.4.3. OS ANOS DE 1990 A 2006: OS PLANOS ECONÔMICOS, O PROCESSO DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA E O TRABALHO</u>	<u>87</u>
<u>3.2.4.4. TRABALHO E TECNOLOGIA</u>	<u>103</u>
<u>3.2.4.5. A INTEGRAÇÃO REGIONAL VIA MERCOSUL E INSERÇÃO NA ECONOMIA INTERNACIONAL E O TRABALHO</u>	<u>110</u>
<u>3.2.4.6. AS ECONOMIAS EMERGENTES: CHINA, ÍNDIA E BRASIL, ECONOMIA E TRABALHO</u>	<u>112</u>
<i>CAPÍTULO 4. A ECONOMIA PAULISTANA E O MERCADO DE TRABALHO</i>	<u>116</u>
<u>4.1. O CRESCIMENTO HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO PAULO E O TRABALHO</u>	<u>119</u>
<u>4.1.1. A GÊNESE DA CIDADE DE SÃO PAULO: ECONOMIA E TRABALHO</u>	<u>119</u>

4.1.2. SÃO PAULO: DE ENTREPOSTO COMERCIAL A MAIS IMPORTANTE CIDADE INDUSTRIAL BRASILEIRA	121
4.1.3. SÃO PAULO: DE CIDADE INDUSTRIAL À CIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS - ALTERAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO	124
<u>CAPÍTULO 5 – PESQUISA</u>	<u>131</u>
<u>5.1. A PESQUISA</u>	<u>132</u>
<u>5.2. AMBIENTE DE ESTUDO</u>	<u>132</u>
<u>5.3. METODOLOGIA</u>	<u>133</u>
5.3.1. LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS	133
5.3.2. PRÉ-TESTE DA PESQUISA	133
5.3.3. METODOLOGIA ADOTADA PARA A COLETA E A ESTRUTURAÇÃO DOS DADOS	133
5.3.3.1. PESQUISA QUALITATIVA	133
<u>5.4. INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA</u>	<u>140</u>
<u>5.4.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS</u>	<u>140</u>
<u>5.4.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS</u>	<u>141</u>
5.4.2.1. DEFINIÇÃO DE <i>CHAPA</i>	141
5.4.2.2. VANTAGENS E DESVANTAGENS DE SER <i>CHAPA</i>	145
5.4.2.3. O "GATO"	154
5.4.2.4. O PONTO	158
5.4.2.5. JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO	163
5.4.2.6. DESEMPREGO E INFORMALIDADE	168
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>172</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>177</u>
<u>SITES</u>	<u>185</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>186</u>
<u>ENTREVISTAS</u>	<u>187</u>

INTRODUÇÃO

A discussão acadêmica sobre o trabalho informal cresceu, nos últimos anos, à medida que as atividades nesse mercado se multiplicaram. Para contribuir com essa discussão - acrescentando a ela informações consideradas importantes -, o presente trabalho teve como objeto de pesquisa as condições que permeiam e determinam as relações de trabalho dos *chapas* que atuam nas marginais dos rios Tietê e Pinheiros do Município de São Paulo. *Chapa* é um termo que define trabalhadores do ramo de carga e descarga de caminhões, e que, no caso específico deste recorte, estão em regime de trabalho precário e informal.

No Brasil, a informalidade é também consequência da rigidez da legislação trabalhista que, embora tenha regulado algumas novas relações de trabalho, precisa ser mais flexível para ajustar-se às necessidades da sua atual dinâmica econômica.

De um modo geral, a informalidade pode ser vista como algo positivo por trabalhadores de maior renda e educação. Entretanto, a noção de precarização do trabalho aparece de forma recorrente, principalmente entre os trabalhadores de baixa renda, excluindo-os dos benefícios previdenciários, além de impedir a fiscalização das condições de realização de seu trabalho. Assim, não se pode tratar da questão da informalidade de maneira simplificada, uma vez que nela há nuances condicionadas por outros fatores que não se restringem à relação legal/ilegal.

A questão da camada social à qual pertencem os trabalhadores informais parece particularmente importante no caso do recorte escolhido. Um trabalhador de classe média e de alto índice de escolaridade pode apresentar um bom indicador de satisfação ao exercer suas atividades como autônomo, por conta própria, ou ainda na informalidade. Da mesma forma, alguns dos *chapas* entrevistados concordam que a formalidade poderia ser um fator prejudicial à sua atividade, principalmente no que diz respeito à incidência de contribuição previdenciária, o que poderia torná-la não-atrativa.

Entretanto, como se pôde observar, a maioria dos *chapas* encontra-se na condição de trabalhador informal, devido ao desemprego e à baixa escolaridade. Tornam-se desprotegidos pela lei, excluídos do sistema previdenciário, e sujeitos a condições precárias de trabalho.

A legislação deveria contemplá-los, mas nas condições atuais a informalidade até se mostra vantajosa, revelando um paradoxo: de um lado, a precariedade evidente resultante das longas jornadas de trabalho em condições inadequadas e da desproteção previdenciária. De outro, a remuneração tida como superior no mesmo tipo de atividade quando regulamentada, com rendimentos mais satisfatórios e compensadores se comparados ao mercado formalizado do ramo de serviços, especificamente carga e descarga.

O aumento da informalidade no mercado de trabalho é parte de um processo mais extenso de alterações ocorridas na economia mundial, e pode ser observado em vários países. Mesmo com as diferentes condições de cada região, esse fato mostrou-se característico nas economias dependentes até a década de 1970. Atualmente está presente também nas economias desenvolvidas.

A diminuição dos empregos formais/legais, dos postos de trabalho no setor industrial e agrícola, a migração para o setor de serviços, o estabelecimento de novas e múltiplas atividades de trabalho forçando o aparecimento de novas relações e arranjos trabalhistas, a competitividade em ascensão, além das seguidas crises que o Brasil tem enfrentado nas últimas décadas, tornando sua população vulnerável à instabilidade delas decorrentes, formam o amplo espectro no qual se situa o objeto de estudo desta tese.

Compondo esse quadro, ainda se tem um crescimento econômico reduzido, devido ao aumento da concentração de renda, da substituição da mão-de-obra por tecnologia, desindustrialização, e a emergência de uma economia da informação com a conseqüente exclusão do mercado de trabalho de algumas categorias profissionais. Além disso, aprofunda-se, conseqüentemente, a exclusão educacional, e aumentam-se os índices de violência e desemprego, este último agravado pela reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho. Por fim, há, ainda, uma diminuição do poder de barganha dos sindicatos. Esse quadro expõe cada vez mais o trabalhador a condições instáveis e precárias, tornando-o ainda mais vulnerável às sucessivas crises, especialmente aquele que pertence aos estratos menos privilegiados.

PROBLEMA

O problema desta tese é entender como se dá a inclusão e a exclusão dos *chapas* no contexto acima exposto. Para tanto, foram escolhidos os *chapas* das marginais dos rios Tietê e Pinheiros que, ainda de madrugada, acendem fogueiras para iluminar o “ponto” – local em que se reúnem à espera dos caminhoneiros –, sinalizando para os clientes a sua disposição para o trabalho pesado que realizam: a carga e a descarga de caminhões, restrita àqueles que têm força física. Aos mais velhos, resta a possibilidade de continuar a trabalhar como guias da cidade.

A questão que se coloca diz respeito à precariedade e à informalidade desse trabalho e às condições até mesmo degradantes de sua realização: expostos ao relento, às intempéries

do tempo, sem garantias de qualquer tipo, como a assistência previdenciária. Assim, pode-se perguntar: o quê, afinal, leva esses trabalhadores a se submeterem a tais condições de trabalho?

A resposta a esse questionamento é relevante na medida em que contribui para trazer à luz um tipo de trabalho que, como tantos outros, é cada vez mais imprescindível para a acumulação capitalista, mas que não tem um lugar claramente definido na sociedade que o alimenta – e dele se alimenta.

HIPÓTESES

Entre as hipóteses que nortearam a pesquisa de campo que fundamenta esta tese, considerou-se a informalidade do trabalho dos *chapas*, que deveria ser tomada como o resultado da combinação de dois fatores: estruturais, correspondendo ao baixo desempenho econômico brasileiro; e conjunturais, implicando a reorganização empresarial em andamento nos últimos anos. De fato, a combinação destes fatores é geradora de trabalhadores como os *chapas*, porém é indiscutível que a informalidade no recorte escolhido é consequência da forma como a economia brasileira está estruturada, na qual o trabalho precário e informal tem importante papel na dinâmica da geração do capital. A partir disso, o olhar voltou-se, então, especialmente para o setor de serviços, mais precisamente para o trabalho de carga e descarga de caminhões na região Metropolitana de São Paulo.

Até a realização da pesquisa de campo, supunha-se que as condições de trabalho dos *chapas* eram de todo negativas. Essa hipótese não se confirmou, pois muitos dos entrevistados, como será visto, encaram a informalidade de modo vantajoso. Sentem-se duplamente desobrigados: tanto no que diz respeito à possível opressão da relação de trabalho – subordinação ao chefe na empresa X ausência de hierarquia no ponto –, quanto em relação à taxa – alíquotas de pagamento sobre os ganhos X isenção de impostos sobre o trabalho realizado. Na informalidade, o trabalho do *chapa* mostra-se atrativo porque resulta em ganhos imediatos, proporciona relativa liberdade aos que a exercem, e é melhor remunerado do que as atividades correlatas exercidas na formalidade. Ainda assim, essas aparentes vantagens devem ser tomadas com precaução, pois as condições de trabalho são muito ruins.

Outra hipótese dizia respeito ao fato desses trabalhadores contribuírem para a redução do custo de transporte de mercadorias, sendo, portanto, estrategicamente importantes

para as empresas de transporte e seus clientes. Porém, mesmo com essa suposta vantagem, esses trabalhadores são mantidos à margem do mercado de trabalho.

Por essa razão, desde o início da pesquisa, tais fatores foram considerados paradoxais, na medida em que os *chapas* são, de fato, trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, e, embora desempenhem um papel importante na logística do setor de transportes de carga, as condições de trabalho que lhes são apresentadas são precárias, sem qualquer amparo da seguridade social ou da assistência previdenciária.

A precarização do trabalho informal, enfatizada na literatura consultada, é importante quando considerada sob o ponto de vista da remuneração. De fato, as más condições do trabalho dos *chapas* são relevantes, mas, como foi visto acima, quando se fala em precarização vinculada à legalidade/ilegalidade, há um aspecto positivo. Na acepção popular de informalidade – entendida como ausência de “carteira assinada” e vínculos trabalhistas legais -, a precariedade é bem aceita quando possibilita ganhos superiores àqueles proporcionados pelo mercado formal, e ainda permite relações de trabalho isentas da hierarquia que tanto atemoriza esse segmento da população.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de janeiro a junho de 2007, e os dados foram obtidos por meio de entrevistas que seguiram um roteiro previamente determinado. Foram entrevistados dez chapas escolhidos aleatoriamente, o gerente de operação da Transportadora Grande ABC e o Diretor Financeiro da Cooperativa de Apoio aos Trabalhadores em Carga e Descarga (CATCD).

A análise do conteúdo das entrevistas - à luz do contexto e do cotejamento com outras fontes, dados secundários e bibliografia - encontra-se no Capítulo 5. Nesse capítulo também são debatidas com maior profundidade as questões epistemológicas e metodológicas.

ESTRUTURA DO TRABALHO

O **CAPÍTULO 1** conceitua os trabalhadores vulgarmente conhecidos como *chapas*, e mostra o cenário no qual desenvolvem suas atividades.

Com base na bibliografia, o **CAPÍTULO 2** sistematiza as abordagens existentes sobre trabalho informal, discute o conceito de informalidade, e traz à tona as contradições e semelhanças presentes nas abordagens teóricas sobre o assunto.

O **CAPÍTULO 3** apresenta a análise do contexto histórico das últimas décadas, com ênfase no processo que atingiu as economias internacional e brasileira. O recorte que cobre os anos 70 até os dias atuais demonstra o quanto o crescimento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro é consequência dos acontecimentos daquele período, que teve início no fim dos anos dourados e trouxe como resultado o redimensionamento das relações sócio-econômicas na era pós-industrial.

Com o intuito de mostrar como a exportação de café ocorrida no final do século XIX engendrou acontecimentos que transformaram uma cidade de pouco mais de 30 mil habitantes no principal centro econômico-administrativo da Federação, o **CAPÍTULO 4** delinea um panorama do mercado de trabalho paulistano a partir dos primórdios de seu desenvolvimento. De entreposto comercial a cidade mais industrializada do país, São Paulo passou a ser conhecida como a capital do trabalho, regida pelo ritmo da produção ascendente, comportando, com isso, um afluxo de pessoas e investimentos que a tornaram uma grande metrópole ocidental. Nesse contexto foram destacadas as recentes alterações das relações de trabalho que, por sua vez, estão ligadas às mudanças ocorridas em todos os países do mundo.

O **CAPÍTULO 5** atem-se à pesquisa propriamente dita, com o material inédito constituído pelas entrevistas com os *chapas*. As declarações desses trabalhadores são analisadas à luz das questões suscitadas pela bibliografia, das hipóteses apresentadas e do método utilizado. Em seguida, são apresentadas as considerações finais desta tese.

CAPÍTULO 1 - O CONTEXTO DOS CHAPAS

A economia brasileira sempre foi pautada pela dependência externa. Atualmente, a relação capital-trabalho vive um momento de crise, cuja compreensão requer um olhar para a dinâmica da globalização e para a inserção da economia nacional nos mercados internacionais. Assim sendo, faz-se necessário examinar os aspectos que permeiam as relações de trabalho, até mesmo para verificar como a inclusão e a exclusão sociais se manifestam, mais especificamente, em parte da população trabalhadora que desenvolve suas ocupações à margem do sistema - ou seja, na informalidade.

É importante esclarecer que o uso do conceito de exclusão social aqui adotado abrange tanto aqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho - ou que se encontram desempregados - quanto aqueles que trabalham em situação precária ou informal. O conceito surgiu na Europa para se referir aos pobres urbanos sem-teto, trabalhadores precarizados, jovens que não conseguiam obter empregos e, por óbvio, abarcava os desempregados há muito tempo e sem renda - geralmente imigrantes ou provenientes das assim chamadas minorias étnicas (DUPAS, 1999).

São trabalhadores marginais ao mercado de trabalho aqueles que, sendo segmentos da classe trabalhadora, dela se distinguem por não serem assalariados, ainda que se articulem com o conjunto da sociedade global. Nesse processo, tendem a funcionar como sua parte integrante, o que, de certa forma, mostra-se necessário à dinâmica de acumulação capitalista brasileira.

Kowarick (1977) conceitua a marginalidade a partir da problemática do trabalho, inserida em relações ligadas aos processos e estruturas que lhe dão especificidade e estão na origem das relações sociais. Essa conceituação fornece a base necessária à proposta desta pesquisa, que é realizar um estudo de caso sobre os carregadores de mercadorias, os *chapas*, considerando-os como uma categoria inserida, de forma marginal, no sistema social do qual fazem parte.

Para estudá-los, investigou-se o processo de informalização da força de trabalho e sua inserção na estrutura sócio-econômica brasileira, especificamente na Região da Grande São Paulo, bem como o seu papel no processo de acumulação capitalista. Tal pesquisa se justifica porque traz à luz as relações de trabalho e de sobrevivência dos trabalhadores informais, e subsidia a busca por melhores estratégias para o crescimento da economia brasileira.

Assim, é necessário conhecer os *chapas*. São oriundos de diferentes bairros têm seus “pontos” de trabalho nas vias de circulação de caminhões e em postos de combustíveis, além

de muitas vezes serem encontrados: na zona cerealista que, na cidade de São Paulo, ainda se constitui no maior depósito de produtos não perecíveis em curto prazo; nas proximidades dos Mercados Municipais, com ênfase ao outrora denominado “Mercado da Cantareira”, localizado nas proximidades da zona cerealista; e nos arredores do Centro de Abastecimento Geral de São Paulo (CEAGESP) – entreposto central de distribuição de alimentos perecíveis e não perecíveis. Esta pesquisa concentrou-se nos *chapas* que estabelecem seus “pontos” nas marginais dos rios Tietê e Pinheiros, vias públicas e inadequadas ao trabalho que desenvolvem. Isso configura uma situação precária de trabalho que, não casualmente, incide sobre as camadas mais pobres da população.

Os *chapas* são homens que não mais conseguem vender a sua força de trabalho para o setor formal e, assim sendo, estabelecem-se como eventuais no setor de serviços. São trabalhadores que, por razões conjunturais de desemprego, ou estruturais, devido à política econômica e a fatores históricos de longa data, mantêm-se à margem do processo de trabalho.

Fazem parte de uma população que vive marginalizada. Esse processo de marginalização, segundo Kowarick (1977), teve início após a Segunda Guerra Mundial, quando se acentuou a migração do homem do campo para a periferia e regiões centrais – e degradadas - das grandes cidades. Habitavam cortiços ou favelas e constituam um excedente de mão-de-obra necessário ao sistema produtivo.

Corroborando à presente análise, Kowarick (1977) considera que a exclusão social, em seus vários aspectos, não pode ser analisada e compreendida somente em função das causas que fazem parte do mundo próximo das pessoas que nele vivem. Ela deve ser avaliada em função das causas que a geram. Tais causas estão presentes hoje na chamada *nova economia* ou *economia da informação*, que requer constantes investimentos tecnológicos para a sua manutenção e desenvolvimento. Ela se dá, principalmente, na relação que os países desenvolvidos, por meio das grandes corporações transnacionais, mantêm com os países em desenvolvimento. Ao distribuírem o processo produtivo aos países em desenvolvimento, estes passam a requerer, por sua vez, maior tecnologia para a inserção competitiva na economia globalizada. A tecnologia impõe novas formas de trabalho que, aliadas à falta de política econômica e tecnológica, acabam por gerar a precarização e a informalização do trabalho. Com isso, há um conseqüente desemprego, marcado pela extinção de postos de trabalho, havendo, por fim, a necessidade de outra força produtiva, capacitada para o novo tipo de trabalho.

Os países em desenvolvimento, por não terem condições de criar tecnologia necessária à renovação de seu parque produtivo, sofrem tanto pelo aprofundamento de sua

dependência econômica como pelos seus desajustes, que requerem esforços do Estado, desta vez não mais para a manutenção da sociedade do trabalho, mas sim para a manutenção do mercado financeiro. É o que Beck (1999) chamou de capitalismo sem trabalho:

Os empresários descobriram a pedra do reino. Eis aqui a nova fórmula mágica: capitalismo *sem trabalho* mais capitalismo *sem impostos*. (...) Os países da União Européia viram suas riquezas crescerem entre cinquenta e setenta por cento nos últimos vinte anos. A economia cresceu muito mais rapidamente que a população. Apesar disso, a União Européia conta agora com vinte milhões de desempregados, cinco milhões de pessoas vivendo na pobreza e cinco milhões adicionais (BECK, 1999, p.20).

Referindo-se ao contexto específico da América Latina, Sevckenko (2001) mostra como tal situação se agrava devido, entre outros fatores, à concentração de renda e às crises sucessivas que impediram seu crescimento nestas últimas décadas:

Mais próximos de nós, o quadro da América Latina é igualmente desolador. Se observarmos em perspectiva, veremos que nos anos 50, em plena época do desenvolvimento, o produto interno bruto da região era maior em relação ao de todos os outros países em desenvolvimento, só perdendo para as grandes potências industriais. [...] No Brasil, em particular, a situação é ainda mais drástica. Dentro do quadro geral de estagnação da América Latina, o país apresenta também os mais altos índices de concentração de renda. Ou seja, se a América Latina tem as mais altas taxas de concentração de renda do mundo, o Brasil excede as mais altas taxas de concentração de riqueza da América Latina. [...] Ademais, no nível de maior pobreza da sociedade brasileira, cerca de vinte por cento das famílias vivem com renda per capita ao redor de meio salário mínimo (SEVCENKO, 2001, p.54-55).

Esse contexto de dimensões globais produz cada vez mais desempregados que migram para o setor de serviços, em ocupações informais. Esse setor foi o que mais cresceu no Brasil, e em especial no Município de São Paulo, por um lado, em decorrência da modernização da economia urbana, ligada à expansão da indústria que necessitava de uma eficiente rede financeira, de transporte, comércio, serviços de consumo coletivo e técnico e, por outro lado, deu origem a formas de inserção marginal na divisão do trabalho social, como no caso dos *chapas*.

Portanto, será de grande valia o estudo das situações nas quais essas causas se manifestam - neste caso, os *chapas* -, como condição necessária à proposta de caminhos inclusivos, mesmo que ainda sejam trabalhadores funcionais ao sistema capitalista, enquanto representam o barateamento do fator trabalho no processo de acumulação.

1.1 OS CHAPAS

Como foi dito, a intenção deste trabalho é compreender como a incidência das transformações do capitalismo afeta o mundo do trabalho, a partir da presença crescente dos *chapas*, trabalhadores informais do Município de São Paulo, sendo importante para o embasamento da presente análise, que almeja discutir esses dois níveis de realidade, compreendendo como as economias locais refletem e interagem com as economias nacionais, ao mesmo tempo em que estas se voltam à economia mundial.

Para tanto, é necessário entender o mundo capitalista, principalmente após a década de 70. Esse período é considerado um marco importante de transformações da economia mundial para o tipo de regime de acumulação capitalista que ora se vive. Nele estão situados o Brasil e a Região da Grande São Paulo, destacando-se o município paulistano, para a análise das implicações sociais das atuais transformações. Como representantes das condições referidas, destacam-se os *chapas*.

A importância deste estudo encontra-se na necessidade de mobilização rumo a mudanças sociais, por meio da denúncia das condições de trabalho e de vida de trabalhadores excluídos do emprego formal, dando-lhes visibilidade e voz. Para tanto, é necessário verificar qual o seu papel no processo de acumulação capitalista. A partir dessa premissa, o que se pretende é explicitar a realidade na qual os *chapas* produzem a sua sobrevivência, entendendo ser esta a condição geral de inúmeras categorias de trabalhadores.

Os *chapas* foram escolhidos para ilustrar a discussão por serem considerados representantes ideais de grande parte dos trabalhadores informais do Município de São Paulo que realizam seu trabalho em condições precarizadas. No caso dos *chapas*, mais precisamente no setor de transportes.

Os *chapas* são trabalhadores que transportam grandes pesos sem qualquer ajuda além da própria capacidade de suportá-los. Até cerca de 1970, a demanda por esse tipo de trabalhadores era centrada nas imediações dos armazéns de cereais e do Mercado Municipal, região central do Município de São Paulo, próximo aos bairros do Brás, Pari e Canindé.

Hoje os *chapas* se espalham cada vez mais ao longo das rodovias, das vias marginais dos centros urbanos, das áreas de armazenagem e em postos de combustível. Os motivos dessa expansão são a falta de emprego para jovens iniciantes que não possuem qualificação adequada para o mercado de trabalho formal, e a oportunidade de algum trabalho para os mais velhos que perderam seus empregos.

No setor de transportes, as novas formas de trabalho geraram outra dinâmica para a relação tempo-espço. No modo de acumulação flexível do capital, é preciso produzir menos e de forma mais diversificada, a fim de atender um mercado inconstante e fragmentado (HARVEY, 1992). Assim, cresce o número de trabalhadores que migram para setores que requerem disponibilidade de mão-de-obra de baixa qualificação para qualquer tipo de trabalho, com baixa remuneração.

No setor produtivo, para diminuir o custo de armazenagem, as mercadorias devem fluir com rapidez nas estradas. Essa situação, que faz com que a demanda por atividades informais aumente, proporciona, aos desempregados de outros setores, uma nova oportunidade de trabalho. Esse contingente gera o trabalhador conhecido vulgarmente como *chapa*.

Trata-se de uma categoria cujo número de membros está aumentando, o que é perfeitamente observável na quantidade cada vez maior de pontos nas marginais. O processo de oferta de mão-de-obra desvinculada das exigências mínimas de formação é produto – e não causa – de uma crise maior que vitima o setor de transportes. Há um perverso hiato que atinge toda a logística de suporte da produção, sendo a existência dos *chapas* apenas uma face desse problema.

O drama dos *chapas* começa na decisão da instância federal, que há anos limita o investimento na infra-estrutura de transporte do país. Uma situação que se configurou ainda pior no orçamento de 2004, quando o Governo Federal investiu menos de 10% das verbas previstas e consideradas prioritárias para o setor de infra-estrutura, notadamente de transportes. No final do primeiro semestre de 2004, apenas 4,6% dos R\$ 960 milhões alocados na manutenção da malha rodoviária federal haviam sido efetivamente investidos. A não utilização adequada da verba continuou em 2005 e 2006. Já em 2007, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a perspectiva de investimentos no setor é mais animadora.

O transporte de cargas nessas condições não admite grandes investimentos, pois mais da metade das rodovias administradas pelo governo federal apresenta sérias deficiências por falta de manutenção. A ausência de investimentos gera alta dos custos e aumento dos preços. Com a economia crescendo vagarosamente, a disputa pela carga implica a diminuição do valor do trabalho, e a mão-de-obra melhor qualificada simplesmente se afasta do setor (SILVA Jr., 2004).

Estudo da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB - O SINAL..., 2004) mostrou que, dos 196.094 mil quilômetros da malha rodoviária pavimentada do país, 57 mil quilômetros são de responsabilidade do governo federal. Como mais da

metade dessas estradas está em péssimo estado, a velocidade média dos caminhões é reduzida em 40%. O aspecto mais grave, no entanto, é a falta de armazéns. O mencionado estudo mostra que há um déficit de espaço que comportaria 40 milhões de toneladas de grãos e que, em muitos casos, os próprios caminhões estão servindo de depósito para as mercadorias, enquanto estas não são entregues. Nesse impasse entre a estrada muito ruim, o caminhão velho e a ausência de armazéns é que se dá o drama dos *chapas*.

Na ponta da cadeia produtiva da indústria de transporte é preciso reduzir custos ao máximo para que o preço da logística não “inviabilize o negócio”. A ABDIB (O SINAL, 2004) estimou que os custos com logística no Brasil superam 16%, contra 8%, por exemplo, nos Estados Unidos.

A expressão *apagão logístico* deixou de ser uma figura de retórica. A liberação de menos de R\$1 bilhão no ano de 2004 deveria ser contraposta ao reconhecimento do próprio Ministério dos Transportes de que o recapeamento das estradas listadas como intransitáveis – que somam 58% da malha asfaltada de todo o país – exigiria investimentos anuais mínimos de R\$4 bilhões (A AMEAÇA..., 2004). Segundo dados do Boletim Estatístico- CNT Rodoviário, atualizado em 05.12.2005, a malha rodoviária compõe-se da seguinte forma:

TABELA 1 – Malha rodoviária – extensão em km

Malha rodoviária – extensão em km			
	Pavimentada	Não-Pavimentada	Total
Federal	57.933	14.710	72.710
Estadual Transitória	17.049	7.277	24.326
Estadual	98.377	109.963	208.340
Municipal	22.735	1.281.965	1.304.700
Total	196.094	1.413.982.	1.610.076

Fonte: Boletim Estatístico-CNT Rodoviário, 05 dez. 2005.

Por essa malha foi movimentado, em 2004, um volume de 455.578.033 de toneladas por meio de transportadoras, e 210.000.000 de toneladas como carga própria, perfazendo 46,8% do total de volume transportado. Esse volume foi movimentado por 110.942 transportadoras e 618.409 caminhoneiros. Em 2006 o governo deu início à operação tapa-buraco, na qual foram investidos R\$440.000.000,00, em uma meta de recuperação de

26.441km de rodovias federais em 25 Estados, cabendo ao Estado de São Paulo, que recebeu uma das menores verbas, a quantia de R\$4,46 milhões para a recuperação de 823km.

Procurando otimizar o setor de transportes, em 2007 o Governo Federal lança o Plano de Aceleração do Crescimento, que tem como uma das prioridades realizar investimentos nos transportes rodoviários, conforme proposta apresentada em 2005 mas não efetivada em sua totalidade até o presente momento. Em 07 de maio de 2007, o governo federal divulgou o primeiro balanço do PAC-Transportes¹, mostrando que 970 ações na área estão em andamento, sendo 69% em obras. São 253 rodovias, 9 ferrovias, 17 portos, 4 hidrovias e 16 aeroportos em fase de projeto, licenciamento ou licitação, num total de 299 ações nessas etapas. Em fase de obras há 612 rodovias, quatro ferrovias, seis portos, 39 hidrovias e dez aeroportos, totalizando 671 ações. Relativamente a rodovias, 71% estão em obras, isto é, 612 ações. Existem 253 ações em fase de projeto, licenciamento ou licitação para construção e adequação, conservação, recuperação, sinalização e controle de peso dos veículos.

O crescimento dos setores agropecuário e da construção civil em 2007, está provocando o aumento da procura por caminhões, não acompanhado da oferta, gerando problemas que contribuem para o chamado “apagão logístico” à medida que crescem as dificuldades enfrentadas pela indústria para o escoamento de seus produtos.

Para dar conta de toda mercadoria que flui pelo espaço rodoviário, a quantidade de caminhões corresponde à frota registrada até junho de 2007, pelo Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Carga (RNTRC²), órgão vinculado à Agência Nacional de Transportes Terrestres (que consta da Tabela 2). A partir desses dados é possível inferir, através de 1.640.408 veículos registrados, que existe uma grande oferta de trabalho para carregadores e descarregadores de caminhão, como os *chapas*:

¹ PAC Transporte, Governo diz que 69% das obras estão em andamento. Disponível em: <<http://www.cnt.org.br/noticias/pac.asp>>. Acesso em 06 jun. 2007.

² Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Registro Nacional de Transporte Rodoviário de Cargas (RNTRC) em números. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/rntrc_numeros/rntrc_total.asp>. Acesso em 20 jul. 2007.

TABELA 2 – Transportadores e frota de veículos em junho de 2007

Transportadores e frota de veículos em junho de 2007		
Tipo de Transportador	Registros Emitidos	Veículos
Autônomo	732.562	934.923
Empresa	136.424	697.420
Cooperativa	653	8.065
Total	869.639	1.640.408

Fonte: ANTT/RNTRC

Da mesma maneira, o item armazenagem, obediente à política de minimização dos custos, também passou a cumprir a lógica do *just-in-time*. Exatamente por isso, cresce a quantidade de caminhões, que se transformaram em oportunidade de trabalho para desempregados com baixa qualificação, nas estradas do Estado de São Paulo.

O Estado de São Paulo tem uma superfície de 248 mil km², 645 municípios e população estimada, em 2005, de 40.442.795 habitantes, correspondendo a 21,8% da população brasileira. É o Estado mais industrializado do país, com 40% do Produto Interno Bruto e 35% das exportações. Tamanha grandeza necessita de um sistema de transportes eficiente, especialmente as estradas de rodagem. Segundo o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) da Secretaria de Transportes do Governo do Estado de São Paulo, o Estado possui uma malha rodoviária pavimentada de 34,6 mil quilômetros, sendo 22 mil quilômetros estaduais. Desse total, 17 mil quilômetros estão a cargo do próprio DER, 490km a cargo da Companhia de Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), e 4,3 mil quilômetros a cargo de 12 concessionárias privadas. O Estado é recortado por 1,05 mil quilômetros de estradas federais e 13 mil quilômetros de estradas vicinais municipais.

Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a frota de veículos de transportes de carga registrados no Estado de São Paulo, até 20 de junho de 2007, era de 198.505 veículos de 31.785 empresas de transportes, 1.009 veículos de 80 cooperativas e 237.519 veículos pertencentes a 190.262 caminhoneiros autônomos.

Visando compreender o trabalho dos *chapas* na logística do setor de transportes, em 25 de junho de 2007 foi entrevistado Roberto Macedo (Entrevista 12), gerente de operação da Transportadora Grande ABC, que destacou o importante papel desses trabalhadores, cuja mão-de-obra contribui para a redução dos custos do transporte e para a satisfação dos clientes das transportadoras com relação aos prazos e condições das mercadorias:

1. Quais são os pilares básicos da logística de transportes de carga?

São três situações de planejamento: o controle da produção, a operação de fluxos e a distribuição física.

2. Na última fase, quais são as variações encontradas?

São duas situações: uma é a da **carga a granel**, onde é necessário descarregar a carga. A outra é a da **carga de grande porte**, por exemplo, o caso das montadoras de carro. Há máquinas de embalagem, máquinas de transporte dessas grandes cargas. O caso da construção civil também não tem maquinário; tem que ser descarga manual.

3. Qual o tipo de trabalhador empregado para a carga e descarga?

Há três tipos: o empregado: da própria transportadora; da indústria ou empresa que contrata a transportadora, que já tem pessoal próprio; e os *chapas*, com registro em carteira e tudo.

Às vezes a transportadora trabalha com cooperativas de *chapas* ou então com os autônomos, o cara que fica na Marginal, por exemplo, esperando serviço.

4. Qual o papel dos trabalhadores de carga e descarga?

É uma figura imprescindível para a conclusão do ciclo logístico. Uma empresa ou indústria canaliza boa parte do seu investimento em pesquisa e desenvolvimento, além de tecnologia para a produção. Se o material não chegar ao destino, o processo todo é prejudicado. O objetivo é que o cliente final esteja satisfeito, então o trabalho do *chapa* tem que agradar. A importância dele é fazer com que se concretize a última etapa, que é a satisfação do cliente. Não pode quebrar mercadoria, faltar, chegar com atraso.

5. Uma das possibilidades levantadas foi a de que o caminhão substitui, de certo modo, o armazenamento do produto. O senhor acha que isso se confirma?

A entrega da mercadoria pode ser no armazém para colocar o produto acabado ou semi-acabado. Mas empresas querem ter o mínimo de investimentos em estoque, trabalham com o *just-in-time* ou com o estoque zero (diminuição máxima dos estoques).

E a diminuição dos estoques aumenta a frequência de entrega: então, tem mais *chapa* trabalhando, tem mais frequência de entrega. Não substitui o armazém, mas a maior frequência faz com que o *chapa* se insira, sim, nessa nova política de estoque. Acaba sobrando espaço livre nos armazéns e aí tem o reaproveitamento desse espaço para montagem. A empresa ou indústria ganha na redução do estoque e com o espaço que está sobrando. Não há substituição do armazém, entende?

6. É possível ter controle na utilização da mão-de-obra informal, quando esta é utilizada?

Não, de jeito nenhum! É um trabalho informal mesmo, totalmente por fora, no qual a transportadora dá o dinheiro para o motorista. Aí, ele sai de São Paulo, vamos supor, vai para o Rio de Janeiro. O motorista contrata o *chapa* lá, normalmente as empresas não têm contato com os caras do Rio de Janeiro, com aquele *chapa* que o seu motorista contrata. Para a empresa não interessa quem é, como foi. Interessa que a mercadoria chegue em tempo e em boas condições, seja descarregada em condições adequadas, mas quem contrata é o motorista, este sim, um funcionário. Quem vai descarregar não interessa para a empresa, interessa só o resultado, o cliente não ligar reclamando, mas aí quem fica responsável é o motorista (Roberto Macedo, TGABC, Entrevista 12).

Como pôde ser verificado pela entrevista, na prática os *chapas* têm importância para a logística do setor de transportes, o que se reflete no custo da mercadoria, contribuindo, portanto, para o processo de acumulação capitalista.

Esses trabalhadores ficam nas estradas em pontos de trabalho que os concentram, que geralmente são sinalizados por um pedaço de madeira ou de papelão e, especialmente nas madrugadas, com visíveis fogueiras que demarcam a espera por uma oportunidade de trabalho. Além disso, na organização interna do trabalho dos *chapas*, os pontos, pequenos espaços descobertos e sem qualquer infra-estrutura, embora instalados em locais públicos, são “propriedade” de seus usuários, e a inserção de novas pessoas depende da aceitação do grupo. Pessoas estranhas ao meio não são aceitas.

As condições de trabalho dos *chapas* são a contrapartida perversa da ameaça do apagão logístico, pois transformar o caminhão em armazém pode projetar uma ampla desqualificação de toda a cadeia produtiva do setor de transportes.

A hipótese sugerida nos programas de incentivo ao setor de transporte do governo (o Moderfrota), que implica processos de parceria entre o setor público e as áreas privadas para a modernização da frota no setor de carga, representa o começo de uma mudança nessa área de atividade. Há um longo percurso, no entanto, até que esse processo de intervenção consiga alterar as duras condições de vida e de trabalho dos *chapas* na periferia das grandes cidades brasileiras.

Seja qual for o fator de incremento do número de *chapas*, o conflito gerado entre capital e trabalho na nova economia apresenta uma nova configuração de estrutura, cujo atual padrão de acumulação baseia-se no uso do capital intensivo e não no uso do trabalho intensivo, o que diminui o poder dos sindicatos, pois o desemprego atua como força disciplinadora das relações de trabalho. Com o crescimento das taxas de desemprego a oferta de trabalhadores disponíveis para esse tipo de tarefa aumenta consideravelmente.

Também a reestruturação produtiva, tecnológica e organizacional, aliada à flexibilização das relações de trabalho, tem sido antagônica à manutenção de empregos estáveis. Nela, a rearticulação das empresas leva à inadequação das estruturas trabalhistas e dos sindicatos (DUPAS, 1999). Nos países em desenvolvimento essas situações são ampliadas, promovendo o achatamento salarial, a precarização das formas de contratação, o aumento do desemprego e das ocupações informais para as quais os desempregados migram, podendo ser essa a situação dos *chapas*.

Enfim, os *chapas* permitem um recorte factual da precarização do trabalho no Brasil, como categoria de trabalhadores excluídos do sistema formal de trabalho. A prática e a

perspectiva de vida daquele que exerce esta função pode ser mais bem delineada por meio da entrevista realizada com o intuito de obter conhecimentos sobre a sua realidade, o que será analisado no Capítulo 5.

CAPÍTULO 2 - A INFORMALIDADE NO TRABALHO

A referência à informalidade no trabalho requer a sua conceituação e, ao mesmo tempo, revela a dificuldade para se considerar os *chapas* como trabalhadores informais. Tal exercício mostra-se complicado quando se tem em vista que os órgãos públicos responsáveis pela elaboração dos dados relativos às atividades formal e informal têm, como base metodológica, as primeiras indicações dadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1993).

A conceituação relativa ao setor informal tem, como ponto de partida, a unidade econômica (ou seja, as empresas informais), que é entendida como unidade de produção, e não o trabalhador individual ou sua ocupação. Para efeito de estatística, o trabalhador informal é aquele que trabalha nessas empresas, consistindo nisso a dificuldade de inserção dos *chapas* nessa categoria, o que parece se tornar uma barreira intransponível para a análise adequada de seu papel, pois só poderia ser considerado informal se trabalhasse para empresas de transportes desse mesmo setor, possuindo registro em carteira ou não. Embora não se possa excluí-los, não há dados que comprovem essa possibilidade, que pode ser uma dentre todas as outras aqui apresentadas.

A trajetória que pareceu ser possível foi a de se fazer um levantamento bibliográfico sobre a literatura afim, na tentativa de achar um caminho que viabilizasse o desenvolvimento da hipótese desta pesquisa, que tem no *chapa* um trabalhador informal. Não recolhendo os impostos previdenciários, ou ainda os recolhendo como trabalhador autônomo, o caso da maioria dos entrevistados diz respeito àqueles que fazem parte da parcela da população composta por trabalhadores de certa forma marginais ao processo de trabalho. Ao mesmo tempo em que são excluídos de vários setores da sociedade, são úteis ao sistema econômico, prestando serviços ao setor de transportes, utilizador desse tipo de mão-de-obra.

Em consulta ao IBGE solicitando esclarecimentos sobre o trabalho informal, foi obtida a seguinte resposta, fornecida por Renata Coutinho Nunes, Gerente do setor de estudos sobre Economia Informal-ECINF³:

[...] reconhecendo que é usual a confusão entre “trabalho no setor informal” e “trabalho informal” procuraremos mostrar as diferenças entre os dois conceitos ou abordagens [...]

O conceito de informal pode se configurar através de diversas formas e, a partir da literatura, pode-se identificar duas abordagens distintas para sua mensuração. Uma delas parte da unidade econômica e foi desenvolvida através da discussão da experiência de diversos países com o fenômeno, levada a cabo pela OIT, consolidada na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, em 1993, que define o setor informal a partir da noção de empreendimento econômico [...]. Sendo assim,

³

Resposta pelo e-mail: rcnunes@ibge.gov.br. 06 jul. 2007.

fazem parte do “setor informal” as unidades produtivas cujos proprietários são trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores.

A segunda abordagem está ligada ao que se chama na literatura de trabalho informal, que parte das características do trabalhador e geralmente está associada à sua forma de inserção precária no mercado de trabalho, sem acesso à proteção trabalhista e cobertura social. No caso brasileiro, o segmento do trabalho informal, tradicionalmente se compõe de trabalhadores por conta própria e dos empregados sem carteira de trabalho assinada. A OIT tratou de definir melhor a questão na 17ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, em 2003. O relatório desta Conferência [...] mostra as principais questões abordadas no capítulo 3, principalmente.

Portanto a distinção que podemos fazer é entre trabalho informal e trabalho no setor informal. Utilizam-se também outras expressões equivalentes a estas duas: ocupação informal e ocupação no setor informal, ou trabalhador informal ou trabalhador no setor informal.

Compreendendo a dificuldade de se abarcar todo tipo de trabalho exercido na informalidade, e reconhecendo que a importância do emprego informal varia entre os países - razão pela qual a decisão de elaborar estatísticas sobre esse tema deve ser tomada em função das circunstâncias e prioridades nacionais -, a OIT elaborou novas recomendações internacionais no âmbito das estatísticas do trabalho, e revisou as existentes na 17ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, em 2003 (OIT, 2003). Na pauta da reunião estava a aprovação de diretrizes sobre a conceituação estatística do trabalho informal, que foram avaliadas em seu *Capítulo 3 - Estatística do trabalho*. No excerto que vai do parágrafo 32 ao 34, discutiu-se a necessidade de que a conceituação e a mensuração do trabalho informal, no setor informal, deveriam ser complementadas com a conceituação e a mensuração do trabalho informal em geral.

As discussões sobre trabalho informal recomendaram ampliar a conceituação de setor informal baseada na empresa para uma conceituação de emprego informal baseada em posto de trabalho. Foi assinalada a relação que existe entre os conceitos de setor informal e emprego informal, por um lado, e, por outro, os conceitos de produção subterrânea e ilegal. Reconheceu-se que a grande diversidade de situações em emprego informal põe limites às possibilidades de harmonizar, entre países diversos, as estatísticas sobre o emprego informal. A partir desse consenso, foram adotadas diretrizes sobre uma conceituação estatística de emprego informal:

1. O conceito de setor informal refere-se a unidades de produção como unidades de mensuração, enquanto que o conceito de emprego informal refere-se aos empregos como unidades de mensuração. [...]
2. Empresa do setor informal e emprego no setor informal são definidos de acordo com a *Resolução Sobre as Estatísticas do Emprego no Setor Informal*, adotada pela 15ª CIET [...]

3.1) O emprego informal compreende o número total de empregos informais, tal como se define, abaixo, nos subparágrafos 2) a 5), desde que estes sejam ocupados em empresas do setor formal, empresas do setor informal, ou em residências, durante um período de referência determinado.

2) Como se indica nos documentos anexos, o emprego informal inclui os seguintes tipos de empregos:

i) Trabalhadores por conta própria, donos de suas próprias empresas do setor informal;

ii) Empregadores donos de suas próprias empresas do setor informal;

III) Trabalhadores familiares e auxiliares, independentemente de trabalharem em empresas do setor formal ou informal;

iv) Membros de cooperativas de produtores informais;

v) Assalariados que têm empregos informais (tal como se define no subparágrafo 5), abaixo), desde que estejam empregados por empresas do setor formal, por empresa do setor informal ou por residências que os empregam como trabalhadores domésticos assalariados;

vi) Trabalhadores por conta própria que produzem bens exclusivamente para o próprio uso final em sua residência, se estão ocupados de acordo com o artigo 6) do § 9 da *Resolução sobre Estatística da População Economicamente Ativa*, do Emprego, do Desemprego e do Subemprego adotada pela 13ª CIET.

3) [...]

4) São considerados informais as cooperativas de produtores que não estão formalmente constituídas em entidades legais, e que também satisfazem os outros critérios das empresas do setor informal especificados na *Resolução Sobre as Estatísticas do Emprego no Setor Informal*, adotada pela 15ª CIET.

5) Considera-se que os assalariados têm um emprego informal se a sua relação de trabalho, de direito e de fato, não está sujeita a *Legislação Laboral Nacional*, ao imposto de renda, à proteção social, ou a determinados direitos relacionados ao emprego (aviso prévio, indenização por ser despedido, pagamento de férias anuais ou licença remunerada por enfermidade, etc.). As razões podem ser as seguintes: a não declaração dos empregos e dos assalariados; empregos ocasionais ou de limitada duração; empregos com um horário ou um salário inferior a um limite especificado (por exemplo, pelo adotado para a seguridade social); o empregador é uma empresa não constituída em sociedade ou uma pessoa membro de uma residência; o lugar de trabalho do assalariado se encontra fora dos locais da empresa do empregador (por exemplo, os trabalhadores fora do estabelecimento e sem contrato de trabalho); o emprego daqueles que o regulamento laboral não se aplica, não se faz cumprir e não se faz respeitar por outros motivos. Os critérios operativos para definir empregos assalariados informais deveriam determinar-se em função das circunstâncias nacionais e disponibilidade de informação.

6) Para fins de análises e formulação de políticas, poderia ser útil separar os vários tipos de empregos informais listados no item 2 do § 3, acima, sobre todos os desempregados por assalariados. Tal tipologia e as definições correspondentes deveriam ser elaboradas dentro do marco de trabalhos futuros nos níveis internacional e nacional, respeitando as classificações da situação de emprego.

4. Quando houver, os assalariados que têm empregos formais em empresas do setor informal [...] devem excluir-se do emprego informal.

5. O emprego informal fora do setor informal compreende os seguintes tipos de empregos:

I) assalariados que têm empregos informais [...] em empresas do setor informal ou como trabalhadores domésticos assalariados empregados por residências;

II) trabalhadores familiares auxiliares que trabalham em empresas do setor formal;
III) trabalhadores por conta própria que produzem bens exclusivamente para o próprio uso final em sua residência, se estão ocupados de acordo com a seção 6 do § 9 da *Resolução sobre Estatística da População Economicamente Ativa*, do emprego, do desemprego e do subemprego adotada pela 13ª CIET.

6. Os países que não têm estatísticas sobre o setor informal, ou àqueles que não lhes parece ser relevante uma classificação do emprego por tipo de unidade de produção, poderiam elaborar, quando se desejar, estatísticas sobre o emprego informal. Nelas devem estar especificadas as definições adequadas de empregos informais de trabalhadores por conta própria, empregadores e membros de cooperativas de produtores. Alternativamente, a medição do emprego informal poderia limitar-se a empregos assalariados.

7. Os países que excluem atividades agrícolas do âmbito de suas estatísticas sobre o setor informal deveriam elaborar definições adequadas de empregos informais na agricultura, especialmente com respeito a empregos desempenhados por trabalhadores por conta própria, empregadores e membros de cooperativas de produtores.

Isto posto, pode-se considerar os *chapas* como trabalhadores informais quando são autônomos, contribuindo ou não para a previdência social, assim como os trabalhadores do setor formal ou informal, com ou sem carteira assinada, quando trabalham para pequenas empresas, cooperativas informais ou mesmo para caminhoneiros autônomos. Além disso, os *chapas* foram tomados, nesta tese, como trabalhadores informais que podem ser autônomos e também prestadores de serviços sem cobertura trabalhista e previdenciária.

É importante frisar, contudo, que o trabalhador informal sempre existiu na economia brasileira, devido à fraqueza dos investimentos e à dependência científica e tecnológica do país. Inclusive, o seu número se amplia, atingindo as camadas sociais mais elevadas, como conseqüência da reestruturação empresarial imposta pelo processo de globalização. Após a década de 90, o mercado formal de trabalho se alterou em virtude de uma nova lógica organizacional que, além de gerar desemprego, impôs novas relações de trabalho, contribuindo para o aumento do número de trabalhadores na informalidade.

2.1 O SETOR INFORMAL DA ECONOMIA

Estudiosos do assunto baseiam-se nos parâmetros dados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006, p.12) que, por sua vez, fundamentam-se na conceituação da OIT apresentada na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, em 1993, embora tenham sido modificados pela 17ª Conferência realizada em 2003. Portanto, pode-se considerar que:

1. Para se delimitar o âmbito do setor informal, o ponto de partida é a unidade econômica – entendida como unidade de produção – e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
2. Fazem parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas, que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para o autoconsumo;
3. As unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização, e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho enquanto fatores de produção;
4. A ausência de registros, embora útil para propósitos analíticos, não serve de critério para a definição do informal, já que o substrato da informalidade refere-se ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não ao seu status legal ou às relações que mantêm com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais, e pode levantar resistência junto aos informantes;
5. A definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional), e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa.

É dessa maneira que o setor informal tem sido estudado de modo preponderante, havendo boa produção acerca do tema, quer se aceite ou se questione tais parâmetros. Essa produção será explorada, para que se possa encontrar o viés que corroborará para a conceituação dos *chapas* como trabalhadores informais.

Para tanto, é necessário mostrar que há trabalhadores que não entram nas estatísticas oficiais, mas que possuem representatividade nos setores em que atuam, como os trabalhadores informais em cujo âmbito estão situados os *chapas*. Esse modelo da OIT (OIT, 1993) é universal e, por conseguinte, acaba por não contemplar a especificidade do Brasil. Já o modelo proposto em 2003 dá abertura para adequar o conceito à realidade brasileira, quando propõe categorias que tenham utilidade histórica, embora não representem o que efetivamente acontece com o trabalhador em toda a sua magnitude. Por esses motivos, neste capítulo serão destacados, dentre os estudos sobre a informalidade, os elementos que contribuirão para a constituição dos parâmetros de inclusão dos *chapas* como trabalhadores informais no setor de transportes rodoviários.

2.2 A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT)

Ao se tratar do trabalhador informal como aquele que não possui carteira de trabalho assinada, torna-se necessária uma demonstração do que, no Brasil, é considerado legal.

A legalidade está fundamentada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – BRASIL, 1990), que surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo presidente Getúlio Vargas. Sua finalidade foi a de unificar a legislação trabalhista brasileira, regulamentando as relações de trabalho individuais e coletivas para a proteção do trabalhador. Até o momento, sofreu várias alterações necessárias à sua adaptação aos diferentes momentos históricos, e ainda se constitui no principal instrumento de regulação e proteção das relações de trabalho brasileiras. Porém, atualmente, apesar dessas alterações, é tida como excessivamente regulamentadora. Partindo desse ponto, necessita ser revisada e atualizada, para que possa propiciar novas formas de contratação, adequadas às condições atuais do processo de trabalho, que exigem maior flexibilidade em suas relações.

Destacam-se abaixo alguns dos seus artigos que tratam das relações de trabalho, para demonstrar a regulamentação do trabalho formal e, posteriormente, contrapô-lo ao informal:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o Art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

§ Único - Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º - O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

GETÚLIO VARGAS. *Alexandre Marcondes Filho.*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 9.8.1943

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

TÍTULO I

INTRODUÇÃO

Art. 1º - Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.

Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º - Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações

recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

§ Único - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

TÍTULO II

DAS NORMAS GERAIS DE TUTELA DO TRABALHO

CAPÍTULO I

DA IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

SEÇÃO I

DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

(Redação dada pelo Decreto-lei nº 926, de 10.10.1969)

Art. 13 - A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 926, de 10.10.1969)

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, a quem: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 926, de 10.10.1969)

I - Proprietário rural ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência, e exercido em condições de mútua dependência e colaboração; (Incluído pelo Decreto-lei nº 926, de 10.10.1969)

II - Em regime de economia familiar e sem empregado, explore área não excedente do módulo rural ou de outro limite que venha a ser fixado, para cada região, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. (Incluído pelo Decreto-lei nº 926, de 10.10.1969)

§ 2º - A Carteira de Trabalho e Previdência Social e respectiva Ficha de Declaração obedecerão aos modelos que o Ministério do Trabalho e Previdência Social adotar. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 926, de 10.10.1969)

§ 3º - Nas localidades onde não for emitida a Carteira de Trabalho e Previdência Social poderá ser admitido, até 30 (trinta) dias, o exercício de emprego ou atividade remunerada por quem não a possua, ficando a empresa obrigada a permitir o comparecimento do empregado ao posto de emissão mais próximo. (Redação dada pela Lei nº 5.686, de 3.8.1971)

§ 4º - Na hipótese do § 3º: (Incluído pelo Decreto-lei nº 926, de 10.10.1969)

I - O empregador fornecerá ao empregado, no ato da admissão, documento do qual constem a data da admissão, a natureza do trabalho, o salário e a forma de seu pagamento; (Incluído pelo Decreto-lei nº 926, de 10.10.1969)

II - Se o empregado ainda não possuir a carteira na data em que for dispensado, o empregador lhe fornecerá atestado de que conste o histórico da relação empregatícia. (Incluído pelo Decreto-lei nº 926, de 10.10.1969)

SEÇÃO IV

DAS ANOTAÇÕES

Art. 29º - A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de quarenta e oito horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 3º - A falta de cumprimento pelo empregador do disposto neste artigo acarretará a lavratura do auto de infração, pelo Fiscal do Trabalho, que deverá, de ofício, comunicar a falta de anotação ao órgão competente, para o fim de instaurar o processo de anotação. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

SEÇÃO VII

DOS LIVROS DE REGISTRO DE EMPREGADOS

Art. 41º - Em todas as atividades será obrigatório para o empregador o registro dos respectivos trabalhadores, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ único - Além da qualificação civil ou profissional de cada trabalhador, deverão ser anotados todos os dados relativos à sua admissão no emprego, duração e efetividade do trabalho, a férias, acidentes e demais circunstâncias que interessem à proteção do trabalhador. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

Art. 47º - A empresa que mantiver empregado não registrado nos termos do art. 41 e seu parágrafo único, incorrerá na multa de valor igual a 1 (um) salário-mínimo regional, por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

Parágrafo único. As demais infrações referentes ao registro de empregados sujeitarão a empresa à multa de valor igual à metade do salário-mínimo regional, dobrada na reincidência. (Parágrafo incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

Art. 48º - As multas previstas nesta Seção serão aplicadas pela autoridade de primeira instância no Distrito Federal, e pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e no Território do Acre.

Esse apanhado de artigos constantes da CLT contempla o trabalhador formal, o que permite inferir que, do ponto de vista legal, o trabalhador informal é todo aquele que não se enquadra nessa lei. Através desse caminho, vislumbra-se uma possibilidade de classificar os *chapas* como trabalhadores informais, no caso de não pagarem o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como autônomos.

2.3 CONCEITOS UTILIZADOS PELOS DIFERENTES INSTITUTOS DE PESQUISA SOBRE DESEMPREGO, E ALGUMAS INCONGRUÊNCIAS

Tendo no horizonte o desemprego como fator agravante da informalidade, torna-se necessário, antes de prosseguir esta análise, compreender as diferentes formas de desemprego, propostas por órgãos como a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), o

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com base nos dados fornecidos por esses órgãos, Lazzareschi (2007, p.42-44) destaca como principais formas de desemprego:

1. Desemprego estrutural – típico de países subdesenvolvidos e dependentes, provocado pela fraqueza dos investimentos produtivos e pela ausência de mecanismos institucionais de distribuição mais igualitária da renda. [...];
2. Desemprego tecnológico – típico dos países mais desenvolvidos, é provocado pela reestruturação produtiva, isto é, pela introdução da mais sofisticada tecnologia de base microeletrônica conjugada à adoção de novas e sofisticadas formas de organização do processo de trabalho, cuja consequência imediata é a redução de milhões de postos de trabalho em todo o mundo... No Brasil, a modernização tecnológica e organizacional, a partir da década de 90, quando da abertura dos mercados brasileiros que obrigou as grandes empresas a tornarem-se internacionalmente competitiva, é também responsável por parte da porcentagem do número de desempregados. [...];
3. Desemprego conjuntural que, como o próprio nome indica, é consequência da queda temporária dos investimentos produtivos em determinadas conjunturas econômicas, financeiras e/ou políticas nacionais e/ou internacionais, marcadas sobretudo pelo aumento dos preços dos insumos industriais, principalmente pelo aumento dos preços do petróleo, pelo aumento dos índices de inflação que corrói o poder aquisitivo da moeda, dos salários e a credibilidade dos negócios.[...] O resultado é o aumento do desemprego que tende a diminuir a médio prazo, seja graças ao sucesso de medidas adotadas, seja graças ao forte crescimento da economia mundial que, devido à globalização, é hoje um dos fatores determinantes dos índices de emprego e desemprego ao tornar todas as economias do mundo interdependentes;
4. Desemprego friccional, provocado pela mudança de emprego ou atividade dos indivíduos, muito comum nas últimas décadas com o desaparecimento e, ao mesmo tempo, o surgimento de muitas ocupações profissionais em decorrência das transformações tecnológicas e organizacionais do processo de trabalho e da reestruturação dos mercados de trabalho;
5. Desemprego temporário, em razão da sazonalidade de algumas atividades econômicas, sobretudo as relativas à agricultura e ao turismo em algumas regiões.

No Brasil há essas formas de desemprego, mas é no desemprego estrutural, majoritariamente, que a informalidade sempre se enquadrou. A Pesquisa sobre Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de São Paulo, resultado de convênio entre a Fundação SEADE e o DIEESE, utiliza-se de amostragem probabilística, partindo da inserção, no mercado de trabalho, de indivíduos de dez anos para mais que compõem a população em idade ativa (PIA). Os parâmetros usados foram: procura efetiva de trabalho; disponibilidade para trabalhar, procurando até 12 meses; situação de trabalho; tipo de trabalho exercido; necessidade de mudança de trabalho. A partir da combinação de todos esses parâmetros, foram construídos os conceitos necessários para a identificação dos segmentos da PIA, tais como:

- POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA): parcela da PIA que está ocupada ou desempregada.
- OCUPADOS: indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente; ou possuem trabalho remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou trabalho remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho.
- DESEMPREGADOS: indivíduos que se encontram em uma das seguintes situações:
 - A) DESEMPREGO ABERTO: procuraram trabalho de maneira efetiva nos trinta dias anteriores ao da entrevista, e não exerceram nenhum tipo de atividades nos 7 últimos dias.
 - B) DESEMPREGO OCULTO PELO TRABALHO PRECÁRIO: para sobreviver, exerceram algum trabalho de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado, em negócio de parentes. Além disso, tomaram providências concretas nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses atrás, para conseguir um trabalho diferente desse.
 - C) DESEMPREGO OCULTO PELO DESALENTO E OUTROS: não possuem trabalho e nem procuraram, nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze meses.
 - D) INATIVOS: maiores de 10 anos que não estão ocupados ou desempregados.

Um dos diferentes resultados estatísticos possíveis sobre a PIA, presente na Tabela 3, demonstra a situação do desemprego em 2006 no Município de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo. A análise desses dados permite constatar a preponderância do desemprego em todos os seus parâmetros no Município de São Paulo, em relação à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), corroborando a tese de que o Município está perdendo postos de trabalho formais para outras regiões do Estado e também do Brasil:

TABELA 3 – População desempregada no Município de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), por tipo de desemprego, em 2006

População Desempregada (Desemprego aberto, oculto pelo trabalho precário e pelo desalento)				
	Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	Desemprego Aberto	Desemprego Oculto pelo Desalento	Total
	Frequência (%)	Frequência (%)	Frequência (%)	Frequência (%)
Município de São Paulo e Restante da RMSP	13,4	35,2	5,1	53,6
RMSP sem o Município de São Paulo	11,6	30,6	4,2	46,4
Total	25,0	65,7	9,3	100,0

Fonte: Fundação Seade, Dieese

Já o IBGE, em sua nova metodologia, elaborou a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), com indicadores expressos em taxas, obtidos pela amostra probabilística em determinados períodos de referência (semana, data, período de 30 e de 365 dias, e mês de referência). A partir desses dados da pesquisa, pode-se constatar um significado para algumas noções, principalmente aquelas que dizem respeito a *ocupação* e *desocupação* do trabalhador.

O termo *ocupação* é expresso para indicar o contingente de pessoas ocupadas, e aquelas com procura de trabalho no período de referência de trinta dias. Já as pessoas *subocupadas* são aquelas com insuficiência de horas efetivamente trabalhadas na semana de referência, e as *subremuneradas*, por sua vez, são aquelas em que isso se deu em todos os trabalhos que tinham na semana de referência; finalmente, o termo *desocupação* diz respeito ao contingente de pessoas desocupadas segundo a existência de trabalho anterior, a condição na família, o período de referência da procura, a faixa de tempo da procura de trabalho, o grupamento de atividade do último trabalho no período de referência de 365 dias e o motivo da saída de último trabalho no período de referência de 365 dias. Quanto ao tempo de procura, esse termo corresponde ao tempo em que a pessoa se empenhou para conseguir trabalho, sem interrupção de mais de duas semanas seguidas, contado até a data da última providência no período de referência de 365 dias.

Para o IBGE, a PEA é constituída pelas pessoas ocupadas e desocupadas com procura de trabalho no período de referência de 30 dias, na semana de referência.

A *inatividade* refere-se a pessoas não economicamente ativas, de 10 anos ou mais de idade, que estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência da pesquisa, e o total de pessoas não economicamente ativas na semana de referência. Consideram-se *pessoas marginalmente ligadas à PEA* aquelas não economicamente ativas na semana de referência, que estiveram na PEA no período de captação de 365 dias, e que estavam disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência da pesquisa. As pessoas *desalentadas* são aquelas marginalmente ligadas à PEA na semana de referência da pesquisa e que estavam procurando trabalho, de modo ininterrupto, há pelo menos seis meses, tendo desistido por não encontrar qualquer tipo de trabalho, trabalho com remuneração adequada, ou mesmo algum trabalho de acordo com as suas qualificações.

Em síntese: os critérios utilizados pelo IBGE referem-se ao desemprego aberto, compreendendo as pessoas que procuram emprego sem consegui-lo nos últimos 30 dias do período de referência, e que não tiveram nenhuma ocupação remunerada. Os dados do IBGE são coletados nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Por sua vez, os critérios da Fundação SEADE e do DIEESE são de desemprego total, compreendendo o desemprego aberto, o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento, conforme discriminado acima. Seus dados são coletados das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belém, Distrito Federal, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Salvador.

Embora sejam utilizadas diferentes metodologias e dados, com conseqüentes diferentes produtos,

Infelizmente, porém, qualquer que seja a metodologia utilizada, a taxa de desemprego no país tem se mantido muito elevada, como elevados são os números referentes ao mercado informal de trabalho e ao trabalho precário (LAZZARESCI, 2007, p.45).

2.4 O PROCESSO DE INFORMALIDADE BRASILEIRO

Conceituado o setor e o trabalhador informal, a partir da legislação trabalhista brasileira, e apresentados os conceitos de desemprego, serão analisadas as formas de inserção

no mercado de trabalho fora de seu sistema formal e a evolução dessa situação no Brasil e no Município de São Paulo.

Embora não seja este o segmento ora estudado, a informalidade hoje atinge também os trabalhadores qualificados, que atuam na indústria, no comércio e nos serviços, com importante parcela de participação na composição dos trabalhadores informais. A matéria de Marcelo Rehder (2007), feita a partir de entrevista com Márcio Pochmann, dá a dimensão desse segmento:

O contingente de trabalhadores informais, que já são quase a metade do total de ocupados no país, passou a ser integrado, nos últimos 20 anos, por profissionais qualificados, que atuam em setores de ponta de indústria, do comércio e dos serviços. Essa é uma das principais conclusões de um estudo divulgado ontem pelo economista Márcio Pochmann, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mostrando que houve uma sofisticação do trabalho informal no período.

“O segmento informal não é mais aquele colchão amortecedor do desemprego do passado, onde cabia quase todo mundo”, diz Pochmann. “Hoje, a concorrência é muito mais acirrada, o que exige maior escolaridade e qualificação dos candidatos a uma ocupação informal”. [...]

A taxa de informalidade cresceu de 46,7% para 47,9% do total de ocupados entre 1995 e 2005 [...], e o nível de escolaridade dos trabalhadores informais subiu quase 50%. Passou de 5,6 anos de estudo, em 1985, para 8,2 anos em 2005. Praticamente, não há mais diferença significativa com o trabalhador formal, cuja escolaridade é de 9,1 anos [...] (REHDER, 2007).

O segmento ao qual pertencem os trabalhadores envolvidos nesta pesquisa compreende os trabalhadores informais, desqualificados e com baixa qualificação, composto principalmente de desempregados com práticas vinculadas à luta pela sobrevivência. No âmbito nacional, Kowarick (1977), em sua obra sobre a marginalização e o capitalismo, atribui à forma inicial de industrialização monopolista o aparecimento das estruturas periféricas à economia global, que se mostrou abrupta nos países da América Latina e, conseqüentemente, no Brasil. O autor entende que o processo sempre existiu no capitalismo global, cuja expansão se dá de forma a marginalizar a mão-de-obra de determinados grupos sociais dos setores de ponta da economia, mas que são necessários ao processo de acumulação capitalista ao contribuírem para a minimização dos custos de produção.

Portanto, já se verificava aquilo que se confirma hoje: que os grupos de trabalhadores tidos como marginais preenchem papéis de relativa importância no processo de acumulação capitalista, sem deixarem de ser percebidos como integrantes de uma estrutura à parte, desvinculados do processo central de acumulação que impera na sociedade.

Isso ocorre porque a expansão da produção industrial na América Latina - e destacando-se nela o Brasil -, em seu início, deu-se muito mais pela incorporação de

inovações tecnológicas e científicas do que pela incorporação de um número maior de força de trabalho, criando, assim, um permanente excedente que não se tornaria mais absorvível (KOWARICK, 1977). Esse fato determinou a manutenção relativa do emprego no setor industrial, sendo que o incremento de trabalhadores urbanos e o aumento do êxodo rural contribuíram para uma elevação do emprego nos serviços e no trabalho informal.

Atualmente, na economia brasileira, o nível de informalidade no trabalho, apesar de crescente e decorrente da estrutura econômica e da reestruturação empresarial, é um fato recorrente ao desenvolvimento econômico brasileiro no passado. Uma característica marcante da economia latino-americana e, por conseguinte, da brasileira, é a permanência ou o aumento do desemprego estrutural da mão-de-obra não qualificada (KOWARICK, 1977).

O Brasil começou a estruturar seu processo de acumulação a partir da década de 60 nos setores de química, material de transporte, eletrodoméstico e metalurgia, que eram os mais modernos e dinâmicos de nossa economia. Atingiu razoável grau de desenvolvimento econômico quando comparado às demais sociedades latino-americanas, contando com um setor industrial diversificado. Mas, por captar recursos no mercado internacional, tal como outros países da América Latina, o país se endividou para construir a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento industrial, sobretudo no governo militar que solicitava empréstimos e que não os empregava produtivamente.

Com o fim do *fordismo* e o início do *toyotismo*, a formação de redes empresariais globais promoveu a dispersão das etapas de produção em todas as partes do mundo. Isso se deu, principalmente, nos países pobres da América Latina e da Ásia, configurando uma nova divisão internacional do trabalho. Esses países, inclusive o Brasil, tornaram-se exportadores de bens industrializados, ao mesmo tempo em que o Japão tornou-se um país altamente industrializado.

São muitos países produzindo para exportar, acirrando a competição e gerando uma crise de consumo sem precedentes. Além disso, as empresas transferem suas sedes para paraísos fiscais, gerando também uma crise fiscal sem paralelo, levando ao fim do Tratado de Bretton Woods. Diante desse quadro, o Brasil precisou se adequar às novas circunstâncias da economia global, quando as empresas tiveram que reduzir seus custos. A reação veio com a intensificação dos blocos econômicos para garantir o livre comércio das mercadorias, e a conseqüente redução de custos dos produtos.

Dessa forma, num âmbito global, a questão do desemprego e da informalidade se intensificou nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI. Segundo Lazzareschi (2007, p.13):

Nas três últimas décadas do século passado, o desenvolvimento científico e tecnológico permitiu o avanço da internacionalização da economia de mercado, provocando profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais de dimensões mundiais e, ao mesmo tempo, a transformação do processo de produção nas sociedades industrializadas, com a inauguração de uma nova lógica organizacional do mundo do trabalho. Tem início, então, o processo de reestruturação produtiva que aumenta a produtividade do trabalho, barateia mercadorias, inunda os mercados de novos produtos, acirra a competição internacional, mas, em contrapartida, aprofunda a desigualdade entre regiões, países e continentes, dada a desigualdade na apropriação do conhecimento científico e tecnológico.

Com o advento da crise econômica instalada a partir de meados da década de 60 até a década de 70, os países credores começaram a cobrar empréstimos, ficando as décadas de 80 e 90 conhecidas como as décadas perdidas. Essa crise sem precedentes diminuiu a capacidade de geração de empregos, aumentando o desemprego e a informalidade. Conforme pode ser visto no Gráfico 1, após uma queda na taxa de desemprego aberto em 1987, a taxa flutua, mas sempre num crescente:

Fonte: PME/IBGE

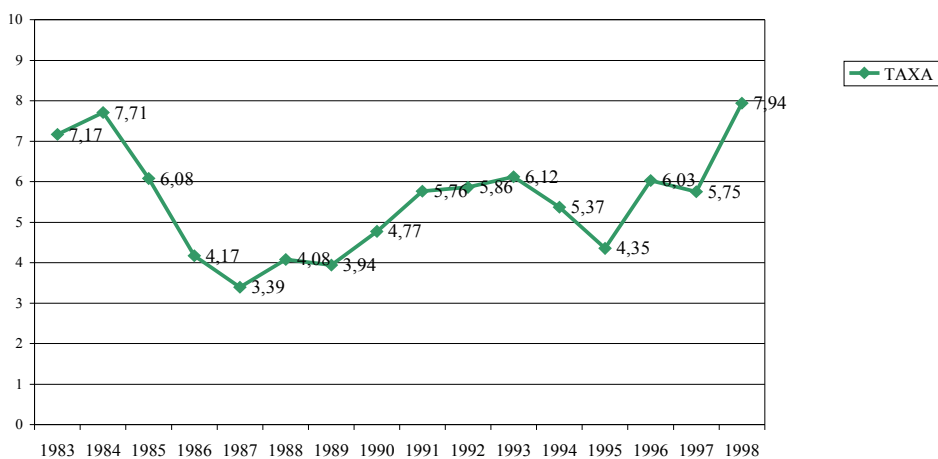


GRÁFICO 1 – Taxa de desemprego aberto-semana (%)-idade mínima 15 anos (Total por Região Metropolitana: Recife, Salvador, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo. 04/1983-1998). Antiga metodologia.

O Brasil, embora não desenvolva tecnologia de ponta, é um país que cada vez mais se utiliza de tecnologia sofisticada e poupadora de mão-de-obra, trazendo à tona a problemática da absorção de força de trabalho no setor urbano de sua economia. Isso mostra que a persistência ou a criação do trabalho marginal (KOWARICK, 1977) adquire

importância teórica na medida em que se dá, também, em um quadro econômico com algum desenvolvimento e não estagnado. Sem dúvida, a reestruturação produtiva está no centro dessa questão. Conforme Lazzareschi (2007, p.14):

A reestruturação produtiva resulta da introdução de novas tecnologias de base microeletrônica (tecnologias de informação), conjugada à introdução de novas técnicas gerenciais do processo de trabalho (toyotismo, just-in-time/kanban), cuja consequência imediata e mais importante é a desestruturação dos mercados de trabalho que se expressa no aumento crescente do desemprego e do mercado informal de trabalho, no desaparecimento de muitas ocupações e surgimento de outras para as quais se exigem novas competências profissionais, no estabelecimento de novas e precárias relações de trabalho (jornada parcial de trabalho, contrato temporário de trabalho, banco de horas, terceirização), enfim num enorme sofrimento humano.

Em um mundo onde o emprego está se tornando cada vez mais disputado, é na informalidade que muitos trabalhadores acham uma forma de sobrevivência.

2.5 A INFORMALIDADE NO TRABALHO: REVISÃO DA LITERATURA

2.5.1 SEGMENTAÇÃO OU COMPETITIVIDADE: OS DILEMAS IMPOSTOS PELO AUMENTO DO TRABALHO INFORMAL

De acordo com Ulysea (2006), a literatura sobre o mercado de trabalho informal no Brasil multiplica-se no fim dos anos 80, quando a informalidade aumenta em um grau muito agudo. Curi e Menezes Filho (2006) também colocam a questão do crescimento dos índices de informalidade como fator central no aumento da reflexão sobre a informalidade, sobretudo no que diz respeito ao enfoque econômico que destaca as diferenças salariais e condições de trabalho apresentadas no novo contexto:

A existência de altos níveis de informalidade no mercado de trabalho brasileiro e no de vários países em desenvolvimento tem gerado um intenso debate na sociedade e na literatura econômica a respeito do mercado informal de trabalho. Na sociedade brasileira existe uma preocupação cada vez maior com os crescentes níveis de informalidade e seus impactos sobre as contas de previdência, por exemplo. Na literatura econômica, a questão que se coloca é principalmente se os diferenciais de salários e de condições de trabalho entre os que exercem atividade no setor formal e os que estão na informalidade refletem a existência de um mercado de trabalho segmentado (dual) ou se este mercado é, na verdade, competitivo (CURI; MENEZES FILHO, 2006, p.868).

Os conceitos apresentados por Curi e Menezes Filho (2006) de “mercado de trabalho segmentado (dual)” ou “mercado competitivo” são um caminho interessante para a elaboração

da análise sobre os rumos que a discussão sobre o trabalho informal tem tomado. Os autores (CURI; MENEZES FILHO, 2006) definem a hipótese de “mercado de trabalho segmentado (dual)” como aquele que entende trabalho formal mais vantajoso para o trabalhador, por estabelecer as garantias trabalhistas.

De acordo com a hipótese de dualidade, os postos de trabalho no setor formal são efetivamente melhores em várias dimensões, e a existência de informalidade ocorre porque o número destes postos é limitado ante a oferta de trabalho existente, ocorrendo, assim, um racionamento no mercado de trabalho. Desta forma, os trabalhadores que não conseguem emprego no setor formal têm que se contentar com um emprego no setor informal, apesar de serem igualmente produtivos (CURI; MENEZES FILHO, 2006, p.868).

Na hipótese que defende o “mercado competitivo”, os trabalhadores de ambos os setores são diferentes, a capacidade de produção é o componente central, e fatores subjetivos determinam sua inserção. O mercado informal, nestas condições, apresenta-se vantajoso em relação à formalidade nas relações trabalhistas.

Segundo a hipótese de mercado competitivo, os diferenciais de salários observados entre os trabalhadores no setor formal e informal se devem, na verdade, ao fato de os trabalhadores dos dois setores serem muito diferentes entre si, mas tais diferenças não são passíveis de observação pelo analista porque decorrem de fatores como habilidade, perseverança, disposição para o trabalho etc. Assim, há uma distribuição de postos de trabalho e uma de trabalhadores com produtividades (ou preferências) diferentes, e o mercado ‘casa’ os melhores trabalhadores com os melhores postos, numa situação de equilíbrio e sem racionamento ou discriminação (CURI; MENEZES FILHO, 2006, p.868).

Na discussão científica sobre a informalidade, suas causas e conseqüências sobre a remuneração, os autores ora se alinham à primeira hipótese, ora à segunda, mas há que considerar que o recorte analisado por tais autores incluía outros Estados do Brasil – sendo, portanto, mais amplo do que aquele aqui proposto. Eles defendem a hipótese do mercado competitivo, ao constatarem que a migração para a informalidade ocorreu também nos estratos mais educados da população:

[...] o aumento na porcentagem de trabalhadores informais provavelmente não ocorre devido a um aumento da segmentação no mercado de trabalho, visto que os trabalhadores mais educados tendem a ser mais produtivos do que os menos educados (CURI; MENEZES FILHO, 2006, p.875).

Os autores observam que, apesar de uma tendência histórica de existência do setor informal, esse índice está crescendo e um dos fatores que contribuem para esse crescimento é o desemprego e a transição desta condição para o setor informal.

Assim, os resultados das matrizes de transição indicam que o aumento da informalidade e do trabalho por conta própria na década de 1990 ocorreu tanto por um aumento da transição a partir da formalidade para outros estados, em particular o trabalho informal, como por uma diminuição acentuada da transição do desemprego para a formalidade (CURI; MENEZES FILHO, 2006, p.880).

No entanto, defendem a hipótese de uma competitividade em detrimento da segmentação do mercado (dual) porque a remuneração no setor informal subiu em relação aos anos 80 (CURI; MENEZES FILHO, 2006), atribuindo a esse contexto a ausência de conseqüências determinantes da distribuição de renda.

O diferencial de salários entre o setor formal e o informal, após o controle pelas características não-observáveis dos trabalhadores, como a habilidade, era de apenas 10% na década de 1980, e declinou para cerca de 5% na década de 1990. Isto indica que a segmentação no mercado de trabalho brasileiro é muito baixa, o que o aproxima de um mercado competitivo. Portanto, os resultados sugerem que o aumento da informalidade não tem conseqüências importantes para a distribuição de renda nem para a produtividade da economia, independentemente dos seus efeitos sobre a arrecadação de impostos e previdenciária (CURI; MENEZES FILHO, 2006, p.899).

2.5.2 O CONCEITO DE INFORMALIDADE: EM BUSCA DO CONSENSO

Outro viés de abordagem é a questão do próprio conceito de informalidade, cuja discussão predominou nas primeiras produções acadêmicas sobre o tema, fossem elas nacionais ou internacionais (ULYSSEA, 2006).

A conceituação de informalidade no mercado de trabalho, porém, está longe de chegar a um consenso. Como a legislação brasileira exige a carteira assinada dos trabalhadores, a conceituação se pautou, preponderantemente, pela presença ou não do registro formal. Mas muitas pesquisas também conceituam trabalho informal como a soma dos trabalhadores sem carteira, ou por conta própria, que não contribuíram para a previdência, além das conceituações que focam a unidade produtiva em detrimento do trabalhador, como se verá a seguir.

Há, então, uma discussão heterogênea e desorganizada, que dificulta o trabalho de precisar o que se pode entender por informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

2.5.3 A OIT E O CONCEITO DE INFORMALIDADE

Conforme visto anteriormente, nas primeiras perspectivas da OIT (1993), o setor informal tem sido definido a partir das características das atividades em unidades produtivas,

e não através das características das pessoas comprometidas e do tipo de trabalho que fazem. Conseqüentemente, a população empregada no setor informal tem sido considerada aquela que já foi empregada pelo menos uma vez em uma unidade produtiva do setor informal. Aquelas pessoas empregadas exclusivamente em unidades produtivas fora do setor informal foram excluídas, sem importar o grau de precariedade que seu emprego pudesse ter. Assim, o conceito de pessoas empregadas no setor informal não é idêntico ao conceito de pessoas empregadas em uma relação de emprego informal (CACCIAMALI, 2000).

Dialogando com tais especificações, o resultado que se obtém é o conceito de economia informal, que abrange um variado espectro. Pode referir-se a fenômenos muito diferentes como trabalho ilegal, trabalho eventual, vendedores ambulantes, pequenos negócios e evasão tributária, dentre outros. É possível representar, igualmente, as dificuldades que os indivíduos e as organizações enfrentam nessa nova conjuntura econômica e social, com as tensões resultantes das desigualdades sociais por falta de regras e leis consensuais num ambiente de crescente competitividade (CACCIAMALI, 2000).

Assim, Cacciamali (2000) considera como trabalho informal aquele em que participam pequenas unidades, nas quais as relações capital-trabalho não são bem definidas no que se refere à organização do trabalho e à observação das normas legais. Nessa perspectiva, é possível que se tenha objetos de estudo como pequenas empresas, autônomos, trabalhadores do mercado secundário e, num outro ponto de vista, os trabalhadores não registrados (CACCIAMALI, 2000).

Para localizar o setor informal nesse processo de informalidade, a autora explica que ambos derivam de mudanças estruturais que se dão na sociedade e na economia, redefinindo as relações de produção e as formas de inserção dos trabalhadores na estrutura produtiva, nos processos de trabalho e nas instituições. Elas se dão pelos processos de reconversão produtiva, através da internacionalização e expansão do sistema financeiro, da maior internalização e abertura comercial das economias, e ainda com a desregulamentação dos mercados. Nos países ricos, esses processos geram maior taxa de desemprego, como na Europa, onde ocorre menor desigualdade salarial, levando à criação de empregos por meio de novas formas de contratos coletivos, empregando principalmente jovens e mulheres, desde a década de 80.

E, nos Estados Unidos, onde o desemprego é menor, tem-se a desigualdade na distribuição de renda. Nos países em desenvolvimento, cresce o setor de serviços, gerando novos postos de trabalho. Nestes países, os governos desenvolvem uma economia mais aberta e competitiva, diminuindo o emprego industrial enquanto aumenta o de serviços, além de ampliar o setor não estruturado.

Cacciamali (2000), assim, utiliza em seus estudos os parâmetros dados pela OIT (1993), que iniciou os primeiros estudos a respeito do tema em 1969, como parte do Programa Mundial de Emprego. Nesses estudos, tentava-se compreender como se davam as relações de produção nos países não industrializados ou em processo de industrialização, visando contribuir para o seu desenvolvimento econômico e, por conseqüência, o desenvolvimento das próprias relações capitalistas de produção.

Partindo do pressuposto de que o modelo de desenvolvimento através da substituição de importação não gerou postos de trabalho suficientes para a população economicamente ativa, o que se teve como conseqüência foi um grande excedente de força de trabalho que foi para atividades organizadas em pequena escala. Desse modo, a OIT (1993) propôs como alternativa de crescimento econômico a criação de empregos, menor grau de desigualdade na distribuição dos postos de trabalho, e diminuição dos níveis absolutos de pobreza (CACCIAMALI, 2000).

Em suma, o setor informal conceituado pela OIT (1993) inclui: empresa familiar; recursos próprios; pequena produção; facilidade de ingresso; uso intensivo do trabalho e da tecnologia adotada; qualificação profissional fora do sistema escolar formal; participação em mercado competitivo e não regulamentado pelo Estado. O Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), por outro lado, entende informalidade como as relações não organizadas juridicamente (CACCIAMALI, 2000).

O que se tem, a partir disso, é que o conceito de setor informal é composto por unidades produtivas orientadas para o mercado, e o fato de o proprietário do negócio exercer, simultaneamente, os papéis de organizador direto da produção e de produtor direto. Com isso, deixou de existir a separação entre as atividades de gestão e produção, permitindo análises para a compreensão das unidades produtivas, dos proprietários, e dos familiares e trabalhadores assalariados que nelas trabalham. Cacciamali (2000) sugere que os autores que adotam esse enfoque estruturalista de definição do setor informal devem levar em conta o uso e o processo de trabalho, bem como as suas relações com o setor formal.

Desde os anos 80, há explicações que consideram o setor informal como um conjunto de trabalhadores informais, sem registro, que desempenham atividades econômicas determinadas, ou mesmo empresas com pequeno número de empregados e subempregados. Explicar a informalidade dessa maneira tem sido questionado, embora possa haver um importante corte empírico de análise, mesmo não estando de acordo com as primeiras recomendações da OIT (CACCIAMALI, 2000).

Para Cacciamali (2000), o processo de informalidade no mercado de trabalho pode ter duas categorias: de assalariados sem registro, e de trabalhadores por conta própria, o que é determinado por diferentes razões. Os assalariados sem registro são aqueles que foram contratados à margem do mercado formal de trabalho, isentos de contratos legais e da organização sindical, ficando fora de qualquer benefício trabalhista, sem apoio para qualquer necessidade que se apresentar. Mesmo com tudo isso, a demanda por esse tipo de trabalhador dá-se em toda a estrutura produtiva, e essa categoria é, no Brasil, composta por trabalhadores jovens, idosos e mulheres, localizada principalmente na construção civil e em empresas de serviços.

Já os trabalhadores autônomos e os pequenos empresários atuam de duas maneiras: no mercado de bens e serviços como produtores, e no mercado de trabalho como contratantes de mão-de-obra, conhecidos como *gatos*. Operam no mercado com pouca produtividade, num minguaço capital físico e humano, trabalhando, simultaneamente, na gestão e na produção direta em seus negócios, podendo contar com o trabalho familiar e com ajudantes assalariados.

Os trabalhadores executam, por conta própria, trabalhos e atividades nos espaços não ocupados pelas grandes empresas nos mercados de bens, e ajustam-se às flutuações desses mercados. Isso se dá por falta de empregos, como alternativa à pobreza, e não significa que obtenham rendas menores do que os trabalhadores com emprego formal. Como a demanda de trabalho está associada e é impulsionada, principalmente, pela demanda de serviços, o nível de renda apresenta um comportamento no mesmo sentido do ciclo econômico (CACCIAMALI, 2000).

2.5.4 UNIDADES PRODUTIVAS VERSUS TRABALHO PRECÁRIO

Ao discorrer sobre a informalidade, Tavares (2004) chama a atenção para o fato de que a OIT (1993) conceituou o “setor informal” como aquele composto por unidades de produção, por empresas, não levando em consideração as relações de trabalho que nelas se estabelecem, isto é, sem levar em conta que a empresa informal promove formas de subutilização da força de trabalho, ocupações desprotegidas que são, portanto, trabalho precário. Para ela, é necessária uma revisão do conceito de trabalho não-assalariado em sua relação com o Estado, e não com a empresa e, com isso, questionar a observância da lei em alguns casos, e a não ocorrência dessa mesma observância em outros.

A autora afirma, então, que o fator mais importante para a compreensão do fenômeno do trabalho informal é o emprego não protegido, em especial aquele ligado diretamente à produção capitalista, cuja compra da força de trabalho é ocultada, descaracterizando o processo de assalariamento. Considera, também, que não há um marco definidor do setor informal em oposição ao setor formal. Nessa vertente dual, as características das atividades formais são aquelas que estão ligadas à produção capitalista, com clara separação entre capital e trabalho, voltada à produção, com mercado de trabalho protegido. As atividades informais são aquelas que se encontram, portanto, desprotegidas.

Ainda dentro dessa perspectiva dual, com a utilização dos termos *protegido* e *desprotegido* extrai-se a conceituação de informalidade do ponto de vista da Central Única de Trabalhadores (CUT), que se resume a duas noções básicas: uma primeira centrada na precariedade da ocupação, que considera como trabalho informal aquele cujas atividades produtivas são realizadas sem respaldo da legislação trabalhista, tal como os trabalhadores por conta própria, os trabalhadores sem carteira assinada e os não remunerados. E outra, que considera trabalho informal aquele que está vinculado a estabelecimentos que não são tipicamente capitalistas, distinguindo-se pelo baixo nível de produtividade. Nesse caso, o trabalho informal não se vincula à legalidade ou não, e sim à dinâmica das unidades produtivas, configurando o setor como desorganizado e não-estruturado e indicando uma estratégia de sobrevivência ao desemprego ou uma alternativa de desenvolvimento do próprio negócio.

Segundo essa conceituação, os trabalhadores informais são aqueles que se ocupam em sistemas simples de produção de mercadorias e serviços, na maioria das vezes, não assalariados. Nesta categoria, o empregador também pode trabalhar como empregado, ter ajudantes não remunerados - que são quase sempre familiares no caso dos autônomos -, ou contratar empregados assinando ou não suas carteiras, como uma microempresa com até cinco empregados.

Para a CUT, mesmo se conceituando o que é o trabalhador informal e o que é o trabalhador em relações de trabalho precarizadas, existem nuances que deixam a questão mais complexa. Conforme a OIT (1993), como já visto, existem os autônomos que trabalham na produção e distribuição para empresas, terceirizadas ou não, e os autônomos produtores de bens e vendedores de serviços ao público, neste caso os ambulantes, encanadores, pedreiros, pintores etc. Há também, neste último caso, pequenas empresas familiares, tais como padarias, confecções, vídeo-locadoras, mercearias e oficinas, entre outras, que existem enquanto a grande empresa não ocupa seus lugares.

Existem também as “quase empresas capitalistas”, que podem ser compostas de várias maneiras: de trabalhadores assalariados, cumprindo jornadas de trabalho que, segundo a lei, não são regulares, com baixos salários, podendo ser incluídas, dessa forma, na categoria dos informais; de componentes da economia solidária, tais como cooperativas de trabalho, produtoras de mercadorias e de prestação de serviços; de trabalhadores domésticos, por não trabalharem em unidades econômicas; e também, por fim, de profissionais com alta renda.

Nessa perspectiva, os trabalhadores informais estão vinculados ao segmento informal, não tipicamente capitalista. Não participam, assim, daquela parcela com ocupações precárias em atividades capitalistas - os trabalhadores sem carteira assinada, cujos empregadores não respeitam a legislação trabalhista.

Seguindo também a visão da OIT, Jakobsen, Martins e Dombrowski (2000) destacam, da mesma forma, que para medir o trabalho informal é preciso tomar a unidade econômica como ponto de partida. Tal unidade é caracterizada pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização, e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho. Em ambos, parte-se do pressuposto de que todos os trabalhadores ocupados nas unidades econômicas com essas características são informais, sem entrar no mérito de possíveis exceções.

A conceituação operacional do setor informal que Jakobsen, Martins e Dombrowski (2000) utilizam para a construção dos indicadores estatísticos de seu estudo obedece aos critérios da OIT (1993) contidos na Recomendação Aprovada na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, além de acrescentar o segmento “assalariado sem carteira de trabalho assinada”. O estudo compreende as seguintes categorias:

Assalariados em empresas com até cinco empregados:

- com carteira assinada;
- sem carteira assinada.

Assalariado sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados:

- Empregadores em empresas com até cinco empregados;
- Donos de negócio familiar.

Autônomos:

- Que trabalham para o público;
- Que trabalham para empresas.

Empregados Domésticos:
- Trabalhadores familiares

Em sua análise sobre o processo de informalidade do setor de serviços no Brasil, Kon (2004a) afirma que a ampliação da marginalidade deu-se com maior intensidade durante o período de industrialização por substituição de importação, o que terminou por contribuir, no caso do setor de serviços, para o aumento de postos de trabalho complementares à atividade industrial. Também foram fatores de influência o aumento médio dos rendimentos dos assalariados nas demais atividades, e a conseqüente elevação de consumo de serviços pessoais.

Essa concepção aproxima-se da abordagem da OIT (1993), ao postular que o crescimento natural da força de trabalho urbana acelerou-se com a vinda dos trabalhadores rurais. Por isso, uma parte considerável da população não encontrou trabalho nas empresas industriais urbanas. Nesse contexto, foram criadas ocupações de serviços com baixos níveis de produtividade, não relacionados ao processo de acumulação do capital, que, além de tudo, se mostravam dependentes das oportunidades oferecidas pelo mercado para vender um bem ou serviço gerador de renda.

Considera-se, nesse caso, que o setor informal é definido como uma alternativa para o desemprego, sendo constituído pelo excedente de mão-de-obra. É possibilitado pela facilidade de entrada, em razão de ser composto basicamente de ocupações que exigem pouco capital e pequena escala de produção; somam-se a isso a pouca organização produtiva e os processos tecnológicos simples, acompanhados da falta de proteção oferecida pelas políticas governamentais.

Para Kon (2004a), essa abordagem representa melhor a condição atual encontrada na realidade brasileira, pois o processo de terceirização nas empresas capitalistas conduz a novas formas de inter-relação entre os mercados formal e informal, dentro e fora das cadeias produtivas. A situação brasileira incorpora também esse conceito, no qual fazem parte do contexto empresas de cunho capitalista e trabalhadores que, por conta própria ou atuando como pequenos produtores, têm a possibilidade de acumulação de capital. Esse ambiente representa um mercado amplo para a introdução de empresas capitalistas, que se sentem atraídas pelo volume de negócios das atividades informais com possibilidade de se tornarem lucrativas.

Mesmo assim, o espaço das atividades informais continuará existindo em algumas atividades. Postos de trabalho novos são criados quando o setor informal se expande nas

esferas da produção de serviços às empresas e aos serviços pessoais, e também da comercialização, reparação e outras. Nesses espaços, a empresa capitalista formal tende a se articular mais intensivamente com a pequena produção, via subcontratação. Dessa forma, a origem do setor informal não está mais na existência de excedente de mão-de-obra, mas no próprio processo de acumulação capitalista.

Kon (2004b) não vê o setor informal exercendo um papel de ajuste entre oferta e demanda no mercado de trabalho, ao conceituar o setor informal como aquele de pequena produção que não é tipicamente capitalista, isto é, composto por cinco tipos de unidades produtivas: empresas quase capitalistas; empresas familiares ou trabalhador autônomo (exclui profissionais liberais independentes); trabalhadores por conta própria, subordinados; pequenos vendedores de serviços; e serviço doméstico.

Destaca-se, também, um enfoque diferenciado sobre o setor informal, a partir das atividades: 1. não legalizadas, ou que não cumprem as regulamentações ou legislações fiscais, laborais, financeiras ou outras; e 2. em economias subterrâneas, invisíveis, paralelas ou negras. Portanto, sob esse enfoque, o setor formal é composto pelas atividades plenamente legalizadas, ou seja, a ilegalidade não constitui apenas uma das características da informalidade, mas sim a característica-chave, cujo crescimento é determinado pela excessiva regulação do Estado, que se baseia em impostos, regulamentações, proibições e corrupção burocrática.

O setor informal é um componente integrante do conjunto das economias, e não apenas uma parte marginal delas. Estudos atuais mostram a tendência de crescimento do setor informal nas economias altamente institucionalizadas, em detrimento do trabalho formal, representando uma realidade e não situação de atraso (KON, 2004b). Enfim, para o autor, o trabalho informal é aquele que é praticado nas empresas e nos serviços domésticos, isento de vínculos empregatícios, e também o trabalho por conta própria no contexto do mercado de trabalho. Além disso, estas são atividades que têm participado de forma relevante e crescente na economia. Do total de trabalhadores do Brasil, quase 58% estavam ocupados informalmente em 1999 e, do total de ocupações informais, 50% se alocavam no setor de serviços, enquanto 18% e 32%, respectivamente, estavam no setor industrial e agrícola.

2.5.5 PERCEPÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL

Com o título *Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil*, o artigo de Noronha (2003) defende as três matrizes de abordagem do tema, como segue:

(1) os economistas, com a oposição formal/informal; (2) os juristas, com a oposição legal/ilegal; e (3) o senso comum com a oposição justo/injusto. Eficiência, legalidade e legitimidade são três dimensões subjacentes a esses princípios constitutivos do contrato (NORONHA, 2003, p.112).

Dessa forma, o autor apresenta uma discussão sobre os diferentes significados de informalidade e de contratos de trabalho, visando a reformulação do conceito de informalidade do ponto de vista de economistas, juristas e da opinião pública. Imbrica o problema da informalidade com problemas sociais, bem como tece críticas à heterogeneidade do uso do conceito à luz da diversidade de processos que geram as relações de informalidade no Brasil.

Para o autor, o conceito de informalidade refere-se a categorias de trabalho muito heterogêneas para juntarem-se em um único significado, o que, segundo ele, os autores em geral vêm fazendo. Essas categorias divergem de país para país e em diferentes períodos de tempo. É necessário entender, primeiro, a formalidade em cada país, para que depois seja analisada a informalidade que dela deriva. Para ele, o debate sobre a informalidade pouco avançou o que faz com que os analistas agrupem, no conceito de informalidade, acontecimentos diversos.

O mesmo Noronha (2003) retoma os conceitos formulados de formalidade e informalidade, assim como as noções de contratos de trabalho legítimos. Estabelece uma crítica às interpretações predominantes de informalidade, apresentando uma diversidade de situações contratuais segundo o conceito de *formal*. Analisa também o trabalho informal no mercado de mesmo tipo, e os princípios que separam as atividades de empregado, empregador, e prestador de serviços autônomos. Baseado nas abordagens acima citadas, apresenta também tipos de explicações da informalidade:

1. A velha informalidade, própria dos anos 60 e 70, que explica o mercado de economia em transição, produzindo desemprego e subemprego. Esse mercado é formado por camponeses que migraram para as cidades industrializadas de países em desenvolvimento, sem muitos atrativos para investimentos capitalistas, nas quais a

informalidade é condição própria. Aconteceu no Brasil mais tardiamente, nos anos 80, quando a Constituição reforçou os direitos do trabalho que considerava o trabalho informal um subemprego. É um ponto de vista econômico que tem o investimento como variável-chave.

2. O trabalho informal, resultado da maximização dos lucros de empresas situadas em países com alto custo trabalhista, num mundo em competição por mercados que o autor chama de informalidade neoclássica.
3. A informalidade, como mudanças no processo de trabalho, novas formas gerenciais e organizacionais, e novos tipos de trabalho que não se limitam ao tempo ou lugar, à qual o autor chama de nova informalidade ou informalidade pós-*fordista*, que apareceu no Brasil no início dos anos 90 e que está ligada à informalidade das classes média e operária, mais do que à dos mais pobres, como os ambulantes e similares.

Para Noronha (2003), a velha informalidade está permeada de interpretações incorretas, que classificam como informalidade o trabalho precário. É própria de países com disparidades regionais em constantes alterações sociais e considerável migração, dificultando a distinção do trabalho informal numa economia tradicional nas grandes cidades de países em desenvolvimento, conceito esse adotado por vários cientistas sociais brasileiros. Já a contraposição da informalidade neoclássica é jurídica. Ambas têm como semelhança a questão da regulação do trabalho, e, como diferença, o fato de que a versão neoclássica quer evitar a falência do mercado pela força da lei, enquanto a versão da justiça quer evitar a falência da lei devido à força do mercado:

A abordagem da “velha informalidade”, embora clara e consistente, pode facilmente gerar interpretações mais frágeis, como, por exemplo, aquelas que identificam “informalidade” com trabalho precário. Em países com grandes diferenças regionais e que enfrentam rápidas mudanças sociais, incluindo fluxos migratórios, é bastante difícil distinguir o trabalho “informal”, derivado da economia tradicional da “informalidade” das grandes cidades, de trabalhos ao mesmo tempo modernos e pobres, típicos de relações capitalistas recém-deterioradas. Isso talvez explique a adoção desta versão do conceito por vários cientistas sociais brasileiros (NORONHA, 2003:120).

De outro lado, o que o autor chama de “nova informalidade” tem duas vertentes: uma, que considera o contrato tradicional de trabalho como aquele que não está adequado às novas tecnologias e práticas gerenciais; a outra é uma crítica que toma por base a idéia de que a realidade não mudou, que as relações de emprego são as mesmas, e que

as mudanças ocorreram devido ao aumento da concorrência internacional e da preponderância de princípios neoliberais no cenário mundial, o que causou muitos problemas sociais como o desemprego ou os empregos ‘precários’. Tal crítica circunstancia, pois, a vertente negativa e pode ser denominada a abordagem da globalização (NORONHA, 2003, p.120).

Essas abordagens são aceitas no Brasil, pois a velha informalidade pode ser encontrada em diferentes regiões ou trabalhos onde a informalidade neoclássica também é aceita, em virtude do modelo legislado de relações de trabalho. Mas o contra-argumento jurídico é forte, porque o direito do trabalho é direito social no Brasil, o que ajuda a evitar a desregulamentação.

Apesar de partir dessas conceituações existentes sobre informalidade no Brasil, há, para Noronha (2003), uma abordagem mais defasada sobre a informalidade entre os mais pobres, pois não há uma sustentabilidade teórica sobre esse assunto. O debate mais intenso se dá entre as abordagens neoclássica e jurídica, pois o conceito de contrato de trabalho no Brasil é bastante enraizado.

Em vista dessas abordagens, a tarefa da pesquisa empírica é a identificação setorial e regional dos diversos tipos de informalidade, e a avaliação de seu peso relativo. É o que se pretende na pesquisa sobre os *chapas*.

O quadro sobre o trabalho informal se completa com a noção do senso comum, desenvolvido a partir da influência da mídia ao veicular noções especializadas de juristas e economistas. No Brasil, o trabalho informal típico pode ser entendido por justo ou aceitável e não é considerado ilegal, o que não é válido para o comércio de produtos ilegais e contratos ilícitos:

As linhas divisórias entre contratos de trabalho “ideal”, “justo”, “aceitável” “pessoalmente inaceitável”, “injusto” ou “socialmente intolerável” são tênues e misturam noções de necessidade pessoal, de eficiência, de éticas pessoais e familiares, de justiça e de valores, normas e hábitos socialmente definidos (muitos deles de natureza tradicional, não problematizados) (NORONHA, 2003, p.121).

Porém, dois princípios gerais estão na linha divisória entre o justo e o injusto. Primeiro: não ter direitos iguais a outros empregados da mesma empresa em postos similares; e, segundo: perceber que ganhos extras dos empregadores são obtidos pela restrição de direitos (NORONHA, 2003).

Para Noronha (2003), deve existir o reconhecimento da necessidade de construção de um conceito capaz de representar os diferentes motivos para a não observação da lei, fundamentando as explicações sobre a informalidade, o que não tem ocorrido. Por fim, a

conclusão do autor é a de que as abordagens sobre o que é ilegal, informal ou injusto nem sempre são excludentes, e que se encontram em mudança constante em uma sociedade que apresenta tipos de relação trabalhista que dificultam o estabelecimento de uma base empírica de reflexão:

Nesses momentos, a discussão sobre a legitimidade dos contratos (legitimidade essa oriunda das noções populares de contratos “justos” ou “aceitáveis”) não pode ser obscurecida pelos debates tradicionais no âmbito do direito e da economia sobre a legalidade e a eficiência econômica dos contratos. Ao contrário, para compreender o fenômeno da “informalidade”, ou melhor, dos contratos atípicos, é essencial a compreensão daquilo que escapa à razão do economista e do jurista, isto é, o balanço efetivamente elaborado pelas partes dos contratos entre as noções de eficiência e justiça.

[...] Subemprego, trabalho informal, trabalho precário ou precarização são termos possivelmente úteis para descrever situações ou processos gerais que marcam determinadas épocas ou regiões, mas são insuficientes para entender a gama de contratos atípicos. Ou seja, aqueles contratos do setor privado que fogem do padrão legal – CLTista, no caso brasileiro (NORONHA, 2003, p.125).

Numa outra abordagem crítica, Tavares (2004) considera que o crescimento das relações informais na produção capitalista, a partir da década de 90, não permite mais que o trabalho informal seja explicado somente por unidades produtivas de caráter individual ou familiar, consubstanciando, em geral, apenas atividades de sobrevivência que visam a sobrevivência do trabalhador e de sua família e que têm caracterizado o que se conhece por setor informal.

Para Tavares (2004), são frágeis as fronteiras definidoras de formal e informal, o que se complica pela visão dualista que organismos financeiros e governamentais utilizam-se para explicar o *atrasado* e o *desenvolvido* como não sendo partes do mesmo processo produtivo. A seu ver, a informalidade consiste no aviltamento ainda maior do trabalho assalariado derivado de processos de terceirização irregulares e ausência de direitos trabalhistas. Embora sejam relações caracterizadas por compra e venda da força de trabalho, não se trata de tomá-las como um assalariamento ilegal, mas de trabalhos autônomos não respaldados pelo Estado, mas ligados ao capital como parte de sua produtividade.

É a reestruturação produtiva que permite a flexibilização do trabalho por meio das relações informais. Por isso, a autora denomina “nova informalidade” o que compreende como sendo a existência do formal e do informal operando como partes do mesmo processo produtivo, portanto não se tratando de um fenômeno intersticial, tendendo a ser cada vez mais incorporado ao núcleo capitalista sem custos sociais. Ao ser incorporada ao núcleo capitalista sem esses custos, a informalidade contribui para o enfraquecimento dos sindicatos, que vão

perdendo seus filiados, suas bases conceituais e, em conseqüência, o poder de luta dos trabalhadores.

Kon (2004b) adota o conceito de informalidade delimitando-o a partir de unidades econômicas orientadas para o mercado, sobressaindo-se o fato de que o detentor do negócio exerce, simultaneamente, as funções de patrão e empregado, de posse de instrumentos de trabalho e com ajuda de trabalho familiar ou outros, não existindo separação entre as atividades de gestão e de produção.

Essa conceituação também traz uma conotação diferenciada daquelas que visualizam o setor informal a partir de categorias de empregados sem carteira assinada, ou empresas que operam com um número pequeno de empregados ou trabalhadores com baixos rendimentos. Há uma crítica da conceituação segundo a qual o setor informal é caracterizado por baixa produtividade e baixa renda inerentes, não sendo uma esfera produtiva auto-criada e independente da produção capitalista. Para Kon (2004b), esse setor é conceituado como aquele que agrega um conjunto de formas de organização da produção e da distribuição que se estabelecem nos interstícios da produção capitalista de forma integrada e subordinada.

Para Ulysseia (2006), a definição de informalidade inclui grupos que trabalham por conta própria e sem carteira assinada. Da mesma forma, o autor atribui o aumento da informalidade ao crescimento do setor de serviços e à diminuição de postos de trabalho na indústria de transformação, o que inclui o aumento de 25% dos casos do setor informal (ULYSSEA, 2006:598).

Para ele, a maioria dos estudos na área vê a qualificação dos trabalhadores no setor informal como a mais baixa. Mas, de acordo com pesquisas mais recentes, ficou comprovado que, nesse período, a informalidade aumentou entre os mais escolarizados. Assim, o autor utiliza-se do trabalho *Os determinantes das transições ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro* de Menezes Filho, Mendes e Almeida (2004), cuja pesquisa também é citada nesta tese, em uma versão mais atualizada (CURI; MENEZES FILHO, 2006):

Não obstante, o trabalho de Menezes Filho et al (2004) revela uma tendência que fornece um contraponto importante a este consenso. Analisando a evolução do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1990-2000, os autores mostram que houve uma forte redução na proporção de trabalhadores formais em todas as faixas de escolaridade, mas de forma especialmente acentuada entre os trabalhadores mais educados (nas faixas de 8 a 11 e mais de 11 anos de estudo). De forma simétrica, a proporção de trabalhadores informais (sem carteira) aumentou em todas as faixas de escolaridade, mas de forma especialmente acentuada nos trabalhadores com mais de 11 anos de estudo (ULYSSEA, 2006, p.598).

A idéia de que o trabalho informal é de baixa qualidade e desprotegido é igualmente apontada por Ulyssea (2006) como fator de consenso nas pesquisas consultadas, o que também se observa em Cacciamali (2000), Jakobsen, Martins e Dombrowski (2000), Kon (2004b), Tavares (2004) e, de certo modo, também em Noronha⁴ (2003).

A própria remuneração é vista, tradicionalmente, como inferior no setor informal. Porém, pesquisas recentes apontam para o favorecimento dos trabalhadores informais, pelo menos em alguns setores (ULYSSEA, 2006). Verificou-se que essa questão foi colocada em Curi e Menezes Filho (2006) como paradoxal, na medida em que os maiores ganhos no setor informal podem ser vistos como compensatórios em relação à segurança da formalidade.

Os trabalhos consultados até o presente confirmam as constatações de Ulyssea (2006), de que não há um consenso no que diz respeito à remuneração. Como cita o autor, com base em bibliografia diversa daquela consultada no presente estudo, mas que leva à mesma conclusão, os estudos mais recentes “... sugerem que os assalariados formais aceitam uma redução nos rendimentos em troca da segurança de outras formas de compensações legais” (ULYSSEA, 2006, p.606).

Como foi visto, Curi e Menezes Filho (2006) e Menezes Filho, Mendes e Almeida (2004) confirmam essa teoria, mostrando que, em sentido contrário, no trabalho informal o ganho pode ser superior e fator preponderante para que o trabalhador abra mão da segurança da carteira assinada:

O que indica que as vantagens que a lei garante aos trabalhadores do setor formal (aviso prévio, adicional de férias, 13º salário, contribuição previdenciária patronal, etc.) são compensadas no setor informal por uma maior remuneração (MENEZES FILHO; MENDES; ALMEIDA, 2004, p.236) [ver também ULYSSEA, 2006, p.606].

Em relação à jornada de trabalho, Ulyssea (2006, p.608) observa que “a partir de suas estimativas, os autores verificam uma elevada e negativa elasticidade das horas trabalhadas no setor informal com respeito ao salário no setor formal”. O maior impacto que se faz notar relaciona-se à contribuição ao INSS, bastante reduzida na informalidade.

Assim, aqui se fecha o ciclo, ao se voltar à questão da precariedade do trabalho informal. Estando à margem da legislação trabalhista, o trabalhador brasileiro inserido nas relações informais estaria exposto à uma condição de trabalho precária, o que seria um dado preocupante na medida em que a maior parte da literatura, como tem-se tentado demonstrar, vê uma maior incidência da informalidade entre os trabalhadores de menor rendimento. São

⁴ Apesar de este autor relativizar e até mesmo criticar em determinados aspectos a noção de "precarização" do trabalho informal.

exceções a esta regra os trabalhos recentes de Curi e Menezes Filho (2006) e Menezes Filho, Mendes e Almeida (2004), que comprovam com suas pesquisas um aumento do trabalho informal em setores mais bem remunerados da população, muito embora não excluam o aumento da informalidade entre os setores de menores rendimentos.

Nesse caso, os trabalhadores que mais precisam da proteção da legislação são exatamente aqueles que estão (relativamente) mais desprotegidos. Há uma segunda linha de autores que argumenta que a informalidade não está necessariamente associada à precariedade dos postos de trabalho. Ao contrário, ela pode estar associada a uma elevação do bem-estar e, nesse caso, a informalidade não seria um fator de preocupação *per se*. Não se sabe, portanto, em que medida esta maior incidência da informalidade sobre os trabalhadores de menor renda decorre de uma preferência por proteção relativamente menor, ou de um custo relativamente mais alto para a firma de legalizar estes trabalhadores (ULYSSEA; 2006:611).

Vê-se aqui que se coloca uma questão fulcral e interessante, como alerta Ulyssea (2006): é a informalidade uma escolha dos trabalhadores ou uma decorrência do desemprego e da diminuição da geração de empregos formais? A resposta é dada pelo próprio autor:

...ambos os casos são verdadeiros, dependendo do grupo de trabalhadores que se está considerando. Seus resultados indicam que existe uma parcela de trabalhadores informais que está neste setor por escolha, enquanto que para uma outra parcela a segmentação do mercado de trabalho é uma realidade. (ULYSSEA: 2006:611)

O caso dos *chapas* está inserido neste segundo caso, o da segmentação de mercado, muito mais que na relação de competitividade, pois, muito embora vários dos nossos entrevistados aleguem maiores ganhos no setor informal e sejam contra a legalização da atividade, muitos denunciam que se sentem explorados e desprotegidos frente à condição, em sua quase unanimidade, imposta pelo desemprego, como será visto no Capítulo 5.

2.6 HISTÓRICO DO PROCESSO DE INFORMALIZAÇÃO DO TRABALHO

Nas três décadas iniciais do século XX, o mercado de trabalho brasileiro foi caracterizado pela falta de regulamentação. Durante as décadas de 30 e 40, o que prevalecia era o corporativismo de Estado, governado por Getúlio Vargas, que promulgou um amplo código de leis do trabalho existente até hoje. Foi a partir daí que as noções de formalidade e informalidade foram se desenhando, sempre prioritariamente por meio de leis federais, leis estas que beneficiaram primeiramente os servidores públicos, posteriormente os trabalhadores urbanos e, por fim, os trabalhadores rurais. Portanto, a partir da década de 30, o subemprego e

a informalidade no mercado de trabalho só podem ser pensados em contraposição à construção da noção de formalidade, associada às noções de cidadania e de direito social.

As forças que determinam a ampliação da marginalidade no Brasil tiveram origem mais intensamente no período correspondente ao processo de industrialização por substituição de importações, no final da década de 1950, quando, apesar da incorporação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, esse processo contribuiu para a ampliação de oportunidades de ocupações. Estas oportunidades surgiram como complementação à atividade industrial, e também como resultado do aumento médio dos rendimentos dos assalariados nas demais atividades, que se expressam pela elevação do consumo de serviços pessoais (KON, 1992).

As primeiras explicações sobre a informalização da economia consideravam-na própria dos países subdesenvolvidos com significativo nível de precarização do trabalho, constituída por trabalhadores não participantes da economia formal capitalista. Porém, a partir da década de 60, observaram-se transformações sociais que alteraram o conceito de informalidade (SILVA, 1993).

Na década de 70, a contraposição formal/informal se estabelece. O mercado formal de trabalho comportava grande parte dos trabalhadores nas indústrias e boa parte dos prestadores de serviços. Os trabalhadores rurais que migraram para os grandes centros urbanos se encontravam no mercado trabalho informal, em outros tipos de relações não contratuais e com práticas contratuais tradicionais. O processo de urbanização, junto com a industrialização, contribuiu para o aumento dos subempregados.

Até o início dessa mesma década, a literatura dominante visualizava o conjunto da atividade produtiva, que era resultante da soma dos segmentos modernos e de subsistência, entre os quais não havia relação. No segmento moderno estavam as relações assalariadas, e no setor de subsistência as formas de trabalho autônomas. Segundo essa abordagem, o desenvolvimento econômico do setor moderno tinha a capacidade de incorporar o contingente da população economicamente ativa, até extinguir o núcleo de subsistência. Tal pensamento levava a crer que seria necessária apenas uma política desenvolvimentista para corrigir essa distorção (TAVARES, 2004).

Durante os anos 80, os especialistas pensaram a informalidade como um problema endêmico, cuja resolução viria com a industrialização. A abordagem econômica clareou o conceito ao vincular a informalidade (subemprego) a atividades periféricas não-rentáveis, mas reforçava o fato deste termo, no Brasil, estar ligado à legislação (NORONHA, 2003).

Mas o fenômeno, a partir dos anos 80, ocorreu também nos países industrializados, que utilizavam cada vez mais novas tecnologias e novas técnicas de gestão empresarial no

processo produtivo. Essas inovações, aliadas à reestruturação produtiva e à terceirização de setores empresariais, ampliaram o setor informal da economia.

Assim, o fenômeno da informalidade econômica, antes próprio dos países menos desenvolvidos, como resultado das discrepâncias sociais internas e da forma de inserção econômica externa, é verificado também nos países centrais. No que diz respeito à relação entre trabalho informal e cidadania, assiste-se também à diminuição da participação política destes setores alijados da sua condição cidadã com o comprometimento da democracia (ABBY, 2007).

Para Pastore (2004), a falta de proteção ao trabalhador - tal como a seguridade social -, é uma forma de exclusão social que se apresenta como um dos mais graves problemas atuais.

A grande maioria dos brasileiros que trabalham no mercado informal não dispõe das mais rudimentares proteções das leis trabalhistas ou previdenciárias. Tais pessoas, quando adoecem, por exemplo, não contam com uma licença remunerada para tratar da saúde; quando envelhecem, não podem ser aposentadas; e depois da morte não deixam nenhum amparo aos seus descendentes. A desproteção do mercado informal é um fenômeno desumano. Trata-se de uma das mais duras formas de exclusão social. Mas assim é o mercado de trabalho do Brasil. Ele está dividido em dois mundos: o dos "incluídos", referentes aos 40% que se protegem pelas leis trabalhistas e previdenciárias e o dos "excluídos", referentes aos 60% que vivem em permanente incerteza (PASTORE, 2004).

Pastore (2004) também defende que a rigidez das leis trabalhistas é um fator que contribui para o aumento da informalidade. Neste sentido, ele pode ser visto como um defensor da flexibilização das leis trabalhistas.

As medidas mais indicadas para aliviar a rigidez na relação de emprego se referem à simplificação da legislação e à abertura de maiores espaços para se negociar contratos diferenciados entre empregados e empregadores. O Brasil precisa de um "Simples Trabalhista" que alivie as despesas e a burocracia na contratação realizada pelas micro e pequenas empresas (PASTORE, 2004).

Ele considera equivocadas as resistências às mudanças trabalhistas que partem dos que denomina "incluídos", na medida em que tais relações informais de trabalho já estão presentes de formas as mais variadas, mas se encontram "excluídas", de acordo com o autor, pela ausência de regulamentação. O inflexível parâmetro oficial acaba não dando espaço para as demais variáveis, aumentando o percentual de excluídos, a evasão fiscal, e incentivando a afronta à legislação.

O fato concreto é que o Brasil não pode continuar com esse nível (crescente) de informalidade no mercado de trabalho. A sangria na Previdência Social é muito grave. A desproteção dos trabalhadores é desumana. E a marginalização das

empresas que praticam tais violações é inevitável. Em suma, estamos diante de uma situação em que todos perdem e que precisa ser revertida para uma realidade na qual todos ganham. A tarefa é complexa e exige gradualismo (PASTORE, 2004).

Ainda Pastore (2007b), comentando o decreto nº 6.042/2007, que reduz a alíquota do INSS dos autônomos de 20% sobre o salário de contribuição para 11% sobre o salário mínimo, defende a medida e o conceito de "proteção parcial" que dela deriva, com a aposentadoria dos autônomos não sobrecarregando a previdência (ela fica determinada por invalidez, idade e não ultrapassa o salário mínimo) revelando o que chama de modernização das relações de trabalho.

Da mesma forma, defende a desburocratização no setor formal, a diminuição dos encargos trabalhistas, mantendo 10% na indenização de dispensa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Se, de um lado, o decreto estimula a formalização dos autônomos, a manutenção dos 10% estimula a informalidade dos empregados. É o jogo do morde-e-assopra. [...] Não é à toa que há tanta informalidade. [...] O Brasil precisa reduzir a burocracia e as despesas de contratação e descontração para, com isso, estimular o emprego formal (PASTORE, 2007b).

Em um trabalho sobre a informalidade na Bolívia e Equador, Floro e Beneria (2004) relacionam a informalidade no mercado de trabalho a dois fatores: 1. à diminuição da participação política da população, resultando em menor inserção nas políticas sociais e nas políticas de crédito; e 2. à dificuldade de acesso ao capital. Esses fatores promovem a vulnerabilidade dos trabalhadores, sujeitos que estão à precariedade das relações trabalhistas e das próprias condições de trabalho, com o aumento da jornada de trabalho e a conseqüente diminuição do poder de barganha.

Dessa forma, defendem a efetivação de políticas macroeconômicas para a geração de empregos e promoção da equidade entre os setores trabalhistas, combatendo a precariedade gerada pelo trabalho informal. Assim, confirma-se, portanto, que a questão do trabalho informal não é exclusiva do contexto nacional, atingindo outros países da América Latina.

2.7 A INFORMALIDADE NO SETOR DE SERVIÇOS

A atividade de serviços é considerada um conjunto de unidades de produção que pode ser composto apenas pelo indivíduo, por empresas ou pelos estabelecimentos que têm como atividade principal a oferta de serviços aos demais setores da economia.

Kon (2004a) analisa a informalidade do setor de serviços, identificando que os primeiros estudos específicos sobre essas atividades econômicas, esporádicas e teoricamente não consistentes, surgiram nos anos 50, dirigidos para a análise da localização regional das atividades econômicas, dentre as quais os serviços que desempenhavam papel relevante como fator locacional. Tais estudos intensificaram-se na década de 90, pelo aumento da representatividade dos serviços no emprego total, e na geração de renda e valor agregado dos países mais desenvolvidos, que na época representava 70% do total. Entretanto, assinala que ainda há falta de produção nacional sobre o assunto.

O processo de concentração e centralização do capital, aliado a uma reestruturação produtiva, promoveu também uma reestruturação administrativa. Com isso, fez com que as multinacionais gerassem serviços externos auxiliares em novas formas organizacionais, inclusive aqueles que se faziam necessários ao financiamento do desenvolvimento econômico. Atualmente, os países mais industrializados desenvolvem economias de serviços, e os países em desenvolvimento estão indo para a mesma direção (CASTELLS, 1999; KON, 2004a), aumentando, inclusive, a informalidade das atividades de serviços (KON, 2004a).

Kon (2004a) afirma que, nos países desenvolvidos, o capital originário do meio rural proporcionou o desenvolvimento das atividades na indústria de transformação, e, posteriormente, das atividades do setor de serviços. Relativamente ao trabalho, o migrante originário do campo busca primeiro o setor de serviços, e depois se capacita para trabalhar em outros setores.

A importância do setor informal dá-se no âmbito dos custos de insumos e serviços, no aumento de postos de trabalho, e na geração de riqueza e renda (KON, 2004a), abrigando capital e mão-de-obra excedente. Para ela, a dificuldade de se obter um conceito mais adequado para este setor está na impossibilidade de se usar a mesma definição para situações diferentes, por exemplo, “flanelinhas”, vendedores ambulantes e consultores de informática.

Assim, de acordo com as orientações da OIT (1993), observam-se em algumas ocupações do setor de comércio e serviços, no Brasil, as seguintes características: facilidade

de entrada, propriedade individual ou familiar do empreendimento, operação em pequena escala, utilização de materiais nacionais, processos produtivos intensivos em trabalho por meio de tecnologia adaptada, atuação em mercados não regulamentados e altamente competitivos, e qualificações dos trabalhadores adquiridas fora do sistema escolar formal. Além disso, salienta-se a condição de ilegalidade ou o fato de a atividade não ser oficialmente registrada (KON, 2004a).

Em tais ocupações há a subutilização da mão-de-obra, que obtém pouca produtividade e renda. As atividades de comércio e serviços brasileiras são compostas de uma parte do setor informal, fora da empresa, e de outra boa parte de pequenos produtores de serviços de nível superior de renda e produtividade, bem como assalariados de empresas. Podem, assim, absorver o excedente de força de trabalho em atividades que não sejam só marginais, embora possam abrigar também trabalhadores pobres, em pequena escala e limitados por técnicas simples, com pouco capital e falta de contato com o setor formal.

2.8 A INFORMALIDADE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Jakobsen, Martins e Dombrowski (2000) efetuaram pesquisa sobre a informalidade em São Paulo, uma vez que esse município abriga um imenso contingente de trabalhadores, cujas atividades encontram-se à margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público, constituindo, para eles, o chamado setor informal. Atualmente, os trabalhadores informais representam quase a metade da população ocupada que trabalha e/ou mora no Município de São Paulo. Embora o crescimento do desemprego seja um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da informalidade, ele não é o único. Nos últimos anos, o Município de São Paulo vem passando por mudanças em seu perfil produtivo, tendo diminuído a sua capacidade industrial e convertendo-se num município prestador de serviços. A essa mudança estrutural correspondem alterações no mercado de trabalho – e o aumento da informalidade é uma de suas conseqüências.

A ruptura do vínculo empregatício formal representa, na prática, a perda de direitos e benefícios sociais. Ao ingressar no setor informal, os trabalhadores se convertem numa espécie de cidadão de segunda classe, perdendo inclusive o acesso a direitos trabalhistas garantidos pela Constituição brasileira.

Há ainda muitos aspectos relevantes a serem estudados, como o peso do setor informal na economia, sua conexão com as cadeias produtivas dos diversos ramos

econômicos, e o aprofundamento da análise sobre o perfil socioeconômico das categorias de trabalhadores informais.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego-PED, produzida pela Fundação SEADE em convênio com o DIEESE, constitui um levantamento mensal por amostra de domicílio, que cobre a Região Metropolitana de São Paulo. Seu escopo centraliza-se em vários aspectos do mercado de trabalho, inclusive naquele que toca o desemprego oculto pelo trabalho precário.

Os resultados alcançados mostram que o trabalho informal no Município de São Paulo tem origem nas causas apontadas pela OIT (1993). Embora alguns apreciem a autonomia do trabalho informal, a maior parte deles está na informalidade em razão do desemprego, e a ampla maioria tem como demanda comum a regulamentação da atividade. Apesar de existir a regulamentação da profissão de *chapas* na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no próprio texto oficial está prevista a informalidade da atividade. A atividade é classificada como "Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias" (código 7832), e sua descrição é a seguinte:

Preparam cargas e descargas de mercadorias; movimentam mercadorias em navios, aeronaves, caminhões e vagões; entregam e coletam encomendas; manuseiam cargas especiais; reparam embalagens danificadas e controlam a qualidade dos serviços prestados. Operam equipamentos de carga e descarga; conectam tubulações às instalações de embarque de cargas; estabelecem comunicação, emitindo, recebendo e verificando mensagens, notificando e solicitando informações, autorizações e orientações de transporte, embarque e desembarque de mercadorias (site do Ministério do Trabalho e Emprego).

São classificados nas subcategorias:

Carregador (aeronaves) - *Auxiliar de serviços no aeroporto, Despachante de bagagens em aeroportos*

7832-10 - **Carregador (armazém)**

7832-15 - **Carregador (veículos de transportes terrestres)** - *Carregador de caminhão, Carregador de vagões, Carregador e descarregador de caminhões, Chapa (movimentador de mercadoria), Chapa arrumador de caminhões, Chapa de caminhão*

7832-20 - **Estivador** - *Ajudante de embarque de carga, Ajudante de operação portuária, Bagrinho (movimentador de mercadorias de porto), Cacimbeiro (estivador), Capataz de estiva, Encarregado de serviço portuário, Encarregado de serviços de cais, Operador de carga e descarga, Portuário*

7832-25 - **Ajudante de motorista** - *Ajudante de carga e descarga de mercadoria, Entregador de bebidas (ajudante de caminhão), Entregador de gás (ajudante de caminhão)* (site do Ministério do Trabalho e Emprego).

No item "Condições Gerais de Exercício", texto reproduzido na íntegra a seguir, vê-se como é admitido o trabalho informal na atividade de *chapa*, o que faz crer que seja algo recorrente:

Os profissionais dessa família ocupacional exercem suas funções em empresas de transporte terrestre, aéreo e aquaviário e naquelas cujas atividades são consideradas anexas e auxiliares do ramo de transporte. Os trabalhadores das ocupações carregador (aeronaves) e carregador (armazém) são contratados na condição de trabalhador assalariado, com carteira assinada, enquanto aqueles das ocupações ajudante de motorista, **carregador (veículos de transportes terrestres)** e estivador atuam como autônomos e, portanto, **sem vínculos empregatícios**. Trabalham, dependendo da ocupação e do tamanho do meio de transporte, em duplas ou em grupos, sob supervisão ocasional e também permanente, em ambientes fechados, a céu aberto e em veículos. Podem trabalhar no período diurno e em rodízio de turnos diurno e noturno. Por vezes podem estar expostos a ruído intenso e altas temperaturas (site do Ministério do Trabalho e Emprego, grifos do autor).

No item "Formação e Experiência" consta a pouca exigência de qualificação prévia para a atividade:

Para o exercício dessas ocupações não se requer nenhuma escolaridade e cursos de qualificação. O tempo de experiência exigido para o desempenho pleno da função é de menos de um ano (site do Ministério do Trabalho e Emprego).

Pesquisas demonstram que os informais têm um lugar na cadeia produtiva, seja atuando no escoamento de produtos de todo tipo, realizado pelos vendedores ambulantes e de ponto fixo, seja na apropriação e na reciclagem dos restos advindos da produção, por meio de catadores de papel, papelão, metais, lixo, ou ainda na prestação de serviços diversos para o público ou para empresas. A sua inserção é extremamente precária quando se refere à população mais pobre, e, além disso, não garante o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos. Para a maioria dos trabalhadores informais destas classes sociais financeiramente menos privilegiadas, ela se caracteriza por uma renda muito baixa. Há muitos trabalhadores informais em São Paulo que estão inseridos na chamada economia moderna, como a produção de vestuários ou outros trabalhos descentralizados em domicílio ou diferentes esquemas terceirizados (JAKOBSEN; MARTINS; DOMBROWSKI, 2000).

A pesquisa de Jakobsen, Martins, Dombrowski (2000) foi motivada pela convicção de que esses trabalhadores podem ser organizados. Segundo os autores, internacionalmente existem iniciativas e instrumentos para se combater o trabalho informal ou, no mínimo, para garantir a esses trabalhadores mecanismos de proteção social, qualificação e renda. Afinal, os trabalhadores informais são aqueles que já desistiram de procurar emprego, como se observa

nas entrevistas constantes do Capítulo 5, saindo à luta para ganhar a vida de qualquer jeito. Sua organização em cooperativa permite transformar o trabalho informal numa atividade formalizada, e a pequena produção, antes fragilizada pelo tamanho reduzido das unidades, pode tornar-se uma produção em escala média e grande.

Para Jakobsen, Martins e Dombrowski. (2000), uma das principais conclusões do relatório da OIT sobre o Quênia, em 1972, foi que o problema social mais importante naquele país não era o desemprego, mas sim a existência de um grande número de trabalhadores pobres, ocupados em produzir bens e serviços sem que suas atividades estivessem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas.

Assim também acontece com os *chapas*: são trabalhadores que existem no seio da economia urbana, e contribuem para a reprodução do capital, no setor de transporte, pois arcam com os custos relativos à sua força de trabalho, sem maiores custos para o capital.

**CAPÍTULO 3- A ECONOMIA CAPITALISTA GLOBAL E
BRASILEIRA E AS RELAÇÕES CAPITAL-
TRABALHO PÓS 1970**

3.1 O CENÁRIO INTERNACIONAL DAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO PÓS 1970

Visando a compreensão de como o espaço local é afetado pelo movimento mundial do capital, esta seção se incumbirá da análise do desenvolvimento econômico mundial, a partir da década de 70, por sua relação direta com as transformações que incidirão sobre o mundo do trabalho.

O início da transformação parte do final da década de 60, quando o mundo viveu mudanças estruturais que revolucionaram o modelo de acumulação capitalista. Do desenvolvimento econômico e social baseados num Estado forte, comprometido com políticas de bem estar social e melhor distribuição de renda, essas mudanças visavam a implantação de um Estado mínimo, que garantisse as bases necessárias a uma economia mais dinâmica do ponto de vista da acumulação capitalista. Também importantes mudanças no âmbito da cultura contribuíram para essas transformações, pela visibilidade que jovens e minorias obtiveram a partir das manifestações de 68. Já na década de 70, no âmbito econômico, o desenvolvimento da tecnologia e da microeletrônica viabilizou a globalização da economia. Todas essas mudanças implementaram transformações que ainda hoje requerem esforços para a compreensão de suas conseqüências.

As novas tecnologias, aliadas à economia globalizada, deram à acumulação capitalista ferramentas poderosas, contra as quais o tempo e o espaço já não são obstáculos (HARVEY, 1992). Ao mesmo tempo, contribuíram para a superação da crise gerada durante a chamada “Era de Ouro” (HOBSBAWM, 1995), caracterizada por um período de expansão econômica entre 1945 e 1973. Essa expansão fora possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico como produto de pesquisas científicas durante as guerras mundiais e durante a “guerra fria” (CASTELLS, 1999; HOBSBAWM, 1995), que se acelerou com a desregulamentação da economia feita principalmente por governos neoliberais.

A abertura econômica inicia-se na década de 70, intensificando-se com Reagan nos USA, Thatcher na Inglaterra, e prossegue nos decênios subseqüentes. Na doutrina neoliberal, o Estado deve intervir somente para garantir a livre competição, tendo como característica a ampla abertura financeira, comercial, fiscal e monetária (MORAES, 2001).

O desenvolvimento de políticas visando a abertura econômica ocorreu no contexto em que determinados fatores de descontentamento começaram a se manifestar, principalmente no mundo desenvolvido, entre 1965 e 1973. Destaca-se a deflação, em virtude, dentre outras

coisas, da rigidez no âmbito da produção, das relações de trabalho, e de saturação dos mercados provocada pela multinacionalização do capital. Desse modo, Europa e Estados Unidos foram obrigados a buscarem novos mercados para exportação de seus produtos, provocando a aceleração da inflação nos EUA, e pondo fim ao acordo de Bretton Woods.

Esse acordo foi firmado na conferência de mesmo nome, realizada em julho de 1944 na cidade de Bretton Woods, situada em New Hampshire, nos USA. Previa o Sistema Bretton Woods de organização econômica internacional, ou seja, um pacote de regras de relações comerciais e financeiras entre países industrializados, adotados também por alguns países em desenvolvimento, incluindo o Brasil.

Assim, ficou estabelecido o abandono do padrão-ouro para a adoção do padrão dólar, que passou a ser a principal moeda de reserva mundial. Foi criado um fundo responsável por manter a estabilidade do sistema financeiro internacional - conhecido como Fundo Monetário Internacional (FMI) -, e promover a reconstrução dos países atingidos pela Segunda Guerra Mundial. Além disso, criou-se também o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, ou o Banco Mundial.

O desenvolvimento da economia internacional dos países ricos e dos emergentes pressionou a demanda por ouro. Em decorrência da inflação criada pela fixação do preço do ouro, minando a base do sistema de Bretton Woods, observou-se um sinal de seu esgotamento no fim da década de 60, deixando de vigorar em 1971, com a proibição da conversão de dólar em ouro pelo presidente dos EUA, Richard Nixon (BECK, 1999; SEVCENKO, 2001).

Concomitantemente a esse processo, os países em desenvolvimento implementaram políticas de substituição de importação. O chamado modelo de substituição de importação (MSI) defendia um Estado que promovesse a industrialização por meio de concessão de crédito e intensificação de instrumentos cambiais. Estabelecia restrições quantitativas e tarifárias, operava como um empreendedor, no sentido de eliminar os principais pontos de estrangulamento da economia, além de gerenciar os recursos cambiais, evitando sobreposição de picos de demanda por divisas e crises cambiais recorrentes.

O MSI, proposto pela Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL), pressupunha o esforço de industrialização através da proteção aduaneira e da ação do Estado. A lógica do MSI desenvolveu-se a partir de choques externos que abalaram a capacidade de importação dos países primário-exportadores, com restrições do Balanço de Pagamentos, deixando ao governo o papel de promover o processo de substituição de importação pela produção local. Assim, o objetivo seria o de fomentar o aumento da demanda interna e da renda, com o crescimento das importações de insumos e bens de capital, resultando em novas

crises de divisas, e dando, a partir disso, início a um novo ciclo de substituição de importação, num movimento espiral. Tal teoria defende que a constante superação dessas contradições encontra-se na essência da dinâmica do processo (CASTRO, 2005).

A desregulamentação que se seguiu propiciou o reaquecimento das economias mundiais que, nas assim chamadas “Décadas Perdidas” de 80 e 90 (HOBSBAWM, 1995), entre altos e baixos, e de forma diferente entre países pobres e países ricos, foram se reajustando às novas condições econômicas globais. As maneiras como as economias dos países desenvolvidos e em fase de desenvolvimento foram fazendo esse ajuste ao mercado global refletiram-se em cada sociedade, ao produzir padrões de inclusão e de exclusão diferenciados nos diferentes segmentos da sociedade, bem como grandes transformações no mundo do trabalho.

Desse contexto emerge uma sociedade global, que transforma não somente a si mesma, mas também as condições pelas quais a economia se desenvolve e as questões sobre a regulamentação das relações do trabalho são engendradas.

Com o advento da crise econômica instalada a partir de meados da década de 60, estendendo-se até a década de 70, os países credores começaram a cobrar empréstimos, ficando, por conta disso, as décadas de 80 e 90 conhecidas como “décadas perdidas”. Essa crise sem precedentes diminuiu a capacidade de geração de empregos, aumentando o desemprego e a informalidade.

Como já foi visto, com o fim do *fordismo* e início do *toyotismo*, há a formação de redes empresariais globais que dão início à dispersão das etapas de produção por diversos países, principalmente da América Latina e Ásia, promovendo uma nova divisão internacional do trabalho, composta por exportadores de bens industrializados. Juntando-se a isso a alta industrialização do Japão, a produção crescente, e também a necessidade de exportação por todos os países produtores, acirrou-se uma competição em que o mundo capitalista foi levado a uma crise de consumo nunca vista. Não bastasse a crise de consumo, a transferência de sedes empresariais para paraísos fiscais promoveu também uma grande crise fiscal, que provocou o fim do tratado de Bretton Woods. Em função desses fatos, os governos tiveram que se adequar às novas circunstâncias da economia global, e as empresas tiveram que reduzir seus custos, o que originou a intensificação dos blocos econômicos para garantir o livre comércio e o consumo das mercadorias dos países membros.

A acumulação flexível foi uma forma de superação das crises do capitalismo, representada pelo amadurecimento do modo de acumulação que o antecedeu. Ela se apóia no

desenvolvimento tecnológico que permitiu maior mobilidade à expansão capitalista, cujo desenvolvimento aprofunda o desemprego e reduz o emprego com carteira assinada. Dessa forma, aumenta-se o trabalho em tempo parcial, temporário, subcontratado e precarizado (POCHMANN, 2000), e “das atividades autônomas ou informais” (LAZZARESCHI, 2007).

Inicia-se, então, uma reorientação econômica que requer redução do tempo de giro na produção e no consumo, a conseqüente redução da contratação do emprego industrial, e o aumento do emprego nas áreas de serviços, distribuição e transportes, entre outros, levando a uma transformação da estrutura ocupacional.

Na década de 80, em países como USA e Inglaterra, cresceram rapidamente as economias ‘negras’, ‘informais’ ou ‘subterrâneas’ [...] e “uma crescente convergência entre sistemas de trabalho ‘terceiro mundistas’ e capitalistas avançados” (HARVEY, 1992, p.145).

Na nova economia há a necessidade de constante inovação tecnológica para sua expansão e, portanto, de constante aprendizagem. Nela, para a obtenção de um emprego bem remunerado são necessários investimentos em conhecimento e capacitação (PAIVA, 1995), capazes de propiciar a ampliação das habilidades técnicas e a adaptabilidade tanto gerencial como de empreendimentos. Em tal economia pode haver o aumento da desigualdade de rendas, na medida em que o acesso ao conhecimento não se dá de forma homogênea entre as diferentes sociedades e mesmo dentro de cada sociedade.

A “Era de Crise” inicia-se num cenário de desenvolvimento tecnológico, ampliação do conhecimento em vários setores, inclusive na agroindústria, que passou a substituir a mão-de-obra por máquinas, o que contribuiu para o aumento da concentração urbana e de trabalhadores informais. Mais que isso, o ingresso massivo da mulher no mercado de trabalho, e o seu aprimoramento educacional possibilitaram a sua participação na luta por direitos sociais e a ampliação para si de postos de trabalho e mercados de consumo.

Essas mudanças na sociedade começaram a configurar, no mundo desenvolvido, a necessidade de mudanças na economia, impulsionadas por um novo mercado composto de pessoas liberalizadas em busca de produtos diferenciados. Os países em desenvolvimento, por sua vez, viviam um cenário de explosão demográfica, regimes militares, analfabetismo, luta pela reforma agrária e pela industrialização, embora parte deles já estivesse inserida na nova divisão internacional do trabalho.

No mundo capitalista, tanto os países desenvolvidos quanto os que estavam em vias de desenvolvimento fizeram uso das novas tecnologias de comunicações e de transportes, e inseriram-se numa produção de escala mundial, acelerando a globalização da economia. Enquanto isto, o mundo socialista viu seu sistema econômico, social e político ruir em fins da

década de 80. Excetuando-se a economia chinesa, a década de 90 mostrou-se como uma década de crise, no geral com lento crescimento econômico.

Durante as décadas de crise, as recessões econômicas contribuíram para o aumento da pobreza e do desemprego, gerando instabilidade, em especial entre 74 e 75, 80 e 82, e no fim da década de 80 (HOBSBAWN, 1995). Aprofundaram-se as desigualdades social e econômica nos países ricos e mais ainda nos países pobres, pressionados pelo pagamento da dívida externa que contraíram durante a fase de crescimento econômico.

Castells (1999) considera que a globalização da economia foi uma resposta a mais para essa crise do capitalismo. Dela surgiu uma nova economia, estruturada em redes globais, e possibilitada pelo desenvolvimento da tecnologia apropriada pelas grandes empresas. Dessa maneira, o que se visava era a promoção da produtividade e da competitividade, algo que se encontra hoje presente na estrutura produtiva como fator fundamental para a continuidade da dinâmica capitalista.

Por sua vez, Santos (2002) considera que a globalização traz efeitos excludentes, que estão gerando impactos importantes nas discussões políticas e acadêmicas acerca do rumo da economia mundial, mais particularmente após os protestos de Seattle, no final de 1999. Nesse encontro, a visibilidade e influência da crítica à globalização deram-se de forma tão expressiva, que as organizações internacionais, promotoras do processo de globalização, viram-se obrigadas a reconhecer, pelo menos nas declarações oficiais, os efeitos perversos do referido processo, como o demonstraram as recentes cúpulas do Banco Mundial:

Eram entidades das mais diversas, entre sindicatos e organizações de classe, de proteção ambiental, de lideranças de cooperativas, do chamado "comércio justo", dos anarquistas, das pastorais de diversas igrejas católicas e protestantes. Havia até mesmo ONGs do empresariado dispostas a cooperar com os governos e debater pautas da agenda da OMC, como a brasileira Confederação Nacional das Indústrias e da Agricultura - participações que contradizem parte da imprensa norte-americana que tentou apelidar os manifestantes de "holligans" (em alusão às agressivas e fanáticas torcidas de futebol britânicas), e as maiores e mais notórias ONGs do mundo, como o Greenpeace, a Global Exchange e a WWF (Fundo Mundial Para a Vida Selvagem) (GONÇALVES, 2005).

Havia aproximadamente cem mil pessoas em manifestação nas ruas de Seattle, nos USA, onde se realizava a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Pediam maior transparência nas negociações e faziam reivindicações as mais diversas: maior responsabilidade social e ambiental das empresas multinacionais; regras comerciais com inclusão de normas para garantir que o livre comércio não prejudique a natureza e nem os direitos básicos trabalhistas; e monitoramento dos impactos comerciais dos transgênicos, da

destruição do ambiente, do trabalho infantil, da violação dos direitos dos trabalhadores, da crescente insegurança de emprego, entre outras coisas. A participação de brasileiros esteve representada por organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento Sem-Terra (MST), a Organização dos Advogados do Brasil (OAB) e Organizações Não-Governamentais (ONG) ligadas a redes internacionais lá presentes. Uma das maiores reivindicações era a quebra do protecionismo dos países ricos, que prejudica a economia dos países em vias de desenvolvimento, através de um aprofundamento de seus contrastes sociais e da aceleração de destruição dos seus ecossistemas (GONÇALVES, 2005).

Santos (2002) considera que tal reconhecimento é o nascimento de um consenso que visa a retomada do crescimento e a superação dos problemas econômicos e da pobreza na América Latina, ainda que não ataque o “Consenso de Washington” - assim chamado por refletir o pensamento de especialistas em instituições financeiras internacionais e grupos de estudo que se localizavam em Washington, estudando propostas de reforma tributária, desregulamentação da economia, liberalização das taxas de juros, taxas de câmbio competitivas, revisão das prioridades dos gastos públicos, maior abertura ao investimento estrangeiro direto e fortalecimento do direito à propriedade, livre comércio doméstico, enxugamento do setor público, controle da inflação e aumento de produtividade e privatização das empresas estatais.

3.2 A ECONOMIA BRASILEIRA E AS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO PÓS 70

Na seção anterior, verificou-se a trajetória da economia mundial sobre a qual vai se desenhando a economia nacional. Esta seção mostrará o desenvolvimento da economia nacional, aproximando-a da realidade vivida pelos trabalhadores que, embora fora dos sistemas formais de trabalho, constituem elementos importantes para a acumulação capitalista, como, por exemplo, os *chapas*, mão-de-obra barata utilizada no setor de transporte.

O período a ser abordado corresponde ao final da década de 60 até meados da primeira década do século XXI. Para explicá-lo, será preciso recorrer à análise de períodos anteriores.

3.2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA E DO TRABALHO

Resumidamente, no Brasil, dos anos 30 aos 40, amplia-se o emprego industrial, principalmente, como já foi visto, em função da política de substituição de importação adotada por Getúlio Vargas, graças à disponibilidade de maquinário no mercado internacional – devido à crise de 1929 – que foi adquirido para incrementar a industrialização brasileira. Nos anos 50, o mesmo não acontece, pois o aumento dos empregos industriais é relativamente pequeno, devido à entrada de tecnologia poupadora de mão-de-obra. Em 1950, já subsistiam áreas de baixa industrialização, com modalidades produtivas modernas e arcaicas, como o artesanato, que, no Nordeste, empregava a mão-de-obra feminina e informal (POCHMANN, 2003a).

Entre 1960 e 1970, o setor industrial cresceu bem, mostrando um desenvolvimento associado ao novo caráter da sociedade dependente. Nessas décadas, assiste-se, no Nordeste, a uma expansão da mão-de-obra masculina, e à diminuição da feminina, além da manutenção da informalidade. Isso decorre da substituição da produção artesanal pela fabril, operada pela indústria localizada no próprio Nordeste ou devido à crise na economia local pelas manufaturas advindas do Sul, principalmente de São Paulo. Nesse processo, perderam-se quase 50 mil empregos artesanais (POCHMANN, 2003a).

Nesse período, a indústria e os componentes modernos do setor de serviços não apresentaram um dinamismo suficiente para incorporar a força de trabalho disponível, obrigando quantidade ponderável de trabalhadores a se refugiar em ocupações marginais e informais, que também eram relevantes para o processo de acumulação em economias como a nossa, que se desenvolviam à base de altas taxas de exploração do trabalho.

No Brasil, como em vários países, no final da década de 60 viveu-se a organização de movimentos estudantis que protestavam contra a ordem social estabelecida, mas que foram sufocados pela ditadura militar. O processo de urbanização das grandes cidades estava em curso, e as mulheres lutavam para melhor inserção no mercado de trabalho.

A economia foi se expandindo como resultado da implantação do Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek, que teve em seu bojo a proposta de vários projetos de desenvolvimento econômico, visando, entre outras coisas, atacar seus pontos de estrangulamento, localizados principalmente nos setores de energia e transporte, na perspectiva de que se melhorasse o desempenho da economia brasileira.

As questões ligadas ao desenvolvimento econômico nasceram nesse contexto, e começaram, a partir daí, a fazer parte das políticas econômicas brasileiras que, desde 1930, já se realizavam por meio da atuação de um Estado intervencionista, modernizador e promotor da regulamentação do trabalho. Conseqüentemente, tudo isso afetou o mercado de trabalho, através da implantação da legislação trabalhista e das organizações sindicais, em 1943, por Getúlio Vargas. Como já foi visto, é a partir dessa regulamentação que a noção de trabalho informal vai se colocando, sempre em contraponto ao trabalho formal.

3.2.2 O SINDICATO

O início da regulamentação das relações de trabalho deu-se em 1930, com a criação do Ministério do Trabalho por Getúlio Vargas, e do modelo de sindicalismo corporativo, isto é, controlado pelo Estado que optou por sua unicidade.

Em 1940, os sindicatos já estavam regulamentados e funcionando. Em 1943, criou-se a Consolidação das Leis do Trabalho, que entrou em vigor a partir de novembro do mesmo ano e que, até hoje, não passou por modificações relevantes, a não ser aquelas introduzidas pela Constituição de 1988 e constantes do capítulo 2. Igualmente, a Lei 9.601, de 13 de janeiro de 1998, promoveu uma pequena abertura ao instituir o contrato de trabalho por tempo parcial, garantindo proporcionalmente todos os direitos trabalhistas regidos pela CLT, sendo que, para Lazzareschi (2007, p.50), a “jornada parcial de trabalho significa salário parcial e direitos trabalhistas parciais, isto é, trabalho precário”. Em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo, Pastore (1998a) ressaltou que esse tipo de contratação possibilitaria uma economia máxima de 18,5% nos encargos sociais das empresas.

O papel dos sindicatos, tanto dos trabalhadores como dos patrões, precisa, hoje, ser revisto para que possa dar conta da heterogeneidade dos atuais segmentos produtivos e ocupacionais. É preciso compreender que o país já não suporta a legislação social e trabalhista expressa na CLT, e precisa de uma legislação que incorpore todos os trabalhadores formais e informais. Enquanto isso não acontece, os sindicatos vão perdendo seu poder de negociação, e “hoje tendem a adotar uma nova orientação: a da negociação permanente, seja empresa por empresa, seja por setor, seja articulada entre governo x sindicato x empresários na tentativa de garantir alguma estabilidade dos empregos”. (LAZZARESCHI, 2007, p.55).

O desmembramento dos sindicatos possibilitado por lei resultou, de acordo com o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho e Emprego, numa

quantidade de sindicatos que, em 1988, era de cerca de 8.000 e que, atualmente, está ao redor de 23.000. No tocante aos sindicatos e entidades prestadoras de serviços do setor de transporte, hoje existem 185 estabelecimentos credenciados na Agência Nacional de Transportes Terrestres, que atuam como empregados e empregadores do setor formal, portanto não de forma universalizada.

Nesses moldes operam o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal de São Paulo que, embora não tenha *chapas* como filiados, informou que poderia aceitar sua filiação; o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas Secas e de Empresas de Carregamento no Ramo de Transporte de Cargas de São Paulo e Itapequerica da Serra, cujo representante informou somente filiar carregadores registrados em empresas de transportes, descarta qualquer contato com os *chapas*; e, por fim, o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de São Paulo, cujo representante informou que todos os sindicatos de empregados em transportes sabem que seus filiados utilizam o trabalho dos *chapas* numa relação de trabalho informal, tomando cuidado para não configurar relação formal, o que implicaria demandas por direitos trabalhistas. Considera, ainda, que o *chapa* é um trabalhador avulso, informal e sem entidade política que represente sua categoria, uma vez que não há organização, entre eles, para esse fim.

3.2.3 POLÍTICAS ECONÔMICAS E O TRABALHO PÓS-GUERRA

O processo de desenvolvimento econômico brasileiro, com o resultado das políticas econômicas implantadas no pós-guerra, possibilitou, em 1952, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), suporte necessário ao desenvolvimento da economia brasileira.

Em 1956, Juscelino Kubitschek criou o Conselho de Desenvolvimento, que tinha como objetivo localizar os setores passíveis de crescimento, além de promover a ampliação dos setores de infra-estrutura básica, como energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação como parte do Plano de Metas que permitiu o crescimento da economia brasileira (VILLELA, 2005).

Em 1951, foi instalada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que elaborou 41 projetos econômicos setoriais para resolver os problemas da economia brasileira, entre estes os setores de energia e transporte e a criação do futuro Banco Nacional do Desenvolvimento, fundado em 1952. Também contribuíram os trabalhos do Grupo Misto formado pela Comissão de Estudos para a América Latina-Cepal e BNDE. Em 12 de

fevereiro de 1956 foi instituído, por Juscelino Kubitschek, o Conselho de Desenvolvimento, ligado diretamente à Presidência da República, que elaborou 30 objetivos ou metas específicos, distribuídos em cinco setores já citados, denominado “Plano de Metas”.

Para a infra-estrutura do país, o caminho seguido foi o de uma expansão do sistema rodoviário e de disponibilização de energia que, de fato, foram alavancas necessárias ao crescimento da produção brasileira, e importantes para o processo de substituição de importação.

A expansão do sistema rodoviário e da indústria automotiva, como continuidade a uma política econômica que teve início em 1930, deu-se com o início da construção de estradas inter-regionais, que uniam as diferentes regiões do Brasil em torno de uma produção e consumo de âmbito nacional, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que recebiam a mão-de-obra necessária à referida expansão. Portanto, pode-se considerar o crescimento da indústria e da malha rodoviária um ponto de difusão do papel de carregadores, os *chapas*, que até então tendiam a localizar-se principalmente nas zonas portuárias e de armazenagem de mercadorias.

Todo esse processo foi muito importante para o assentamento de trabalhadores, porém, não acabou com a pobreza, o subemprego, o desemprego, e a informalidade. Esta última, em particular, aumentou ainda mais a partir dos anos 50, situação agravada pelo êxodo rural crescente nas décadas de 60 e 70, gerando um excedente de mão-de-obra naquele momento útil à acumulação capitalista.

3.2.4 A ECONOMIA BRASILEIRA E O TRABALHO A PARTIR DE 1970

3.2.4.1 O FIM DA DÉCADA DE 60 E A DÉCADA DE 70

No período de 1968 a 1973, a economia brasileira cresceu à razão de um PIB médio de 11,5% a.a. O período ficou conhecido como o “milagre brasileiro”, que foi possibilitado pela facilidade de obtenção de empréstimos externos. Cresceram as exportações de produtos e as importações de capital e de petróleo - bem como seus derivados -, para dar sustentabilidade à expansão da indústria brasileira.

No referido período foram alcançados os objetivos de combate à inflação, crescimento econômico e melhoria das contas externas graças à expansão das exportações e à substituição de importação de mercadorias. A economia brasileira cresceu, seu parque industrial se diversificou, sua força de trabalho aumentou e, no final da década de 70, constava entre as maiores economias do mundo, embora muito dependente e subordinada à importação de bens de capital e de petróleo.

Porém, as condições de crescimento da economia brasileira mostraram grande fragilidade, pois, nos âmbitos industrial e financeiro, no período de 1968 a 1973, a economia demonstrava uma falta de suporte adequado, ao mesmo tempo em que estava baseada, principalmente, no endividamento externo. Essa vulnerabilidade ficou evidenciada com o choque do petróleo em 1973, cujo desdobramento gerou a crise da dívida externa, perdurando de 1974 a 1984. Essa dívida era de US\$ 600 milhões em 1967, e de US\$ 2,1 bilhões em 1973 (HERMANN, 2005b).

3.2.4.2 AS DÉCADAS DE 1970 E 1980: CRESCIMENTO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO

A partir de meados da década de 70, o crescimento permanecia fincado no modelo de substituição de importação, durando até meados da década de 80, quando se mostrou inviável por ser sustentado pelo endividamento externo. Mesmo assim, a economia brasileira cresceu entre 6,7 a 8% a. até o final da década de 70. Porém, junto ao vigor que a economia adquiriu, elevou-se a inflação, pioraram as contas públicas e externas, indicando a necessidade de finalização desse modelo de crescimento.

Na época, o ajuste externo foi acompanhado da promoção de investimentos públicos e privados, necessários à geração de desenvolvimento. Para tanto, atacaram-se os gargalos da economia como infra-estrutura, bens de produção de capital e insumos, energia e exportação, ampliação da malha ferroviária, da rede de telecomunicações e da infra-estrutura, em detrimento de uma produção e comercialização agrícola voltadas para o mercado interno e para a exportação.

O choque do petróleo em 1973 fez com que os países industrializados aumentassem seus juros, resultando na contração das atividades econômicas nos anos subseqüentes, o que provocou o desequilíbrio dos países em desenvolvimento pela defasagem entre os preços de suas exportações e das importações, causando déficits comerciais. Para os países membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), por outro lado, a elevação do preço do petróleo propiciou grande aumento de suas receitas e a conseqüente entrada dos petrodólares, principalmente no mercado financeiro internacional, contribuindo para o financiamento da dívida dos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil.

O crescimento econômico por financiamento externo foi interrompido com o segundo choque do petróleo, em 1979, agravado pelo aumento das taxas básicas de juros, redundando em uma recessão que durou até o início dos anos 80. A recessão afetou as possibilidades de novos empréstimos e as importações dos países industrializados, assim como proporcionou o aumento da dívida externa feita a taxas flutuantes e uma inflação de 93% a. Isso implicou perdas salariais e alterações nos mesmos, com reajustes que deixaram de ser anuais para se tornarem semestrais. Configurou-se, então, a “crise da dívida”, que provocou a moratória do México em 1982, estreitando ainda mais a obtenção do capital externo pelo Brasil, o que perdurou até o final da década de 80 (HERMANN, 2005a).

A crise da dívida gerou vários acordos entre o Brasil e o FMI para a resolução de problemas da economia externa, que impuseram maior rigor à política monetária brasileira, já restritiva. Esses problemas foram minimizados, em meados da década de 90, com a renegociação da dívida externa, promovendo a estabilização do câmbio e dos preços.

Relativamente ao trabalho, no período de 70 a 84 houve um aumento de pessoal empregado no setor privado de 41,7%, em 1970, para 52,2%, em 1980; e no setor público de 7,3%, em 1970, para 8,8%, em 1980. Em contrapartida, caiu a proporção de autônomos de 33,8% para 25,2% e não remunerados de 9,9% para 5,3%. O aumento foi possível devido a vários fatores: expansão, embora descontínua, da economia nacional; aumento da industrialização; e renovação do parque industrial brasileiro. A partir de 1980, ela se transformou com o desajuste e o esgotamento do modelo de crescimento da economia. Após

os choques do petróleo, houve aumento das taxas de desemprego, da precarização do trabalho e da informalização (HERMANN, 2005).

O ciclo de industrialização brasileira fomentado no pós-guerra persistiu até a década de 1980, quando o pico do setor formal de trabalho absorveu 55,6% da PEA. O setor de subsistência e os desempregados correspondiam a 43,4% da PEA, acompanhando e possibilitando esse desenvolvimento. No início da década de 90, a economia brasileira entra na chamada “década perdida” (HERMANN, 2005).

O êxodo rural contribuiu para o aumento da concentração populacional nas cidades. O processo de urbanização concentrou também a pobreza e o crescimento das favelas, cuja população se ocupava nas atividades precárias, ocupações informais, pequeno comércio e serviços, provocando o inchaço do setor de comércio e serviços. É importante destacar que:

Até o início dos anos de 1980 o fenômeno hoje identificado como trabalho “informal” era classificado principalmente como subemprego. De todo modo, a utilização do termo “informalidade” vem, desde meados da década de 1980, se sobrepondo ao termo subemprego, já que este último seria uma das formas da “informalidade” (NORONHA, 2003, p.125).

O inchaço do setor de comércio e serviços foi atribuído ao aumento das atividades que compõem a economia informal, tanto para homens como para mulheres e adolescentes em atividades precárias. A atividade de *chapas* é um bom exemplo do destino de parte dos trabalhadores do setor formal, que perderam seus empregos e não conseguiram outro, nem mesmo em atividades menos rentáveis (SOARES, 2001).

Na década de 80, para a estabilização da economia e, principalmente, para o combate à inflação, foram lançados, sem sucesso, o “Plano Cruzado” em 1986, o “Plano Bresser” em 1987, e o “Plano Verão” em 1989, impactando as questões do trabalho. Afinal, era preciso combater o que se assistiu nos anos 80, a saber, o início da desestruturação do mercado de trabalho. Houve a diminuição do número de ocupações no setor agrícola da economia, estagnação do setor industrial, inchaço do setor de comércio e serviços, acompanhado do aumento do desemprego, da precarização das novas ocupações e da informalidade, embora fosse mantida a taxa de assalariamento. Mudou a quantidade de empregos assalariados, aumentando o número de trabalhadores sem registro em carteira e as ocupações não-assalariadas de conta própria. No setor de serviços, aumentou-se o número de ocupações formais e informais.

Segundo Pochmann (2001a), essa desestruturação do mercado de trabalho é consequência do abandono do projeto de industrialização nacional e da adoção de políticas

que visavam um melhor engajamento do Brasil no contexto econômico internacional. Relativamente à desigualdade social, somente a partir de meados da década de 1980 pôde-se obter a elaboração de estudos (como a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio - PNAD), que mostraram um crescimento mal distribuído na renda média anual de 1,2%, com os 10% mais ricos apropriando-se mais dessa renda do que os mais pobres que obtiveram um declínio de 1,4% (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

3.2.4.3 OS ANOS DE 1990 A 2007: OS PLANOS ECONÔMICOS, O PROCESSO DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA E O TRABALHO

No início dos anos 90, sob a presidência de Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito pelo voto direto após anos de ditadura militar, a economia brasileira teve outro direcionamento visando menor participação do Estado. Esse enxugamento estatal deu-se por meio da desestatização, e através de maior liberdade tarifária, isto é, adotando o câmbio livre e liberação gradual da política de importação para que os produtos nacionais pudessem suportar a abertura da economia nacional. Apesar de a preocupação maior ser a de controlar a inflação, foram lançados os Planos Collor I e II, que também não atingiram as metas esperadas, o que culminou no impeachment do Presidente Collor, em 1992. Itamar Franco o substituiu, e deu início ao processo de estabilização que pôs fim à indexação da economia com a criação da Unidade Real de Valor (URV), em 1994 (CASTRO, 2005).

Em 30.06.1994 foi lançado o Plano Real, que conseguiu dar maior estabilidade à economia brasileira. No governo de Itamar Franco, entre maio de 1993 e março de 1994, foi decretado e desenvolvido pelo Ministro da Fazenda, até então Fernando Henrique Cardoso, e sua equipe. Esse Plano foi aplicado em três etapas: uma primeira, que visava o ajuste fiscal objetivando a eliminação da inflação, pois se considerava que os gastos públicos eram sua principal causa – embora, no decorrer de seu desenvolvimento, as contas públicas piorassem o que, mesmo assim, não impediu a contenção da inflação; a segunda visava a criação de uma Unidade Real de Valor (URV) como padrão estável, cuja idéia já fazia parte da proposta de André Lara Resende e Pêrsio Arida - a proposta Larida; e a terceira criava regras de emissão e lastreamento do real, garantindo sua estabilidade, o que se tornou possível pelo uso do câmbio e dos juros, ferramentas estas fundamentais para o controle dos preços em tempos de grande liquidez no mercado internacional (CASTRO, 2005).

O cenário no qual se desenvolveram as políticas econômicas no período de 1990 a 1994 foi o do esgotamento do Estado desenvolvimentista, em detrimento da implantação de ajustes que visavam eximir o orçamento do Estado de certos encargos. Almejava-se a privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, com a criação de novas regulamentações legais, a fim de diminuir a interferência dos poderes públicos sobre a iniciativa privada. Além disso, esperava-se que o Estado fosse responsável pelas atividades produtivas, disciplinadas pelo próprio comportamento do mercado, cuja mundialização financeira impunha-se na década de 80. Essas regulamentações foram efetuadas sob a tutela do FMI, do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio, e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT - GONÇALVES, 2003).

A flexibilização das relações de trabalho provocou a limitação do assalariamento, da possibilidade do emprego permanente e da proteção a que os trabalhadores tinham direito. Esse quadro também afetou a informalidade do trabalho:

O trabalho informal ganha importância e é cada vez menor o percentual de trabalhadores que contribui para o instituto de previdência social e que possui carteira assinada (CAMARGO, 2006, p. 16).

Na Tabela 4 vê-se a média anual da taxa de “desemprego aberto” entre 1991 e 2002 nas regiões metropolitanas brasileiras, com uma tendência crescente nos anos noventa. Houve relativa estabilidade dessa taxa entre 1993 e 1996, sendo que, entre 1990 e 1995, foram eliminados 450 mil postos de trabalho na indústria, cujos trabalhadores migraram para o setor de comércio e serviços da economia, e, principalmente, para o setor informal. Esse tipo de desemprego, a partir desses dados, mostra uma tendência de crescimento até o final de 1997, com crescimento forte em 1998 - que se manteve em 1999, começando a declinar a partir de 2000, por conta do crescimento econômico.

TABELA 4 – Brasil: Taxa de desemprego aberto nas Regiões Metropolitanas, 1991-2002

Brasil: Taxa de desemprego aberto nas Regiões Metropolitanas^a, 1991-2002 (Média Anual)	
1991	4,8
1992	5,9
1993	5,3
1994	5,1
1995	4,7
1996	5,4
1997	5,7
1998	7,6
1999	7,5
2000	7,1
2001	6,2
2002 ^b	6,2

Fonte: PME/IBGE

(a) Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife

(b) janeiro/setembro

Também na década de 90 houve a implantação de reestruturação produtiva nas empresas brasileiras. Isso se deu como resposta às crises dos países desenvolvidos, em especial a dos USA, tendo como motivo a falta de demanda por produtos fabricados em larga escala, as altas taxas de juros impostas pelos próprios USA, e pelo constante aumento da inflação. A crise gerou uma mudança da estrutura produtiva, caracterizada por investimentos na tecnologia da informática, nas telecomunicações, microeletrônica e robótica, além da modernização dos setores automobilístico, petroquímico e de maquiaria. Essa nova estrutura fundamentou-se na produção de escopo, com equilíbrio na relação demanda/produção, o que impediu a formação de estoques e excedentes de produção, caracterizando-se pela racionalização do trabalho, produtividade máxima com gasto mínimo, e perfeita eficiência da empresa. Essa eficiência se dá na economia, no reaproveitamento dos materiais utilizados na produção, e na qualificação dos trabalhadores, motivados por meio de acordos de cooperação e distribuição de lucros entre trabalhadores e empresários (POCHMANN, 2004).

Como resultado dessas implantações, desenvolveram-se novas formas de organização do trabalho, com ideais de flexibilização, individualização das remunerações e incorporação da produção enxuta e terceirizada. Entretanto, cresceu o número de organizações

não governamentais e de comunidades solidárias que se encarregavam de suprir o papel do Estado, que se mostrava esvaziado e à parte da resolução de problemas relativos à educação, pobreza, habitação, saúde e cultura, entre outros (MORAES, 2001).

Em 1990, o perfil de distribuição da renda agravou-se, acentuando a concentração da riqueza. O número de pobres no Brasil, nessa época, era de 39,2 milhões de pessoas, correspondendo a 27% da população total. Além disso, 22% da população brasileira vivia em situação de indigência, sendo metade desse número jovens que, na sua maioria, não estudavam e nem trabalhavam (MORAES, 2001). A reestruturação da economia brasileira engendrou, assim, o aumento de trabalhadores temporários, de meio período, *free-lances*, autônomos, via correio eletrônico (e-mails), contratados e representantes independentes, além daquelas ocupações com ganhos flutuantes atrelados a índices de desempenho (DOWBOR, 2002).

Entre 1995 e 1998, a economia brasileira foi afetada pelas crises: do México, em fins de 1994; da Ásia, em 1997, abarcando a Tailândia, a Coreia do Sul, a Indonésia e a Malásia; e, em 1998, da Rússia. Através dessa série de turbulências econômicas, houve uma redução dos empréstimos internacionais, obrigando o governo a antecipar os ajustes previstos, pois a política de juros elevados não se mostrava eficiente na contenção da especulação contra o Real. Desse modo a situação fiscal teve uma piora, levando o Governo a fazer um acordo com o FMI, em 1998, que, em conjunto com alguns países, pôde liberar verbas para o Brasil.

A condição para a concessão de empréstimo implicava a promoção de um aperto fiscal e de um aumento gradativo do PIB. As medidas tomadas para alcançar esses objetivos enfrentaram problemas de credibilidade, isto no que concerne à manutenção do Real não desvalorizado, e à não aceitação, pelo Congresso Nacional, da proposta de taxação dos inativos em fins de 1998. O resultado foi a fuga de divisas internacionais, diminuindo as reservas, e obrigando o governo a desvalorizar o câmbio em janeiro de 1999. Essa ocorrência deu-se já no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, e, contrariamente ao esperado, não gerou inflação (GIAMBIAGI, 2005).

Tal desajuste foi contido por Armínio Fraga, nomeado para Presidente do *Banco Central*. O que fez foi elevar a taxa de juros básica, além de trocar a âncora cambial para um regime de metas de inflação; além disso, promoveu a negociação com o FMI e a ampliação da meta de superávit primário para o período de 1999 a 2002, bem como a contenção fiscal necessária. Como podemos notar:

Com a adoção do sistema de metas de inflação, o Conselho Monetário Nacional (CMN) ao definir um “alvo” para a variação do IPCA, passou a balizar as decisões

de política monetária do Banco Central (BC) tomadas todos os meses pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Este toma decisões acerca da taxa Selic com base em um modelo no qual a hipótese adotada quanto à taxa de juros gera um certo resultado da inflação, nos termos desse modelo. Assim, teoricamente, se a variação dos preços resultante de incorporar às equações uma hipótese correspondente à taxa de juros Selic vigente na época se mostrasse inferior à meta, o BC estaria em condições de reduzir os juros, enquanto, se a inflação estimada fosse superior à meta, o BC deveria subir os juros. O sistema de metas trabalha com uma margem de tolerância acima ou abaixo da meta, para acomodar possíveis impactos de variáveis exógenas, procurando evitar grandes flutuações do nível de atividade. A meta inicial fixada para 1999 foi de 8% – com tolerância de 2% acima ou abaixo do alvo – e nessa mesma oportunidade adotaram-se metas de 6% para 2000 e de 4% para 2001, passando, a partir de então, a se definir a meta para o ano t no mês de junho de $(t-2)$. A inflação se manteve dentro do intervalo previsto em 1999 e 2000, mas se situou muito acima do teto em 2001 e, particularmente, em 2002 (GIAMBIAGI, 2005, p.178).

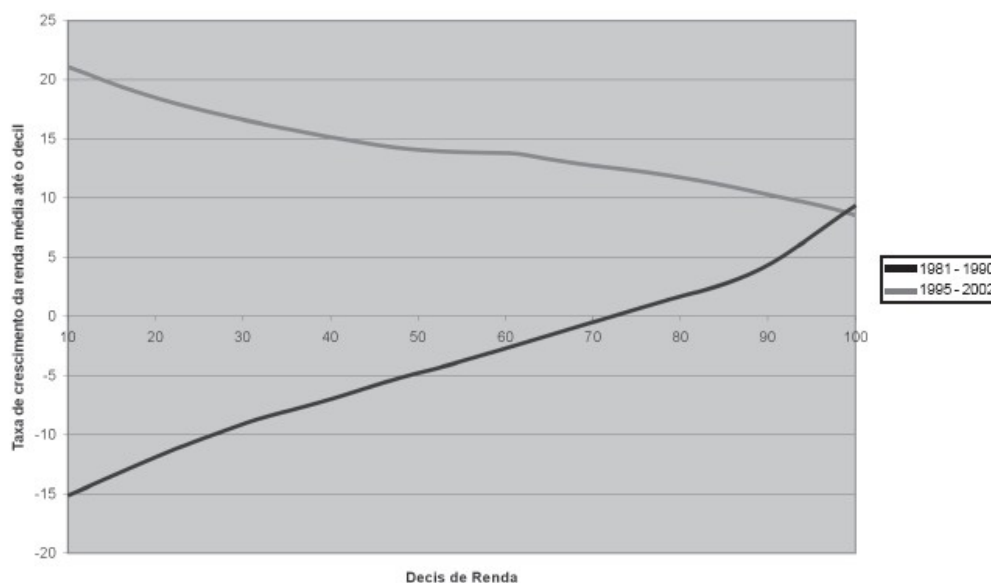
A partir de 1999, o país começou a retomar o crescimento econômico, obtendo um bom resultado em 2000, porém negativo em 2001, em decorrência da crise da energia. Entre os motivos de tal crise podem ser mencionadas a ausência de investimentos necessários à cobertura do crescente aumento do consumo de energia e a baixa quantidade de chuvas naquele ano. Nesse cenário, o Governo promoveu um ajuste na demanda de energia que prescrevia um corte de 20%. Contudo, a situação se normalizou em 2002, o que não impediu o aumento de tarifa para a compensação das perdas empresariais em função do ajuste.

A crise de energia, somada à crise da Argentina - que implicou na diminuição do fluxo de capitais para o Brasil -, e juntando-se a esses dois fatores negativos o atentado de 11 de setembro contra os USA, que abalou o mundo, contribuíram para o aumento do risco país. Todo esse cenário negativo comprometeu o crescimento econômico, que permaneceu baixo, apesar das taxas de juros mais elevadas. De qualquer maneira, mesmo com todos esses percalços, houve melhoria na balança comercial e na conta corrente, resultando num PIB de 4% entre 1998 e 2002 (GIAMBIAGI, 2005).

No período de 1995 a 2002, houve melhora nas políticas sociais com a ampliação e criação de programas sociais, como a garantia do salário mínimo a idosos e deficientes não participantes do INSS, além do bolsa renda, bolsa alimentação, auxílio gás e bolsa estudo.

A década de 90 assistiu, como já visto, transformações que contribuíram para modernizar a economia brasileira, dando-lhe maior competitividade e estabilidade pela política econômica nela desenvolvida. Houve também aumento de 1,2% a.a. na renda per capita do brasileiro, distribuída desigualmente, mesmo com o constante aumento da dívida pública, principalmente no período de 1994 a 2002. Nessa mesma década, apesar da desvalorização do câmbio, houve, no geral, um pequeno aumento da renda média,

contribuindo para a melhoria do bem estar social e declínio da pobreza. De todo modo, a queda dos salários e da renda média real, e uma piora no desemprego de 1994 a 1998, que só voltou a melhorar entre 1998 e 2002, denotavam a pobreza que atingia um terço da população brasileira, conforme pode ser verificado no Gráfico 02. Convém registrar, ainda, que a desigualdade pontual de renda aumentou (RAMOS; MENDONÇA: 2005).



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2003

GRÁFICO 2 – Curva de crescimento da pobreza (Brasil, 1981-1990; 1995-2002)

Essa desvalorização se mostrou necessária para promover o equilíbrio externo, embora tenha resultado em um PIB baixo, em torno de 2,3% a.a. de 1995 a 2002, conforme o Gráfico 3.

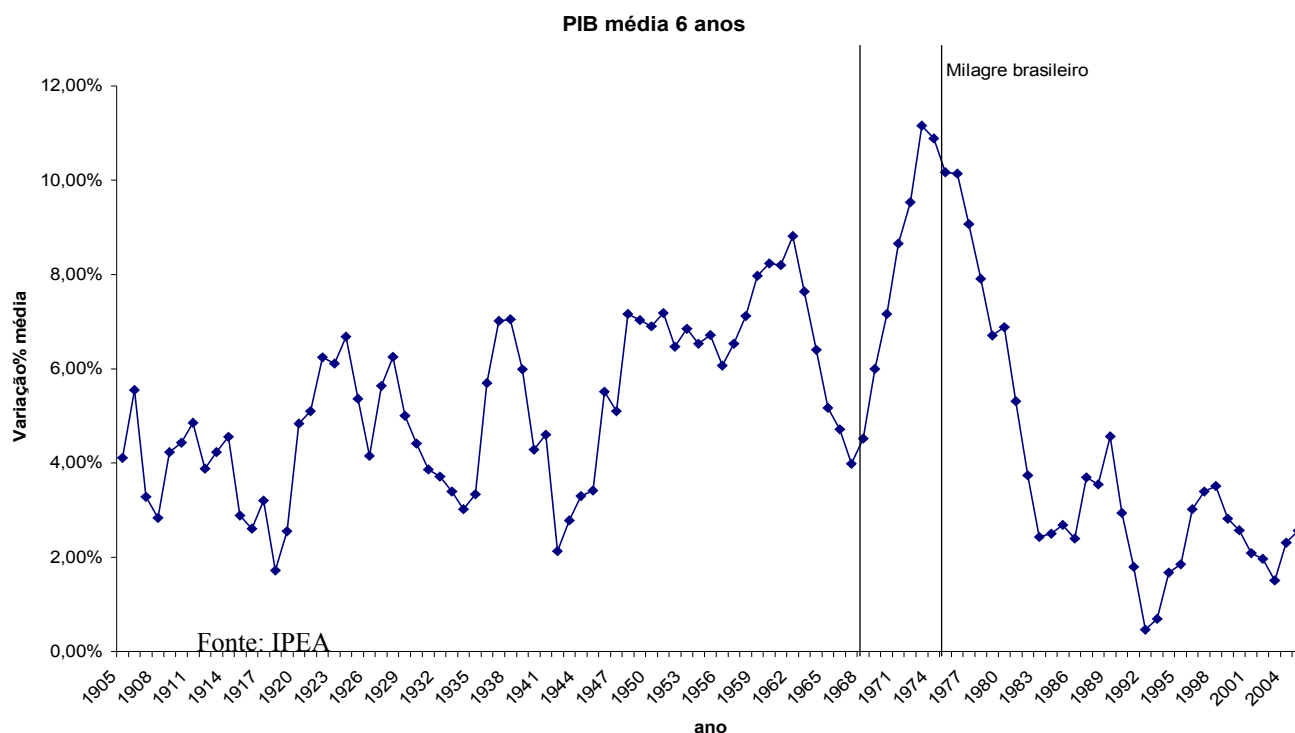
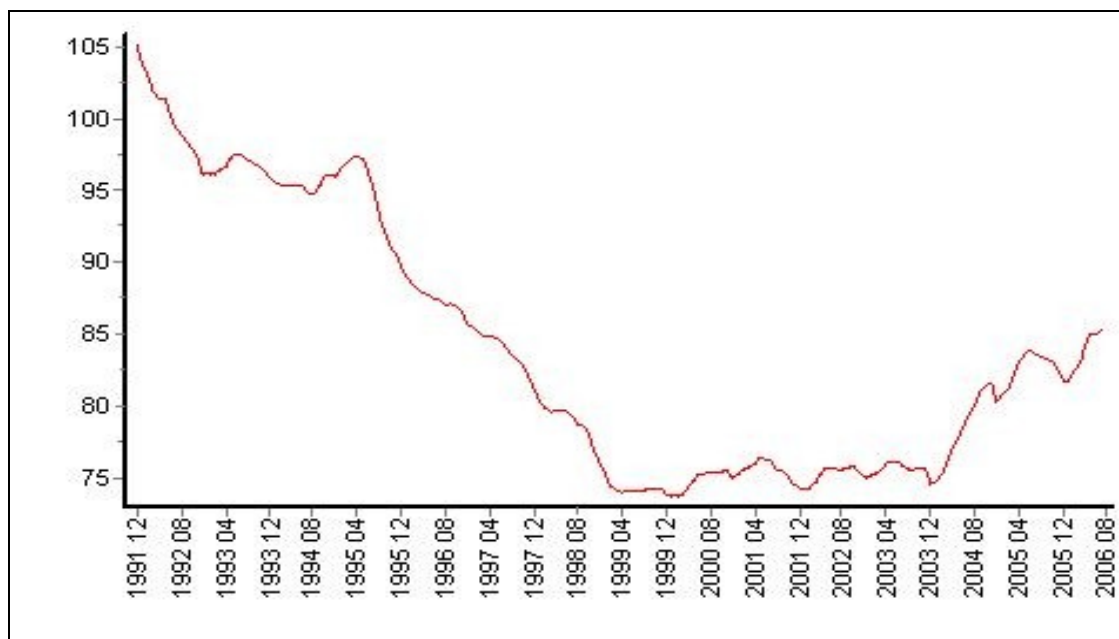


GRÁFICO 3 – PIB nacional, variação percentual anual (média móvel de 6 anos)

Ao analisar as questões do trabalho, Pastore (1998b) destaca que é necessário um crescimento econômico gerador de postos de trabalho. Para que possa gerar postos de trabalho suficientes, a economia tem que apresentar crescimento mínimo do PIB de 5,5% a.a., o que significa que, não o alcançando, haverá um déficit de empregos. No entanto, para Pastore (1998b), não é só o crescimento econômico o responsável pelos problemas do emprego, mesmo porque, segundo ele, no período de 1991 a 1996, houve aumento de novos postos de trabalho no mercado informal, queda do emprego formal nos diferentes setores da indústria - conforme o Gráfico 4, e a redução do assalariamento com carteira assinada.



Fonte: [Confederação Nacional da Indústria, Indicadores Industriais \(CNI\)](#)

Unidade: Pessoa (mil). Periodicidade: Mensal.

GRÁFICO 4 – PESSOAL EMPREGADO – indústria: índice (média 1992 = 100)

Para Pastore (1998b), a abertura comercial feita de maneira desordenada entre 1990 e 1996, a valorização do Real, e o decorrente aumento das importações contribuíram para a menor geração de empregos; e, a tudo isso, é preciso que se some a elevação dos gastos sociais possibilitados pela Constituição de 1988. Considera ainda que tudo sugere que o Brasil precisa de alterações nas suas leis trabalhistas, contemplando as diferenças regionais, e que estas possibilitem menor rigidez para que o mercado de trabalho gere mais empregos formais, dentro das novas formas de trabalho que hoje possam se apresentar.

Dessa forma, os trabalhadores não assalariados são caracterizados por exercerem suas ocupações como autônomos e em atividades de pequena escala na produção de bens ou serviços, sem carteira assinada, na informalidade e sem remuneração. Compõem o chamado setor informal ou setor não estruturado, conceitos esses utilizados ao longo deste trabalho.

Em análise estrutural sobre o trabalho formal e informal na economia brasileira no período de 1992 a 2001, Camargo (2006) conclui que, a partir de 1990,

houve uma redução da capacidade de gerar empregos para cada um milhão de reais da produção. Os dados mostram que, apesar da proporção de trabalhadores informais na economia ser superior a dos trabalhadores na formalidade, o setor informal foi o responsável por cerca de 60% dos postos de trabalho gerados no período estudado (CAMARGO, 2006, p.5).

Esse fato é oriundo, basicamente, da queda de empregos na indústria e do crescimento da oferta de trabalho nos serviços, nos quais a informalidade tem grande ocorrência (DUPAS, 1999). É dentro da reestruturação produtiva brasileira dos anos 90 que se encontra boa parte das explicações para o comportamento do mercado de trabalho, no tocante à perda de postos no setor industrial e à migração desses trabalhadores para o setor informal da economia brasileira.

A reestruturação produtiva começou com o esforço de modernização da economia e o combate à inflação na década de 90, porém esteve caracterizada pela ausência de uma política industrial, comercial e social que alterasse as relações de trabalho. Assim, foi responsável pela baixa qualidade dos postos de trabalho, baixa qualificação e remuneração de mão-de-obra, além da falta de postos de trabalho que, na década de 90, teve uma queda de 26% de trabalhadores com carteira assinada, que perderam 4% dos postos de trabalho; e, dos sem carteira, um aumento de 40%, que obtiveram 4,5% dos postos (DUPAS, 1999).

O Gráfico 5 contém a evolução da tendência estrutural do desemprego por meio da comparação entre as regiões de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, possibilitando verificar-se o crescimento do desemprego nessas regiões durante os anos 90.

Gráfico 2

Evolução da Tendência Estrutural do Desemprego - Comparação entre Regiões

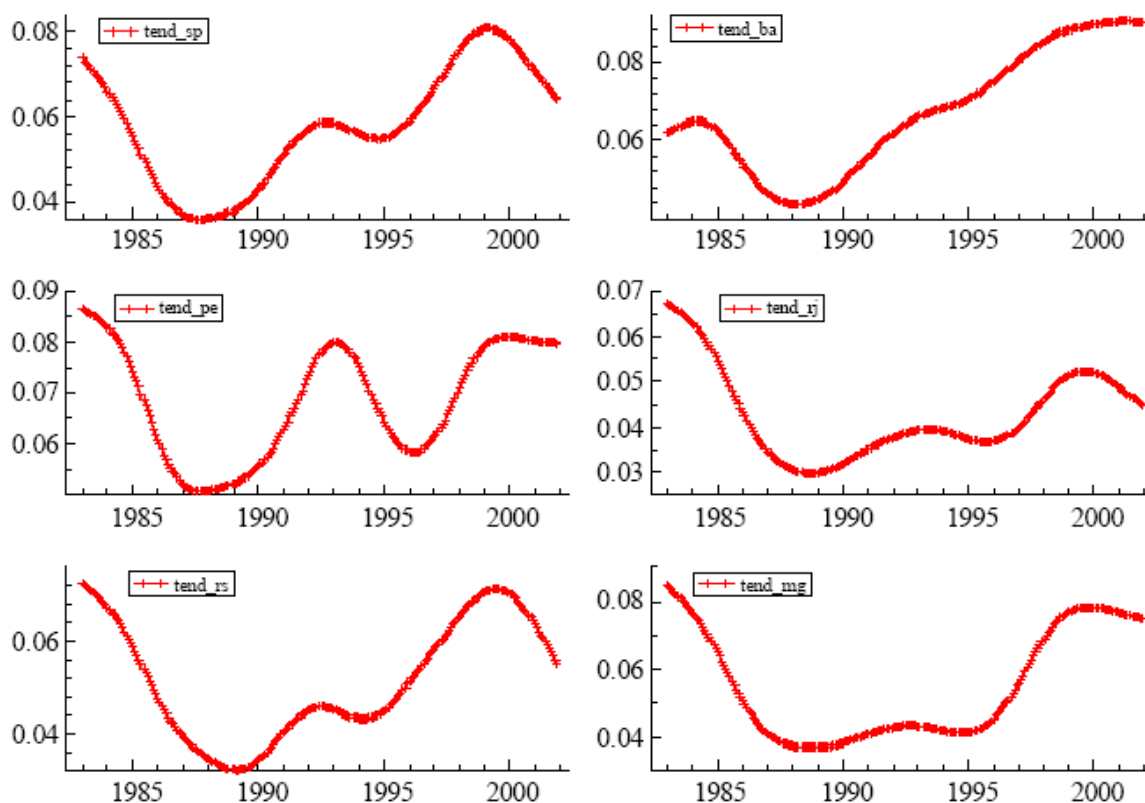


GRÁFICO 5 – Evolução da tendência estrutural do desemprego – comparação entre regiões Fonte: PME / IBGE

O desemprego afeta várias sociedades, o que, no caso da sociedade brasileira, dá-se de modo profundo. Medidas para atenuá-lo devem ser pensadas e aplicadas nos âmbitos do governo, das empresas e dos próprios trabalhadores. Entre elas, é preciso que haja o aprimoramento do sistema educacional, visando o acesso ao emprego; a capacitação e recapacitação de trabalhadores; reestruturação fiscal e burocrática que abram caminho para uma economia e uma sociedade menos amarrada e mais fluida; revisão da política econômica, com reformas estruturais que possibilitem o afrouxamento da rigidez orçamentária; investimentos em infra-estrutura portuária, aeroportos, energia elétrica; além de melhora substancial das estradas de rodagem. Enfim, trata-se de medidas que permitiriam um maior crescimento do PIB brasileiro⁵, que está aquém do ritmo mundial, trazendo conseqüências positivas para o mercado de trabalho.

⁵ Previsão do FMI: 3,3% para 2005 e 3,5 para 2006. Crescimento mundial para o biênio 2005-06 cerca de 4,3% China 9%, Índia 7,1% e Rússia 5,5%. América Latina 4,1% em 2005-Venezuela 7,8%; Argentina 7,5% e Uruguai 6%. Fonte O Estado de São Paulo. Caderno Dinheiro, p. B1.

O processo de globalização, sob o aspecto tecnológico, propiciou a integração do mundo em redes globais por permitir, instantaneamente, a geração de informações. Sob o aspecto empresarial, possibilitou a instalação de empresas em qualquer país, pois seu capital não tem pátria e seu interesse maior é a lucratividade. Sob o aspecto financeiro, representa os grupos empresariais dominantes e donos do capital financeiro mundial (BECK, 1999).

Os aspectos tecnológico, empresarial e financeiro da globalização necessitam de um Estado favorável à manutenção de seus interesses, e a não intervenção nos rumos da economia. Pelo contrário, qualquer intervenção dessa ordem deve servir para o desenvolvimento de políticas que visem à desregulamentação, liberalização, privatizações e flexibilização das relações institucionais do trabalho.

Nessa nova divisão internacional do trabalho, os países centrais, sede das empresas transnacionais, investem em pesquisas e tecnologia que acabam por gerar melhores e mais bem remunerados postos de trabalho. Transferem para os países periféricos os processos produtivos que oferecem postos de trabalho mais simples e menos remunerados, ou, ainda, os postos que requerem trabalhadores altamente capacitados para trabalharem em plantas de fábricas de tecnologia sofisticada.

Entre os autores que analisam o processo de globalização, Singer (1997) afirma que a mesma pode ser positiva quando bem conduzida pelo Estado, e, negativa, quando se apóia no neoliberalismo econômico, que tem como base a eliminação das restrições e do controle dos intercâmbios, o que é o caso do Brasil. No âmbito mundial, a globalização financeira desregulamenta as economias nacionais dos países pobres e sem projeto de crescimento econômico, que se fragilizam, e não têm força suficiente para competir com os países ricos. Estes, para além de tudo, mantêm parte de seu mercado protegido, ampliando a insegurança e os riscos financeiros aos países em desenvolvimento.

É necessária a formulação de políticas econômicas que proporcionem aos países pobres condições de produzirem competitivamente. Na atual divisão internacional do trabalho, devem também viabilizar a socialização dos custos e dos benefícios, pois participam de forma marginal da globalização, arcando com o aumento do desemprego, o baixo poder de compra, e o desaquecimento de suas economias. Aliás, estes fatos podem ser condições resultantes das regulações econômicas impostas, no sentido de evitar altos índices de inflação, fato este que por si também causa recessão.

O Brasil insere-se nesse processo nos anos 90. Ao optar pelo desenvolvimento de políticas neoliberais, como forma de resolver a crise econômica e obter maior competitividade internacional, acabou por contribuir com o crescimento do desemprego, o aumento da

economia informal, e a pauperização e precarização do mercado de trabalho, pois se tornava necessária a redução do custo Brasil (BOSCO, 2003), o que gerou um aumento de produtividade e diminuição do emprego industrial. Vale ressaltar que sempre houve desemprego e informalidade na economia brasileira, e que a globalização não é a sua causa exclusiva. Mas, no momento, contribui efetivamente para a manutenção e até mesmo ampliação desse quadro, na medida em que não há propostas políticas adequadas ao desenvolvimento tecnológico que acompanhe a demanda internacional.

A descentralização da produção enfraqueceu o poder dos sindicatos e aumentou o poder de controle sobre os trabalhadores. São exigidas novas competências no que toca à versatilidade, em que passam a existir outros processos de trabalho substituindo a produção em série pela flexibilização da produção. Nela há a exigência de uma especialização flexível, de novos padrões de produtividade e de adequação da produção à lógica do mercado, tais como: terceirização, subcontratação, empresa rede, reconcentração baseadas em pequenas empresas, trabalho independente de profissionais ou consultores, bem como outras formas de gestão de trabalho que visem o controle de qualidade, gestão participativa e qualidade total em busca da produção enxuta (BOSCO, 2003).

Dentre essas novas formas, tem-se a ampliação do sistema *Toyota*, que prioriza o consumidor, e cuja produção obedece à demanda sob medida, incorporando o *just-in-time*. Nele, os custos de estoque devem ser evitados, o que pode favorecer o aumento, nas estradas, do fluxo de caminhões destinados ao transporte dessas mercadorias, ampliando a oferta de trabalho aos carregadores denominados *chapas*.

Em 1990, adotou-se um modelo econômico cuja viabilização, dentre outras medidas, fez com que as privatizações operassem como fonte de verbas a serem canalizadas para abatimento da dívida, e para darem seqüência à internacionalização econômica brasileira, o que gerou a perda de 17,1% de empregos assalariados formais, num total de 3,2 milhões perdidos na década de 90 (POCHMANN, 2001).

A estabilização monetária e a capitalização de recursos internacionais tornaram-se possíveis a partir de 1994. A ancoragem da moeda em dólar permitiu a internacionalização dos custos e dos preços do mercado interno a partir de 1994, com política econômica de combate à inflação por meio também de elevadas taxas de juros e valorização cambial. A abertura implementou a redução das tarifas de importação não acompanhadas da implementação à exportação, o que gerou déficit na balança comercial e na conta de serviços de pagamento coberto por endividamento externo, cujo processo continuou no período de 1995 a 1999 (POCHMANN, 2001).

A opção por desregulamentar e abrir o setor comercial - sem um planejamento que possibilitasse forte inserção do Brasil no novo mundo das tecnologias, e sem o desenvolvimento de políticas industriais e agrícolas - , provocou a diminuição das exportações de produtos manufaturados, e o aumento das exportações de produtos primários, bem como ampliou a dependência externa do Brasil. A falta de planejamento do desenvolvimento regional resultou em pouca expansão da economia nacional, introduzindo disputas internas na proposição de medidas, principalmente as fiscais, que pudessem atrair empresas transnacionais, sem que isso acrescentasse algo à economia do país.

No âmbito internacional, as grandes organizações transnacionais, ao buscarem instalar seus setores produtivos em regiões do globo onde existam vantagens comparativas, além da especialização produtiva promovida geralmente pelo Estado, deram início a uma nova divisão internacional do trabalho. Com ela, aprofundou-se a concentração e centralização do capital, afetando a produção nacional. Na medida em que não se encontra suficientemente preparada para enfrentar a competição daí decorrente, principalmente no âmbito tecnológico, o resultado que se tem é o agravamento das questões de emprego, e a ampliação da informalização do trabalho.

Em seus locais de origem, as grandes organizações produtivas tiveram seu processo de reorganização e reestruturação fundamentadas em redes de subcontratações vinculadas à unidade produtiva principal. Isso se deu por meio da adoção de novas formas organizacionais e gerenciais, que substituíram o processo de produção em massa por novos métodos de produção, entre eles o *toyotismo* - ou produção enxuta, e o *downsizing* e customização - cuja filosofia, com grande uso de tecnologia e produção diversificada, vem para o Brasil na década de 90, com a abertura econômica. Essa forma de produção contribuiu para a geração de excedentes de desempregados, subcontratados e trabalhadores temporários, como também o conseqüente aumento do trabalho informal (SILVA, 1999).

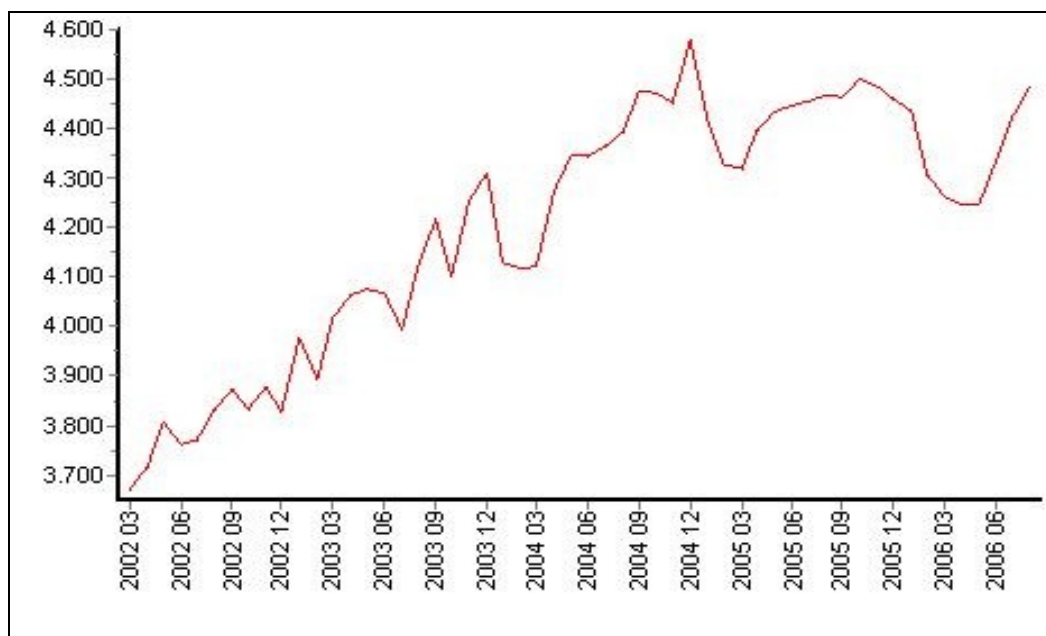
A produção enxuta é caracterizada pela racionalização do processo produtivo, visando o corte de custos que são causados por uso inadequado de equipamentos; uso de peças e componentes defeituosos; pelo emprego de mão-de-obra polivalente - minimizando o controle hierárquico; e diminuindo estoques ao passo em que se implementa a distribuição dos produtos. Desse modo, todas essas características demarcam o chamado sistema *just-in-time*.

Sob essas condições, o mercado de trabalho adquire novas características. Por exemplo, há os assalariados multifuncionais com várias especializações flexíveis, que possuem boa margem de garantia de emprego e os benefícios inerentes; há também aqueles

que trabalham em empresas terceirizadas ou subcontratadas, sem garantia, vinculando-se à oferta de trabalho, e obtendo salários mais baixos; ainda existem o trabalho dito precário e por tempo determinado, e ainda, por último, aqueles que fazem a prestação de serviços como trabalhadores autônomos.

Todos esses fatos, em suma, fragilizaram a base sindical. Conseqüentemente, o que se impõe é a necessidade de crescimento industrial, políticas sociais, previdenciárias e educacionais que possibilitem melhorar a qualidade dos trabalhadores. Na ausência dessas condições, a precarização do trabalho e a exclusão social estão atingindo, e de maneira crescente, os trabalhadores formais ao reduzirem sua remuneração, empurrando-os para onde já se encontra parte da camada pobre da população brasileira. Aliás, é justamente esse estrato social que, desde sempre, compôs o segmento populacional que vive do trabalho desqualificado em ocupações precárias, informais e, portanto, marginalizadas.

No Brasil, essa tendência tem sido incrementada pela reestruturação produtiva em curso, pela falta de políticas econômicas de crescimento do setor produtivo, gerador de empregos. Apesar da esperança do novo governo de Luiz Ignácio Lula da Silva reverter as políticas de Fernando Henrique Cardoso, no período de 2003 a 2006, “Lula” deu continuidade a elas. Com a valorização do mercado financeiro, e cumprindo as reformas iniciadas pelo governo anterior - com altas taxas de juros e câmbio desvalorizado - , houve uma diminuição muito lenta da desigualdade social e do empobrecimento da população brasileira. Porém, o movimento de informalização do trabalho prosseguiu em alta, conforme pode ser verificado no Gráfico 6.



Pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadas sem carteira de trabalho assinada, no trabalho principal da semana de referência, por regiões metropolitanas. Periodicidade: Mensal.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME) Unidade: Pessoa (mil).

Regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Gráfico 6 – População ocupada - empregada – sem carteira assinada – RMS

Em 2002, havia a perspectiva da eleição de um governo de esquerda que pudesse contornar, de algum modo, a situação - embora tivesse alterado suas propostas de radicalismo em relação à dívida externa e à reforma previdenciária de Fernando Henrique Cardoso. No entanto tais expectativas foram frustradas, como se constatou diante da crise de credibilidade que as instituições atravessaram, aumento do risco-país, da inflação e do dólar em fins de 2002.

A respeito da política econômica adotada, em 2003, a expectativa melhorou com o anúncio de medidas, como a nomeação de Henrique Meirelles para a Presidência do Banco Central e a manutenção da diretoria anterior. Previa-se que houvesse a imposição de metas de inflação, a elevação da taxa de juros básica (Selic), o aumento da meta de superávit primário, e cortes nos gastos públicos, entre outras medidas (PAULINI, 2005).

Em 2005, o Governo Lula continuou com o rigor da política econômica adotada no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o que, em 2003 e em 2004, trouxe resultados positivos no combate à inflação, devido à queda do câmbio e à disponibilidade internacional de recursos financeiros, propiciando a entrada de recursos externos no Brasil. Delfim Netto (2005), discutindo a propriedade da política de flutuação cambial, considerou que a política de

metas de inflação foi menos prejudicial do que a política de flutuação cambial. Colocou em dúvida a possibilidade de crescimento econômico numa política de responsabilidade fiscal, e moeda sadia para o crescimento justo e sustentável.

Em 2004 e 2005, o que se verificou como resultado da política econômica implantada a partir da década de 90 foi a estagnação econômica, o desemprego, o aumento da vulnerabilidade externa, o retorno do Brasil à condição de economia primário-exportadora, o crescimento da pobreza absoluta e da violência nos grandes centros urbanos do país, e a redução do PIB de 8º para 15º maior do mundo. Em 2006, o governo brasileiro anunciou uma melhora de classificação, para 11º lugar na economia mundial (PAULINI, 2005). Ainda nesse período, em 2004 e 2005 assistiu-se à elevação dos juros norte-americanos, e a considerável alta de preços do petróleo, tornando a economia brasileira mais vulnerável (PAULINI, 2005).

Após reeleito, o Presidente Lula lança, em 2007, o Plano de Aceleração do Crescimento, visando aumentar o crescimento econômico e social. O risco Brasil vem caindo e a economia mantendo-se estabilizada, embora com as mesmas questões do trabalho e emprego, já mencionadas. Em entrevista publicada no jornal *Correio Braziliense* em março de 2007, José Pastore avalia que o efeito do PAC deve melhorar a geração de empregos para os próximos anos:

[...] a maior parte dos R\$ 503 bilhões serão investidos em construção civil e infraestrutura. Esses setores geram muitos empregos, tanto diretos como indiretos. Os empregos diretos são os que garantem a construção das habitações, das usinas ou das estradas, por exemplo. Os indiretos dizem respeito à produção de todos os insumos que entram nessas obras, desde a areia até os vidros, passando pelos equipamentos simples e sofisticados, como no caso de uma estrada ou hidroelétrica. Além disso, há muitos empregos indiretos que são gerados depois das obras concluídas.

Tudo isso somado constitui uma poderosa usina de empregos de vários níveis de qualificação. Só na construção civil, pode-se esperar a geração de 450 mil empregos em 2007 e quase um milhão em 2008 (PASTORE, 2007a).

Além dessa previsão, o editorial do *Caderno Dinheiro da Folha de S.Paulo*, em 14 de julho de 2007, destacou que a indústria de transformação, o comércio, a agricultura e a construção civil proporcionaram a criação de 1,095 milhão de empregos formais no primeiro semestre de 2007, apresentando um crescimento de 18,6% em igual período de 2006. A criação de vagas por setor pode ser verificada na Tabela 5, que aponta para o maior crescimento no setor de serviços em 2006 e 2007, e grande crescimento de vagas em 2007 sobre o mesmo período de 2006 na indústria de transformação:

TABELA 5 – Criação de vagas por setor

Criação de vagas por setor								
Período	Serviços	Ind. De Transf	Agropec.	Constr.	Com.	Adminst . Pública	Extrat.	Serv. Util. Pública
1s/2006	324.829	214.882	191.581	78.916	71.702	26.842	7.223	7.823
2s/2006	327.563	299.509	238.437	97.571	97.051	23.614	6.244	5.514

Fonte: Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)

Essa geração de empregos é saudável, pois, na medida em que é formal, contribui para tirar da informalidade um número considerável de trabalhadores.

3.2.4.4 TRABALHO E TECNOLOGIA

O desemprego elevado pode ser também decorrente de uma economia fraca e de falta de políticas econômicas adequadas, originando um crescimento insatisfatório do PIB. A informalidade na década de 80 foi provocada pelo desemprego estrutural, de longo prazo, pois a força de trabalho cresceu mais que a capacidade de sua absorção e a curto prazo, porque a demanda agregada foi mantida abaixo da oferta agregada, tendo em vista as altas taxas de juros (BRESSER-PEREIRA, 2005).

Salm (2005) também se refere ao diagnóstico sobre o desemprego, em que atualmente aponta como suas causas a grande regulamentação do mercado de trabalho e o problema da qualificação. Sugere a discussão sobre o fato de a tecnologia gerar perda de postos de trabalho, para que se entenda a dinâmica que permeia o mercado formal e informal do trabalho.

Para Salm (2005), há o pessimismo por parte de alguns com relação à atual difusão de novas tecnologias e novas formas organizacionais. Para ele, a taxa de crescimento do PIB está atrelada à melhoria na qualidade do emprego que, a seu ver, está acontecendo hoje. Considera ainda que a busca de estágios mais avançados pela indústria, além de criar empregos em novos setores, impediu, já na década de 90, a eclosão do desemprego e da informalidade. Porém, não centra toda a problemática somente no crescimento econômico, levando em consideração que atualmente a exclusão atinge também parte dos trabalhadores com inserção precária e instável no mercado de trabalho. Isso indica que a exclusão abrange não somente quem está totalmente fora, mas também quem não está legítima e plenamente

integrado. Desse modo, atinge também os jovens que não estão estudando, nem trabalhando, pois as políticas de emprego restringem-se àqueles trabalhadores do setor formal.

Pode-se constatar a existência de duas formas de avaliar o impacto da tecnologia na geração ou não de emprego. Kupfer (2005), por exemplo, ressalta a ambigüidade com que as explicações no âmbito da economia associam o progresso técnico e o desenvolvimento econômico nos diferentes países, e em especial naqueles em vias de desenvolvimento e recém-industrializados, como o Brasil. Neles se compreende a tecnologia como importante fator de desenvolvimento econômico, desta vez atrelado a uma justiça social maior. Trata-se, para o autor, de uma explicação simplista, pois o progresso técnico desses países depende, com maior intensidade, dos processos duradouros de modernização industrial. No caso do Brasil, esse processo é truncado, pois há a necessidade de projetos de desenvolvimento mais consistentes, e menos suscetíveis, à submissão dos constantes ajustes que nem sempre dão continuidade à modernização tecnológica.

Para Kupfer (2005), o projeto brasileiro de desenvolvimento colocado em prática desde meados dos anos 80 teve como base a abertura econômica, o aumento da produtividade, e a mudança estrutural, acompanhadas de crescimento econômico com geração de maior e melhor quantidade de empregos. Hoje se tem aumento da produtividade, pouco crescimento e pouca geração de empregos. Esse resultado está vinculado à forma como as empresas brasileiras se modernizaram, pois a modernização quase se limitou ao âmbito da produção, quando deveria atingi-la também no processo de melhorias técnicas e gerenciais, com base mais sólida ao aumento de produtividade e competitividade empresarial.

O progresso técnico e o emprego dependem, para Kupfer, da maneira como a indústria conduz sua modernização. Esta, por sua vez, depende de como são incorporadas as novas tecnologias produtivas via importação de bens de capital com a aquisição de tecnologias mais modernas. Há uma dependência também de investimentos em pesquisa - visando o desenvolvimento tecnológico, além da utilização de técnicas novas de gestão de produção, que permitam a redução das perdas, os desperdícios, e que propicie um aumento da qualidade, ou seja, o enxugamento via terceirização, *outsourcing* e especialização das linhas de produtos. Por fim, é preciso que existam políticas econômicas que favoreçam investimentos com nova capacidade produtiva. Sem essas condições, a liberalização comercial pode ser muito prejudicial para as questões do emprego. Sem mudanças estruturais, o processo de modernização necessita de taxas elevadas de crescimento econômico para poder gerar novos empregos, além de políticas locais de geração de vagas.

O Brasil hoje está vivendo o processo de precarização do trabalho que os USA e alguns países europeus viveram na década de 80, com substituição dos postos de trabalho industrial por postos de trabalho no setor de serviços, que, em grande medida, requer mão-de-obra menos qualificada. A solução para eles adveio da “nova economia”, assentada no desenvolvimento tecnológico da informação que abriu novos postos de trabalho.

Como considera Castells (1999), a nova economia é resultado do desenvolvimento tecnológico ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, principalmente no Vale do Silício, na Califórnia. Esse explosivo progresso se deu, sobretudo, na área da tecnologia em eletrônica, microeletrônica (com o aparecimento do primeiro computador programável), desenvolvimento da engenharia genética etc. Difundidas a partir dos anos 70, ampliaram a capacidade informacional, dando início a uma nova era da informação, que o autor chama de "novo paradigma informacional". Tais tecnologias foram a base do processo de reestruturação produtiva nos anos 80, continuando sua expansão nos anos 90, propiciando o surgimento da sociedade cada vez mais em rede, que necessita de constante desenvolvimento de novas tecnologias.

A base do novo paradigma, por conta disso, consiste na informação, através da qual a tecnologia se volta. Com esse intuito, muitos aspectos decorrem dessa política tecnológica: a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, moldando o indivíduo e a coletividade; o implemento da lógica de redes em sistemas de relações; a flexibilidade, pela possibilidade de reversão dos processos produtivos, além da modificação, alteração e reorganização de seus componentes; e, por fim, há uma crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado.

Contrariamente, no Brasil há o aumento do subemprego e da informalidade, cuja solução está no desenvolvimento de um processo que permita a expansão das empresas. Para tanto, é preciso que exista uma capacitação tecnológica e organizacional, com aumento da agregação de valor no setor produtivo, o que tenderá a dinamizar ou criar os novos mercados. Caso contrário, o aumento de produtividade poderá estagnar-se, e o ciclo de modernização do setor produtivo se fechar.

Nos dados sistematizados dos Gráficos 7 e 8, pode-se acompanhar a evolução da informalidade no Brasil e da estrutura setorial da ocupação, confirmando o aumento do trabalho informal e a migração para o setor de serviços:

GRÁFICO 3
EVOLUÇÃO MENSAL DO GRAU DE INFORMALIDADE: SETOR DE SERVIÇOS E
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

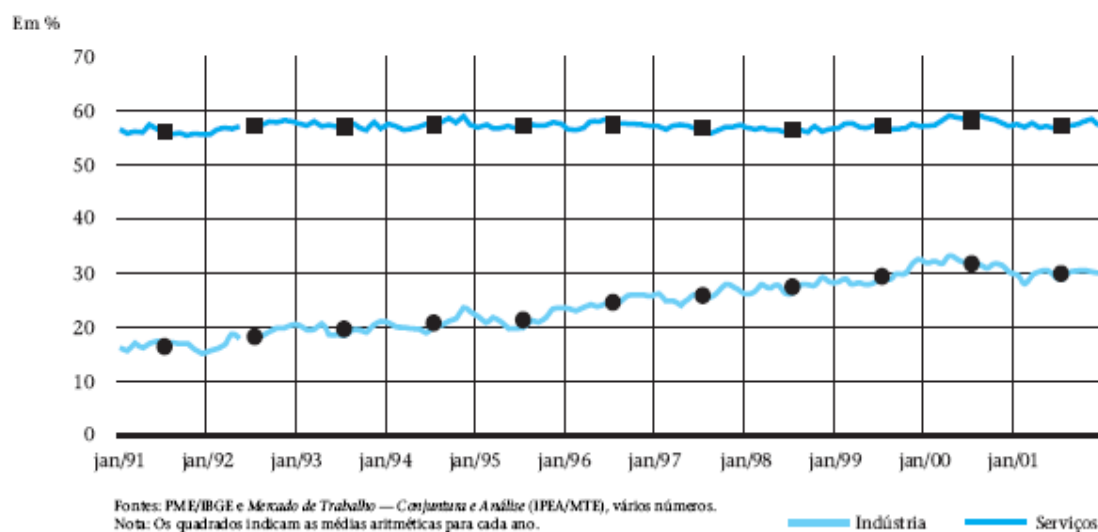


GRÁFICO 7 – Evolução mensal do grau de informalidade: setor de serviços e indústria de transformação

**EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SETORIAL DA OCUPAÇÃO: SETOR DE SERVIÇOS E
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**

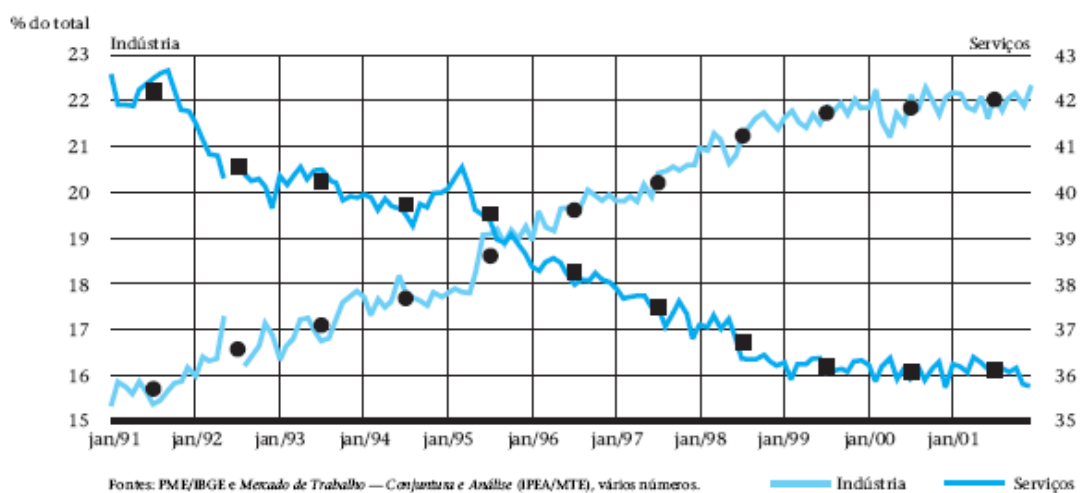


GRÁFICO 8 – Evolução da estrutura setorial da ocupação: setor de serviços e indústria de transformação

Para que não haja estagnação decorrente do fim do ciclo de modernização do setor produtivo é necessário aprofundar o movimento de reestruturação industrial. Para tanto, há de se aumentar o valor agregado dos produtos, as escalas operacionais, a melhoria na relação entre produtor e fornecedor e, entre outras coisas, melhorar a relação entre capital e trabalho, por meio de uma melhor divisão do trabalho e melhor inserção tecnológica que gere ganhos para as empresas. No entanto, tudo deve estar acompanhado de uma política industrial, que

promova o desenvolvimento e reduza a diferença gerada pelo setor produtivo brasileiro em comparação com o setor internacional, promovendo, assim, a homogeneidade nos diferentes setores industriais brasileiros. Portanto, “a saída é mais e não menos tecnologia” (KUPFER, 2005, p.268).

Kupfer (2005) demonstra que a expansão da demanda doméstica e as exportações, no período de 1990 a 2001, criaram, juntas, 15,6 milhões de empregos, com 12 milhões pela expansão da demanda doméstica e 3,6 milhões pelas exportações. Enquanto isso, as mudanças tecnológicas e as importações contribuíram ambas para a eliminação de 12,3 milhões de ocupações, com 10,7 milhões decorrentes das mudanças tecnológicas e 1,6 das importações. A geração de empregos, pela expansão das exportações, cobririam esses empregos eliminados.

Ainda para Kupfer (2005), pode-se notar que, no período de 1990 a 1996, a situação começa a mudar com o aumento das importações, liberalização tarifária e baixo desempenho das exportações, causando a extinção de grande número de postos de trabalho. No período de 1996 a 2001, ocorre justamente o inverso, sugerindo ser a taxa de câmbio valorizada na década de 90 o fator fundamental para a perda de empregos pelo comércio exterior, fatos esses que indicam não serem as importações o principal causador do desemprego no Brasil e nem as exportações a solução mais necessária. A perda de empregos, decorrente das mudanças tecnológicas, deveu-se ao aumento da eficiência e da produtividade do trabalho na economia brasileira.

As Tabelas 6 e 7 apresentam um exercício alternativo para que possa contabilizar a contribuição feita pela indústria e pelos serviços no aumento da informalidade. Primeiro, podemos observar que, entre 1991 e 2001, foram geradas, em termos líquidos, 2,11 milhões de ocupações, enquanto o número de vínculos informais cresceu mais que isso: 2,43 milhões. Segundo, o setor de serviços abrigou, em 2001, 1,84 milhão de trabalhadores a mais do que em 1991, sendo que cerca de 60% - 1,12 milhão - através de vínculos informais. Em terceiro, a ocupação na indústria encolheu, mas o número absoluto de postos de trabalho informais cresceu. Em resumo, concentrando as atenções nos números absolutos, vemos que os setores da indústria e serviços explicam, em conjunto, 57% dos postos de trabalho informais criados entre 1991 e 2001.

TABELA 6 – Efeito da realocação setorial da ocupação sobre a informalidade

Efeito da realocação setorial da ocupação sobre a informalidade							
Estrutura Ocupacional				Informalidade			
	Indústria	Serviço	Outros	Indústria	Serviço	Outros	Total
1991	0,222	0,357	0,421	0,165	0,559	0,411	0,409
2001	0,161	0,420	0,419	0,298	0,572	0,506	0,500

Fonte: PME/IBGE

TABELA 07 – Geração líquida de postos de trabalho informais

Geração líquida de postos de trabalho informais								
Nível de ocupação total (milhões)					Ocupações informais (milhões)			
	Indústria	Serviço	Outros	Total	Indústria	Serviço	Outros	Total
1991	3,35	5,38	6,35	15,08	0,55	3,01	2,61	6,17
2001	2,77	7,22	7,20	17,19	0,82	4,13	3,65	8,60
Variação	0,58	1,84	0,85	2,11	0,27	1,12	1,04	2,43

Fonte: PME/IBGE

Pastore (1998b) afirma que a tecnologia e o emprego precisam ser analisados considerando-se os fatores econômicos institucionais, educacionais, políticos e que a existência de avanço tecnológico com o incremento do desemprego não define ser o uso da tecnologia responsável por ele. A tecnologia tem se mostrado importante para a reestruturação da economia em vários países, pois promove redução de custos e dos preços de bens de serviços, estimulando novas atividades e a criação de novos postos de trabalho.

Para ele, o desenvolvimento desequilibrado gera efeitos negativos para a economia e para a questão do trabalho. A corrente pessimista assenta-se no fato de que os empregos integrais estão sendo reduzidos no mundo todo e, ao mesmo tempo, aumentando o trabalho em tempo parcial e intermitente. Porém, os países que estão utilizando largamente a tecnologia, e que flexibilizaram as leis trabalhistas, estão conseguindo conviver com taxas de desemprego menores, como USA, Japão, e Tigres Asiáticos. Além disso, deve se somar a esses elementos as políticas econômicas que permitem crescente concentração de capitais nos setores especulativos, contribuindo largamente para a redução de emprego.

Essa escola acredita que a redução do preço das novas tecnologias pode torná-las viáveis para os países em desenvolvimento, sendo, portanto, a alavanca para que essas economias possam se desenvolver. As tecnologias de processos (PASTORE, 1998) aumentam

a produtividade e reduzem custos, evitando estragos e desperdícios, ao reestruturarem também o setor organizacional, ao melhorarem a produtividade e gerarem mais oportunidades de trabalho. Isso acontece quando os ganhos de produtividade são utilizados para novos investimentos, para a queda dos preços dos produtos, e, principalmente, quando os consumidores adquirem bens e serviços resultantes do aumento da produtividade.

As tecnologias de produto são aquelas que permitem a criação de novos produtos, gerando novas demandas e crescimento econômico, o que também permite a criação de novos postos de trabalho. Segundo Pastore (1998b), o Brasil vivenciou, entre 1990 e 1996, ganhos de produtividade juntamente com grandes transformações no mercado de trabalho, indicando uma tendência de aumento de postos de trabalho no setor de serviços. Novas oportunidades de trabalho requerem maior qualificação - coisa que o Brasil não está conseguindo superar, o que, além disso, está associado ao custo dos transportes, estocagem, tributos e encargos sociais que incidem muito fortemente na dificuldade de combate ao desemprego, pois implicam em menor poder de competição, retardando a adoção de novas tecnologias. Portanto, o Brasil necessita qualificar mais a sua mão-de-obra e flexibilizar a legislação trabalhista, fatores imprescindíveis para que se possa melhorar a questão do desemprego.

A análise do processo de trabalho na economia informacional, elaborada por Castells (1999), considera, no entanto, que o alto nível de desemprego em alguns países desenvolvidos, verificado durante os estágios de transição para a nova economia, não foi provocado apenas pelas novas tecnologias, mas essencialmente por políticas econômicas. Seus estudos não evidenciam relação significativa entre a difusão tecnológica, a evolução do emprego entre 1987-1994, e o índice de desemprego. Ao contrário, evidenciam sim a possibilidade de um efeito positivo da inovação tecnológica sobre a criação de empregos, embora haja a possibilidade de exclusão dos indivíduos e grupos não capacitados.

A evolução da nova sociedade segue de forma diferenciada no interior dos países desenvolvidos e dos que estão em fase de desenvolvimento, como o Brasil. A posição que cada nação ocupa depende da posição e das políticas adotadas em cada situação.

Dentre os autores críticos do fator tecnológico como causa de desemprego, destaca-se Singer (2003), para quem o aumento da produtividade barateia o produto. Na medida em que se permite o aumento do consumo, porquanto não venha, junto a isso, um acompanhamento do aumento de empregos, gera-se desemprego para a mão-de-obra não qualificada, que vai sendo substituída pela utilização de computadores e pela robotização. A microeletrônica propicia empregos, porém, para quem tem elevada qualificação.

Singer (2003) compreende que a precarização do trabalho está ocorrendo, pois esses novos postos, na maioria das vezes, não estão cobertos por legislação trabalhista, por serem por conta própria, além de permitirem a ampliação do trabalho informal. Para ele, a fragilização dos sindicatos frente à nova modalidade do capital também contribui para essa precarização. No geral, em diferentes países, a flexibilização propiciada pelas novas tecnologias, e a desregulamentação ou precarização do trabalho são os grandes responsáveis pela queda nos níveis dos salários daqueles que trabalham e pelo crescente desemprego. De acordo com Singer (2003), o desemprego é funcional ao atual estágio de acumulação capitalista, justamente por contribuir como mais um elemento de estabilização econômica.

Pochmann (2004), ao analisar o desenvolvimento capitalista e a divisão do trabalho, parte do fato de que a globalização financeira não tem contribuído para diminuir a desigualdade existente entre os países ricos e os países pobres. Há uma distância relacionada à nova divisão internacional do trabalho, propiciada pelo processo de inovação tecnológica, ao apresentar padrões novos de gestão da produção e organização do trabalho, encontrando-se vinculados à desregulação da concorrência intercapitalista e à minimização do papel do Estado, regulador público dessa concorrência.

O Brasil tem apresentado uma economia regressiva, de fraca inserção na divisão internacional do trabalho, o que interfere no desenvolvimento da economia nacional de forma negativa. Portanto, Pochmann (2004) associa a quantidade de postos de trabalho e de desemprego ao desenvolvimento tecnológico e à organização do trabalho, entendendo que a economia mundial está estruturada em relações que partem do centro para a periferia. Do centro emanam o comando e o controle do excedente das cadeias produtivas, bem como a produção e difusão de novas tecnologias. A periferia, por sua vez, subordina-se à apropriação do excedente econômico, ao mesmo tempo em que é tecnologicamente dependente desses países.

3.2.4.5 A INTEGRAÇÃO REGIONAL VIA MERCOSUL, A INSERÇÃO NA ECONOMIA INTERNACIONAL E O TRABALHO

Apesar da fraca inserção do Brasil nessa nova divisão internacional do trabalho, há de se destacar o esforço que, conjuntamente a outras economias regionais da América Latina, tem sido despendido, desde fins da década de 90. A partir dessa iniciativa, o intuito é o de

melhorar a sua posição via Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e, com isso, a situação do trabalho no país.

O Tratado do Mercado Comum do Sul (Tratado de Assunção) foi assinado em 1991 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai com o objetivo de ampliar seus mercados nacionais. A idéia era a de que, com ele, fossem incentivadas a livre circulação de bens, serviços e produção entre essas nações, com o estabelecimento de tarifa externa comum, adoção de políticas econômicas setoriais, e amenização das legislações. O objetivo foi sedimentado em dezembro de 1994, quando se tornou personalidade jurídica internacional.

Em 2006, o MERCOSUL considerou a integração da Venezuela e, no mesmo ano, foi assinado o protocolo de adesão por Bolívia e Chile. Tais medidas pretendiam permitir a redução do risco de investimento entre os países membros, proporcionando novos investimentos de empresas regionais e estrangeiras, pela atração que as vantagens do mercado ampliado pode proporcionar (Portal MERCOSUL).

Singer (1997) destaca que o Brasil, nos fins da década de 90, vivia sob dois processos: 1. o da integração regional, via MERCOSUL, que poderia não ser viável à medida que recebesse influências negativas do processo de liberalização unilateral, comercial e financeira global, mas que poderia, no entanto, ser um projeto de integração econômica e política latino-americana; 2. o da internacionalização financeira, na busca por um crescimento econômico baseado na exportação e atração das transnacionais, estas portadoras de tecnologia e possibilitadoras do acesso aos mercados internacionais – o que melhoraria as questões de trabalho e emprego. Em entrevista ao Jornal da Tarde em 1999, José Pastore registrava que o desemprego, na época, era alto nos países membros do MERCOSUL, sendo a taxa do Brasil 7,5%; do Uruguai e Chile 11%; Paraguai 12%, e Argentina 15% (PASTORE, 1999). Também o mercado informal de trabalho já era grande, sendo o Brasil o maior detentor da informalidade, com cerca de 57% de trabalhadores informais.

O processo de integração regional, apesar dos percalços pelos diferentes tamanhos das economias formadoras do MERCOSUL, teve como um de seus objetivos a captação de investimentos, através da formação da união aduaneira, com vantagens competitivas que atraíam os investimentos estrangeiros. Isso foi possível em virtude do MERCOSUL ter conseguido que o seu processo de integração fosse feito, levando-se em consideração as peculiaridades econômicas e políticas de seus membros.

O esforço foi renovado em 2000, com o "Relançamento do MERCOSUL", objetivando reforçar a união aduaneira em nível intracomunitário e no relacionamento externo:

Outrossim, na agenda do relançamento do MERCOSUL, os Estados Partes decidiram dar prioridade ao tratamento das seguintes áreas temáticas, com o objetivo final de aprofundar o caminho em direção à conformação do MERCADO COMUM DO SUL:

- Acesso ao mercado;
- Agilização dos trâmites em fronteira (plena vigência do Programa de Assunção);
- Incentivos aos investimentos, à produção e à exportação, incluindo as Zonas Francas, a admissão temporária e outros regimes especiais;
- Tarifa Externa Comum;
- Defesa Comercial e Defesa da Concorrência;
- Solução de controvérsias;
- Incorporação da normativa MERCOSUL;
- Fortalecimento institucional do MERCOSUL;
- Relações externas;

Avançou-se em vários destes temas, como por exemplo, o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias, o que demonstra a vontade dos Estados Partes de continuar a consolidação e aprofundamento do MERCOSUL (Portal MERCOSUL).

As novas teorias do comércio internacional consideram que os mercados regionais, como o MERCOSUL, integram e capacitam os países membros para melhor atuação na globalização. Pois o mercado global hierarquiza as economias centrais e periféricas, o que pode ser atenuado com um regionalismo que possa promover a expansão e manutenção dos regimes liberais de livre comércio, cuja constituição segue os acordos da Organização Mundial do Comércio (GORZ, 2004).

Se bem conduzidas, as políticas de consolidação do MERCOSUL poderão ser fatores de geração de empregos regionais, dentro do processo da atual divisão internacional do trabalho. O MERCOSUL proporcionou melhor desempenho dos produtos brasileiros mais elaborados no mercado extra-regional e intra-industrial. Tudo isso é possível pelo regionalismo aberto, característico do MERCOSUL, cuja questão do trabalho é intrínseca à sua política econômica.

Pelo exposto acima, os Estados devem reforçar sua união, obtendo maior autonomia sobre suas políticas econômicas, ecológicas e sociais para encontrarem o caminho do estabelecimento de uma sociedade pós-salarial (GORZ, 2004).

3.2.4.6 AS ECONOMIAS EMERGENTES: CHINA, ÍNDIA E BRASIL, ECONOMIA E TRABALHO

Nesta seção, o que se pretende é uma análise sobre as economias da China e da Índia em confronto com a brasileira, focando o processo de trabalho.

Relativamente ao desenvolvimento chinês e indiano, Gorz (2004) entende que não há veracidade nas afirmativas de que a China e a Índia estão crescendo rumo à sociedade salarial, aumentando a capacidade de consumo de seus habitantes, dinamizando cada vez mais o capitalismo mundial e proporcionando um recuo do desemprego. Para Gorz (2004), a industrialização e o crescimento fordistas não se reproduzirão mais, pois o novo modelo de investimento ocidental não permite essa possibilidade ao promover o desenvolvimento de cidades ou regiões dentro de um mesmo país como a China, Índia, Malásia e Brasil, por exemplo. Atualmente, o capitalismo pode construir seu próprio espaço, sem necessariamente estar ligado à nação como um todo.

Para Gorz (2004) a urbanização e o assalariamento das massas rurais não se dão mais no mundo capitalista e também não se darão na China e demais países emergentes. O fato verifica-se no desemprego urbano chinês, que atualmente possui uma taxa de 17% a 20%, chegando até 34%. A faixa de desenvolvimento onde se localizam as transnacionais possui aproximadamente sete milhões de pessoas, e as indústrias extensivas, criadoras de emprego, já ultrapassaram seus limites.

Gorz (2004) cita como exemplo Campinas, pólo tecnológico da América Latina, que contribui com 9% do PIB brasileiro. Para ele, boa parte dos habitantes dessa cidade não tem mais do que o necessário para a sobrevivência porque as filiais transnacionais, na maioria das vezes, são mais automatizadas do que as matrizes, além de oferecerem baixos salários, incapazes de estimular o consumo e o aquecimento da economia. Além do mais, impõem a importação de seus produtos com tarifas reduzidas, o que leva à destruição de pequenas indústrias locais e artesanais. Tudo isso mostra que o mundo do salário não tem tanto futuro para a humanidade.

Em 1980, Brasil, China e Índia participavam de modo semelhante na economia mundial. Hoje, a China mantém um acelerado ritmo de desenvolvimento econômico, com rumos para ser a maior economia do mundo. A Índia investiu e investe no setor tecnológico, gerando crescimento, embora a pobreza ainda seja mantida. O Brasil, por sua vez, possui um baixo crescimento, e vem diminuindo a sua participação no PIB mundial.

Para Garelli (2006 apud Cavallari, 2006), na China há trabalho, crescimento e aumento do poder de compra da população, atraindo mais investidores do que em outras regiões. Enquanto a China cresce 11%, a Índia 8%, a Rússia 6%, o Brasil tem um crescimento muito instável e pequeno. Mas, acredita ainda que Brasil, Rússia e Japão serão os três grandes competidores do mundo, atrás dos Estados Unidos, Europa, China e Índia. A situação

brasileira, no entanto, mostra-se complicada, pois, com o baixo crescimento econômico, somado a pesadas cargas tributárias, falta de políticas educacionais eficientes, entre outras coisas, é difícil que haja um crescimento de empregos de qualidade no Brasil.

No caso da Índia, Cavallari (2006) ressalta que o PIB daquele país tem crescido em média 8% a.a. Especialistas estimam que, em 2025, o PIB indiano abarque 11% da economia global. Apesar de ser um país pobre com renda per capita de US\$ 629 - portanto menor que a brasileira, que é de US\$ 3.090 -, o desenvolvimento econômico indiano está se mostrando inovador, pois, além de fornecer mão-de-obra barata e bem treinada para as transnacionais, as próprias companhias indianas buscam se instalar no exterior.

Ao gastar mais com cada aluno do que o Brasil, numa proporção de 86,4% contra 58,6% por estudante de ensino superior, os indianos garantem capacitação de profissionais, conseguindo captar US\$ 18 bilhões dos US\$ 30 bilhões que o mercado global de serviços terceirizados de tecnologia da informação oferece ao mundo dos emergentes. No ramo dos softwares, a participação do Brasil, por exemplo, conta com US\$ 300 mil. O crescimento indiano começou há 15 anos, graças à mão-de-obra barata e qualificada disponível na Índia, o que atraiu as grandes companhias de informática dos USA.

No Brasil, há falta de políticas de capacitação do trabalhador, inviabilizando a geração de bons empregos no país, estimulando o mercado informal de trabalho. Já a China, entre 1999 e 2002, mostrou um aumento de 11% no emprego urbano. Entretanto, não impediu o aumento do desemprego, principalmente pela diminuição de postos de trabalho nas estatais e nas propriedades coletivas. Porém, a taxa chinesa de desemprego de 4% é considerada baixa se comparada com as taxas internacionais; essa taxa, incluída a região urbana, vai para 5,5%. Os salários vêm crescendo desde 1990, embora continuem baixos quando comparados com os salários internacionais (PUGA; CASTRO; FERREIRA, 2004). No período que corresponde a essa alavancada da China, a taxa média de desemprego no Brasil flutuou de 8,0% em 1999 para 7,6% em 2002, bem acima da chinesa.

Segundo Trevisan (2006), os trabalhadores rurais encontram emprego na construção civil, em franco desenvolvimento nas grandes cidades chinesas, porém em condições precárias, cumprindo turnos sem interrupção, partilhando alojamento, e recebendo o equivalente a US\$50,00 e US\$100,00 mensais. “Não têm descanso remunerado nem assistência médica, mas continuam a chegar empurrados pela falta de trabalho no campo” (TREVISAN, 2006, p.36).

Mesmo assim, a China tem conseguido melhorar a renda per capita da população, tirando da linha de pobreza cerca de 400 milhões de pessoas, pois o índice caiu de 4,9%, em

1979, para 6,9 %, em 2002. Apesar disso, segundo estimativas do Banco Mundial, há cerca de 90 milhões de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia. São os migrantes do campo, perfazendo cerca de 130 a 150 milhões de pessoas, com pouca escolaridade, trabalhando em condições precárias e com baixos salários, situados na base do milagre chinês, pois são “um exército de mão-de-obra abundante e barata” (TREVISAN, 2006, p.55).

Esses três países emergentes, embora estejam crescendo economicamente, têm muito a fazer para melhorar as questões de trabalho e renda para a sua população, visto que esse crescimento se faz à custa de empregos de baixa qualidade e informal. Até aqui, nesta seção, o que se pretendeu esboçar foi o desenvolvimento da economia brasileira, o esforço de inserção no mercado regional do MERCOSUL, e a comparação com a economia da China e a Índia, cenário no qual as relações de trabalho foram se alterando, ampliando a informalidade e a precarização das relações de trabalho.

Esse contexto mais amplo pode permitir, num outro registro, localizar alguns motivos da existência dos carregadores ou *chapas*, que trabalham ao longo das vias de escoamento de mercadorias. A partir daqui, faz-se necessária a compreensão do desenvolvimento econômico e seu reflexo no mundo do trabalho no Município de São Paulo, assim como suas implicações no processo de informalização.

**CAPÍTULO 4 - A ECONOMIA PAULISTANA E O MERCADO
DE TRABALHO**

Neste capítulo serão abordadas a trajetória da economia paulistana e as correspondentes questões de emprego, numa delimitação do espaço de atuação do *chapas*, objeto desta tese.

O Município de São Paulo é o centro da Região Metropolitana do Estado de São Paulo, com cerca de dezoito milhões de habitantes. É o terceiro maior aglomerado urbano do mundo, ficando atrás de Tóquio, com aproximadamente 23 milhões de habitantes, e da cidade do México, com mais de dezoito milhões de habitantes. Além de ser uma das mais populosas, é uma das mais extensas, possuindo uma área de 80 km no sentido leste-oeste e 40 km no sentido norte-sul. Nela se encontra um dos maiores números de empregados e também de desempregados da indústria brasileira. O município possui 1,5 mil km², sendo que 1/3 é atualmente responsável por 80,3% da produção de bens e serviços, e 2/3, isto é, 19,7%, participam do valor global de produção (SOUZA, 2004).

Trata-se de uma área privilegiada na divisão regional do trabalho no Brasil, pois, mesmo com a dispersão das indústrias no Estado de São Paulo, na Região da Grande São Paulo, e especialmente no Município de São Paulo, ainda é altamente industrializada e geradoras de emprego e renda. Abriga o setor de serviços, que está estruturado também no trabalho desqualificado de pessoas sem nenhum amparo institucional, como os vendedores ambulantes, trabalhadores do setor de carga e descarga de mercadorias, limpeza, costureiras, vigilância e outros, como pode ser o caso dos *chapas*, no setor de transportes.

(...) não se trata de duas estruturas, uma moderna e outra tradicional, arcaica ou marginal, mas de uma lógica estrutural, de tipo capitalista, que ao mesmo tempo gera e mantém formas de inserção na divisão social do trabalho (...) que longe de serem um peso morto ao processo de acumulação constituem partes integrantes desse processo (KOWARICK, 1993:80).

São, portanto, tarefas que se ligam e favorecem o processo de acumulação capitalista, por representarem fator de diminuição de custos e de pressão sobre os salários na indústria, realizadas por grande quantidade de mão-de-obra disponível, que se reproduz no âmbito do trabalho precarizado.

A aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras— sedes por excelência do novo ciclo de expansão —, infraestrutura e requerimentos de serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas. A intensidade do crescimento industrial, que em trinta anos passa de 19% para 30% da participação no Produto Bruto, não permitirá uma intensa e simultânea capitalização nos serviços, sob pena de esses concorrerem com a indústria propriamente dita, pelos escassos fundos disponíveis para a acumulação propriamente capitalista do setor terciário. Esse modelo nada tem de parecido com o do terciário “inchado”, embora sua descrição possa coincidir (...) A aparência de inchação esconde um mecanismo fundamental de acumulação: os serviços

realizados à base da pura força de trabalho, que é remunerada em níveis baixíssimos, transferem permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, mais-valia – em síntese (OLIVEIRA *apud* KOWARICK, 1993, p.113).

O serviço à base da pura força de trabalho, desenvolvido pelos *chapas*, espalha-se hoje pelo Estado de São Paulo e, principalmente, na Grande São Paulo, região de grande importância para o Brasil com o papel que desempenha no contexto da globalização, em particular a cidade de São Paulo, considerada cidade global. Aliás, a capital do Estado continua aprimorando o processo de especialização flexível e horizontalização do processo produtivo, cujas empresas promovem novas formas de administração e gestão empresarial, incrementadas pelas novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, contribuindo, assim, para o crescimento econômico em pequenas escalas, que são bastante diversificadas.

Em contrapartida, a cidade global vê surgir a economia solidária e a implementação de cooperativas, entre outras formas alternativas ao trabalho formal, de geração de ocupação e renda necessárias a essa mão-de-obra que não mais se insere no trabalho com carteira assinada. Atualmente, tais processos indicam ocorrer um outro tipo de desigualdade regional. Essa desigualdade dá-se pela dispersão de indústrias com mão-de-obra intensiva, como a têxtil, alimentícia, calçados e brinquedos para as regiões norte, nordeste e centro-oeste. Está relacionada, principalmente, à busca de redução de custos tributários e trabalhistas, decorrentes de uma guerra fiscal que viabiliza essas alternativas, firmando-se, desse modo, no trabalho precário e na mão-de-obra menos qualificada (POCHMANN, 2004).

Houve uma reconcentração regional de atividades econômicas, na qual se necessita localizar a produção junto aos grandes centros consumidores do país. Afinal, são estas as regiões criadoras de empregos nas atividades mais intensivas em capital, tais como aquelas que estão vinculadas à indústria automobilística, telecomunicações, informática, finanças, entre outras, e que se beneficiam da infra-estrutura e melhor qualificação da mão-de-obra (POCHMANN, 2004).

Nesse contexto marcado pela riqueza e pobreza, o Município de São Paulo e sua conurbação obtiveram importância global. Embora parte de suas indústrias tenha migrado para o interior de São Paulo ou para outras regiões brasileiras, ainda é responsável por um terço de toda a produção industrial no Brasil, conforme o Gráfico 9, que mostra nitidamente a diferença na variação acumulada do PIB da Região Metropolitana de São Paulo, entre 1999 e 2003, com a variação no interior de São Paulo. Verifica-se também no gráfico uma trajetória de queda semelhante do PIB no Brasil e no Estado de São Paulo. Em síntese, a diferença

verificada na relação entre a Região Metropolitana de São Paulo e o interior de São Paulo dilui-se quando comparada à variação do Estado de São Paulo com a variação do Brasil.

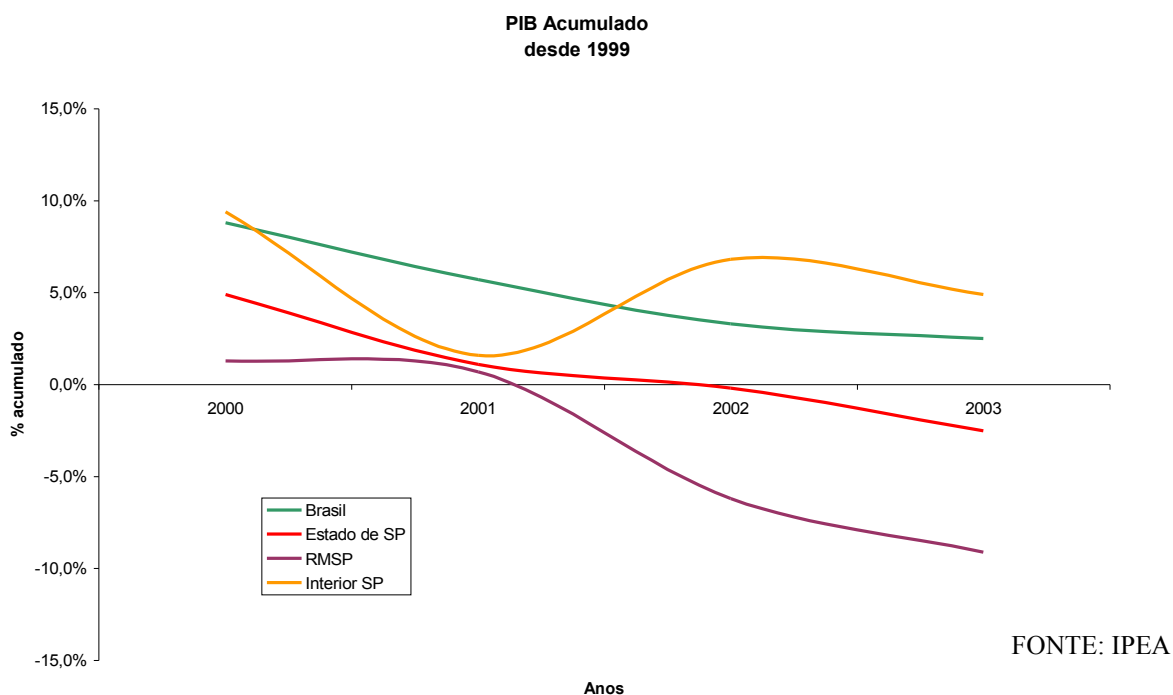


GRÁFICO 09 – PIB do Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e interior de São Paulo (variação percentual acumulada desde 1999, baseada em R\$, de 2.000)

4.1 O CRESCIMENTO HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO PAULO E O TRABALHO

4.1.1 A GÊNESE DA CIDADE DE SÃO PAULO: ECONOMIA E TRABALHO

Fundada em 1554, com o nome de São Paulo dos Campos de Piratininga, no século XVI desenvolveu atividades de bandeiras e serviu como unidade de concentração de paramilitares. Além disso, havia atividades do setor primário, baseadas no cultivo de algodão, cana-de-açúcar, café, entre outros. No século XVII ficou conhecida como ponto de partida de organização das Bandeiras, ampliando a economia primária, incorporando a sede de autoridades no século XVIII, não havendo, com tudo isso, muita diferenciação no

desenvolvimento do trabalho. A cidade teve sua urbanização intensificada em 1750 e, em 1870, a economia cafeeira paulista já era importante e fundamental, constituindo-se em um centro comercial, cultural, financeiro e político, e mais tarde industrial do Brasil (POCHMANN, 2001a).

A mão-de-obra indígena não correspondeu ao sucesso esperado e, para suprir a necessidade de produção do país, importou-se cada vez mais africanos. A libertação dos escravos, em 1888, pôs fim a esse processo, e os fazendeiros preferiram utilizar o trabalho dos imigrantes europeus em detrimento do trabalho do negro e do caipira. Os escravos trabalhavam em atividades não agrícolas, como marceneiros e pequenos comerciantes. A polarização social colocava no lado oposto as profissões liberais ligadas à engenharia, saúde, direito, além de postos burocráticos do Império, como guardas, coletores de tributos, entre inúmeras outras que não podiam ser exercidas por escravos, negros ou mestiços (ROLNIK, 1994). A discriminação de uma parte à outra estava assentada em direitos jurídicos que pautavam as relações sociais de segregação.

Em 1816, o Município de São Paulo era habitado por 11,6% da população do Estado. Em 1872 esse percentual era de 3,7% e, no final do século XIX de cerca de 10,5%, tendo esse aumento se dado pelo surto do café. Comparativamente, em 1850, a população escrava correspondia a 31% da população do país, em 1872 a 15% e, em 1887, a 5%. Essa diminuição foi uma consequência da promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), dos Sexagenários (1885) e da pressão inglesa no combate ao tráfico negreiro a partir de 1850. No Município de São Paulo, antes de 1870, já havia o trabalho do imigrante europeu por conta do desenvolvimento da economia cafeeira. Com a Lei Áurea, em 1888, o panorama do trabalho em todo o Brasil e na capital da São Paulo se reconfigurou, embora a exclusão econômica e social da maioria da população trabalhadora permanecesse (POCHMANN, 2001a).

A urbanização começou a se intensificar em consequência da expansão da lavoura cafeeira, que tornou São Paulo e Rio de Janeiro – esta última Distrito Federal - duas dinâmicas cidades, cujas reformas urbanas, ditadas pelos moldes europeus, levaram a população de ambas a adotar hábitos das cidades industriais do Velho Mundo. A instalação de uma extensa malha viária fez de São Paulo o centro do escoamento do nosso principal produto de exportação, o café, e dinamizou ainda mais a cidade, fazendo dela um pólo de atração para trabalhadores de todo o Estado e também do mundo.

A partir de 1870, a vinda de mão-de-obra européia se intensificou, e a década de noventa deste século ficou conhecida como a “década da imigração”. A cidade, para se adaptar a esta nova demanda urbana e sanitária, sofreu seguidas reformas no período que se

estende de 1870 até os fins da República Velha. O projeto civilizatório incluía a crença eugênica e defendia a adoção de mão-de-obra europeia na tentativa de, não havendo um “clareamento” da população brasileira por completo, ao menos branqueá-la através do mestiçamento. Este foi um dos motivos presentes no debate abolicionista e manteve-se firme no início do século XX, pelo menos até que os europeus também se constituíssem uma ameaça, como *classes perigosas*, por conta dos movimentos operários de orientação anarquista. Formou-se, já naquela época, um novo mercado de trabalho, com excedente de mão-de-obra (GUIMARÃES, 2004).

Durante o período de 1888 a 1929, no chamado ciclo da economia cafeeira de exportação, a economia brasileira baseou-se na exportação de produtos alimentícios e matérias-primas. Assim, havia grande dependência do mercado externo, mas, em São Paulo, já existiam atividades econômicas mais diversificadas que fomentaram a incipiente industrialização, tornando a cidade um potencial para esse setor. Portanto, nesse período, foi apresentado um mercado de trabalho com excedente de mão-de-obra nacional dos migrantes e dos imigrantes. Aumentou-se a precarização do trabalho no Município de São Paulo e o emprego de grande quantidade de mulheres e crianças (POCHMANN, 2001a).

O lucro trazido pelo comércio do café financiou as atividades industriais, comerciais e de transportes na capital, e também a de atividades ligadas à implantação de estradas de ferro, eletricidade, comércio, indústria, bancos etc. A população foi crescendo consideravelmente e, do início do século XX até a década de 60, teve seu ápice em relação à produção industrial, quando fabricou um terço dos manufaturados nacionais. Já nos anos entre 1970 e 1980, perdeu participação na indústria de transformação (POCHMANN, 2001a).

4.1.2 SÃO PAULO: DE ENTREPOSTO COMERCIAL A MAIS IMPORTANTE CIDADE INDUSTRIAL BRASILEIRA

Como visto no item anterior, já no início do século XX começaram a ocorrer as migrações internas que, mais uma vez, foram contra os trabalhadores, fazendo crescer a quantidade de mão-de-obra assalariada disponível no mercado de trabalho e, conseqüentemente, diminuir a renda do trabalhador. Porém, São Paulo começou a ganhar *status* de cidade grande (POCHMANN, 2001a). Tal reconhecimento implicava existir nela problemas de uma cidade grande, como, por exemplo, o crescimento da periferia na década de

30, ainda sem os benefícios da urbanização, erguida pelos migrantes nacionais. A classe média de pequenos proprietários localizava-se nos bairros mais antigos ou nos arredores do centro da cidade (ROLNIK, 1994).

Após a crise de 1929, com a conseqüente quebra da economia cafeeira, o terreno estava pronto para que os opositores da oligarquia cafeeira, entre eles o incipiente setor industrial representado pelo Partido Democrático (PD), promovessem a Revolução de 1930. A industrialização nacional foi então promovida pelas medidas adotadas ao longo do extenso Governo Vargas, entre elas a regulamentação do mercado de trabalho urbano.

A crise que se instaurou com a quebra da Bolsa de Nova Iorque aumentou os índices de desemprego, muito embora não se identificasse desemprego aberto no Município de São Paulo. O desemprego oculto era, porém, manifesto nos trabalhadores precários ou em desalento para continuar à procura de emprego. Havia, ainda o subemprego. Tudo isso não impediu a estruturação do mercado de trabalho no Município de São Paulo, pois houve aumento de postos de trabalho, principalmente com carteira assinada, mas com a permanência de desempregados no segmento informal. Esse mercado de trabalho, no período de 1930 a 1954, caracterizava-se pela convivência do trabalho assalariado com o trabalho autônomo

Apesar da industrialização do Município de São Paulo, no início da década de 1940 havia mais ocupação no setor de serviços do que ocupação na indústria, indicando uma marginalização de ocupações de sobrevivência, submetendo a condições precárias o excedente de mão-de-obra. No entanto, o Município de São Paulo teve sua industrialização bastante ampliada no período, e, em 1949, sua indústria era responsável por 26% da produção, e empregava 29,7% dos trabalhadores na indústria nacional. Em 1950, possuía 56,1% do emprego nacional no setor químico, 28,5% no metal-mecânico, 31,6 no têxtil e de calçados, 29,5% na construção, 26% em vidros e brinquedos, 19,1% dos empregos no comércio, e, finalmente, 21% da massa de salários do Brasil. O que contribuiu para essa marca na economia de São Paulo foi a promoção do seu desenvolvimento ao construir eixos rodoviários. Eles abrangiam as regiões de São Bernardo do Campo a Sudeste, Guarulhos a Norte, e Osasco a Noroeste, acompanhado da construção de habitações para a população (POCHMANN, 2001a).

Houve uma significativa e dinâmica concentração industrial no Município de São Paulo na década de 50, cuja urbanização deu-se com concentração de camadas de médio e alto poder aquisitivo nas áreas mais centrais, segregando a camada trabalhadora na periferia, em torno dos eixos rodoviários e ferroviários. Segundo Pochmann (2001b), entre 1888 e 1929 o Município de São Paulo vivia a expansão de algumas indústrias, acompanhada da expansão

da urbanização, utilizando o trabalho do imigrante europeu aliado ao dinamismo da economia baseada no café. Entre 1930 e 1954, carregava ainda as condições anteriores, mas num processo de aumento da produção manufatureira, com a mão-de-obra nacional assalariada. De 1954 a 1980, desenvolveu um parque industrial grande, com a internacionalização de setores econômicos, principalmente entre 1974 e 1980.

No desenrolar do século XX, a industrialização do Município de São Paulo foi seguida de um mercado de trabalho urbano relativamente estruturado, que assegurava direitos, mas com a presença da marginalidade composta de trabalhadores não assalariados em ocupações precárias ou de desempregados. Segundo Kowarick (1994), em 1940, 55,2% dos trabalhadores eram assalariados, 21,8% trabalhavam por conta própria e 20,6% desenvolviam trabalhos familiares não remunerados. Apesar disso, o mercado de trabalho foi se estruturando ao longo das décadas seguintes.

Pochmann (2001a) considera o período de 1955 a 1980 um momento de condição salarial incompleta, embora houvesse grande industrialização pois, a partir de 1955, houve ganho de produtividade e a capital paulista se transformou no principal pólo industrial da periferia do capitalismo. A industrialização avançou com o pacto capitalista no governo de JK, ao estabelecer aliança com o capital transnacional, que trazia recursos e tecnologia nas áreas automobilística, química, eletroeletrônica, farmacêutica, entre outras áreas de ponta, dinamizada graças aos recursos do capital transnacional, do capital estatal e do capital privado nacional. A renda nacional aumentou 4% a.a., mesmo que de forma concentrada, entre 1955 e 1980, com o detalhe de que a renda dos trabalhadores do Município de São Paulo, entre 1958 e 1969, diminuiu em 9,5%. Em 1964, ao emergir um poder autoritário, fazendo grandes investimentos com vistas à aceleração e acumulação do capital, houve um favorecimento das classes mais abastadas.

Entre 1940 e 1964 houve uma série de dinamizações: ampliação da urbanização do Município de São Paulo, sedimentada no padrão de crescimento urbano periférico, de intervencionismo estatal, no tocante à habitação; crescimento do transporte coletivo por ônibus; aumento do número de veículos propiciado pela indústria automobilística implantada no território brasileiro; a organização da cidade em função desse meio de transporte; e a expansão da verticalização (POCHMANN, 2001a).

O Município de São Paulo inseriu-se somente de modo parcial no *fordismo*, restrito àqueles trabalhadores com altos salários, boa qualificação e capazes de manter bom nível de consumo, inclusive de produtos sofisticados. Naquele período, o mercado de trabalho não permitiu boa condição salarial, mas sim a concentração do capital, apesar da concretização do

ciclo industrial no final dos anos 70, inviabilizando o consumo em massa para todos os segmentos da população paulistana. As características do desenvolvimento da década de 70 trouxeram em si as origens da pobreza e da desigualdade na distribuição dos resultados do desenvolvimento no Município de São Paulo, incluindo neles a situação dos *chapas*.

O crescimento da industrialização da Região Metropolitana de São Paulo esteve ligado ao processo de substituição de importação até o final da década de 70. Possuía uma mão-de-obra pouco qualificada, diversidade tecnológica, gerencial e financeira atreladas a um baixo protecionismo, e um Estado intervencionista a impedir uma melhora do padrão de competitividade dos seus produtos. Desde os anos 80, algumas mudanças estão acontecendo no sentido de inserir o Município de São Paulo cada vez mais no mercado internacional, embora isto não aconteça plenamente. Para que tal fato possa se concretizar, é necessária a elaboração de projetos de desenvolvimento voltados ao aumento desse tipo de crescimento econômico, pois o modelo de substituição de importação já se esgotou, provocando uma recessão durante a década de 90, o que foi ruim para a cidade (KOWARICK, 1994).

4.1.3 SÃO PAULO: DE CIDADE INDUSTRIAL A CIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS - ALTERAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO

A década de 80 apresentou um declínio da indústria no Município de São Paulo e, concomitantemente, o surgimento de novas ocupações no setor de serviços. O trabalho físico começou a ser substituído pela tecnologia da microeletrônica, levando a um aumento na qualidade, dinamismo e eficiência da produção, demandando uma formação profissional também mais dinâmica e voltada para a informacionalização da economia.

O processo de reestruturação produtiva provocou o aumento do produto per-capita, mas trouxe, consigo, o empobrecimento de boa parte dos trabalhadores, cabendo à essa classe a parte desfavorável do ajuste, pois o salário mínimo, entre 1959 e 1991, decresceu perto de 60%, com a diferença de que, na década de 70, havia empregos que minimizaram a deterioração do salário. Esse quadro modificou-se na década de 80 e a renda familiar média da Região Metropolitana de São Paulo caiu perto de 50%, entre 1977 e 1987.

O Município de São Paulo sempre apresentou uma economia diversificada. Atualmente, possui uma infra-estrutura capaz de inseri-la no mundo globalizado, especialmente se forem implementadas atividades de serviços e de produção nas áreas de engenharia, designs, finanças, pesquisas, seguro, transportes, entre outras, assentadas no

trabalho intelectual. Mas, paralelamente, sempre houve acumulação de problemas advindos do mau desempenho da economia nacional, desestruturando o mercado de trabalho e apresentando desemprego aberto em grande quantidade.

Ao mesmo tempo em que são abertas oportunidades de transformação e consolidação da capital paulistano numa cidade global, pesam cada vez mais a sua herança estrutural e os seus problemas. Ambos se acumulam e se aprofundam, levando ao desassalariamento e ao crescimento da quantidade de postos de trabalho precários, o que mostra a necessidade de que sejam criadas alternativas para minorar o processo de marginalização, que aumenta cada vez mais no Município de São Paulo.

Na década de 80, houve a redemocratização política do Brasil, com políticos eleitos e, a partir de 1982, o movimento das diretas. Em 1988, promulgou-se a Constituição e a eleição para Presidente no final da década. Houve a criação das centrais sindicais, bem como a presença das comissões de fábrica dos sindicatos nos locais de trabalho, especialmente na Região da Grande São Paulo, num movimento de reorganização da classe trabalhadora. Apesar disso, o excedente de mão-de-obra fez com que se piorassem as condições de trabalho e remuneração, com ocupações marginais não assalariadas e sem registro em carteira, ocupadas em atividade de comércio e serviços de baixo valor agregado, entre elas os *chapas*.

Verificou-se, também, na década de 80, a queda da migração interna e do crescimento vegetativo, porém com manutenção de grande excedente de mão-de-obra, devido à queda do desenvolvimento industrial econômico e momentos de *stop and go*⁶, impactando desfavoravelmente o emprego. Entre 1981 e 1983, o desemprego em São Paulo chegou a 20% da PEA; em 84 e 85, recuperou-se, e, em 1986, expandiu-se (POCHMANN, 2004).

Já na década de 90, o Município de São Paulo apresentava um mercado de trabalho assentado numa estrutura produtiva em constantes alterações. No Governo Collor a indústria paulistana teve péssimos resultados, quando, em 1991, na Grande São Paulo, 12,3% da PEA estavam desempregados (POCHMANN, 2004). Nessa mesma década, o que se pode assistir foi uma nova divisão nacional do trabalho, pois setores da indústria migraram para o interior de São Paulo e para outras regiões do Brasil, diminuindo o número de empresas, e aumentando o desemprego no Município de São Paulo.

A reorganização da produção do Município de São Paulo permitiu-lhe ampliar o número de empresas nos setores de comércio e serviços. Entre 1989 e 2001, houve aumento de 282,1% no número de micro e pequenas empresas, demonstrando uma reestruturação voltada à ampliação da terceirização, acompanhada de menores salários, aumento do emprego

⁶ Momentos de expansão com momentos de descontração da economia.

informal e precarização do trabalho (POCHMANN, 2001a). O fato pode ser constatado hoje pela visualização da quantidade de pessoas que trabalham informalmente em espaços públicos, que pode ser exemplificado com a atividade dos *chapas*.

Nesta nova divisão nacional do trabalho no Município de São Paulo, os fatores contribuintes para a sua descentralização industrial são diversos: a estrutura viária congestionada, o controle ambiental na ocupação do solo, o espaço urbano muito valorizado, o sindicato forte, investimentos do governo em áreas da infra-estrutura no interior, além da guerra fiscal. Tudo isso leva as empresas a procurarem outras áreas, que não o Município de São Paulo, para, com menor custo, desenvolverem suas atividades produtivas. Apesar desse esvaziamento, São Paulo continua sendo uma região de concentração de capital no Brasil. A cidade, assim, transforma-se num centro de produção sofisticada, de decisão de serviços e de alta tecnologia, o que não a configura somente num processo de desindustrialização, mas também de reconversão industrial, onde apresenta crescente presença de empresas com potencial de inovação, sendo que as indústrias menos dinâmicas em capital geralmente migram para o interior.

Porém, entre 1991 e 2000, o Município de São Paulo perdeu 3.400 estabelecimentos industriais, sendo 1.500 micros, 688 pequenas, 1.132 médias e 148 grandes indústrias, com redução dos empregos formais da ordem de 570.000 postos de trabalho. Tal qual a Região Metropolitana de São Paulo, a partir de 1999, a cidade confirma ser lugar de valorização do capital, sendo ainda a maior área industrial do país, mas não mais a de maior concentração, pois várias indústrias migraram para o interior do Estado, a região que agora apresenta a maior concentração industrial do país. Agregada a isso, a reestruturação produtiva das indústrias que ficaram, apesar de renovar a região produtiva paulista, enxugaram o quadro funcional, contribuindo para o desemprego formal, agravando, com isso, a exclusão social (POCHMANN, 2004).

Apesar da manutenção e concentração de indústrias tecnologicamente mais avançadas no Município de São Paulo, alguns setores de alta tecnologia apresentaram redução de participação na produção industrial paulistana (POCHMANN, 2004). Houve uma diminuição de trabalhadores com carteira assinada no geral e, a partir da década de 90, uma demanda por profissionais mais qualificados, num ambiente de trabalho com maior racionalização em sua organização, além de terceirizações e fusões de empresas decorrentes da nova lógica organizacional da economia do Município de São Paulo.

Como se pode ver no Capítulo 3, a queda expressiva do emprego com carteira assinada no município deu-se entre os anos de crise do período de 1989 a 2001. Se comparado

ao mercado de trabalho nacional, a diferença é de 15,5% para 11,9%; com o Estado de São Paulo, a queda foi de 46,1% para 39,1%; e, em relação à Região Metropolitana de São Paulo, houve redução de 74,1% para 68,7%. Tais quedas foram oriundas das dificuldades passadas pela indústria de transformação no Brasil, que afetou o Município de São Paulo de forma significativa no mesmo período. Comparativamente a população do Município em relação à população do Estado, caiu de 30,5%, em 1991, para 28,2%, em 2000; e, comparada a do Brasil, caiu de 6,6%, em 1991 para 6,1%, em 2000. Também há redução da PEA, pois o município perdeu 30,8%, em 1991, e 29,2%, em 2000, e, relativamente à PEA brasileira, reduziu de 7,3% para 6,8%. Houve ainda a ampliação de empregos na área de serviços e comércio, que no período perfaziam 50,0% dos empregos no município, mas tal aumento não foi maior que a referida perda (POCHMANN, 2004).

Quanto à ocupação, a mão-de-obra concentrava-se nos setores não especializados, com cerca de 42,4%, e setores de nível médio, com certa de 40,4% em 1989, passando para 34,9% e 43,1%, respectivamente em 2001. Houve crescimento de ocupações especializadas de 22,1% para o período, demonstrando um mercado de trabalho mais qualificado, resultando numa concentração de renda nos segmentos com maior escolarização. A divisão municipal do trabalho mostrou que os empregos formais aumentaram nas regiões mais centrais e diminuíram na periferia (POCHMANN, 2004).

Pochmann (2004) faz uma análise do conjunto das mudanças ocorridas na estrutura do mercado de trabalho formal entre os anos 1989-2001 no Município de São Paulo, concluindo que a política econômica implementada desde o início da década de 90 foi ruim para o emprego formal como um todo. E, para o emprego na indústria de transformação, em particular, devido à reestruturação produtiva, houve a eliminação de custos e o enxugamento do quadro de pessoal. Observou-se também uma redução da participação de emprego industrial no conjunto da economia do município, que afetou trabalhadores com menor qualificação, independentemente do porte da empresa. Portanto, encolheu-se o mercado de trabalho formal, aumentando o número de desempregados e de ocupações precárias. Para aqueles que se mantiveram empregados com carteira assinada, houve perda de renda média de maneira desigual aos grupos menos qualificados, perdendo-se, assim, mais do que os qualificados.

Com relação aos serviços, foram criados milhares de postos de trabalho durante os anos 90. As demandas oriundas da reestruturação ou do deslocamento das manufaturas exigiram mais trabalhadores para executar processos antes industriais, e para controlar processos de produção espalhados por vários postos do país. Paralelamente, as demandas

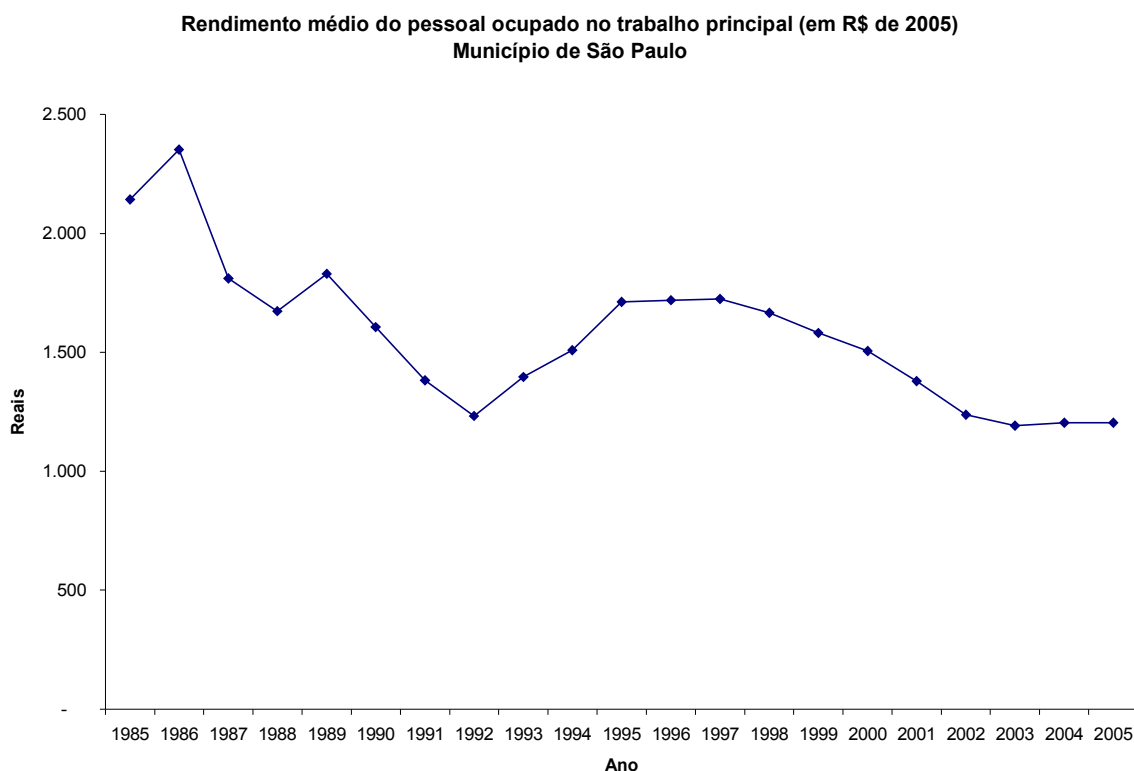
derivadas de estabelecimentos de educação, saúde e segurança, que cresceram no município ao longo deste período, exigiram mais trabalhadores nos serviços sociais. Mas, os postos aí criados não se equivaleram em termos de qualidade, sendo comuns nos serviços como um todo o não assalariamento e a precariedade das ocupações (POCHMANN, 2004).

Apesar da redução da pressão demográfica, desde os anos 80 o excedente de mão-de-obra aumentou e pressionou as condições de trabalho e remuneração, que permaneceram na manufatura e se engajaram nos serviços, num papel típico de exército de reserva. Paralelamente, sua ocupação em atividades marginais evidenciou ainda mais os sinais de saturamento. Dessa maneira, na história paulistana, o desemprego aberto tornou-se o destino de boa parte deste excedente, e a pobreza e a desigualdade ganharam novas formas. Na década de 90, a ocupação aumentou, embora muito timidamente, e o desemprego ampliou-se cada vez mais rápido e de forma particular nas diferentes áreas do município.

Em 2003, houve estagnação da economia brasileira e paulista, onde só existiram melhoras para alguns municípios com atividades econômicas exportadoras, como indústrias aeronáuticas e siderúrgicas; atividades de produção e processamento de bens primários, como carne de aves e bovinas, suco de laranja, açúcar, entre outros produtos; e para as atividades dos municípios que refinam petróleo, produzem álcool e mantêm atividades derivadas (FUNDAÇÃO SEADE, 2006).

De acordo com dados da Fundação Seade, entre 2002 e 2003, o Município de São Paulo sofreu os efeitos dessa estagnação, bem como a Região Metropolitana de São Paulo. Apesar de estagnada, ainda há a persistência da concentração das atividades econômicas nos grandes municípios. A capital paulista responde por 29% do PIB do Estado e dez dos 645 municípios se responsabilizam por aproximadamente 50% do PIB estadual, sendo que 57 desses municípios concentram 75% dele.

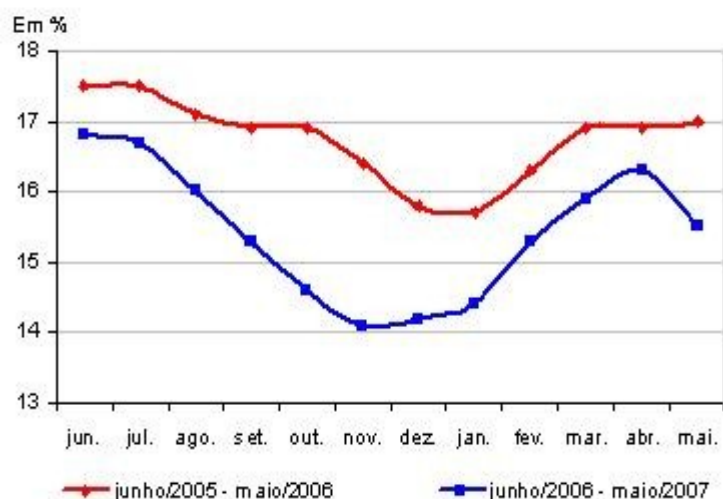
Ainda segundo a Fundação Seade, analisando o PIB paulista dos anos de 2003 e 2004, houve uma recuperação da economia paulista neste último, em virtude da melhora nos setores que a compõem, em especial no setor industrial, responsável por 42% do PIB Regional. Tal melhora foi possível graças à recuperação dos salários, cujo rendimento médio real aumentou, e cuja flutuação pode ser observada na série 1985/2005, contida no Gráfico 10, assim como o número de pessoas ocupadas. Esses fatos, mais a redução do desemprego, dinamizaram a demanda interna por bens de consumo duráveis e não-duráveis, em que o aumento das exportações também contribuiu para essa melhora, permitindo, através destas expansões, um crescimento acima da média nacional.



Fonte: Fundação Seade

GRÁFICO 10 – Rendimento médio do pessoal ocupado no trabalho principal (em R\$ de 2005), do Município de São Paulo

Para 2005, a *Fundação Seade* estimou um desempenho econômico paulista inferior ao registrado em 2004 que, já no final do ano, mostrou uma desaceleração, embora ainda mantendo uma variação positiva. Hoje, o Estado e o Município de São Paulo concentram cada vez maior quantidade de postos de trabalho na área de tecnologia da informação e da comunicação, sendo que, no ano de 2000, no Brasil, segundo Pochmann (2003), um a cada três postos de trabalho ligados às novas tecnologias da informação e comunicação estava no Município de São Paulo. Para 2010, a perspectiva é a de que a cidade deva ter dois terços do total das ocupações no setor industrial e no setor de serviços de informação e comunicação do Brasil. Pode-se constatar, no Gráfico 10, melhora no mercado de trabalho pela queda da taxa de desemprego a partir de junho de 2005, com rápido aumento a partir de janeiro de 2007, e queda a partir de abril.



Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento – SEP. Convênio Seade-Dieese; Ministério do Trabalho e Emprego

GRÁFICO 11 – Taxa de desemprego total da Região Metropolitana de São Paulo junho/2005 – maio/2007

Após esta análise da economia e emprego no Município, na Região Metropolitana e no Estado de São Paulo, que serve de base para o entendimento dos fatores que geram a informalidade e a localidade onde o *chapa* exerce sua atividade, o próximo capítulo será dedicado à análise da pesquisa e das entrevistas, buscando subsídios para a compreensão da realidade dos trabalhadores informais, os *chapas*, como contribuição para futuras análises sobre o mercado informal de trabalho.

CAPÍTULO 5 - A PESQUISA

5.1 A PESQUISA

Conforme indicado, o objetivo desta tese foi contribuir com o estudo da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, mais especificamente no Município de São Paulo, a partir do conhecimento das condições que permeiam e determinam as relações de trabalho dos indivíduos vulgarmente denominados *chapas*, trabalhadores cuja atividade é a carga e a descarga de caminhões. As hipóteses norteadoras da pesquisa foram:

- a) A informalidade do trabalho dos *chapas* resulta da combinação entre fatores estruturais e conjunturais, respectivamente o baixo desempenho econômico brasileiro e a reorganização empresarial em andamento nos últimos anos;
- b) As condições de trabalho dos *chapas* são de todo negativas;
- c) Esses trabalhadores reduzem o custo de transporte de mercadorias, sendo, portanto, estrategicamente importantes para as empresas.

5.2 AMBIENTE DE ESTUDO

Os *chapas* são trabalhadores que não possuem vínculo empregatício, isto é, são autônomos que podem contribuir ou não para a previdência social. São também trabalhadores precários, uma vez que desempenham uma função em que há correspondência em empresas afins e regularizadas pelo Ministério do Trabalho, conforme consta do Capítulo 1. Localizam-se nas regiões da zona cerealista, em postos de gasolina e ao longo das grandes rodovias. Entretanto, como ambiente de estudo, optou-se pelos *chapas* que trabalham nas marginais dos rios Pinheiros e Tietê da Região Metropolitana de São Paulo.

Com o intuito de proporcionar conhecimento sobre os fatores geradores da informalidade no trabalho a partir da década de 70, e deles destacar aqueles que são diretamente ligados ao estudo de caso dos *chapas*, contribuindo para a compreensão do processo de informalização, o cenário econômico de trabalho global, nacional e local foi detalhadamente descrito e analisado nos capítulos anteriores.

5.3 METODOLOGIA

5.3.1 LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de dados primários, através de entrevistas, e secundários, obtidos em institutos de pesquisa, periódicos, associações e bibliotecas.

5.3.2 PRÉ-TESTE DA PESQUISA

No ano de 2004 foram gravadas três entrevistas, cujo roteiro permitiu o conhecimento de quem eram os *chapas*, e de como desempenhavam seu trabalho. As respostas serviram de base para a elaboração de outro roteiro de entrevista, que foi realizada com dez *chapas* em 2007.

5.3.3 METODOLOGIA ADOTADA PARA A COLETA E A ESTRUTURAÇÃO DOS DADOS

5.3.3.1 PESQUISA QUALITATIVA

Nesta pesquisa adotou-se uma abordagem sociológica da questão da exclusão social de determinadas camadas da população. Assim, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas, com um roteiro previamente determinado e subsidiada por uma extensa pesquisa bibliográfica.

A pesquisa qualitativa é aquela que "lida com interpretações das realidades sociais" (BAUER; GASKELL, 2002, p.23). É comum existir um certo embate entre pesquisa qualitativa e quantitativa, no que diz respeito a métodos e resultados. Enquanto a primeira deve privilegiar o aspecto subjetivo - os detalhes e a interpretação da realidade -, a segunda,

por sua vez, pauta-se pela redução "da realidade social à aridez dos números" (QUEIROZ, 1988, p.14), razão pela qual optou-se pela primeira.

De acordo com Bauer e Gaskell (2002), as características de *dados, análise, protótipo e qualidade*, que podem ser consideradas em cada campo, definem o método da pesquisa:

- **QUANTITATIVA:** números, estatística, pesquisa de opinião e *hard*.
- **QUALITATIVA:** textos, interpretação, entrevista em profundidade e *soft*.

Com base no levantamento de dados (*survey*), e de questionários embasados em regras internacionais de estatística (*Statistical Package for Social Sciences – SPSS* e *Statistics for Social Sciences – SAS*), a pesquisa quantitativa estabeleceu um campo de ação acadêmica e profissional que se tornou normativa, relegando a pesquisa qualitativa ao campo da imprecisão e do subjetivismo inócuo e impreciso (BAUER; GASKELL, 2002).

O uso de entrevistas, relatos e histórias de vida foram disseminados por sociólogos como W.I. Thomas (1863-1947) e F. Znaniecki (1882-1958) e, mais ainda, tornaram-se uma instituição entre antropólogos, como Franz Boas e Levy Strauss: "O grande desenvolvimento das técnicas estatísticas, em fins dos anos 40, relegou para a penumbra tais métodos, que pareciam demasiadamente ligados às influências da psique individual" (QUEIROZ, 1988, p.15).

A tentativa de ser objetivo, no entanto, logo revelou a necessidade de interpretação dos dados, que escondiam "valores e emoções" (QUEIROZ, 1988, p.15) tais como as palavras. Além disso, mostrava-se, nas entrelinhas do questionário, a intenção do pesquisador que, ao formulá-lo, trazia suas próprias intenções e repertório:

Os números perdiam sua auréola de pura objetividade, patenteando-se dotados de vieses anteriores ao momento da coleta, escondidos na formulação do problema e do questionário; ocultos, apareciam inexistentes... Porém influenciavam o levantamento, desviando-o muitas vezes do rumo que devia seguir (QUEIROZ, 1988, p.15).

Desse modo, o aparente conflito entre os métodos revela-se uma falsa questão, na medida em que os dados estatísticos necessitam de interpretação (o que remete ao campo da subjetividade), e o suporte qualitativo é imensamente útil à análise de relatos.

Pensamos que é incorreto assumir que a pesquisa qualitativa possui o monopólio da interpretação, com o pressuposto paralelo de que a pesquisa quantitativa chega a suas conclusões quase que automaticamente. [...] Os dados não falam por si

mesmos, mesmo que sejam processados cuidadosamente, com modelos estatísticos sofisticados (BAUER; GASKELL, 2002, p.24)

Infelizmente, como foi colocado, não se dispôs de recursos para a realização de uma extensa pesquisa quantitativa que amparasse a interpretação das entrevistas com dados estatísticos. Porém, não é esse o motivo exclusivo da opção. Esta também implica uma postura epistemológica. Mais que simplesmente dar voz aos entrevistados, trata-se de uma aproximação da "compreensão" de um *corpus* documental (no nosso caso, o grupo de *chapas* entrevistados) em relação ao seu contexto geral e específico. A intenção é restaurar, pois, as conexões da comunicação, rompidas através de uma compreensão hermenêutica, restabelecendo, por fim, o vínculo entre o objeto e seu contexto, aclarando mecanismos de controle e de manutenção da desigualdade social.

Quanto à seleção a que se restringe esta pesquisa, ou seja, dez entrevistados, julgou-se que se caracteriza pelos itens enumerados por Bauer e Gaskell (2002), sejam eles:

- **HOMOGENEIDADE:** são entrevistas individuais, feitas com trabalhadores de uma mesma área (carga e descarga de caminhões), em condições similares de trabalho (informais, trabalhando em grandes vias como as marginais dos rios Tietê e Pinheiros, sem infraestrutura – cobertura, por exemplo);
- **RELEVÂNCIA:** dada a ausência de estatísticas que revelem quantos trabalhadores existem nesta área e nas condições de informalidade, optou-se por um número reduzido, mas que fizesse jus às intenções de um primeiro levantamento;
- **SINCRONICIDADE:** há uma coerência neste recorte na medida em que estão temporalmente situados em um mesmo contexto histórico.

Quanto a questões éticas que envolvem o trabalho do pesquisador, tem-se que a postura do entrevistador deve ser a de ter cuidados, tais como a adoção de respeito ao entrevistado, em observância às noções de alteridade e identidade, deixando clara a importância do seu depoimento para o trabalho.

Diferença e igualdade representam os dois lados de uma mesma moeda, denominada "liberdade". Liberdade entendida como possibilidade de escolha, inclusive a de ser diferente. Tal situação, porém, requer a condição de um estado igualitário, ou seja, a liberdade de escolha compartilhada por todos nas mesmas proporções – as diferenças universais têm como base os direitos universais. A condição de ser diferente só poderá ser preservada em condição de igualdade. No entanto, mesmo o ser diferente, acalenta a necessidade de compartilhar, participar e se comunicar (CASSAB, 2003, p.3).

O trabalho de campo deve estabelecer essa relação de respeito de forma que o entrevistado fique à vontade, seguro, e que traga para o seu discurso os significados buscados no roteiro proposto, ou os negue, sempre de forma autêntica, de maneira a garantir a credibilidade e validade dos depoimentos. Ao mesmo tempo, é importante assegurar aos entrevistados que seu discurso não sofrerá distorções, que será usado com ética, isto é, tentando ser fiel às declarações consentidas, muito embora haja a mediação entre a palavra falada e a escrita, através da transcrição e, por conseguinte, na interferência do entrevistador.

Ao falar da fonte oral, não se pode negligenciar as dificuldades existentes, particularmente quando se apresenta a tarefa de utilizá-las. Além das questões metodológicas, que, a rigor, constituem-se num aprendizado contínuo (realizar a entrevista, transcrever, digitar, analisar e interpretar), é preciso, ainda, atentar para o uso que se faz do material, já que estamos lidando com experiências de sujeitos, de seres humanos; e isso exige sempre sensibilidade, respeito e ética (ALMEIDA, 2005, p.11).

É aí que o pesquisador precisa manter as marcas da oralidade para que o estilo pessoal, assim como as informações, sejam preservados.

[...] o trabalho de campo se institui como momento fundamental para toda a pesquisa. Nesta fase, existe um significado na relação social e humana entre pesquisador e sujeitos da pesquisa que está intimamente relacionado à ética que o profissional confere em seu proceder (CASSAB, 2003, p.4).

Isso traz à tona o sentimento de responsabilidade que se deve aos entrevistados, a preservação de sua pessoa através da garantia de uso científico de sua fala, e o respeito às suas declarações. É preciso que também não haja qualquer divulgação sem o seu consentimento, ou qualquer manipulação de seu conteúdo, a não ser para o qual ele foi explicitamente autorizado, neste caso, uma pesquisa acadêmica sem fins lucrativos.

Os entrevistados desta pesquisa não receberam qualquer forma de remuneração, não foram induzidos a respostas prévias, o que é uma forma de garantir que suas declarações não foram manipuladas ou conduzidas. Pois o que se deve ter como horizonte é que:

O pesquisador deve se prover de responsabilidade e respeito para com o trabalho da coleta dos dados, sua aferição e conclusão sobre uma matéria. É necessário que a ética profissional e técnica transcendam o contexto de estudo e se relacionem em esferas de responsabilidades mais amplas, como a individual, civil e política (CASSAB, 2003, p.4).

Dessa forma, os entrevistados foram devidamente esclarecidos sobre o conteúdo da pesquisa, seu objetivo e propósito. Todos eles autorizaram seu uso para os fins explicitados, sem que se encontrasse qualquer tipo de resistência à cessão dos depoimentos, bem como à publicação destes, isto, claro, desde que se restringissem a fins acadêmicos.

Após a delimitação do *corpus* e da seleção, passou-se a analisar o objeto desta pesquisa e, para tal, foi preciso entender a constituição social em que se inseriam. Assim, descreveu-se, detalhadamente, o contexto histórico a que dizem respeito os *chapas* entrevistados, até que se chegasse às condições específicas em que se encontravam, isto é, a uma descrição das condições físicas de trabalho e o que elas implicam em termos sociais.

A partir destas considerações, elaborou-se um roteiro para as entrevistas, com o auxílio de tópico-guia com questões pertinentes à pesquisa. Tais questões partiram de pontos polêmicos, tais como as vantagens e desvantagens do trabalho informal na atividade de *chapa*, como se vê no Capítulo 2, num diálogo com a bibliografia consultada:

A finalidade real da pesquisa qualitativa não é a de contar opiniões de pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. [...] A fim de se ter segurança de que toda a gama de pontos de vista foi explorada, o pesquisador não necessitará entrevistar diferentes membros do meio social. Nem todos os médicos têm os mesmos pontos de vista. Mas do mesmo modo, acontece normalmente que existe um número relativamente limitado de pontos de vista, ou posições, sobre um tópico dentro de um meio social específico. Por conseguinte, o pesquisador necessitará levar em consideração como este meio social pode ser segmentado em relação ao tema (BAUER; GASKELL, 2002, p.68).

Foi esta relação entre opinião e contexto que se tentou estabelecer. Talvez, neste caso específico, quando se está preocupado com questões que dizem respeito aos aspectos políticos e sociais, tal qual é o assunto da informalidade no trabalho, fosse mais indicada a pesquisa em grupo. Porém, considerou-se que tal procedimento seria bastante complexo em se tratando de trabalhadores braçais. Seria necessário um recrutamento, e talvez houvesse certo constrangimento aos entrevistados para exporem-se ao entrevistador nas tradicionais salas de pesquisa coletiva, com parede espelhada, câmeras filmando, etc. Haveria ainda a questão da própria segurança da equipe de pesquisadores, que porventura estivesse envolvida, visto que muitos dos *chapas* são egressos do mundo do crime, de acordo com alguns testemunhos recolhidos.

Dessa forma, a entrevista individual, sem o envolvimento de equipe, com uma conversa pessoal e amistosa, seria mais adequada à situação. Não houve exposição da parte do

entrevistador, pois todos os entrevistados eram trabalhadores e não se mostraram perigosos em qualquer momento. Também não existiram receios por parte destes em dar as declarações requisitadas, tendo a conversa um tom impessoal, facilitando a coleta de informações. Desconfiados, a princípio, curiosamente muitos deles nos relacionaram a órgãos oficiais até que fossem dissuadidos desta idéia. Apesar de tudo, viram, na entrevista, uma forma de delatarem as condições a que estavam submetidos, reação típica de uma população em inúmeros aspectos isenta de qualquer tipo de assistência.

Os relatos acabaram, portanto, tornando-se "depoimentos pessoais" e não "histórias de vida". A diferença conceitual de "depoimentos pessoais" e "histórias de vida" está, de acordo com Queiroz (1988), na recepção dos pesquisadores aos dados colhidos. No primeiro caso, o pesquisador não tem domínio sobre os temas, ainda que o pautem em um roteiro. Em um depoimento sobre determinado assunto, as perguntas são feitas de maneira a obter o panorama de um determinado acontecimento, por exemplo, levando-se em conta que o resultado pode fugir do controle do entrevistador. No caso das "histórias de vida", o roteiro é seguido com rigidez, em que o pesquisador está "presente" nas perguntas ainda mais do que no primeiro caso, e as respostas se sucedem, de entrevistado para entrevistado, obedecendo a este padrão pré-estabelecido, sendo possível a criação de padrões de séries conexas:

Dois exemplos podem esclarecer estas divergências. Quando se buscou conhecer como se desenrolava a existência cotidiana de indivíduos de baixa renda, na cidade de S. Paulo, durante as décadas de 20 e 30, a técnica escolhida foi a das histórias de vida de indivíduos que tivessem sido adolescentes ou jovens naquele período; e, como se tratava de histórias de vida, não foram elas limitadas no tempo, mas, nas idas e vindas do narrador, chegaram até os dias de hoje. No entanto, justamente porque se tratava de velhos [...] a atenção deles naturalmente se voltou pra a infância e mocidade, trazendo ao pesquisador aquilo que estava buscando. No entanto, ao se estudar o carnaval da cidade de S. Paulo [...] através de entrevistas com velhos foliões, a técnica escolhida foi a dos depoimentos. Tratava-se de conhecer não a seqüência da vida dos mesmos, porém as formas que haviam tomado os folguedos no decorrer do tempo (QUEIROZ, 1988, p.22).

Assim, os blocos da análise subdivida acabaram obedecendo ao roteiro da entrevista, tendo sido traçado um paralelo entre as respostas que compuseram, assim, o Discurso do Sujeito Coletivo, conceito este proposto por Lefèvre et al (2000). Este é construído "a partir das expressões-chave de todos os indivíduos relativas a uma dada idéia central. Encadeando-se discursivamente essas expressões-chave, obteve-se um discurso de todos como se fosse o discurso de apenas um" (COSTA, 2001, p.1). Não se discordou da eficácia deste método, e chegou-se a aplicá-lo durante a análise. Porém, percebeu-se que havia discordâncias,

inconsistências, e incoerências nos discursos analisados, de maneira que, mesmo que tomado o conjunto dos depoimentos em "apenas um", destacou-se, sempre que possível, o que neles havia de não homogêneo, procurando recuperar as variações do discurso:

[...] não apenas o que está dito, o que está explícito, mas também as formas dessa maneira de dizer que, juntamente com outros recursos, tais como entoação, gestualidade, expressão facial etc., permitem uma leitura dos pressupostos, dos elementos que mesmo estando implícitos se revelam e mostram a interação como um jogo de subjetividades, um jogo de representações em que o conhecimento se dá através de um processo de negociações, de trocas, de normas partilhadas, de concessões (BRAIT, 1993, p.194).

Assim, esse roteiro permitiu que se tratassem de entrevistas em profundidade (EP), com o detalhe de que foram fitas com duração reduzida. Enquanto uma EP dura em média uma hora a uma hora e meia (BAUER; GASKELL, 2002), os entrevistados foram bem mais lacônicos. O mais prolixo falou por meia hora. Mesmo expostos a estímulos com perguntas que desdobrassem as respostas diretas do tipo "sim", "não", "é bom" etc., com insistência em saber "como assim?", "como pode explicar isso?", "o que você quer dizer com isso?", alguns simplesmente não tinham palavras para expressar seus pensamentos. Os motivos de uma performance limitada podem ser explicados num misto de baixa escolaridade com timidez ou, talvez, ainda pela ausência da necessidade de se usar tantas palavras que pudessem expressar o cotidiano penoso de cada um deles.

Optou-se por manter os erros gramaticais e vícios de linguagem, como gírias, procurando-se, com isso, manter a vivacidade da linguagem oral. Foram usados recursos de pontuação, e mantidas as interjeições, de maneira a dar ao leitor subsídios para entender um pouco mais as condições da entrevista. Com o uso do gravador, as entrevistas foram registradas, mas há muito já se sabe que este instrumento técnico não é capaz de anular a intermediação do pesquisador, tornando o depoimento absolutamente fiel ao original:

Logo se viu, no entanto, que o poder da máquina não era tão absoluto, e nem mesmo tão grande quanto se havia suposto, uma vez que a utilização dos dados nas pesquisas exigia, em seguida, a transcrição escrita. Uma parte do registro se perdia na passagem do oral para o texto, e este ficava igualado a qualquer outro documento. [...] Tal constatação contribui para desfazer nova ilusão: a de que se deveria conservar a narrativa o mais próximo possível de seu registro, evitando a intervenção do pesquisador e a ocorrência de cortes que prejudicariam o conhecimento integral do dado recolhido (QUEIROZ, 1988, p.17).

5.4 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

5.4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os entrevistados foram dispostos em dois grupos ou categorias distintos. Entende-se por categoria "um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à idéia de *classe* ou *série*. As categorias são empregadas para estabelecer classificações" (GOMES, 2001, p. 70).

Os primeiros entrevistados, dois paulistanos, repudiavam a atividade de *chapa*. Os demais, migrantes que formam um grupo, demonstraram estarem mais conformados com a atividade que exercem. Porém, apenas esse critério não seria suficiente para dar conta da complexidade das questões envolvidas. Assim, optou-se por estabelecer algumas categorias de análise que se tornaram os itens desta seção, sempre tendo em vista o tópico-guia: definição de *chapa*; vantagens e desvantagens de ser *chapa*; o gato; o ponto; jornada de trabalho e remuneração; desemprego e informalidade.

Imbricando uma parte à outra, estabeleceu-se, assim, um critério de análise baseado nas categorias acima, de modo a contemplar a complexidade do assunto. Desse modo, a formulação de categorias pode ser considerada complexa, obedecendo o "princípio [...] de que um conjunto de categorias deve ser exaustivo e deve permitir a inclusão de qualquer resposta numa das categorias do conjunto" (GOMES, 2001, p.72).

O diálogo com o contexto dá-se em um sentido dialético – o que não significa que exista uma análise apriorística, na tentativa de desvendar o universo dos *chapas*, através das informações que seus depoimentos suscitaram, estabelecendo um diálogo com a bibliografia consultada. Seria o que Gomes (2001), referindo-se a Minayo, chamou de método hermenêutico-dialético:

Nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem, como ponto de partida, o *interior da fala*. E, com ponto de chegada, o *campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala* (GOMES, 2001, p.77, grifos do autor).

Dessa forma, em um amplo diálogo entre texto e contexto, dos depoimentos pessoais com os acontecimentos históricos em que estes se inserem, tentou-se recuperar parte da

realidade dos *chapas*, analisando-as à luz das teorias, em busca de uma contribuição às discussões sobre a informalidade no mercado de trabalho brasileiro atual.

5.4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

5.4.2.1 DEFINIÇÃO DE *CHAPA*

Mais pra frente eu gostaria de voltar a estudar, até fazer uma faculdade, mas... tenho o segundo grau, eu, no meu caso, eu queria fazer filosofia, não sei se teria campo de trabalho, mas era mais por uma opção pessoal. E ter um grau a mais. Mas... é que eu gosto de filosofia mesmo. Eu tenho 4 filhos, um grande de 25 anos, e três menores de idade. Pretendo voltar a estudar, mas não sei se vou ter paciência pra enfrentar uma sala de aula, pretendo voltar, mas... quando eu não sei (Nivaldo, Entrevista 05).

Nivaldo é *chapa*, tem 44 anos e estava fazendo ponto na Marginal Pinheiros, em frente à favela do Jaguaré, onde provavelmente reside. Diz-se “provavelmente” porque ele não quis dar o endereço de maneira precisa. Quando interrogado, desviou do assunto e disse que morava no Jaguaré. No entanto, seu companheiro o delatou com um gesto, pois, querendo participar da entrevista ao mostrar excitação com as perguntas dirigidas ao amigo - e sem saber que também seria um dos pesquisados -, Vágner, bem mais jovem, apontou para a favela quando Nivaldo informou o endereço. Aliás, Nivaldo e seu colega pareciam representantes atípicos entre os *chapas* contatados. Ambos mostraram profundo descontentamento com a situação em que se encontravam, ao contrário de alguns outros que viam a atividade com simpatia e, por vezes, até com certo orgulho, como se verá na seqüência dessa análise.

Na voz de Nivaldo, com um tom melancólico, revelava-se que seu sonho futuro era voltar a estudar, forma não só de qualificação e possível ascensão social, mas também de prazer; prazer este que, sistematicamente negado por sua condição de desempregado, coloca-o na categoria de cidadão de segunda classe, com a perda de direitos sociais, como demonstrado no Capítulo 2 desta tese.

Para Vagner, 23 anos, também morador da favela do Jaguaré, a situação é ainda mais desalentadora. Se Nivaldo possui o segundo grau completo e ambiciona vãos mais altos, o

que o jovem quer é voltar para a escola, pois a abandonara na terceira série do ensino fundamental, para depois fazer um curso técnico e conseguir um emprego formal:

Meu futuro eu planejava assim, voltar pra escola, eu tenho a terceira série, eu não sei ler nem escrever, vamos ser realista, não consegui aprender. Voltar, ir pro Senai, tentar fazer um curso, ser operador de *Offset*, pra tentar dar um futuro pra minha filha, tenho uma filha de 4 meses. Mas eu olho pra ela e eu me enxergo, o que vai ser dessa criança? O meu pai já me abandonou, entendeu? Tô aqui sofrendo e não quero que isso aconteça com minha filha, entendeu? Tô aqui tentando dar um futuro... (Vagner, Entrevista 06).

São distintos do restante também quanto às suas origens. Todos os entrevistados são migrantes, a maioria do Nordeste, mas também de Minas Gerais e do interior de São Paulo. Nivaldo e Vagner são paulistanos, em que o primeiro é do bairro do Tatuapé, porquanto o segundo, da Lapa. Além disso, são mais brancos que os demais.

Como paulistanos, foram privados do ciclo de formação escolar e inserção no mercado de trabalho. Vagner vem de família desestruturada, o que ele luta para não reproduzir. Com Nivaldo, a meta de continuar a sua qualificação parece ter sido interrompida pela paternidade precoce: teve seu primeiro filho aos 19 anos, época que, em geral, inicia-se o curso superior.

Tendo sido funcionário público por 7 anos, e trabalhando em empregos formais por 15, uma vez desempregado, em 2002, afirma que trabalhou “...em tudo, ajudante, segurança, tudo o que aparecia.” (Nivaldo, Entrevista 05). Acabou como *chapa*, atividade que exerce há três anos. Sua definição de *chapa* não difere muito das demais dadas pelos outros entrevistados, como pode ser verificado a seguir. *Chapa*, para Nivaldo, é “auxiliar de carga e descarga” sendo também um guia para o motorista do caminhão: “então o motorista quer saber o endereço, você leva ele onde ele quer ir, né?, cê olha no guia...” (Entrevista 05, Nivaldo).

Entre as definições dadas pelos trabalhadores entrevistados, a idéia de carregador/d Descarregador de caminhão e de guia se repete:

A pessoa que vem de fora, né?, não conhece a cidade, a gente pega pra levar no endereço, para descarregar o caminhão (Eugênio, Entrevista 01).

O *chapa* é como um guia turístico, né? Não só trabalha com caminhão, mas também com carro de passeio, o *chapa* guia. E carrega e descarrega. Porque muita gente que vem, pára aqui, pega a gente pra poder saber aonde vai e a gente fica o dia inteiro com eles. Não é só carregar e descarregar. Olha, esse é um serviço que a gente sabe fazer, como a gente tá parado, não tem com se sustentar, então eu achei

o meio mais fácil trabalhar aqui. Tenho orgulho de ser *chapa*, conheço São Paulo. Vou pro interior (Ademir, Entrevista 02).

O *chapa* é a pessoa que pega o serviço, pega caminhões, carregando e descarregando, enlonando o caminhão, tudo isso faz parte do *chapa*, né? Levando as pessoas nos endereços. Às vezes o local tem pessoas pra descarregar o caminhão, mas eles não sabem ir no local, então a gente leva as pessoas lá, em qualquer lugar que as pessoas quiser ir a obrigação do *chapa* é saber. Todo o *chapa* tem um guia pra levar as pessoas nos endereços e qualquer lugar a gente vai, já tem a referência (Alexandre, Entrevista 03).

É um serviço braçal, ajudante de caminhão, carregar, descarregar, levar os caras onde eles não sabem ir, né? (Antônio, Entrevista 04).

É pegar caminhão para descarregar, às vezes levar o camarada que pára, como você aqui, parou aqui pra fazer a entrevista, às vezes quer ir em algum lugar, não sabe, a gente vai e leva, e a gente cobra uma taxa, e leva no lugar que a pessoa quer. *Chapa* é um guia. (Jaime, Entrevista 07)

Chapa é um tipo de um trabalho que não tem qualificação nenhuma, não tem conhecimento nenhum, a maioria nem sabe o que é isso... *Chapa* é uma pessoa que é como um guia. Tem gente que pára aqui de automóvel, se informa, às vezes contrata nós pra ir nos lugares com ele, às vezes vem fazer compra de roupa. Aí nós vai na Maria Marcolina, na Zé Paulino, na Oriente... (Jurandir, Entrevista 08)

A gente descarrega caminhão, leva em qualquer lugar, carrinho pequeno, se quiser ir pra Santos, Sorocaba, se é de fora, não sabe, não conhece nada. Você vem de fora, não conhece nada de São Paulo, aí cê pára aqui, aí levo você lá, a gente cobra pra levar. (Dionísio, Entrevista 10)

Portanto, a definição de *chapa* consiste de duas atividades que podem ser distintas ou combinadas, sendo elas:

- Auxiliar de carga e descarga;
- Guia para motoristas que podem ser de São Paulo ou, principalmente, de fora da cidade. Neste caso, são essenciais para que não percam tempo procurando endereços, o que acarretaria atrasos na entrega da carga e conseqüentes prejuízos, sobretudo em cargas perecíveis. Neste caso, são chamados de “*chapa-guia*”.

É interessante que tais definições de *chapa* não constem no dicionário de língua portuguesa. Nele, é possível encontrar diversos sentidos, desde uma superfície plana de

pequena espessura, feita de materiais variáveis, até o uso popular da gíria *chapa*, que quer dizer companheiro. Se se quiser transportar tais significados para os *chapas*, pode-se entender que talvez este nome seja usado no sentido daquele que pode suportar pesos, que é firme. Pode servir tal qual uma *chapa* de ferro, de suporte de mercadorias as mais pesadas, que, sem profundidade, adequa-se a qualquer situação e lugar. Aprofundando o significado, podem ser tão variáveis em tipos, cores e matizes quanto os materiais que uma *chapa* pode ter.

Pode-se pensar também que talvez estes trabalhadores levem este nome porque a solidariedade que não encontram na sociedade está presente nas relações amigáveis e sem hierarquia que constituem o ponto, onde todos são *chapas*, amigos, companheiros. Por outro lado, *chapa* é também um termo estigmatizado, associado a um trabalhador potencialmente perigoso, do qual se ignora a procedência e no qual não se pode confiar, como se pode ver na entrevista concedida por Air Gomes Pinto (Entrevista 11), diretor financeiro da *Cooperativa de Apoio aos Trabalhadores em Carga e Descarga- CATCD*, quando perguntado se a *CATCD* era uma cooperativa de chapas:

Não. O *chapa* é aquele que trabalha na rua, não tem garantia de serviço, não tem segurança. Aqui só temos cooperados, não tem *chapa* aqui não. [...] Aqui há legalização, há referência dos trabalhadores, é segurança para o contratante (Air Gomes Pinto, *CATCD*, Entrevista 11).

O fato é que a definição de *chapa*, tal como a utilizada neste trabalho e como foi conceituada por Nivaldo, está ausente do dicionário. Pode-se dizer, de alguma forma, que o *chapa* se define, portanto, pela ausência; é assim que eles são aos olhos da maioria das pessoas, que não os notam e não os vêem por trás das fogueirinhas que pontuam as estradas e marginais durante as madrugadas.

Talvez essa ausência ocorra pelo fato da palavra *chapa* não ser correntemente empregada no sentido de carregador e descarregador de caminhão. De outro lado, viu-se como na CBO do MET a atividade de *chapa* está prevista, mas ali também a questão da precariedade do trabalho aparece, o que mantém a idéia de *chapa* como algo à margem, no sentido de inserção formal no mercado de trabalho, além de identificado à criminalidade, como visto acima. Isso não impede que tal atividade seja, como procurou-se defender até aqui, essencial para o funcionamento complexo do setor de carga e descarga, e do próprio sistema capitalista.

5.4.2.2 VANTAGENS E DESVANTAGENS DE SER *CHAPA*

Tal ambigüidade torna o tema ainda mais intrigante, e reúne tensões que aqui se procura explicitar, entre elas a vantagem/desvantagem de ser *chapa* e validar ou não a Hipótese B. É possível também encontrar, entre os entrevistados, *chapas* que têm noção da importância de sua atividade para um sistema mais amplo, onde se inserem como mão-de-obra barata, servindo de guia e contribuindo para que a mercadoria chegue ao destino, o que, na lógica do *just-in-time*, é fator essencial. Tem-se então a Hipótese C validada.

No discurso de Nivaldo é possível notar que sua relação com a atividade de *chapa* é pautada apenas pela necessidade de sobrevivência, não vendo qualquer vantagem na ocupação que não seja o dinheiro rápido, visto que o trabalho é pago por empreitada:

Vantagem? Não tem vantagem nenhuma, a gente tá aqui porque não tem opção de emprego. É que, por exemplo, você trabalha hoje e você recebe hoje mesmo. A desvantagem é se acontece algum tipo de acidente com você, em alguma empresa que você vai, você não tem resguardo nenhum, você não tem uma cobertura pelo INSS. Vantagem praticamente você não tem nenhuma, é uma opção de sobrevivência. Não tô pagando INSS, não (Nivaldo, Entrevista 05).

Vagner, revoltado com sua condição social, também se mostra resistente à atividade de *chapa*, e enumera os mesmos motivos:

A vantagem eu falo pra você, mana, pra mim mesmo não tem vantagem nenhuma. Tô aqui só pra matar minha fome mesmo, a vantagem é só ter o dinheiro do dia. A desvantagem, mana... é isso aqui que nem nós tamo aqui, a Marginal cheia dos dois lados, tô aqui desde às 5 horas da manhã, agora é quase 8, não saí... então a revolta é essa... vivo aí pra não pegar em arma, não matar ninguém porque ninguém tem nada a ver com meu problema, a desinformação é minha mesmo, então tô aí tentando voltar pra escola, tentando fazer um SENAI, tá difícil pra mim. Tô aqui mesmo pra tentar arrumar um dinheiro pra mim comprar uns material pra mim, mas não consigo, mana. Ainda sou criticado pela sociedade, pelas autoridades sou tratado como lixo de periferia. Não pago INSS (Vagner, Entrevista 06).

A insegurança do trabalho aqui é entendida como ausência de registro em carteira, o que, para ambos, seria equivalente às garantias trabalhistas e à previdência social, por exemplo. Eles demonstram total consciência de que são mão-de-obra baratíssima, embora façam os serviços mais pesados; que estão disponíveis pela falta de emprego, o que os torna vulneráveis ao pagamento irrisório; e de que são necessários ao funcionamento de um

esquema maior. Para ambos, o trabalho dos *chapas* é de todo negativo, o que valida a Hipótese B.

(O *chapa*) É auxiliar de carga e descarga, porque nas empresas eles precisam de pessoas que façam o serviço pesado, que carregue e descarregue o caminhão, isso somos os *chapas*, entendeu? **como eles não quer pessoas todo o dia ali dentro da firma**, busca quem não tem emprego, então eles pega os *chapa*, somos nós que ficamos na rua pra fazer rodeação. **Sai barato pra eles, mão-de-obra barata.** Muitos caminhoneiros, eles dão 60 reais pra pagar pra nós, muitos caminhoneiro vem com 40, vem sempre abaixo, então a gente tâmo precisando somos obrigado a ir, né? (Vagner, Entrevista 06 – grifos nossos).

Quando Vagner define o termo *chapa* sabe que as empresas precisam dele, que os *chapas* têm um lugar na cadeia produtiva, que sua remuneração é precária e que a vantagem da informalidade é para o empregador e não para o trabalhador. Aqui se vê como o setor formal e informal estão relacionados, sendo este último parte integrante do conjunto das economias, como afirmado no Capítulo 2.

Já Ademir, nascido em Franca, beirando os cinqüenta anos, desde os quatro morando em São Paulo, trabalha como *chapa* devido ao desemprego. Tendo cursado até a 7ª série, trabalhou como metalúrgico por onze anos, mas há mais de vinte anos está na informalidade. Tem dificuldade em administrar o dinheiro avulso, incerto, vendo neste fator uma desvantagem:

Não há muita vantagem por que se a gente pega o dinheiro hoje, já gasta tudo de uma vez, amanhã vai ficar sem. Então tem que segurar esse dinheiro, o que cê ganha hoje e o de manhã, pra você ter alguma coisa (Ademir, Entrevista 02).

É o que o pernambucano Jurandir, quase sexagenário, chama de “trabalho sem futuro”, porque não é um trabalho seguro, a partir do qual se pode planejar ganhos e investimentos para o futuro.

Não tem vantagem nenhuma não... eu tô aqui porque não tem outro meio de trabalho. A vantagem que tem aqui é que você ganha quanto cê quer. Cê tem uma vantagem quando tem um trabalho seguro, um trabalho que pode contar, assim, vou trabalhar prum futuro. Isso aqui não tem futuro, isso aqui é um serviço que não é confiável. Tem pessoas que não têm confiança, não se garante que tá pegando a pessoa honesta pra trabalhar. É um determinado serviço que só trabalha... acho que 90% é o cara que foi presidiário, o cara que matou, o cara que rouba, o cara que fuma droga... às vezes ele tá nesse trabalho porque ficou muitos anos preso, é débil mental, apanhou muito, então tem um outro meio dele sobreviver, então vem pra cá, aqui ele ganha 30 conto hoje, 20 amanhã, 10 hoje e aí se vai, né? (Jurandir, Entrevista 08).

As condições que levam à atividade de *chapa*, segundo Jurandir, incluem criminosos, viciados, pessoas desonestas em geral e também deficientes mentais. Vê-se que são pessoas de classe baixa e que encontram dificuldade para se inserir no mercado de trabalho e na sociedade em geral, como cidadãos. O que os une, neste caso particular, incluindo o próprio Jurandir, é o desemprego. Assim como os casos que ele cita: as pessoas passam a ser *chapa* como alternativa a uma vaga no mercado formal e ao conseqüente desemprego. Sua opção foi determinada após uma tentativa de retorno a Pernambuco, onde já não se acostumou e, voltando, viu-se desempregado:

Eu trabalho como *chapa* há pouco tempo, faz uns 12, 13 anos mais ou menos. Eu fui pra Pernambuco e pensei em ficar lá. Mas não dava mais, até dava... mas as condições financeiras... lá é super difícil, como o pessoal vive lá, nem sei. Só o pessoal, senhores de idade que têm a oportunidade de aposentar e aí convive lá. Pra mim ir pra lá não dá pra ir porque praticamente me criei aqui. Eu tenho duas casas, não pago aluguel, ele conhece minhas casas (aponta para o colega Jaime – entrevista 07), moro no que é meu. Tô trabalhando nesse serviço porque sou obrigado, né? Não consigo arrumar emprego pela idade e pelo estudo (Jurandir, Entrevista 08).

Outro fator unânime dentro do grupo entrevistado é a baixa qualificação. Com exceção de Nivaldo, que tem o ensino médio completo e até sonha cursar o ensino superior, todos cursaram apenas o ensino fundamental, e ainda assim parcialmente concluído. Sabem o suficiente para preencher uma ficha cadastral de emprego que hoje é um procedimento comum e imprescindível para pleitear a vaga, como conta Jurandir, que veio com dezoito anos de Pernambuco, em 1967:

Meu tempo de lá foi tudo na roça. Aqui meu primeiro emprego foi de faxineiro, 4 anos no Banco Itaú, aí entrei numa escola aqui, pois não tive a oportunidade de estudar lá, né?, estudei muito pouco, aí aprendi a escrever, ler e fazer uma ficha que na época eu não sabia fazer ficha, nada.

Quando eu cheguei aqui não se fazia ficha, nada. Pegava os documentos e começava a trabalhar. Depois de faxineiro, trabalhei numa transportadora, de guarda bancário no Banco do Estado de São Paulo, hoje Banespa, depois eu trabalhei no jornal *O Estado de S.Paulo*, que era aqui na Major Quedinho, no centro. Daí eu trabalhei na *Light* que era aqui na Consolação, ali hoje é o Bombeiro... (Jurandir, Entrevista 08)

O desemprego e a baixa qualificação empurram o cidadão para o trabalho informal, atraído que é, no caso do *chapa*, pela remuneração imediata e pela certa flexibilidade nos horários de trabalho, que fazem contraponto à instabilidade da atividade, que Jurandir chamou

de “trabalho sem futuro”. Já Ademir vê vantagens no horário e na ausência de hierarquia. Pagando INSS, entende que, de alguma maneira, está assistido pelo Estado.

A convivência é melhor. Às vezes na firma cê tem chefe. Aqui não tem chefe, não tem nada, se na hora der na cabeça “vou embora”, então vou embora, não tem aquele negócio. A vantagem é que, graças a Deus, prá mim, me saio bem. Pago a Previdência (Ademir, Entrevista 02).

Essa abordagem positiva não diminui a gravidade da situação, como se tentou deixar claro. Há trabalhadores favoráveis à informalidade, mas como uma alternativa a condições ainda mais degradante que muitos empregos formais apresentam, tais como: condições insalubres, remuneração muito pequena, relações interpessoais opressivas, carga-horária excessiva, entre outros fatores.

Isso não significa que as condições de trabalho do *chapa* sejam salubres. Pelo contrário, a opção por um trabalho reconhecidamente pesado pelos próprios *chapas*, que geralmente é o de carregador/descarregador de cargas muitas vezes excessivas, dá uma idéia do que é a exploração do trabalhador brasileiro por um sistema perverso. O mercado de trabalho formal utiliza-se desta mão-de-obra farta, que se submete a condições aviltantes por um emprego visto como “seguro”. Uma das reações é a migração para o trabalho informal, cujas condições também são desumanas, o que dá a idéia de como lhes é insuportável o trabalho em firmas, fábricas, linhas de montagem, e demais funções que se utilizam do trabalhador braçal sem que se dê um justa remuneração.

O trabalho de *chapa*, neste contexto, torna-se – de modo incrível – mais suportável a despeito de todo o tipo de privação que representa aos trabalhadores:

A gente trabalha muito... O bom é só levar a pessoa. Se você levar é melhor, por que descarregar também, cê sofre demais, tem dia que você não agüenta. O ruim é descarregar. O tipo das coisas que vem, vamos supor, uma peça mais ruim de trabalhar é móveis. Meus colegas me chamou pra trabalhar de *chapa*, porque eu conheço bem São Paulo.

O ruim é que cê tá aqui sem fichar, né? (sem carteira) não pago INSS. Quando tá chovendo vai pra debaixo da ponte. E se ficar doente, ichi!, igual fiquei doente! Me deu uma febre, fiquei três dias em casa, me estourou isso aqui ó (o lábio). Se você ficar doente tem que ficar em casa... (João, Entrevista 09).

Ou seja, através destas palavras: ficar sem remuneração. Embora não seja o desemprego o único fator, é ele sem dúvida o maior motivo subjacente à opção pelo trabalho informal e em muitos casos foi decisivo, de acordo com a maioria dos depoimentos. Como destacado em Pastore (1998), novos postos de trabalho foram criados, mas esse processo foi

acompanhado pela queda do emprego formal, sobretudo no setor industrial, com diminuição da carteira assinada.

Sustentando a condição de autônomo, Ademir prescinde do vínculo formal com uma empresa, alternativa que pode ser ainda pior, como se viu, à condição precária e flutuante a que os *chapas* estão expostos, independentes de serem contribuintes ou não. O crescimento do trabalho como autônomo também é apontado por Hermann (2005a), como se pôde constatar, através do depoimento de Ademir, quanto ao período em que diz ter ficado desempregado, há cerca de vinte anos, ou seja, na passagem para a década de 90 - ou “década perdida”.

Vagner e Nivaldo afirmam não pagar o INSS como autônomos, sendo que Vagner nunca chegou a ter carteira assinada: “Nunca tive [...] Sempre trabalhei de ajudante de pedreiro, depois fui pra *Granero*, depois passei a ser *chapa*” (Vagner, Entrevista 06). Isso trouxe conseqüências para sua vida profissional na medida em que, não conseguindo comprovar experiência, também não pode conquistar um emprego melhor, gerando revolta por não ser reconhecido como cidadão:

É uma certa revolta, você sofre demais e não é reconhecido. Você vai numa empresa, “olha, já trabalhei 3 anos nessa vida, já trabalhei nisso, nesse local”, dá um monte de referência mas olha na sua carteira você não tem nada, então você não vale nada (Vagner, Entrevista 06).

Essa questão da carteira assinada é particularmente importante no caso brasileiro, como já visto anteriormente. A rigidez da legislação brasileira acaba deixando de fora muitas relações trabalhistas que surgiram de algumas décadas para cá, colocando uma gama imensa de ocupações no *hall* da ilegalidade. Favorável à flexibilização das leis trabalhistas, Pastore (2004) coloca a questão da desumanização do que ele chama de “exclusão gerada por um mercado de trabalho informal em crescente expansão”. Todavia, ainda fica a dúvida se a flexibilização seria de fato a melhor solução, ou se ela ainda geraria maior precariedade. Pois, através desse processo, haveria uma redução da assistência previdenciária para que se pudesse atingir um maior número de trabalhadores, entre outras propostas, como expõe o mesmo autor. Esta questão, entretanto, não é unânime, dividindo literaturas e opiniões, gerando um bom debate.

Outro entrevistado é o mineiro Eugênio, de 46 anos, morador de Osasco, e que trabalha há vinte e cinco anos como *chapa*. Adolescente, chegou a São Paulo há 30 anos para tentar a vida. Tendo cursado somente até a 6ª série do ensino fundamental, dedicou-se a trabalhos pesados, e teve carteira assinada por apenas dois anos como carregador em firma de

“artefato de cimento” (Eugênio, Entrevista 01). Eram os anos 70, e o estímulo à migração para gerar excedente de mão-de-obra nas áreas urbanas fazia parte da estratégia de um parque industrial em expansão, seguindo o modelo das décadas anteriores de substituição de importação. Tratava-se do “Milagre Econômico”, e o emprego crescia nas cidades, como visto no Capítulo 3. Tal panorama só aumentava as esperanças para quem vinha de regiões predominantemente rurais, onde as duras condições de vida do trabalhador pobre estimulavam a busca por alternativas de sobrevivência.

A precarização do trabalho, ainda na década de 70, sobretudo após a crise do petróleo em 73, não demoraria a se aprofundar, tendo sido Eugênio, provavelmente, um exemplo de como a informalidade, já naquela época, mostrava-se como alternativa aos jovens migrantes de baixa qualificação. Por informalidade compreendemos, aqui, o sentido lato que deu Tavares (2004), segundo o qual as fronteiras entre trabalho formal e informal são movediças, parte integrante da cadeia produtiva do sistema capitalista (Jakobsen, Martins e Dombrowski, 2000); um conceito que é, portanto, heterogêneo, de acordo com Noronha (2003), onde noções econômicas e jurídicas devem ser vistas em conjunto. Ou ainda: voltando a citar Kowarick (1993), não existem duas estruturas em oposição, uma arcaica e outra moderna, mas sim uma interação entre campos diversos que permitem, nos seus interstícios, uma lógica capitalista que integra o trabalho informal.

Apesar deste cenário sombrio, Eugênio difere da dupla Nivaldo e Vagner em um aspecto particularmente relevante: ele encara o trabalho como *chapa* em uma perspectiva mais positiva, tendo o significado de *chapa* a conotação de “liberdade”: “significa ser um ajudante de caminhão. É liberdade, né?” (Eugênio, Entrevista 01).

Ao enxergar a ausência do vínculo empregatício como uma vantagem - não estando, portanto, inserido na estrutura hierárquica empresarial, onde, certamente, ocuparia as posições mais baixas, e na medida em que paga o INSS por conta própria -, para Eugênio:

As desvantagens é não ser registrado, tem que pagar INPS por fora. Eu pago. A vantagem, é que não tem patrão, não é mandado por ninguém. A vantagem de ser *chapa* é não ter patrão, não ter sindicato, nada. (Eugênio, Entrevista 01)

Seu discurso, comparado às declarações dos *chapas* Nivaldo e Vagner, dá a impressão de haver certo conformismo. Mas acredita-se que, na verdade, antes de ser conformismo, as palavras de Eugênio guardam o conhecimento de realidades ainda mais duras que o submete, nas quais há uma opressão pela sua condição de interiorano, mestiço

(um caboclo bem mais escuro que os primeiros), semi-alfabetizado e aparentando ser bem mais velho que Nivaldo (que é quase de sua idade).

Como fora referido no capítulo sobre a história dos trabalhadores em São Paulo (capítulo 4), mesmo que de modo breve, a abolição nos fins do século XIX trouxe um contingente de libertos negros e mestiços para a capital. Estes se dedicavam aos trabalhos mais pesados e aviltantes, sendo preteridos não apenas por sua falta de qualificação tecnológica, como alegam algumas teorias, mas sobretudo devido a crenças de inferioridade racial, que, na época, estavam em voga, colocando-os, assim, em um nível inferior na escala etnográfica (BEIGUELMAN, 1981; PINTO, 1994).

Tal herança se perpetuou nas relações de trabalho brasileiras, sendo que ainda hoje é possível precisar, com base em dados estatísticos, que negros e mestiços mais escuros têm menos oportunidade no mercado de trabalho, pois foram submetidos a um nível de escolaridade mais baixa, a menores salários e piores condições de vida (SCHWARCZ, 1997).

Traçando um paralelo entre as histórias de Eugênio e a dupla Nivaldo/Vagner, vê-se que, enquanto para os últimos a atividade de *chapa* ocupa senão o último, mas um dos últimos níveis na escala social, degradante mesmo para ambos, para Eugênio ela não se configura como a pior opção. Ao contrário, ela tem até a conotação positiva de “liberdade”. Nesse aspecto a hipótese B não é validada. Aliás, a palavra “liberdade” possui aqui muito significado, quando leva-se em conta que o Brasil é a última ex-colônia a abolir a escravidão no mundo, e que São Paulo foi uma cidade que se utilizou da mão-de-obra escrava até seus estertores, no auge da produção cafeeira.

Herdeiros diretos dos escravos, os trabalhadores pobres que constituem esse recorte identificam-se com uma exploração que, sabe-se, é histórica. Agravada por crises conjunturais, como se pode deixar claro neste trabalho, é, inegavelmente, histórica. Se se considera que ser *chapa* é para Vagner e Nivaldo quase uma escravidão - é conseguir apenas o que comer, por um dia e olhe lá -, para Eugênio, ser *chapa* é liberdade de uma escravidão ainda maior - a saber, a do campo, a da firma, a da opressão do chefe. É neste sentido que se deve entender o depoimento de Eugênio não como uma pura expressão de conformismo. Como foi dito no Capítulo 1, muitos apreciam a autonomia do trabalho informal, embora o que esteja por trás disso seja a dura realidade do desemprego.

Como Eugênio, há vários exemplos em que alguns deles até se orgulham da atividade, tentando dar um certo *glamour* para a profissão, caso do *chapa* Dionísio (Entrevista 10), de 43 anos, morador de terreno público do DER, que ele chama de chácara (provavelmente ele a chama assim por ter agricultura de subsistência no terreno), embaixo da

ponte da Traição, no Morumbi. Declara que tem profissão, de paisagista, para depois de alguma reticência retificar para jardineiro. Disse que não a exerce por achar injusto a remuneração que os (aí sim) paisagistas dão aos jardineiros, os que fazem verdadeiramente o trabalho. Após quinze anos trabalhando com isso, dos quais onze com carteira assinada, passou a ser *chapa*, sem revelar se fora despedido ou se desistiu por conta própria. Nas suas palavras, suas queixas se justificam:

Porque as empresas, os paisagistas que pegam trabalho não pagam o que a gente quer. Eles ganha 10 mil reais, e que pagar pra gente 20, 30 reais... (Dionísio, Entrevista 10).

O baiano de Vitória da Conquista, criado em São Paulo, não se faz de rogado ao igualar sua atividade de *chapa* a ocupações similares existentes nos Estados Unidos:

(*Chapa*) Significa uma pessoa que descarrega caminhão, leva um caminhão, chama *chapa*. Também é guia, em outros país não se chama guia, chama mensageiro, mensageiro é nos Estados Unidos. Aqui se chama guia. Cê pega um avião, tem um mensageiro dentro. Cê pega um ônibus, o motorista só sabe dirigir, tem que ter um mensageiro dentro (Dionísio, Entrevista 10).

Todas essas qualidades atribuídas à atividade são maneiras de tirar da marginalidade um trabalho visto como inferior. Da mesma forma, pode servir para resgatar os trabalhadores do campo obscuro da pobreza, tão freqüentemente confundida com criminalidade e delinqüência pelas autoridades. Ele tenta mostrar, no depoimento a seguir, que ser *chapa* exige determinada postura, como responsabilidade e honestidade:

O *chapa* tem uma responsabilidade pesada. Você pode pegar um motorista que tá com carro roubado, uma carga, e ser atacado por ladrão e ir pra delegacia e até cê não provar que não é também ladrão pode cair preso. Tem essa também. O problema de *chapa* tem esse tipo de detalhe (Dionísio, Entrevista 10).

Ao mesmo tempo, Dionísio resgata a importância que tem o *chapa* para o setor de transportes brasileiro, como fazer a carga chegar no lugar certo, pelas vias certas e em tempo hábil, o que demanda determinado conhecimento técnico: a movimentação na cidade pelos locais adequados, não atrasando a entrega, nem causando qualquer tipo de ônus ao motorista ou empresa, confirmando a Hipótese C. Isso corrobora com a constatação de que essa economia informal faz parte da própria lógica do processo de acumulação capitalista, e não se constitui a mera consequência de seus desajustes cíclicos, conforme visto no Capítulo 2.

Tem que pegar o cliente e levar no lugar certo, você não pode tá cortando volta com carro. Tem lugar que caminhão tal hora é proibido, você tem que avisar, senão o motorista leva uma multa. É carga alta, tem que ver onde vai passar, por que tem ponte onde a carga do cara não passa, se ele enganchar cê também pode ser admitido pela justiça. Que é culpa de você, que a partir da hora que cê entrou no carro você é o responsável, o motorista só vai levar. Então, tudo isso também tem. [...] É um serviço que cê tá trabalhando, você tá ajudando o público, entendeu? E você também tá tirando a sua parte, e você não passa nervoso, não passa raiva, não passa desacerto (Dionísio, Entrevista 10).

Ao que parece, seus argumentos são uma forma não só de legitimar a atividade como também de elevá-la à categoria de prestação de serviços, categoria esta que se adequaria muito bem ao trabalho de *chapa*, caso fosse levado à formalidade. Porém, com Dionísio, assim como ocorreu com Eugênio, novamente a informalidade se apresenta melhor que o trabalho em empresas onde se é submetido à pressão do chefe (incompetente, que não trabalha, só manda), a um controle rígido que solapa a autonomia, a uma responsabilidade não compatível com os ganhos:

A vantagem é que cê trabalha e você manda em você, ninguém manda em você. [...] Olha... pra mim, a vantagem que eu acho, em empresa você tem muita responsabilidade, e muito pouco dinheiro. E de *chapa* não, você mesmo manda no seu bolso. Na empresa [...] sempre aquele que não trabalha é o que ganha mais (Dionísio, Entrevista 10).

Dionísio ainda distingue dois tipos de empresa: as micro e as de grande porte, sendo estas últimas ainda piores, na sua opinião, pelo fato de não haver contato direto com o proprietário, inibindo uma participação maior nos lucros ou uma pressão sobre o patrão desonesto, relegando o funcionário a uma situação ainda mais aviltante.

Enquanto é micro-empresa você tem direito de falar com ele (o proprietário), mas quando passa a multi-empresa você já não fala mais, ele passa por você e não te conhece mais. [...] Não pago mais INSS. Não tem desvantagem nenhuma. [...] Dentro de uma empresa, ou multi-empresa... o patrão só dá valor em você quando ele é microempresa, que ele chega pra você e conversa, senta na mesa e conversa. Ele compra um carro novo amanhã, você pede um aumento e ele diz: “Olha, deixa as coisas melhorar”. O filho dele casa, dá outro carro pro cara, que não trabalhou, não fez nada, você que tá lá debaixo carregando peso, “Olha meu, deu um problema da empresa, aí, a empresa tá quase falindo”, a história é essa. Quando eles vê que os funcionários tá com muito tempo de casa para ele não pagar os direitos, vê que o negócio ta feio, ele pega a empresa passa no nome de uma outra pessoa, da família dele, e a empresa continua a mesma coisa, entendeu? (Dionísio, Entrevista 10).

A discussão sobre a informalidade contida no Capítulo 2, especificamente o conceito derivado do senso comum, proposto por Noronha (2003), distingue dois princípios gerais na linha divisória entre o justo e o injusto: no primeiro caso o trabalhador não tem direitos iguais a outros empregados da mesma empresa em postos similares e, no segundo, o trabalhador percebe que ganhos extras dos empregadores são obtidos pela restrição de direitos. Este último princípio pode ser encontrado na entrevista de Dionísio quando se refere ao microempresário que compra carro para ele e para seu filho, a despeito de sustentar que a firma está falindo, como justificativa para não dar aumento ao empregado, o que corrobora com a tese de Noronha (2003).

Para Antônio, morador do bairro Cachoeirinha, quarenta e oito anos, também há vantagem no pagamento por empreitada e não vê qualquer desvantagem em trabalhar como *chapa*. Tendo cursado a 4ª série do ensino fundamental, vindo de Feira de Santana, Bahia, ainda criança, com oito anos de idade, e passado por inúmeros empregos (cobrador de ônibus, metalurgia, segurança), ele se encaixa no perfil da maioria dos *chapas* entrevistados: baixa qualificação, migrante, desempregado. Trabalhando como *chapa* por dez anos, tendo quase isso de carteira assinada, só teve como opção o que ele chama de "trabalho braçal":

A gente nunca tá duro. Sempre ganha um dinheirinho, melhor que ficar sem fazer nada, né? Não vejo desvantagem nenhuma, não. Pago INPS (Antônio, Entrevista 04).

O futuro? Demora para responder, olha para o nada e lança outra pergunta, na ausência de resposta para o dia seguinte:

Fazer nada, né? Fazer o que depois de velho? Não acha serviço nem agora, minha idade, 48 anos, não acha mais serviço. A casa, já tenho (Antônio, Entrevista 04).

5.4.2.3 O "GATO"

Gato é o nome dado para o profissional autônomo ou micro-empresário que atua no mercado de trabalho como contratante de mão-de-obra. Não consta como atividade formal na CBO do MET, muito embora seja reconhecido como existente em ações oficiais que tentam

coibir o aliciamento de mão-de-obra e o trabalho escravo no Brasil, como no exemplo a seguir:

Um recurso muito utilizado pelos empregadores para fugir de suas obrigações é a contratação de pessoas jurídicas cujos donos são "gatos" (contratadores de mão-de-obra a serviço de fazendeiros). Quando chega a fiscalização do trabalho, o fazendeiro tenta alegar que não tem nada a ver com aqueles trabalhadores, pois eles estão sob responsabilidade da empresa do "gato" - muitas vezes aberta pelo próprio fazendeiro para terceirizar as suas responsabilidades trabalhistas. Esse argumento não tem sido aceito pelos grupos móveis de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Repórter Brasil, 2007).

Conhecido também em outros contextos, sobretudo no rural, como aliciador de escravos, o *Gato* atua de maneira muitas vezes desonesta, arregimentando trabalhadores e remunerando-os de maneira irrisória ou simplesmente não os remunerando, ficando com maior parte do dinheiro. Neste caso a informalidade só se configura como positiva na medida em que a submissão a um *Gato* é desvantajosa.

No contexto urbano, o *Gato* muitas vezes se organiza em empresas de terceirização de mão-de-obra, onde atua com baixo investimento, estando alocado simultaneamente na gestão e produção direta, como já foi dito no Capítulo 1. É interessante que em uma simples pesquisa na Internet, no *site* de busca *Google*, por exemplo, possa constar a palavra-chave "gato" indicada em um *link* para o site de uma empresa de terceirização de mão-de-obra - com o detalhe de que, nas páginas desse site, o termo "gato"¹ não aparece, mas sim palavras como "aumente seu lucro", "elimine as ações trabalhistas", "aumente sua produtividade", "pulverize a ação sindical", enfim, "terceirize". Sob o véu da legalidade (*Inside*–serviços especializados), há toda uma propaganda que esconde a exploração real desse tipo de trabalho.

Uma intermediação desse cunho é muito mal-vista pelos *chapas* entrevistados, alegando exploração de seu trabalho com remuneração injusta:

Tem o pessoal da cooperativa, tem um colega que trabalha lá, é mais pro *Gato* que pra gente aqui. E ele que pega o serviço, igual já vi muitas vezes, **a pessoa trabalha que nem escravo** e chega no fim de tarde não tem nada pra receber. Aqui nós não temos *Gato*, é nas empresas. No atacadão, Macro, Carrefour, no Brás também. Mas aqui a gente, o caminhão, se for entrega nestes locais, a gente só vai levar o motorista lá, porque lá dentro já tem o *Gato* que faz o serviço pro motorista. Ele cobra o mesmo preço, mas o cara que trabalha pra ele recebe menos. Dependendo do serviço, o *Gato* cobra 200 põe 4 ou 5 cara pra descarregar uma carreta dessa e vai pagar 15, 20 conto pra cada um. O restante é tudo dele (Ademir, Entrevista 02, grifos nossos).

¹ O *link* se dá provavelmente pelo uso de estratégias de busca com palavra oculta.

Percebe-se que o *Gato* já tem seu espaço delimitado dentro de determinadas instituições formais/legais, atuando *pari passu* com elas, ainda que atuando na ilegalidade. Para Ademir, *Gato* é sinônimo de exploração, trabalho escravo e concorrência desleal, visto que os *chapas* sem vínculo com tais empresas, sejam elas legais ou não, não podem atuar em seu território.

Esse ponto de vista é partilhado por Air Gomes Pinto (Entrevista 11) da CATCD. Pode-se ver abaixo sua descrição dos cooperados e a preocupação subjacente em seu discurso em proteger-se da identificação com empresas ilícitas que exploram a mão-de-obra, as quais identifica pelo termo jocoso de *coopergato*:

Muitos dos que vêm para a cooperativa, vêm de uma cultura celetista, de uma relação de trabalho celetista. O trabalhador se associa a um negócio, tem que entender o que é cooperativa. Por isso tem um preparo. Todos passam antes por uma palestra de 6 horas. São todos autônomos. A gente está aqui há dez anos! Porque tem muita "coopergato" por aí, quando a gente fica sabendo a gente denuncia.

Ele é concorrente desleal, não paga imposto, não paga INSS. Se aparece o "coopergato" a gente vira "gato" e entra em falência. Eles explora (sic) a mão-de-obra do trabalhador, nós não (Air Gomes Pinto, CATCD, Entrevista 11).

Essas instituições não representam o trabalhador, e não defendem seus direitos. Ao contrário, apenas exploram a farta mão-de-obra barata, sendo alvo de grande resistência dos *chapas* que, como os entrevistados, preferem ficar em vias públicas em busca do trabalho, muitas vezes incerto, mas de melhor remuneração. Aliás, a única vantagem que se deduz haver na intermediação do *Gato* é o trabalho garantido. No contato direto com as empresas, o *Gato* tem acesso a um maior número de solicitações, garantindo um fluxo contínuo de empreitadas. Porém, fica com a maior parte do pagamento, o que não se mostra atraente para muitos *chapas*.

O baiano Alexandre (Entrevista 03), *chapa* de sessenta e oito anos, morador do bairro do Jaraguá, cursou apenas até 4ª série. Chegou em São Paulo em 1954, ano do IV Centenário da cidade, que estava mergulhada em festejos e comemorava a pujança de ser um dos maiores pólos industriais da América Latina. Tendo trabalhado como impressor de anilina na *Brasipel* e depois no departamento de água e esgotos, diz que só teve carteira assinada por dois anos. O desemprego o levou à informalidade e a exercer atividades variadas como peixeiro, puxador de carroça na rua, ou, como ele diz, "fiz de tudo". Em sua luta contínua pela sobrevivência, acabou como *chapa*.

O caso de Alexandre difere de outros porque ele exerce simultaneamente a função de *chapa* e de funcionário público:

Acabei ficando como *chapa* porque todo dia pega um dinheiro e tal e ... eu tenho outro emprego também, né? Mas não posso ficar falando. Por exemplo, na minha idade, se eu não tivesse emprego não arrumaria mais, né? E a gente acostuma a pegar dinheiro todo o dia na mão, habitua. É tudo quanto é preço, é 60, 80, 100 reais num dia (Alexandre, Entrevista 03).

De tal declaração deduz-se que, mesmo com quase setenta anos, e uma vida dura de trabalhos pesados, Alexandre continua trabalhando como *chapa* porque seus rendimentos no trabalho formal são reduzidos, o que pode ser por causa de sua baixa qualificação. Ele não deixa claro se já está aposentado, mas diz que muitas vezes a jornada de trabalho como *chapa* dura todo o dia, o que nos faz deduzir que não deve cumprir expediente diariamente neste outro emprego que declara ter.

De qualquer forma, Alexandre, como outros, não vê com bons olhos a atuação do *Gato* e declara que não trabalha "nesse esquema". Quando perguntamos se a categoria tem alguma representação, como sindicato, todos negam conhecer instituições do tipo e, imediatamente, referem-se a "cooperativas" ou "micro-empresas", ou ainda diretamente a *Gatos*, provavelmente porque é a única "representação" coletiva que conhecem em uma atividade que, apesar de prevista pela lei, é encontrada em grande número na informalidade:

Não tem sindicato, tem cooperativa, é apelidado de Gato. Que é uma pessoa que pega o serviço acima, e paga uma mixaria pro cara, dá, vamos supor, dá 20 reais por dia, o cara trabalha o dia inteiro e ele come o dinheiro sozinho. Nós não trabalha nesse esquema (Alexandre, Entrevista 03).

Não, eu conheço algumas mas é que trabalha direto com firmas. Um microempresário que contrata um pessoal e aí as firmas ligam pra esta pessoa – que eles têm telefone, têm funcionário, têm secretário, internet – mas nós não trabalha com eles, por que paga muito pouco. Tem cooperativa em Barueri, na Barra Funda, São Bernardo, mas é uma cooperativa que eles contrata um pessoal que ganha um “x”, na média de 15, 20 conto por dia, e eles ficam o dia todinho. Na verdade os caras que contrata ganha por cabeça, ele mesmo não ganha dinheiro. Eu prefiro aqui porque aqui aparece o cara: “quanto cê quer? 40 conto, 50 conto?” Se der pra mim ir eu vou, se não der, eu digo “eu não vou não”. Ou eles pagam o que eu quero ou eu pego outro que tiver (Jurandir, Entrevista 08).

Tem cooperativa em Santo Amaro, o Socorro, ih!, tem muitas. Mas não é bom trabalhar em cooperativa, não! Cê trabalha demais e... ganha menos (João, Entrevista 09).

Dessa forma, o mercado de trabalho se desenvolve dando espaço para o surgimento destas organizações auto-centradas, que se assemelham a cooperativas, mas que estão fora da legalidade, como ocorre com os *chapas*. Outra característica é a intermediação de determinados agentes, como os *gatos*, e a ausência de sindicatos:

Existe aqui dentro (aponta para a Favela), um pessoal que vem pegar a gente aqui, mas só quer ganhar a metade em cima da gente, a gente prefere às vezes não ir, a gente ignora, entendeu? Mas tem o risco de não ter trabalho. Não tem sindicato, o sindicato nem olha por nós (Vagner, Entrevista 06).

A empresa dos *Gatos* muitas vezes acaba tendo uma estrutura complexa, cujos gastos devem ser cobertos pela exploração da mão-de-obra barata, com total anuência do contratante, nem sempre fácil de ser fiscalizado, pois esconde-se sob a legalidade de cooperativas e micro-empresas.

5.4.2.4 O PONTO

Nesta categoria discutem-se argumentos que também validam a Hipótese A, na medida em que trazem uma reflexão sobre a informalidade dos *chapas*, e a Hipótese B, enquanto qualidade do local de atuação dos *chapas*.

Falando em *Gato* acabou-se tocando em outra questão: a organização no “ponto”, ou seja, o lugar em que os *chapas* se reúnem para esperar trabalho. A principal característica dos Pontos de *chapa*, que ficam nas marginais dos rios Tietê e Pinheiros, é a sua organização, que geralmente é comunitária, coletiva e horizontal:

Organização... Não, quem organiza é a gente mesmo, o pessoal já conhece a gente, a gente já tem aquela experiência, o pessoal já conhece a gente. A maioria das vezes já me liga do sul, do interior de São Paulo. Quando não tenho nada agendado, pego o que aparecer. Muitas vezes pego gente que não conheço. Não conheço sindicato, cooperativa (Eugênio, Entrevista 01).

De forma muito democrática, antigos e novos adeptos obedecem todos à mesma lei: a ordem de chegada. Diferentemente da empresa, o clima é de descontração, de união e respeito.

Aqui nós trabalhamos em cinco, né? O que chega primeiro sai. Agora os que já estão com serviço certo é chegar e esperar o freguês dele, já tem os serviço

marcado. Pra mim acho divertido, é diferente do trabalho na firma, aqui nós trabalhamos em 5 e não tem briga, não tem nada, cada um que chega fica na fila pra trabalhar. É divertido (Ademir, Entrevista 02).

Essa aparente desorganização guarda uma lógica própria, com alguns interditos e regras que preservam o espaço comum a todos e garantem a freguesia cativa. Os trabalhadores preocupam-se em se distinguir dos criminosos e tentam evitar a presença de alcoólatras, diminuindo a possibilidade de confusões, brigas ou desentendimentos. Tentam preservar o que Alexandre descreveu como um ambiente familiar, dando o exemplo do *chapa* mais novo naquela turma, hoje com 36 anos, mas desde os 16 trabalhando ali:

Aqui somos em dez pessoas, mas nós não deixa qualquer tipo de gente encostar aqui também, por que tem *chapa* que é problema também, nós é guia, trabalhamos em 10 pessoas, quem quer beber sua bebida bebe depois do serviço, antes do serviço não bebe pra não dar problema. Esse aí começou com 16 anos, tá com 36 e é o mais novo que está aqui (Alexandre, Entrevista 03).

O tema da marginalidade é recorrente, com a renitente precaução de não ser confundido com criminosos, reivindicando a dignidade de ser trabalhador. Pobre, mas honesto, como se pode ver neste depoimento:

A organização é o seguinte, não tem organização, a gente trabalha unido, às vezes a gente tem algum cliente que só pega uma pessoa. Por que tem *chapa* também que puxa ladrão pra motorista. Ali na Castelo Branco, na Dutra. Ali tem, ele sai da cadeia hoje, amanhã já é *chapa*. Por que não acha mais emprego, ele se entrega, ele cai na pista como *chapa*, ele não é *chapa*, ele é um trapaça, ele pega o caminhão, pega o celular, já liga pro vagabundo que já ta esperando... tem isso tipo de coisa (Dionísio, Entrevista 10).

Nós paga INPS por conta, mas organização é só nós mesmo aqui. Não deixa chegar ninguém aqui, só nós mesmo que tem muito tempo. Nosso sindicato é nós mesmo, não tem cooperativa (Antônio, Entrevista 04).

Muito embora existam alguns pontos com uma tácita hierarquia, ainda que bastante diversa daquela da empresa e bem mais frágil, pode ser quebrada a qualquer momento por algum indivíduo mais autoritário. Existe mesmo a presença de um tipo de agenciador que não é o *Gato*, mas simplesmente o que acumula mais conhecimento ou tempo de serviço no local, um “chefe” do ponto, para o qual há mais privilégios e do qual emana o poder sobre as regras a serem seguidas. Não se pode esquecer que é um ambiente que comporta, não raras vezes,

peessoas de um passado de violência e, certamente, isso também é levado em conta pelos *chapas*. Ou seja, a idéia é a de que ninguém provoque confusão:

Aqui é por ordem de chegada. Quem chegar primeiro sai, se não quiser passa para quem chegou depois. Nesse daqui pode ficar qualquer um, mas tem outros pontos por aí que o pessoal não deixa, né? A pessoa chegou primeiro ele já é o dono do ponto, ele fala, bem dizer.

Nesse ponto não tem, mas tem lugar que tem. Na Granero, na Três Gerações. Na Marginal é diferente, aqui é mais desorganizado, não tem aquela organização, sabe? Quem chegar primeiro sai, se quiser sair (Nivaldo, Entrevista 05).

Mas, no geral, como já visto, nas vias públicas, como as marginais dos rios Tietê e Pinheiros, o que predomina é a ausência de hierarquia e de autoridade central:

Aqui o ponto de *chapa* é o seguinte, quem chega primeiro sai primeiro, quando ele não quer sair passa a vez pro outro que tá na vez (Jurandir, Entrevista 08).

Não tem dono esse ponto. É ser unido todo mundo. Outros pode vir, sabendo trabalhar, porque, eu mesmo, da minha parte... porque a gente não é dono da Marginal, né?, não comprou isso aí, não sou o DER. [...] Você é unido com a turma, né? O primeiro que chega, quem já tá aqui vai (João, Entrevista 09).

A idéia de que estão todos na mesma situação os faz mais unidos, projetando essa condição conquistada em um presente melhor. O vínculo empregatício seria, neste caso, vantajoso, pois daria alguma garantia futura, por exemplo, como a aposentadoria, desde que se preservasse tal estrutura organizacional:

Sai o que chega primeiro, o que tá na frente sai. Não tem briga, que aqui a gente tenta sempre respeitar um ao outro, entendeu? Todo mundo no mesmo barco. Nós temos amizade muito forte, aqui. É diferente de trabalhar na firma, não tem horário, acabou vai embora, na firma ali cê tá 8, 12 horas de serviço. Mas uma firma seria melhor, teria um INSS pago, amanhã ou depois você poderia estar aposentado, né, mana? Mas aqui, o que pode acontecer com nós, do que jeito que nós vai aqui? (Vagner, Entrevista 06).

As políticas atuais do governo, porém, não coincidem com as perspectivas dos trabalhadores que entrevistamos. A tendência à flexibilização das normas trabalhistas é inequívoca no contexto neoliberal, e serve de atrativo a investimentos que contam com essa

mão-de-obra ainda mais abundante e barata, ao invés de absorvê-la com responsabilidade social.

Como foi visto no Capítulo 1, o que Beck (1999) chama de “capitalismo sem trabalho”, onde os investimentos do sistema produtivo migram para os do setor financeiro, diminuem sobremaneira os postos de trabalho, sobretudo aqueles com cobertura previdenciária. Somado a outros fatores que caracterizam o cenário específico da América Latina, tais como a falta de políticas econômicas e tecnológicas que estimulem a reestruturação do parque produtivo, a exigência de um novo tipo de mão-de-obra, capacitada em termos tecnológicos, a concentração de renda e a modernização da economia urbana, assim como o crescimento do setor de serviços, só fizeram aumentar e diversificar as atividades do setor informal.

Os anseios de Vagner quanto a um emprego que lhe garanta os direitos trabalhistas, previstos na atual legislação, parecem não encontrar eco nos planos de modernização no contexto neoliberal. Pois os grandes investidores jogam com as condições favoráveis, apresentadas pela retração da ação do Estado, pelo livre fluxo de capitais, desemprego, baixos salários, privatizações, reengenharias, flexibilizações, megafusões e o conseqüente enfraquecimento do poder dos sindicatos (SEVCENKO, 2001).

O que Pastore (2004) chamou de “Simples Trabalhista”, de acordo com o que fora visto no Capítulo 2, ou seja, a flexibilização da legislação com vistas à abertura para a negociação de contratos diferenciados pelas partes envolvidas, nem sempre pode ser vantajoso para o trabalhador, pois ele estaria em condições diferenciadas dos trabalhadores formais. Logo, o autor defende que os que se encontram “incluídos” abram mão de parte dos direitos, em busca de soluções que busquem a equidade e absorvam esses trabalhadores.

São incontestavelmente pertinentes as observações de Pastore (2004), que abre um debate para a busca de soluções em um contexto de não pouca complexidade, como se vê. Porém, é forçoso reconhecer que a discussão é polêmica e que se coloca dentro do espectro de justo/injusto, norteando a opinião pública, que vê na carteira assinada e na garantia de direitos trabalhistas a manutenção de conquistas históricas. Conquistas estas que foram tidas como muito pequenas frente às reivindicações feitas pelos anarquistas na Velha República, por exemplo, que exigiam muito mais que a legislação trabalhista de Lindolfo Collor de Melo e de Getúlio Vargas concedeu. E, tendo em vista os lucros astronômicos e sem precedentes que as grandes corporações têm alcançado no contexto do neoliberalismo (SEVCENKO, 2001), ficam realmente colocadas em questão as propostas de Pastore (2004) sobre a flexibilização:

afinal, até que ponto o trabalhador deve ceder, já que, cada vez mais, garante ganhos sem iguais para as empresas?

Nestas condições, dificilmente a tendência aponta para uma regularização de tais atividades informais, seja no setor de carga e descarga, seja em setores outros, que requerem, inclusive, maior qualificação, estando generalizada a flexibilização dos contratos trabalhistas em várias instâncias do mercado de trabalho.

No entanto, a integração da economia brasileira ao processo de globalização e a estabilidade dos preços, conquistados no início dos anos 1990, não foram suficientes para garantir a melhoria sustentada do bem-estar social. [...] O trabalho informal ganha importância e é cada vez menor o percentual de trabalhadores que contribui para o instituto de previdência social e que possui carteira assinada. O sistema produtivo não vem demandando trabalho assalariado suficiente para fornecer ocupações estáveis em período integral para todos, indicando a expansão do desemprego estrutural, caracterizado pelo crescimento de ocupações temporárias e empregos com vínculos contratuais instáveis, a expansão da terceirização e a redução das jornadas diárias de trabalho. No âmbito empresarial, apesar de muitas firmas terem voltado a contratar no ano de 2000 e o desemprego ter diminuído, o Brasil continuou apresentando uma séria dificuldade na criação de empregos com um mínimo de proteção social. No período de junho de 1999 a junho de 2000, cerca de 822 mil postos de trabalho foram criados nas regiões metropolitanas, porém apenas 62 mil correspondiam ao mercado formal (CAMARGO, 2006:16).

O cidadão fica entregue à própria sorte: quem tem menos condições de acesso a serviços de saúde, educação e moradia vive em um contexto de instabilidade social, gerada por inúmeros fatores, dentre eles o de desemprego, ficando impedido de qualquer tipo de promoção social, ou seja, trata-se de um indivíduo "punido" pela própria exclusão (SEVCENKO, 2001).

Dessa forma, há um rastro de miséria a seus descendentes, fator que o *chapa* Vagner mostrou ter consciência ao falar de sua filha. Enquanto as elites locais atraem as grandes corporações oferecendo a força de trabalho da população e os recursos naturais do território, não raro aplicando métodos predatórios de exploração, a informalidade segue aumentando ao lado da exploração do trabalho infantil, da criminalidade e violência em geral, em uma população crescentemente desassistida (SEVCENKO, 2001).

A circulação de mercadorias é uma fase do processo produtivo mais extenso, que inclui tais conglomerados, que, de maneira favorável a seus interesses, encontram no outro extremo da cadeia produtiva o *chapa*, que desempenha um papel ativo e essencial. No entanto, como se verifica neste trabalho, estão absolutamente deixados à margem, embora sua força de trabalho seja parte essencial na manutenção do crescimento do país:

A gente fica no lugar, senta e espera. Aqui não tem dono, a gente não paga imposto. A gente tem uma turma pra trabalhar, todo dia tá aí, mas é cada um por si. Não tem direito a nada, fez aquele serviço ali, e recebeu, tchau e bença (Jaime, Entrevista 07).

Mesmo em tentativas de tornar mais viável o ambiente de trabalho, freqüentemente insalubre, encontram resistência oficial ao invés de proteção do Estado.

Quando tá chovendo a gente traz guarda-chuva, tem que arrumar um lugar embaixo de um lugar, da árvore. A gente tentamos fazer (cobertura com lona) mas a prefeitura vem e não deixa, porque vai passar num sei quem, que não pode fazer (Jaime, Entrevista 07).

As relações são mantidas, portanto, na base da confiança, não havendo nenhum respaldo ou ação institucional, qualquer tipo de representação oficial ou organização complexa que permitisse uma rede mais estável de clientes:

No ponto de *chapa* você tem que ter conhecimento com um monte de motorista que tem, e sempre estar trabalhando. A relação entre nós é boa (Antônio, Entrevista 04).

5.4.2.5 JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

O que se pretende aqui é discutir argumentos que contribuam para a validação ou não da Hipótese B, ao considerar as causas da informalidade do trabalho do *chapa*, no que diz respeito a renda mensal e a jornada de trabalho dos entrevistados.

Já foi visto reiteradamente neste e no Capítulo 2 que a informalidade agrega vantagens em relação à remuneração, a partir do momento que apresenta ganhos superiores àqueles que são exercícios em atividades iguais ou similares no setor formal. No caso específico dos *chapas*, os ganhos são muito variáveis, tomando, como referência, o espaço amostral desta pesquisa.

Pesquisa feita em *sites* demonstra que há agências de empregos que oferecem, para ajudante de caminhão, com jornada de trabalho de 6 a 8 horas, cerca de R\$ 500,00, além de exigirem experiência prévia e no mínimo ensino básico completo. Considerando os descontos inerentes, o salário livre fica em torno de R\$ 400,00, demonstrando que, de fato, quanto à renda, esta é mais favorável para esse trabalhador informal.

Na entrevista de Air Gomes Pinto (Entrevista 11), a resposta dada à pergunta sobre quanto ganha um cooperado, obteve-se a seguinte resposta, que ilustra a variação de salário dos cooperativados:

Tem um Conselho Gestor. Em Assembléia é determinado um repasse mínimo aos cooperados, há um contrato, são tiradas as despesas. Ele começa a ganhar por produção, não tem um fixo. No fim do ano, com o fechamento do faturamento é feita a apuração, o fechamento do exercício e há distribuição do lucro. Tentamos repassar sempre o máximo possível.

Depende também de cada cliente e tipo de contrato que fazemos. Pode ser por veículo, tonelagem, peça, varia. Não existe um ganho fixo por dia, pois também depende do empenho do trabalhador. Ele pode pegar um caminhão de fraldas, que é carga leve, e descarregar até 10 horas da manhã e ficar livre. Aí ele liga para cá e indicamos outro serviço, por exemplo. Mas aí depende dele, se for uma pessoa.... entende? Tem aqueles que ganham então 30 reais, é pouco, é difícil, e tem o que consegue até 250 reais num dia, vai de cada um. A gente procura não forçar nada, isso na palestra que tem no início é falado, eles são autônomos, não podemos forçar... mas se for esforçado, tira mais (Air Gomes da Silva, CATCD, Entrevista 11).

No trabalho dos *chapas*, entre as variáveis que determinam os ganhos estão a jornada de trabalho, igualmente variável, o tempo de experiência na atividade, o número de clientes fixos – que aumenta com o tempo de experiência - o tipo de trabalho que aparece no dia, o tempo de presença no ponto e a sorte.

Quanto à jornada de trabalho, apesar de instável, varia entre 10 a 12 horas, em média, e é superior à carga horária da formalidade, confirmando as pesquisas citadas no capítulo 2:

De 5, 6, às vezes 8, não tem um limite certo (Eugênio, entrevista 01).

Depende do trabalho, mas por dia assim 8 a 9 horas, mas pega trabalho de três dias às vezes. É trabalho próprio mesmo, já trabalhei para *Gato*, agora não (Ademir, Entrevista 02).

O dia inteiro, varia com o serviço (Alexandre, Entrevista 03).

12, 13 horas (Antônio, Entrevista 04).

Chega a 8 a 12 horas por dia (Vagner, Entrevista 06).

Varia muito, a gente não sabe que horas sai daqui, vai até meia-noite, 10, 12,15 horas por dia (Jaime, Entrevista 07).

Vou falar pro cê, umas 13 horas (João, Entrevista 09).

Além das horas trabalhadas, propriamente ditas, ainda há o tempo gasto com o transporte da residência ao local de ponto, e o tempo de espera para aparecer o contratante. Também é possível pegar duas empreitadas no mesmo dia, estendendo ainda mais o tempo de trabalho diário:

Aí varia, por que pode ser 2 horas ou pode ser o dia inteiro, dois dias direto, depende, é variável, né? Dá mais de 8 horas por dia, da hora que a gente tá aqui já tá contando o tempo, 3 horas, 4 e meia da manhã...(Nivaldo, Entrevista 05).

1.000 a 1.200 reais por mês. Por dia às vezes dá 50, 60, 100.

Gasto muito com condução, pego metrô, ônibus, moro em Osasco. Tem os que já pagam a alimentação. Por dia vai na faixa de uns 15 a 20 reais (Eugênio, entrevista 01).

Chapa não tem hora. Eu não trabalho pra descarregar, eu só levo. Se eu pego um carro aqui eu vou levar pra Jundiaí, pra Campinas, não vou saber a hora que eu vou chegar. Porque se eu pego duas leva por dia, ou três, tem vez que eu chego em casa 10 horas, 11 horas, às vezes eu amanheço a noite. Ou às vezes pode passar até à noite, dependendo do lugar (Dionísio, Entrevista 10).

Aí varia. É o seguinte. A gente chega aqui quatro horas da manhã, quatro e meia mais ou menos, e de repente pega um serviço e de repente cê trabalha 3, 4 horas, termina de descarregar o caminhão, cê quer voltar pra casa, cê volta, vai dormir e no outro dia vem de novo. Não tem horário marcado não. Tem dia que cê pode trabalhar até 10 horas da noite. Que nem eu, tenho um conhecimento com o pessoal, eles me ligam em casa, tenho telefone em casa, eu pego eles, eles marcam o lugar mais fácil d'eu encontrar com eles, aí eu vou lá, faço entrega aqui em São Paulo, vou pro interior, Campinas...

Mas a maior parte das vezes é o dia todo, mas não é todos os dias não. Às vezes eu vou pra Campinas, o caminhão vai pro outro lado, aí eu tenho que tomar um ônibus pra chegar em São Paulo, outro até em casa, às vezes eu chego meia-noite, 11 horas, 11 e meia, aí varia...(Jurandir, Entrevista 08).

A rede de relações e conhecimento a qual Jurandir faz referência, é essencial para se manter um fluxo de trabalho, garantindo ganhos mais substanciais. Ele consegue, segundo

suas declarações, cerca de 800 reais ao mês, valor superior ao salário mínimo cujo piso nacional atual é de 380 reais. Jurandir tem baixa escolaridade, o suficiente para preencher "fichas" de candidato a emprego, como disse. Portanto, é muito difícil que consiga um emprego com carteira assinada, que possa lhe dar uma remuneração maior daquela que possui como *chapa*.

O caso de Dionísio é ainda mais emblemático. Ele não descarrega, só atua como *chapa*-guia e tira até 200 reais ao dia, descontados os gastos com condução e alimentação, tendo apenas a segunda série do ensino fundamental. Ou ainda Eugênio, cujos rendimentos chegam a 1200 reais ao mês. São ganhos realmente muito vantajosos para quem se encontra nessa condição social e nível de formação, mesmo se levando em conta a carga-horária que é cumprida.

Essa relação é vista num contexto onde a formalidade não oferece as mesmas condições de ganhos diários. Se levarmos em conta os direitos referentes às férias remuneradas, Descanso Semanal Remunerado (DSR), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), 13º salário, além dos direitos previdenciários, os ganhos, nesse caso, equiparam-se, ficando em ligeira vantagem o trabalho informal. Esse resultado é positivo para o trabalho informal ao menos no que diz respeito aos ganhos mensais, desconsiderando-se a aposentadoria. Ou seja, frente às condições de qualificação dos *chapas* entrevistados, a informalidade fica em vantagem:

A pessoa vai trabalhar numa firma vai ganhar 600 prá baixo, aqui tira muito mais do que isso, tira o dobro. Eu como tenho outro emprego não venho aqui muito cedo, então minha renda já é outra. Mas aqueles que chega quatro e meia da manhã aqui, às vezes faz um serviço de manhã cedo, faz outro à tarde. Numa semana, ganhando 100 por dia, sai 500 pau na semana. Que firma vai pagar isso aí? Às vezes você faz um serviço por 40, às vezes 30, vai levar uma camarada em Suzano ou outro lugar. Na base de 60 por dia. Não pago condução, que tenho mais de 65 anos. O almoço é nosso, uns 5,00, às vezes paga um pouco mais (Alexandre, Entrevista 03).

Aí varia. Segunda-feira tinha duas entregas em São Paulo, fui pra Taubaté, fui pra Campos de Jordão, fiquei em Jacareí, tomei o ônibus e vim embora, ganhei 80 conto. Tem dia que pode ganhar 100 conto, tem dia que sai 80. Por mês tira uma faixa de 700 a 800 conto por mês.

Aí varia. Eu quero comer filé com fritas, não quero comer picadinho não, só como carne de filé, só como coisa que eu gosto. Eu ganho razoavelmente bem, não tenho despesa em casa, dá pra mim comer. Mais ou menos uma faixa de 20 a 30 conto por dia, com a condução (Jurandir, Entrevista 08).

Isso não quer dizer, porém, que a flexibilização, com a diminuição dos encargos trabalhistas para os empregadores, seja uma boa saída a longo prazo. Para os trabalhadores, isso implicaria um baixo nivelamento do salário geral, diminuindo os ganhos dos trabalhadores do mercado formal, porém não dando a contrapartida de melhoria efetiva ao trabalhador, hoje na informalidade, que queira legalizar a sua atividade.

Quando existem clientes fixos, tais ganhos podem ser mais seguros e menos variáveis, como no caso de Ademir, que trabalha com empreitadas encomendadas, ou de Jurandir, cujos clientes o contatam por telefone.

Ganha por dia o combinado, certo? Tem um pessoal que trabalha que é do interior, que paga 70 por dia e o almoço. Tem os de Santa Catarina que paga 100 por dia e o almoço. Então dependendo do serviço que você vai fazer. Por mês dá para tirar, se o serviço estiver bom, dá para tirar na faixa de uns 800 no mês. Não gasto com almoço. A condução eu gasto de manhã e à tarde, uns 5 reais (Ademir, Entrevista 02).

Quando não se tem clientes fixos, é preciso contar com a sorte que nem sempre é favorável, podendo ter dias sem trabalho, o que resulta na falta de remuneração, mas não na ausência de gastos, como alimentação e transporte. E, mesmo quando aparece trabalho, nem sempre os ganhos são tão altos, pois as despesas ficam por conta do próprio *chapa*:

50, 60, 70, 80... depende do combinado.

Gasta , ô!! Toma café, almoça, janta, isso eles não pagam. Não pagam a condução também. Por dia nós não tem salário certo, tem dia que ganha 70, 80, tem dia que não ganha nada. Sai uns dez reais por dia, ônibus e almoço (Antônio, Entrevista 04).

De 30 a 50 reais, dependem, tem dia que não dá nada.

Depende pra onde cê vai, 5,80. Às vezes nem almoça. Difícil eles pagar, geralmente paga o cafezinho, mas nem sempre. Alguns descontam (Nivaldo, Entrevista 05).

Às vezes uns paga, outros não paga almoço, então a gente já vem com o dinheiro. A condução, o almoço, o cigarro, às vezes um lanche. Na faixa de uns 15 a 20 real por dia a gente gasta (Jaime, Entrevista 07).

De modo geral, porém, os ganhos são bastante variáveis, como a maioria declara:

Não tem lógica não. Se eu quiser arrumar 20 conto, 30 conto, eu posso ir embora pra casa. Pra descarregar depende o que eu cobro, de 40 a 50.

Gasto a condução eles pagam o almoço. Dependendo do lugar que nós tamo, em São Bernardo vai gastar uns 6, 7 reais. Aqui é duas condução, 5 reais (João, Entrevista 09).

Não tem base. Tem dia que cê pode ganhar até 150, 200. Tem dia que cê ganha 30, tem dia que ganha 20. Almoço não tem nem base, o próprio cliente. Mas a faixa é de 9 reais por dia, Aqui mesmo, 5 reais. Almoço e condução vou gastar uns 15 contos por dia (Dionísio, Entrevista 10).

5.4.2.6 DESEMPREGO E INFORMALIDADE

A categoria desemprego/informalidade explica a informalidade como consequência do desemprego no mundo de trabalho dos chapas e valida a Hipótese A.

O desemprego é uma questão grave em todas as faixas etárias, sobretudo entre os trabalhadores de baixa renda, com pouca ou nenhuma qualificação, como no caso dos *chapas*. Ele se agrava, porém, após os 40 anos, quando a força de trabalho diminui e a oferta de mão-de-obra mais jovem é crescente (muito embora dados recentes revelem que o desemprego entre as faixas etárias menores tem crescido). Por vezes esses jovens são um pouco mais qualificados – sabem ler e escrever, têm maior poder de comunicação etc. – e se submetem mais facilmente a salários baixos: não têm família para sustentar, não possuem experiência etc.

Caso emblemático de um trabalhador mais velho que se submete à atividade de *chapa* é o do senhor Jaime, de 63 anos. É baiano, possui uma fala tímida, baixa, de palavras emboladas, e de difícil compreensão. É morador do bairro do Campo Limpo, e está há uns 40 anos em São Paulo, não se lembra bem. Já exerceu atividades as mais diversas, como os demais, e que exigiam baixa qualificação: motorista de caminhão, taxista, motorista particular, catador de papelão, estas as que declarou. Há 15 ou 16 anos trabalha como *chapa*:

Na idade que eu tô, pra arrumar serviço, não arruma mais. Não tenho casa própria, os filhos tão casados... vou trabalhar até quando agüentar, quando não agüentar mais... (risos) vou ficar com a família, porque os filhos não aceitam os pais mais não (Jaime, Entrevista 07).

Para ele, a atividade de *chapa* é uma saída, visto sua falta de qualificação e idade avançada:

É melhor que catar papelão na rua, porque no dia que a gente não quer trabalhar, fica em casa, não vem. Pra mim eu acho melhor, que quando eu quero trabalhar eu venho, quando não quero, fico em casa. Tem descarga que é ruim, não tenho direito a nada, já paguei INSS, agora já não pago mais. Eu pagava INSS, quando eu precisei era uma democracia (burocracia) danada. Empurra pra lá, empurra pra cá, desisti de pagar (Jaime, Entrevista 07).

Isso tudo faz questionar a possibilidade da formalidade ser uma solução viável para a melhoria das condições de trabalho, no caso dos *chapas*. Assim, muitos resistem ao trabalho formal: têm dele uma visão ruim, pois nele se ocupam os piores postos; são cerceados da liberdade que têm no caso do trabalho informal; vêem os gastos aumentados, devido à incidência de impostos sobre um salário muito diminuto; a contrapartida a tudo isso, que é a segurança, alguns a lamentam, mas, a essa altura, a sua ausência parece ser irrisória para a maioria dos entrevistados.

Mesmo Eugênio, que almeja um trabalho fixo, com carteira assinada, não acredita que a formalidade vai melhorar a condição do trabalho de *chapa*. Ao contrário, para ele, os *Gatos* aumentariam sua margem de manobra, e os *chapas* ficariam submetidos à exploração do intermediário:

Nem todo o *chapa* paga a previdência à parte. **Mas se tornar formal acaba**, porque é muito *Gato*, sabe? Pega a pessoa que tá desempregado e pega e coloca neste trabalho aí, e paga uma mixaria, quem ganha é o *Gato*. Porque agora eles pegam um pessoal do *Gato*, eles dão dez reais pra cada um, faz três, quatro, cinco, descarrega o caminhão e quem ganha é o que não faz nada. [...] Não tem patrão, não tem nada. **Se tiver regulamentação já não vai prestar o serviço**. Porque aí já entra: tem que pagar isso, tem que pagar aquilo outro, e tira um pouco dali... (Eugênio, Entrevista 01, grifos nossos).

O melhor é ter bom emprego, bem remunerado e seguridade social. No caso de estar na informalidade, o melhor mesmo, na opinião da maioria dos entrevistados, é que não haja qualquer tipo de regulamentação, pois a remuneração é baixíssima, não tendo como ser sobre-taxada. A melhoria das condições precárias a que estão submetidos aumenta o custo para o empregador. Com maiores encargos trabalhistas para as empresas, fatalmente este preferiria mão-de-obra mais barata, encerrando um ciclo vicioso que não deixa horizonte de solução para o impasse vantagem/desvantagem da informalidade da atividade de *chapa*.

A conclusão é a de que o trabalho informal permanece devido a vários fatores, que se agravam mais ou menos, dependendo da situação conjuntural. Porém, ele é de fundo estrutural. Fatores como crise e desemprego contribuem para o mercado informal, mas é o fato de que existe uma demanda por trabalhadores com tais características, ou seja, com uma remuneração baixa, com vínculos trabalhistas frouxos ou inexistentes, que impede a criação de sindicatos ou organizações da atividade de *chapa*.

Quando estas existem, são mal-vistas, como no caso de micro-empresários que agenciam mão-de-obra, os chamados *Gatos*. A remuneração de *chapa* é baixa, embora ela possa chegar a mais que dois salários mínimos, mesmo às custas de trabalho pesado e condições insalubres. A remuneração cai ainda mais com a intermediação do *Gato* que, por sua vez, é desprezado como opção de trabalho pelos *chapas* que trabalham nas Marginais.

Ainda que seja maior a garantia de trabalho, a remuneração é considerada irrisória, fazendo compensar uma espera pela busca de oportunidades mais fortuitas. A regulamentação só tende a agravar ainda mais o quadro de precariedade nas condições de trabalho, levando a uma dinâmica própria do mercado, cuja lógica alimenta a informalidade.

Fundamentadas na literatura consultada sobre o desenvolvimento da economia no mundo capitalista e na análise das entrevistas com os *chapas*, as Hipóteses A e C confirmaram-se, de modo geral, enquanto a Hipótese B foi confirmada para os dois paulistanos entrevistados, Nivaldo e Wagner (ENTREVISTAS Nº 05 e 06), pois os demais entrevistados não consideram o trabalho de todo mau.

O problema do desemprego e da informalidade é histórico no Brasil, agravado, nas últimas décadas, pelos novos arranjos e relações empresarias e trabalhistas, num processo que atinge todos os setores da economia e, em especial, o setor de comércio e serviços. Neste, mais especificamente no setor de transporte, verificou-se a importância da utilização do trabalho dos *chapas* para que as mercadorias cheguem em bom estado e no prazo certo ao seu destino. Dessa forma, os custos são minimizados, satisfazendo os clientes, obedecendo a lógica do *just-in-time*, o que pode ser verificado na entrevista concedida pelo diretor financeiro de uma transportadora (Entrevista 12), referido no Capítulo 1, e pelas entrevistas dos *chapas* (Entrevistas 01 a 10), no Capítulo 5. Estes fatos, enfim, ajudaram a confirmar as Hipóteses A e C.

Finalmente, o que se pode dizer a respeito do trabalho dos *chapas*, no contexto de um país subdesenvolvido como o Brasil, é que ele deve ser considerado majoritariamente informal. Confrontando a literatura com as entrevistas, dependendo dos aspectos da informalidade adotados em ambas, o trabalho do *chapa* pode ser visto de modo duplo: ora

como vantajoso, legal, formal e não precário; e ora como desvantajoso, ilegal, informal e precário. Esta conclusão pode ser demonstrada de acordo com a análise das entrevistas nas categorias de “definição de *chapa*”, “vantagens e desvantagens de ser *chapa*”; “o ponto”, “jornada de trabalho e remuneração”, “desemprego e informalidade”. Sendo assim, a Hipótese B confirma-se para os chapas que consideram seu trabalho desvantajoso, enquanto não se confirma para aqueles que encontram alguma vantagem em seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com taxa média do PIB de 4,14%, e de quase 7% entre 1950 e 1980, o Brasil apresentou, a partir de 1980, uma profunda crise econômica, com expansão média do PIB de apenas 2,1%, apesar de ter representado uma das sociedades capitalistas mais dinâmicas do mundo no século passado. Esse panorama deixa o Brasil atrás de muitos outros países em termos de desenvolvimento, e é marcado pelo aumento do desemprego, colocando o país em uma situação de retrocesso na nova Divisão Internacional do Trabalho, de acordo com Pochmann (2001a).

A economia nacional perdeu sua tradicional dinâmica de alto crescimento econômico sustentado na ampla geração de vagas, restando atualmente a medíocre variação da renda nacional, com a insuficiente criação de postos de trabalho – na maioria das vezes, de baixa qualificação – para todos que desejam trabalhar. Os empregos qualificados foram reduzidos, em parte, pela ampliação das importações, pela ausência de novos investimentos e pela reformulação do setor público, além de pelas baixas taxas de expansão do produto (POCHMANN, 2001a:40).

Refletindo as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, com a ampla difusão tecnológica, o momento atual vê um aumento da insegurança do emprego e da concorrência, exigindo um trabalhador cada vez mais qualificado. Naturalmente, a crescente qualificação traz consigo a necessidade de maiores investimentos, pois o número de pessoas com acesso à formação ideal cria um cenário cada vez mais competitivo.

O trabalho informal e o desemprego se expandem, e o caso brasileiro revela-se muito grave, pois não há uma política pública do trabalho que seja eficiente:

Até agora (o Brasil) não conseguiu constituir uma política pública do trabalho capaz de enfrentar adequadamente as novas bases do problema do desemprego. É o caso, por exemplo, da ausência de um serviço público nacional de atenção ao emprego. O país possui algumas instituições e programas voltados ao mercado de trabalho, porém sem capacidade de atuação de maneira articulada e integrada no acolhimento do desempregado, o que limita sua efetividade e eficácia (POCHMANN, 2001a:124).

A esse quadro de desamparo corresponde o aumento da violência e o desgaste do tecido social. A saída democrática para evitar a crescente precarização do trabalho inclui medidas múltiplas e concatenadas, que vão desde a criação de agências de capacitação e recolocação profissional, até a desburocratização do aparato estatal, passando pela reformulação dos sistemas de seguridade social. Além, é claro, da reformulação e readequação da legislação trabalhista, já obsoleta. Fatores como o sistema sindical debilitado agravam ainda mais esse quadro, que se soma ao descompromisso de formas autoritárias em relação à gestão do trabalho com a quantidade e qualidade dos empregos gerados (POCHMANN, 2001a).

Nesta nova divisão internacional do trabalho, o processo de marginalização das economias periféricas torna-se crescente (CURI E MENEZES FILHO, 2006). O nível de informalidade no Brasil sempre foi alto, porém tem sido ainda maior nos anos recentes. Como visto em Cacciamali (2000), tal processo relaciona-se com mudanças que se dão nas relações de produção, nas formas de inserção dos trabalhadores, na estrutura produtiva, nos processos de trabalho e nas instituições.

Portanto, pretendeu-se, com essa tese, discutir a dinâmica do trabalho informal, tendo como recorte o caso dos *chapas* em São Paulo. A pesquisa revelou um panorama complexo, sempre procurando relacionar o caso específico escolhido com o contexto internacional, de modo a tratar o assunto da informalidade no Brasil como parte de um processo mais amplo. O estudo dos depoimentos dos trabalhadores pobres no Município de São Paulo permitiu o contato com uma diversidade de teorias e conceitos que buscam o melhor entendimento deste momento que o mercado de trabalho atravessa.

A dificuldade imediata deu-se na própria imprecisão da conceituação de informalidade, com diversos critérios adotados para sua formulação, que vão da precariedade do trabalho à remuneração, passando pela discussão sobre a legalidade ou flexibilização, polarizando, ainda, tendências que defendem uma ou outra saída para a crise que se instituiu com o crescimento de tais índices.

Foi possível observar que a literatura sobre informalidade foi impulsionada pelo crescimento de novas formas de organização do trabalho frente a mudanças globais. Essa questão tornou-se mais consistente, avançando em problemáticas, e lançando mão da combinação de inúmeras variáveis em busca da compreensão das particularidades que o trabalho informal toma no contexto local.

Longe de um consenso, pode-se entender por informalidade aquela relação que se estabelece pela ilegalidade, sendo a carteira assinada o parâmetro adotado e, portanto, relegando um maior número de pessoas a essa qualificação. Vista por este ângulo, a informalidade é consequência de uma legislação trabalhista entendida como rígida. De outro lado, as versões que defendem a competitividade do mercado encaram a informalidade como fator positivo. Mas, quando se referiu às camadas financeiramente menos favorecidas, a precariedade tornou-se um critério bastante aceitável, ainda que, no caso dos *chapas*, ela pareça vantajosa. Neste caso, parece que é uma alternativa às condições ainda mais aviltantes de trabalho, como a terceirização agenciada por um *Gato*.

Fazendo parte da intenção inicial, houve uma análise do *corpus* (as entrevistas com os *chapas*) sempre tendo em vista esse contexto, de forma a escamotear qualquer

impressionismo estéril. Sem descartar a subjetividade intrínseca à pesquisa qualitativa, procurou-se criar séries conexas, agregando as respostas dos entrevistados por tópicos que, por sua vez, obedeceram ao roteiro proposto (tópico-guia).

O resultado revelou, então, um paradoxo que já estava presente nas hipóteses: há vantagem ou não no trabalho informal? A resposta não é simples. De um lado, como demonstrado, existe uma linha teórica que defende a flexibilização das relações trabalhistas no que chamou de "mercado competitivo". De outro, há uma teoria do "mercado de trabalho segmentado", que vê na formalidade a garantia de direitos trabalhistas adquiridos historicamente e dos quais não se quer abrir mão.

Dentro do recorte adotado nesta pesquisa, ou seja, o dos trabalhadores pobres, de baixa qualificação, desempregados, a informalidade parece obedecer à tendência das teorias que compreendem que a informalidade representa a precarização do trabalho. Porém, observando-se atentamente os casos registrados, pode-se ver que a informalidade torna-se condição *sine qua non* na opção de alguns destes trabalhadores pela atividade de *chapa*.

O interessante é que não é só a remuneração o fator preponderante para a adesão de grupos que se enfileiram pelas marginais dos rios Tietê e Pinheiros, bem como de outras vias de grande circulação. É também a própria estrutura e organização das relações trabalhistas, por assim dizer, que estabelecem o que se chama de "ponto", sendo elas: a ausência de hierarquia opressiva, garantindo ao trabalhador a sensação de liberdade e autonomia, e falta de exigências de qualquer tipo de qualificação para o exercício da atividade e a oferta constante de trabalho.

Contudo, a remuneração é o fator central, pois supera os ganhos e condições, no mesmo setor, quando a atividade é formalizada. Além disso, também há o atrativo dela ser instantânea, por empreitada, o que normalmente não acontece quando submetidos a intermediários como os Gatos. Dessa forma, as Hipóteses A e C ficaram comprovadas, e a Hipótese B comprovou-se nas respostas dadas apenas por dois *chapas* paulistanos. Essa distinção qualitativa entre as Hipóteses A, B e C tornou-se possível a partir de uma análise que contou com as declarações de todos os *chapas* entrevistados, onde puderam ecoar as suas realidades, através de questionamentos do tipo: o gostar ou não do trabalho, a importância ou não de seu trabalho, a falta de qualificação, o desemprego, a precarização e informalização de seu trabalho, a diminuição de postos na indústria, e a relação ambígua que se estabelece entre mercado informal e capitalismo, impulsionados pelo crescimento do setor informal.

Com suas histórias de como chegaram a ser *chapas*, pode-se obter um apanhado mais amplo da vida de cada um deles, cujos traços gerais são a vinda do interior para a cidade

grande, a busca pelo trabalho, a falta de qualificação e o desemprego. Com esse histórico, circulam por vários tipos de atividade que sejam compatíveis com tal perfil, mostrando como a informalidade nem sempre revela um mercado competitivo, mas sim uma falta de opção e perspectiva destes brasileiros que, na condição de não-cidadãos, encaram o trabalho apenas como forma de sobrevivência imediata, sem qualquer vislumbre quanto ao futuro.

O trabalho de *chapa*, um "trabalho sem futuro", expõe uma face obscura do mercado de trabalho brasileiro, que escapa a números e classificações estatísticas adequadas. Assim, o que se revela é um arcaísmo das relações de trabalho, que se perpetuam historicamente. Com isso, fazem da exploração aviltante a mola propulsora da modernização, cujas bases repousam no ciclo que alimenta a necessidade da miséria como fator de otimização da produção.

Quando encarada essa multiplicidade de vozes em uníssono, pode-se sistematizar pontos fulcrais para se entender como a informalidade, neste caso, é parte da engrenagem que não dá alternativa aos trabalhadores. O desconsolo de cada um deles tem o seu reflexo nos problemas estruturais do país, representados pela histórica fraqueza de nossa economia, e problemas conjunturais sintomáticos da nova forma organizacional adotada pelas empresas brasileiras.

Considera-se, portanto, que o objetivo proposto nesta pesquisa foi alcançado à medida que ao desvelarem-se as condições de trabalho dos chapas, desvelam-se também as condições de grande parte dos trabalhadores informais brasileiros. Porém, o assunto além de não se esgotar aqui, indica a necessidade de novos estudos que possam contribuir para o estabelecimento de critérios, para conceituação e mensuração do trabalho informal, que contemplem a especificidade desse tipo de trabalho no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A AMEAÇA do apagão logístico. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2004.

ABBY, C. Does labor market informality undermine political participation? an individual level empirical analysis of the Salvadorian case. In: ANNUAL MEETING OF THE SOUTHERN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 2007, New Orleans. **Proceedings...** New Orleans, 2007.

ALMEIDA, P. R. Dossiê história oral: uma breve apresentação. **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em <www.revistafenix.com.br>. Acessado em 20 de novembro de 2006.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECK, U. **O que é globalização?** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BEIGUELMAN, P. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOSCO, C. A. **Trabalho informal: realidade ou relação de emprego fraudulenta?** Curitiba: Editora Juruá, 2003.

BRAIT, B. O processo interacional. In: PRETI, D. (org.). **Análise de textos orais**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho**. São Paulo: EDUSP, 1990.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Macroeconomia pós-plano real: as relações básicas. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole, 2005.

CACCIAMALI, M. C. Proceso de informalidad y setor informal: reexame e una discusión. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 6, n. 3, p.95-110, set./nov. 2000.

CAMARGO, F. S. **Análise estrutural do emprego formal e informal na economia brasileira**. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006.

CASSAB, L. A. História oral: miúdas considerações para a pesquisa em serviço social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 5, n. 2, jan./jun. 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. 1.

CASTRO, L. B. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CAVALLARI, M. M. O que a Índia fez que o Brasil não fez. **Revista Época-Mundo**, Rio de Janeiro: Globo, n. 405, p. 46-50, 20 fev. 2006.

COSTA, L. S. M. **Discurso do sujeito coletivo**. Rio de Janeiro: UFF, 2001. Disponível em <<http://www.uff.br/ses/arquivos/sujeito%20coletivo.pdf>>. Acessado em 12 jun. 2007.

CURI, A. Z.; MENEZES FILHO, N. A. O mercado de trabalho brasileiro é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 1980 e 1990. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 867-899, out./dez. 2006.

DELFIN NETTO, A. Meio século de economia brasileira: desenvolvimento e restrição externa. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DOWBOR, L. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: Senac São Paulo, 2002.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FLORO, M. S.; BENERIA, L. **Labor market informalization and social policy: distributional links and the case of homebased workers**. Nova Iorque: Vassar College Economics Working Paper, 2004. Disponível em <<http://ideas.repec.org/p/vas/papers/60.html>>. Acesso em 3 fev. 2007.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André (org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: SOUZA, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GONÇALVES, D. A força política das ONGs: entidades tomam a frente em manifestações públicas e mudam o conceito de ativismo. **Revista Integração**, São Paulo, jul. 2005. Disponível em <<http://integracao.fgvsp.br/8/noticias.htm#crescimento>>. Acesso em 14 mar. 2007.

GONÇALVES, R. **O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2003.

GORZ, A. **Misérias do presente, riquezas do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

GUIMARÃES, V. **Notícias diversas: suicídios por amor, leituras ‘contagiosas’ e cultura popular em São Paulo nos anos 10.** 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento por endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005a.

_____. Microcrédito como política de geração de emprego e renda: possibilidades e limites. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social.** Barueri: Manole, 2005b.

_____. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia informal urbana: coordenação de emprego e rendimento.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JAKOBSEN, K. MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (org.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

KON, A. **Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004a.

_____. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2004, João Pessoa.. **Anais...** João Pessoa: Associação Nacional de Pesquisa Econômica, 2004b.

_____. **A produção terciária.** São Paulo: Nobel, 1992.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. (org.). **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. (Coord.). **As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente.** RJ: Editora Paz e Terra, 1994.

KUPFER, D. Tecnologia e emprego são realmente antagônicos? In SICSU, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. **Novo-desenvolvimentismo**: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole, 2005.

LAZZARESCHI, N. **Trabalho ou emprego?** São Paulo: Paulus, 2007. [Coleção Questões Fundamentais do Ser Humano, v.6].

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. (org.). **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

MENEZES FILHO, N. A.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 235-248, abr./jun. 2004.

MORAES, R. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Senac São Paulo, 2001.

NORONHA, E. G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 53, p.111-119, out. 2003.

OIT-Organização Internacional do Trabalho. **15ª Conferência de estatísticos do trabalho**. Genebra: OIT, 1993.

_____. Organização Internacional do Trabalho. **17ª Conferência de estatísticos do trabalho**. Genebra, OIT: 2003.

PAIVA, V. Inovação tecnológica e qualificação. **Educação & Sociedade**, São Paulo, n. 50, abr. 1995.

PASTORE, J. **O desemprego tem cura?** São Paulo: Makron Books, 1998b.

_____. Informalidade: estragos e soluções. In: **Congresso do COPPEAD**, 2004, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.josepastore.com.br/artigos/relacoestrabalhistas/213.htm>>. Acesso em: 05 maio 2007.

_____. Morde e assopra. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2007b. Disponível em <<http://www.josepastore.com.br/artigos/relacoestrabalhistas/308.htm>>. Acesso em maio 2007.

_____. PAC: empregos à vista. **Correio Braziliense**, Brasília, 08 mar. 2007b. Disponível em: <<http://www.josepastore.com.br/artigos/emprego/181.htm>. 14/07/2007 >. Acesso em maio 2007.

_____ Trabalho temporário e jornada flexível. **O Estado de São Paulo**, 20 jan. 1998a. Disponível em: <<http://www.josepastores.com.br/artigos/emprego/054.htm>> . Acesso em 14 jul. 2007.

_____ O trabalho no Mercosul. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 17 nov. 1999. Disponível em: <<http://www.josepastore.com.br/artigos/emprego/075.htm>>. Acesso em 14 jul. 2007.

PAULINI, L. M. Sem esperança de ser país: o governo Lula, dezoito meses depois. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (orgs.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole, 2005.

PINTO, M. I. M. B. **Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1814)**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1994.

POCHMANN, M. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001b.

_____ **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

_____ **A metrópole do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2001a.

_____ (org.). **Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 2003a.

_____ (org.). **Reestruturação produtiva: perspectiva de desenvolvimento local com inclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____ **Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil**. São Paulo: LTR, 2003b.

_____ **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2000.

PUGA, F. P.; CASTRO, L. B.; FERREIRA, F. M. R. F.; NASCIMENTO, M. M. **O comércio Brasil-China: situação atual e potencialidades de crescimento**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td>>. Acesso em 14 jul. 2007.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"**. In: SIMSON, O. M. (org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988. [Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais].

RAMOS, L.; MENDONÇA, R. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil. In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André (org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

REHDER, M. Mercado cria legião de informais qualificados. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 05 jun. 2007. Caderno de Economia, p. B15.

ROLNIK, R. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, L. (org). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. [Coleção São Paulo: passado e presente].

SALM, C. Estagnação econômica, desemprego e exclusão social. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole, 2005.

SANTOS, B. S. (org). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHWARCZ, L. M. (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. v. 4.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SILVA Jr., A. Impasse logístico e crise de abundância. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 jul. 2004.

SILVA, F. C. T. **Mutações do trabalho**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1999.

SILVA, M. **Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade**. Tempo e Presença, São Paulo, v. 15, n. 269, maio/jun. 1993, p. 31-34.

O SINAL de alerta da ABDIB. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2004. Editorial, p. 2.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____ **Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado**. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 48, jul. 1997.

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, M. A. A. **Território e lugar na metrópole: geografias de São Paulo, a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TREVISAN, C. **O renascimento do império**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 596-618 out./dez. 2006.

VILLELA, A. Dos 'anos dourados' de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SITES

Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em <http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>. Acesso em 5 jul. 2005.

Central única dos Trabalhadores. O trabalho informal no Brasil. Disponível em <http://www.galizacig.com/actualidade/200112/cut>. Acesso em 5 dez. 2006.

DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/nota.xml#>

Fundação SEADE-Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em <http://www.seade.gov.br/>. Acesso em 03 ago. 2005.

IBGE-Instituto de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/calendario2007/shtm>. Acesso em 03 ago 2005.

INSIDE – Serviços Especializados. Disponível em <http://www.insideservicos.com.br/eventos.htm>. Acesso em 25 maio de 2006.

MTE-Ministério do Trabalho e Emprego. CBO – Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em <http://www.mteco.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=7832-15>. Acesso em 07 mar. 2006.

Portal MERCOSUL. Disponível em <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/mercosul/mercosul.html>. Acesso em 28 ago 2006.

REPÓRTER BRASIL, Dez mentiras sobre o projeto que muda a fiscalização do trabalho, Site APS – Ação Popular Socialista. Disponível em <http://www.acaopopularsocialista.org.br/noticias/1761.htm>. Acesso em 15 mar. 2007.

WIKIPEDIA – Enciclopédia Livre. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 27 set. 2005.

ANEXOS

ENTREVISTAS

Data

Sexta-feira, 16/02/2006

Local

Marginais Tietê e Pinheiros

ENTREVISTA**01****DADOS PESSOAIS****Nome:** Eugênio**Bairro:** Osasco**Idade:** 43**Escolaridade:** 6ª série**Local de nascimento:** Minas Gerais, perto de Caratinga**1. Há quanto tempo mora em São Paulo?**

Há 30 anos.

2. Trabalhava em que?

Trabalhava com entrega na capital, em firma de Araçatuba.

3. Há quanto tempo?

Faz dez anos.

4. Teve carteira de trabalho assinada?

Teve carteira assinada, artefato de cimento, carregador.

5. Por quanto tempo?

Por 2 anos.

6. Há quanto tempo trabalha como *chapa*?

Faz 25 anos trabalha como *chapa*.

7. Qual a jornada diária?

De 5, 6, às vezes 8, não tem um limite certo.

8. Qual o significado da palavra *chapa*?

A pessoa que vem de fora, né? Não conhece a cidade, a gente pega pra levar no endereço, para descarregar o caminhão.

9. O que significa ser *chapa*?

Significa ser um ajudante de caminhão. É liberdade, né?

10. Quais as vantagens e desvantagens do trabalho como *chapa*?

As desvantagens é não ser registrado, tem que pagar INPS por fora. Eu pago. A vantagem, é que não tem patrão, não é mandado por ninguém. A vantagem de ser *chapa* é não ter patrão, não ter sindicato, nada. Nem todo o *chapa* paga a previdência à parte. Mas se tornar formal acaba, porque é muito Gato, sabe? Pega a pessoa que tá desempregado e pega e coloca neste trabalho aí, e paga uma mixaria, quem ganha é o Gato. E tem isso aí, inclusive até saí um pouco do trabalho. Porque agora eles pegam

um pessoal do Gato, eles dão dez reais pra cada um, faz três, quatro, cinco, descarrega o caminhão e quem ganha é o que não faz nada.

11. Fale sobre o ponto de *chapa*.

Não tem patrão, não tem nada. Se tiver regulamentação já não vai prestar o serviço. Porque aí já entra: tem que pagar isso, tem que pagar aquilo outro, e tira um pouco dali...

12. Qual a renda diária e a mensal?

1.000 a 1.200 reais por mês. Por dia às vezes dá 50, 60, 100.

13. Quais os custos com alimentação e deslocamento?

Gasto muito com condução, pego metrô, ônibus, moro em Osasco. Tem os que já pagam a alimentação. Por dia vai na faixa de uns 15 a 20 reais.

14. Há alguma organização no trabalho do *chapa*?

Organização... Não, quem organiza é a gente mesmo, o pessoal já conhece a gente, a gente já tem a aquela experiência, o pessoal já conhece a gente. A maioria das vezes já me liga do sul, do interior de São Paulo. Quando não tenho nada agendado, pego o que aparecer. Muitas vezes pego gente que não conheço. Não conheço sindicato, cooperativa.

15. Quais as perspectivas de trabalho no futuro?

Pretendo terminar minha casa, né? É, vou trabalhar aqui mesmo. E tô montando um comércio mais frente pra poder ... (faz gesto de “ficar tranqüilo”)

ENTREVISTA**02****DADOS PESSOAIS****Nome:** Ademir**Bairro:** não fala**Idade:** 49**Escolaridade:** 7ª série**Local de nascimento:** Franca**1. Há quanto tempo mora em São Paulo?**

44 anos.

2. Trabalhava em que?

Metalurgia.

3. Há quanto tempo?

Já tem mais de 20 anos, já.

4. Teve carteira de trabalho assinada?

Já. Trabalhei 3 anos numa firma, em metalúrgica, depois trabalhei mais 8 noutra, aí eu parei de trabalhar.

5. Por quanto tempo?

12, 15 anos.

6. Há quanto tempo trabalha como *chapa*?

18 anos, por causa do desemprego mesmo.

7. Qual a jornada diária?

Depende do trabalho, mas por dia assim 8 a 9 horas, mas pega trabalho de três dias às vezes. É trabalho próprio mesmo, já trabalhei para *Gato*, agora não.

8. Qual o significado da palavra *chapa*?

O *chapa* é como um guia turístico, né? Não só trabalha com caminhão, mas também com carro de passeio, o *chapa* guia. E carrega e descarrega. Porque muita gente que vem, pára aqui, pega a gente pra poder saber aonde vai e a gente fica o dia inteiro com eles. Não é só carregar e descarregar.

9. O que significa ser *chapa*?

Olha, esse é um serviço que a gente sabe fazer, como a gente tá parado, não tem como se sustentar, então eu achei o meio mais fácil trabalhar aqui.

Tenho orgulho de ser *chapa*, conheço São Paulo. Vou pro interior.

10. Quais as vantagens e desvantagens do trabalho como *chapa*?

Pra mim acho divertido, é diferente do trabalho na firma, aqui nós trabalhamos em 5 e não tem briga, não tem nada, cada um que chega fica na fila pra trabalhar. É divertido. Não há muita vantagem por que se a gente pega o dinheiro hoje, já gasta tudo de uma vez, amanhã vai ficar sem. Então tem que segurar esse dinheiro, o que cê ganha hoje e o de manhã, pra você ter alguma coisa. A convivência é melhor. Às vezes na firma cê tem chefe. Aqui não tem chefe, não tem nada, se na hora der na cabeça “vou embora”, então vou embora, não tem aquele negócio. A vantagem é que, graças a Deus, prá mim, me saio bem. Pago a previdência.

11. Fale sobre o ponto de *chapa*.

Aqui nós trabalhamos em cinco, né? O que chega primeiro sai. Agora os que já estão com serviço certo é chegar e esperar o freguês dele, já tem os serviço marcado.

12. Qual a renda diária e a mensal?

Ganha por dia o combinado, certo? Tem um pessoal que trabalha que é do interior, que paga 70 por dia e o almoço. Tem os de Santa Catarina que paga 100 por dia e o almoço. Então dependendo do serviço que você vai fazer. Por mês dá para tirar, se o serviço estiver bom, dá para tirar na faixa de uns 800 no mês.

13. Quais os custos com alimentação e deslocamento?

Não gasto com almoço. A condução eu gasto de manhã e à tarde, uns 5 reais.

14. Há alguma organização no trabalho do *chapa*?

Tem o pessoal da cooperativa, tem um colega que trabalha lá, é mais pro Gato que pra gente aqui. E ele que pega o serviço, igual já vi muitas vezes, a pessoa trabalha que nem escravo e chega no fim de tarde não tem nada pra receber. Aqui nós não temos Gato, é nas empresas. No atacadão, Macro, Carrefour, no Brás também. Mas aqui a gente, o caminhão, se for entrega nestes locais, a gente só vai levar o motorista lá, porque lá dentro já tem o Gato que faz o serviço pro motorista. Ele cobra o mesmo preço, mas o cara que trabalha pra ele recebe menos. Dependendo do serviço, o Gato cobra 200 põe 4 ou 5 cara pra descarregar uma carreta dessa e vai pagar 15, 20 conto pra cada um. O restante é tudo dele.

15. Quais as perspectivas de trabalho no futuro?

Ah, é difícil, heim? Quando ficar mais velho? Tô esperando pra ver, por que...não tô pensando em abrir (negócio) nada, infelizmente não...

ENTREVISTA**03****DADOS PESSOAIS****Nome:** Alexandre**Bairro:** Jaraguá**Idade:** 68 anos**Escolaridade:** 4ª série**Local de nascimento:** Jitaúna, Bahia – perto de Ilhéus**1. Há quanto tempo mora em São Paulo?**

Desde 1954.

2. Trabalhava em que?

Trabalhava na Brasipel, era impressor de anilina. Isso foi em 58. Depois trabalhei no departamento de água e esgotos.

3. Há quanto tempo?

Há uns 40 anos.

4. Teve carteira de trabalho assinada?

Uns dois anos.

5. Por quanto tempo?

Há uns quarenta anos, tinha uns 20 anos. Fiquei desempregado, fui peixeiro, carroça na rua, fiz de tudo.

6. Há quanto tempo trabalha como *chapa*?

Acabei ficando como *chapa* por que todo dia pega um dinheiro e tal e ... eu tenho outro emprego também, né? Mas não posso ficar falando. Por exemplo, na minha idade, se eu não tivesse emprego não arrumaria mais, né? E a gente acostuma a pegar dinheiro todo o dia na mão, habitua. É tudo quanto é preço, é 60, 80, 100 reais num dia.

7. Qual a jornada diária?

O dia inteiro, varia com o serviço.

8. Qual o significado da palavra *chapa*?

O *chapa* é a pessoa que pega o serviço, pega caminhões, carregando e descarregando, enlonando o caminhão, tudo isso faz parte do *chapa*, né? Levando as pessoas nos endereços.

9. O que significa ser *chapa*?

Às vezes o local tem pessoas pra descarregar o caminhão mas eles não sabem ir no local, então a gente leva as pessoas lá, em qualquer lugar que as pessoas quiser ir a obrigação do *chapa* é saber. Todo o *chapa* tem um guia pra levar as pessoas nos endereços e qualquer lugar a gente vai, já tem a referência. Tem *chapa* que não tem muita experiência nisso aí, não sabe ler...

10. Quais as vantagens e desvantagens do trabalho como *chapa*?

O dinheiro na hora, vamos supor.

11. Fale sobre o ponto de *chapa*.

Aqui somos em dez pessoas, mas nós não deixa qualquer tipo de gente encostar aqui também, por que tem *chapa* que é problema também, nós é guia, trabalhamos em 10 pessoas, quem quer beber sua bebida bebe depois do serviço, antes do serviço não bebe pra não dar problema. Esse aí começou com 16 anos, tá com 36 e é o mais novo que está aqui.

12. Qual a renda diária e a mensal?

A pessoa vai trabalhar numa firma vai ganhar 600 prá baixo, aqui tira muito mais do que isso, tira o dobro. Eu como tenho outro emprego não venho aqui muito cedo, então minha renda já é outra. Mas aqueles que chega quatro e meia da manhã aqui, às vezes faz um serviço de manhã cedo, faz outro à tarde. Numa semana, ganhando 100 por dia, sai 500 pau na semana. Que firma vai pagar isso aí? Às vezes você faz um serviço por 40, às vezes 30, vai levar uma camarada em Suzano ou outro lugar. Na base de 60 por dia.

13. Quais os custos com alimentação e deslocamento?

Não pago condução, que tenho mais de 65 anos. O almoço é nosso, uns 5,00, às vezes paga um pouco mais.

14. Há alguma organização no trabalho do *chapa*?

Não tem sindicato, tem cooperativa, é apelidado de Gato. Que é uma pessoa que pega o serviço acima, e paga uma mixaria pro cara, dá, vamos supor, dá 20 reais por dia, o cara trabalha o dia inteiro e ele come o dinheiro sozinho. Nós não trabalha nesse esquema.

15. Quais as perspectivas de trabalho no futuro?

Ultimamente eu já tô indo mais de serviço leve. Serviço pra subir escada com 50 quilos na cabeça, depois que eu completei 65 anos, já não pago mais condução, então já pego mais leve. Carreguei muito peso. Trabalhei de *chapa* pros Matarazzo, construí essas pistas aqui.

ENTREVISTA**04****DADOS PESSOAIS****Nome:** Antônio**Bairro:** Cachoeirinha**Idade:** 48 anos**Escolaridade:** 4ª série**Local de nascimento:** Feira de Santana, Bahia.**1. Há quanto tempo mora em São Paulo?**

40 anos.

2. Trabalhava em que?

Cobrador de ônibus, metalúrgica, de segurança.

3. Há quanto tempo?

Uns dez anos.

4. Teve carteira de trabalho assinada?

Sim.

5. Por quanto tempo?

Uns dez anos.

6. Há quanto tempo trabalha como *chapa*?

Dez anos.

7. Qual a jornada diária?

12, 13 horas.

8. Qual o significado da palavra *chapa*?

É um serviço braçal, ajudante de caminhão, carregar, descarregar, levar os caras onde eles não sabem ir, né?

9. O que significa ser *chapa*?

A gente nunca tá duro.

10. Quais as vantagens e desvantagens do trabalho como *chapa*?

Sempre ganha um dinheirinho, melhor que ficar sem fazer nada, né? Não vejo desvantagem nenhuma, não. Pago INPS.

11. Fale sobre o ponto de *chapa*.

O ponto de *chapa* você tem que ter conhecimento com um monte de motorista que tem, e sempre estar trabalhando. A relação entre nós é boa.

12. Qual a renda diária e a mensal?

50, 60, 70, 80... depende do combinado.

13. Quais os custos com alimentação e deslocamento?

Gasta , ô!! Toma café, almoço, janta, isso eles não pagam. Não pagam a condução também. Por dia nós não tem salário certo, tem dia que ganha 70, 80, tem dia que não ganha nada. Sai uns dez reais por dia, ônibus e almoço.

14. Há alguma organização no trabalho do *chapa*?

Nós paga INPS por conta, mas organização é só nós mesmo aqui. Não deixa chegar ninguém aqui, só nós mesmo que tem muito tempo. Nosso sindicato é nós mesmo, não tem cooperativa.

15. Quais as perspectivas de trabalho no futuro?

Fazer nada, né? Fazer o que depois de velho? Não acha serviço nem agora, minha idade, 48 anos, não acha mais serviço. A casa, já tenho.

ENTREVISTA**05****DADOS PESSOAIS****Nome:** Nivaldo Bezzera da Silva**Bairro:** Jaguaré**Idade:** 44 anos**Escolaridade:** 2º grau**Local de nascimento:** São Paulo – São Paulo (Tatuapé)**1. Há quanto tempo mora em São Paulo?**

Sou daqui.

2. Trabalhava em que?

Era funcionário público, 7 anos. Trabalhei em tudo, ajudante, segurança, tudo o que aparecia.

3. Há quanto tempo?

Em 2002 perdi o emprego.

4. Teve carteira de trabalho assinada?

Sim.

5. Por quanto tempo?

Mais de 15 anos.

6. Há quanto tempo trabalha como *chapa*?

3 anos.

7. Qual a jornada diária?

Aí varia, por que pode ser 2 horas ou pode ser o dia inteiro, dois dias direto, depende, é variável, né? Dá mais de 8 horas por dia, da hora que a gente tá aqui já tá contando o tempo, 3 horas, 4 e meia da manhã...

8. Qual o significado da palavra *chapa*?

O *chapa* é o seguinte, auxiliar de carga e descarga. Então o motorista quer saber o endereço, você leva ele onde ele quer ir, né, ce olha no guia...

9. O que significa ser *chapa*?

10. Quais as vantagens e desvantagens do trabalho como *chapa*?

Vantagem? Não tem vantagem nenhuma, a gente ta aqui por que não tem opção de emprego, é que por exemplo, você trabalha hoje e você recebe hoje mesmo.

A desvantagem é se acontece algum tipo de acidente com você, em alguma empresa que você vai, você não tem resguardo nenhum, você não tem uma cobertura pelo

INSS. Vantagem praticamente você não tem nenhuma, é uma opção de sobrevivência.

Não to pagando INSS não.

11. Fale sobre o ponto de *chapa*.

Aqui é por ordem de chegada. Quem chegar primeiro sai, se não quiser passa para quem chegou depois. Nesse daqui pode ficar qualquer um, mas tem outros pontos por aí que o pessoal não deixa, né? A pessoa chegou primeiro ele já o dono do ponto, ele fala, bem dizer.

12. Qual a renda diária e a mensal?

De 30 a 50 reais, dependem, tem dia que não dá nada.

13. Quais os custos com alimentação e deslocamento?

Depende pra onde ce vai, 5,80. Às vezes nem almoça. Difícil eles pagar, geralmente paga o cafezinho, mas nem sempre. Alguns descontam.

14. Há alguma organização no trabalho do *chapa*?

Nesse ponto não tem, mas tem lugar que tem. Na Granero, na Três Gerações. Na Marginal é diferente, aqui é mais desorganizado, não tem aquela organização, sabe?, é quem chegar primeiro sai, se quiser sair.

15. Quais as perspectivas de trabalho no futuro?

Mais pra frente eu gostaria de voltar a estudar, até fazer uma faculdade, mas... tenho o segundo grau, eu no meu caso eu queria fazer filosofia, não sei se teria campo de

trabalho, mas era mais por uma opção pessoal. E ter um grau a mais. Mas... é que eu gosto de filosofia mesmo. Eu tenho 4 filhos, um grande de 25 anos, e três menores de idade. Pretendo voltar a estudar, mas não sei se vou ter paciência pra enfrentar uma sala de aula, pretendo voltar, mas... quando eu não sei.

ENTREVISTA**06****DADOS PESSOAIS****Nome:** Vagner**Bairro:** Jaguaré**Idade:** 23 anos**Escolaridade:** 3ª série**Local de nascimento:** São Paulo – São Paulo (Lapa)**1. Há quanto tempo mora em São Paulo?**

Nasci aqui.

2. Trabalhava em que?

Sempre trabalhei de ajudante de pedreiro, depois fui pra Granero, depois passei a ser chapa.

3. Há quanto tempo?

4. Teve carteira de trabalho assinada?

Nunca tive.

5. Por quanto tempo?

6. Há quanto tempo trabalha como *chapa*?

Tô há três anos nessa vida.

7. Qual a jornada diária?

Chega a 8 a 12 horas por dia.

8. Qual o significado da palavra *chapa*?

É auxiliar de carga e descarga, porque nas empresas eles precisam de pessoas que façam o serviço pesado, que carregue e descarregue o caminhão, isso somos os *chapas*, entendeu? como eles não quer pessoas todo o dia ali dentro da firma, busca quem não tem emprego, então eles pega os *chapa*, somos nós que ficamos na rua pra fazer rodeação. Sai barato pra eles, mão-de-obra barata. Muitos caminhoneiros, eles dão 60 reais pra pagar pra nós, muitos caminhoneiro vem com 40, vem sempre abaixo, então a gente tamo precisando somos obrigado a ir, né?

9. O que significa ser *chapa*?

É uma certa revolta, você sofre demais e não é reconhecido. Você vai numa empresa, “olha, já trabalhei 3 anos nessa vida, já trabalhei nisso, nesse local”, dá um monte de referência mas olha na sua carteira você não tem nada, então você não vale nada.

10. Quais as vantagens e desvantagens do trabalho como *chapa*?

A vantagem eu falo pra você, mano, pra mim mesmo não tem vantagem nenhuma, to aqui só pra matar minha fome mesmo, a vantagem é só ter o dinheiro do dia. A desvantagem, mana... é isso aqui que nem nós tãmo aqui, a Marginal cheia dos dois lados, tô aqui desde às 5 horas da manhã, agora é quase 8, não saí... então a revolta é essa... vivo aí pra não pegar em arma, não matar ninguém porque ninguém tem nada a ver com meu problema, a desinformação é minha mesmo, então tô aí tentando voltar pra escola, tentando fazer um SENAI, tá difícil pra mim. Tô aqui mesmo pra tentar arrumar um dinheiro pra mim comprar uns material pra mim, mas não consigo, mana. Ainda sou criticado pela sociedade, pelas autoridades sou tratado como lixo de periferia. Não pago INSS.

11. Fale sobre o ponto de *chapa*.

Sai o que chega primeiro sai, o que tá na frente sai. Não tem briga, que aqui a gente tenta sempre respeitar um ao outro, entendeu? Todo mundo no mesmo barco. Nós temo amizade muito forte, aqui. É diferente de trabalhar na firma, não tem horário, acabou vai embora, na firma ali cê tá 8, 12 horas de serviço. Mas uma forma seria melhor, teria um INSS pago, amanhã ou depois você poderia estar aposentado, né, mana? Mas aqui, o que pode acontecer com nós, do que jeito que nós vai aqui?

12. Qual a renda diária e a mensal?

Uma base de 600 reais. No dia 25 reais.

13. Quais os custos com alimentação e deslocamento?

Almoço e condução tudo dá dez reais.

14. Há alguma organização no trabalho do *chapa*?

Existe aqui dentro (aponta pra Favela), um pessoal que vem pegar a gente aqui, mas só quer ganhar a metade em cima da gente, a gente prefere às vezes não ir, a gente ignora, entendeu, mas tem o risco de não ter trabalho. Não tem sindicato, o sindicato nem olha por nós.

15. Quais as perspectivas de trabalho no futuro?

Meu futuro eu planejava assim, voltar pra escola, eu tenho a terceira série, eu não sei ler nem escrever, vamos ser realista, não consegui aprender. Voltar, ir pro Senai, tentar fazer um curso ser operador de Offset, pra tentar dar um futuro pra minha filha, tenho uma filha de 4 meses. Mas eu olho pra ela e eu me enxergo, o que vai ser dessa criança? O meu pai já me abandonou, entendeu? Tô aqui sofrendo e não quero que isso aconteça com minha filha, entendeu? Tô aqui tentando dar um futuro...

ENTREVISTA**07****DADOS PESSOAIS****Nome:** Jaime de Souza**Bairro:** Campo Limpo**Idade:** 63 anos**Escolaridade:** 2ª série**Local de nascimento:** Bahia – Miguel Calmon**1. Há quanto tempo mora em São Paulo?**

Uns 35 a 40 anos.

2. Trabalhava em que?

Trabalhava de motorista de caminhão, na praça com táxi, e trabalhei de motorista particular.

3. Há quanto tempo?**4. Teve carteira de trabalho assinada?**

Tive, mas me robaram tudo.

5. Por quanto tempo?

Na base de 10 a 15 anos, por aí.

6. Há quanto tempo trabalha como *chapa*?

Uns 15 a 16 anos, nessa faixa.

7. Qual a jornada diária?

Varia muito, a gente não sabe que horas sai daqui, até vai até meia-noite, 10, 12,15 horas por dia.

8. Qual o significado da palavra *chapa*?

É pegar caminhão para descarregar, às vezes levar o camarada que para, como você aqui, parou aqui pra fazer a entrevista, às vezes quer ir em algum lugar, não sabe, a gente vai e leva, e a gente cobra uma taxa, e leva no lugar que a pessoa quer.

9. O que significa ser *chapa*?

Chapa é um guia.

10. Quais as vantagens e desvantagens do trabalho como *chapa*?

É melhor que catar papelão na rua, porque no dia que a gente não quer trabalhar, fica em casa, não vem. Pra mim eu acho melhor que quando eu quero trabalhar eu venho, quando não quero, fico em casa. Tem descarga que é ruim, não direito a nada, já paguei INSS, agora já não pago mais. Eu pagava INSS, quando eu precisei, era uma burocracia danada. Empurra pra lá, empurra pra cá, desisti de pagar. Quando tá

chovendo a gente traz guarda-chuva, tem que arrumar um lugar embaixo de um lugar, da árvore. A gente tentamos fazer – cobertura com lona – mas a prefeitura vem e não deixa, porque vai passar num sei quem, que não pode fazer.

11. Fale sobre o ponto de *chapa*.

A gente fica no lugar, senta e espera. Aqui não tem dono, a gente não paga imposto. A gente tem uma turma pra trabalhar, todo dia ta aí, mas é cada um por si.

12. Qual a renda diária e a mensal?

Varia muito, numa faixa de 50.

13. Quais os custos com alimentação e deslocamento?

Às vezes uns paga, outros não paga almoço, então a gente já vem com o dinheiro. A condução, o almoço, o cigarro, às vezes um lanche. Na faixa de uns 15 a 20 real por dia a gente gasta.

14. Há alguma organização no trabalho do *chapa*?

Não tem direito a nada, fez aquele serviço ali, e recebeu, tchau e bença.

15. Quais as perspectivas de trabalho no futuro?

Na idade que eu tô pra arrumar serviço não arruma mais. Não tenho casa própria, os filhos tão casados... vou trabalhar até quando agüentar, quando não agüentar mais... (risos) vou ficar com a família, porque os filhos não aceitam os pais mais não.

DADOS PESSOAIS

Nome: Jurandir

Bairro: jardim Arpoador

Idade: 58 anos

Escolaridade: não lembra – estudou pouco, aprendeu a ler e escrever

Local de nascimento: Cachoeirinha – Pernambuco

1. Há quanto tempo mora em São Paulo?

Saí de Pernambuco dia 21 de janeiro de 1967.

2. Trabalhava em que?

Meu tempo de lá foi tudo na roça. Aqui meu primeiro emprego foi de faxineiro 4 anos no Banco Itaú, aí entrei numa escola aqui, pois não tive a oportunidade de estudar lá, né?, estudei muito pouco, aí aprendi a escrever, ler e fazer uma ficha que na época eu não sabia fazer ficha, nada. Quando eu cheguei aqui não se fazia ficha, nada. Pegava os documentos e começava a trabalhar. Depois de faxineiro, trabalhei numa transportadora, de guarda bancário no Banco do Estado de São Paulo, hoje Banespa, depois eu trabalhei no jornal O Estado de S.Paulo, que era aqui na Major Quedinho, no centro. Daí eu trabalhei na Light que era aqui na consolação, ali hoje é o Bombeiro...

3. Há quanto tempo?

4. Teve carteira de trabalho assinada?

Sim.

5. Por quanto tempo?

Tenho mais ou menos 22 anos de carteira assinada.

6. Há quanto tempo trabalha como *chapa*?

Eu trabalho como *chapa* há pouco tempo, faz uns 12, 13 anos mais ou menos. Eu fui pra Pernambuco e pensei em ficar lá. Mas não dava mais, até dava... mas as condições financeiras... lá é super difícil, como o pessoal vive lá, nem sei. Só o pessoal, senhores de idade que têm a oportunidade de aposentar e aí convive lá. Pra mim ir pra lá não dá pra ir porque praticamente me criei aqui. Eu tenho duas casas, não pago aluguel, ele conhece minhas casas (aponta para o colega Jaime – entrevista 07), moro no que é meu. Tô trabalhando nesse serviço porque sou obrigado, né? Não consigo arrumar emprego pela idade e pelo estudo. E agora tem que ter curso de computação, uma série de problema... Na época que eu vim pra São Paulo não tinha nada de computador, era tudo máquina de escrever, manual. Não é que quem tem qualificação consegue emprego. Pode até não conseguir, mas é bem mais fácil, a pessoa que tem um certo grau de estudo, mesmo com a dificuldade que tem, mas é bem mais fácil. Pra mim hoje, pela idade e pelo estudo que eu não tenho, não tenho qualificação quase que nenhuma, se torna mais difícil.

7. Qual a jornada diária?

Aí varia. É o seguinte. A gente chega aqui quatro horas da manhã, quatro e meia mais ou menos, e de repente pega um serviço e de repente cê trabalha 3, 4 horas, termina de descarregar o caminhão, cê quer voltar pra casa, cê volta, vai dormir e no outro dia vem de novo. Não tem horário marcado não. Tem dia que cê pode trabalhar até 10 horas da noite. Que nem eu, tenho um conhecimento com o pessoal, ele me ligam em casa, tenho telefone em casa, eu pego eles, eles marcam o lugar mais fácil d'eu encontrar com eles, aí eu vou lá, faço entrega aqui em São Paulo, vou pro interior, Campinas... Mas a maior parte das vezes é o dia todo, mas não é todos os dias não. Às vezes eu vou pra Campinas, o caminhão vai pro outro lado, aí eu tenho que tomar um ônibus pra chegar em São Paulo, outro até em casa, às vezes eu chego meia-noite, 11 horas, 11 e meia, aí varia...

8. Qual o significado da palavra *chapa*?

Chapa é um tipo de um trabalho que não tem qualificação nenhuma, não tem conhecimento nenhum, a maioria nem sabe o que é isso...

9. O que significa ser *chapa*?

Chapa é uma pessoa que é como um guia. Tem gente que pára aqui de automóvel, se informa, às vezes contrata nós pra ir nos lugares com ele, às vezes vem fazer compra de roupa. Aí nós vai na Maria Marcolina, na Zé Paulino, na Oriente...

10. Quais as vantagens e desvantagens do trabalho como *chapa*?

Não tem vantagem nenhuma não... eu tô aqui porque não tem outro meio de trabalho. A vantagem que tem aqui é que você ganha quanto cê quer. Cê tem uma vantagem quando tem um trabalho seguro, um trabalho que pode contar, assim, vou trabalhar prum futuro. Isso aqui não tem futuro, isso aqui é um serviço que não é confiável. Tem pessoas que não têm confiança, não se garante que tá pegando a pessoa honesta pra trabalhar. É um determinado serviço que só trabalha... acho que 90% é o cara que foi presidiário, o cara que matou, o cara que rouba, o cara que fuma droga... às vezes ele tá nesse trabalho porque ficou muitos anos preso, é débil mental, apanhou muito, então tem um outro meio dele sobreviver, então vem pra cá, aqui ele ganha 30 conto hoje, 20 amanhã, 10 hoje e aí se vai, né?

11. Fale sobre o ponto de *chapa*.

Aqui o ponto de *chapa* é o seguinte, quem chega primeiro sai primeiro, quando ele não quer sair passa a vez pro outro que tá na vez.

12. Qual a renda diária e a mensal?

Aí varia. Segunda-feira tinha duas entregas em São Paulo, fui pra Taubaté, fui pra Campos de Jordão, fiquei em Jacareí, tomei o ônibus e vim embora, ganhei 80 conto.

Tem dia que pode ganhar 100 conto, tem dia que sai 80.

Por mês tira uma faixa de 700 a 800 conto por mês.

13. Quais os custos com alimentação e deslocamento?

Aí varia. Eu quero comer filé com fritas, não quero comer picadinho não, só como carne de filé, só como coisa que eu gosto. Eu ganho razoavelmente bem, não tenho despesa em casa, dá pra mim comer. Mais ou menos uma faixa de 20 a 30 conto, com a condução.

14. Há alguma organização no trabalho do *chapa*?

Não, eu conheço algumas mas é que trabalha direto com firmas. Um microempresário que contrata um pessoal e aí as firmas ligam pra esta pessoa – que eles têm telefone, têm funcionário, têm secretário, internet – mas nós não trabalha com eles, por que paga muito pouco.

Tem cooperativa em Barueri, na Barra Funda, São Bernardo, mas é uma cooperativa que eles contrata um pessoal que ganha um “x”, na média de 15, 20 conto por dia, e eles ficam o dia todinho. Na verdade os caras que contrata ganha por cabeça, ele mesmo não ganha dinheiro. Eu prefiro aqui porque aqui aparece o cara: “quanto cê quer? 40 conto, 50 conto?” Se der pra mim ir eu vou, se não der, eu digo “eu não vou não”. Ou eles pagam o que eu quero ou eu pego outro que tiver.

15. Quais as perspectivas de trabalho no futuro?

Vivo com uma mulher há 29 anos, não tenho filhos, meu futuro praticamente tá quase pronto. Tô com a idéia de montar um bar pra mim, tenho uma casa. Tenho uma casa, não! Tenho duas casas, ele sabem (aponta para Jaime), tem um salão.. meu sonho é montar um boteco pra mim, um meio de sobreviver pra não ficar aqui levantando de

madrugada, a velhice tá chegando também, então não vou ficar descarregando caminhão toda a vida.

ENTREVISTA**09****DADOS PESSOAIS****Nome:** João**Bairro:** Real Parque, Morumbi**Idade:** 44**Escolaridade:** 4ª série**Local de nascimento:** Conselheiro Lafaiete – Minas Gerais**1. Há quanto tempo mora em São Paulo?**

Uns 35 anos.

2. Trabalhava em que?

Motorista.

3. Há quanto tempo?

Tem 1 ano.

4. Teve carteira de trabalho assinada?

Sim.

5. Por quanto tempo?

Mais ou menos 15 anos .

6. Há quanto tempo trabalha como *chapa*?

Ah...uns 5 anos.

7. Qual a jornada diária?

Vou falar pro cê, umas 13 horas.

8. Qual o significado da palavra *chapa*?

A gente descarrega caminhão, leva em qualquer lugar, carrinho pequeno, se quiser ir pra Santos, Sorocaba, se é de fora, não sabe, não conhece nada.

9. O que significa ser *chapa*?

Você vem de fora, não conhece nada de São Paulo, ai cê pára aqui, aí levo você lá, a gente cobra pra levar.

10. Quais as vantagens e desvantagens do trabalho como *chapa*?

A gente trabalha muito... O bom é só levar a pessoa. Se você levar é melhor, por que descarregar também, ce sofre demais, tem dia que você não agüenta. O ruim é descarregar. O tipo das coisas que vem, vamos supor, uma peça mais ruim de trabalhar é móveis. Meus colegas me chamou pra trabalhar de *chapa*, porque eu conheço bem São Paulo. O ruim é que cê tá aqui sem fichar, né? (sem carteira) não pago INSS. Quando tá chovendo vai pra debaixo da ponte. E se ficar doente, ichi!, igual fiquei

doente! Me deu uma febre, fiquei três dias em casa, me estourou isso aqui ó (o lábio).

Se você ficar doente tem que ficar em casa...

11. Fale sobre o ponto de *chapa*.

Não tem dono esse ponto. É ser unido todo mundo. Outros pode vir, sabendo trabalhar, porque, eu mesmo, da minha parte... porque a gente não é dono da Marginal, né?, não comprou isso aí, não sou o DER...

Tem cooperativa em Santo Amaro, no Socorro, ih!, tem muitas. Mas não é bom trabalhar em cooperativa, não! Cê trabalha demais e... ganha menos.

12. Qual a renda diária e a mensal?

Não tem lógica não. Se eu quiser arrumar 20 conto, 30 conto, eu posso ir embora pra casa. Pra descarregar depende o que eu cobro, de 40 a 50.

13. Quais os custos com alimentação e deslocamento?

Gasto a condução eles pagam o almoço. Dependendo do lugar que nós tâmo, em São Bernardo vai gastar uns 6, 7 reais. Aqui é duas condução, 5 reais.

14. Há alguma organização no trabalho do *chapa*?

Você é unido com a turma, né? O primeiro que chega, quem já tá aqui vai.

15. Quais as perspectivas de trabalho no futuro?

Se eu arrumar um serviço eu vou sair daqui. Tô procurando emprego de motorista.

ENTREVISTA**10****DADOS PESSOAIS****Nome:** Dionísio dos Santos Rocha**Bairro:** Curva da Traição -Morumbi**Idade:** 43**Escolaridade:** 2^a série**Local de nascimento:** Tremedal dos Serrais – Vitória da Conquista - Bahia**1. Há quanto tempo mora em São Paulo?**

Eu fui criado aqui, vim com um ano e meio de nascido.

2. Trabalhava em que?

Paisagismo... jardineiro.

3. Há quanto tempo?

Sim

4. Teve carteira de trabalho assinada?

11 anos.

5. Por quanto tempo?

Porque as empresas, os paisagistas que pegam trabalho não pagam o que a gente quer. Eles ganha 10 mil reais, e que pagar pra gente 20, 30 reais...Trabalhei só numa firma foi 11 anos, aí passei pra outra firma mais 2 anos, dá uns 15 anos.

6. Há quanto tempo trabalha como *chapa*?

Mais de 10 anos.

7. Qual a jornada diária?

Chapa não tem hora. Eu não trabalho pra descarregar, eu só levo. Se eu pego um carro aqui eu vou levar pra Jundiaí, pra Campinas, não vou saber a hora que eu vou chegar. Por se eu pego duas leva por dia, ou três, tem vez que eu chego em casa 10 horas, 11 horas, à vezes que eu amanheço a noite. Ou às vezes pode passar até à noite, dependendo do lugar.

8. Qual o significado da palavra *chapa*?

Significa uma pessoa que descarrega caminhão, leva uma caminhão, chama *chapa*. Também é guia, em outros país não se chama guia, chama mensageiro, mensageiro é nos Estados Unidos. Aqui se chama guia. Cê pega um avião, tem um mensageiro dentro. Ce pega um ônibus, o motorista só sabe dirigir, tem que ter um mensageiro dentro.

9. O que significa ser *chapa*?

Significa o seguinte: você trabalha mais livre. A liberdade é o seguinte, a senhora tá perdida, pára aqui no ponto, aí vou pegar seu endereço e vou olhar, vou te cobrar “x”, eu te deixo lá, te deixei, ce me pagou, eu venho me embora, não tem dor de cabeça nenhuma.

10. Quais as vantagens e desvantagens do trabalho como *chapa*?

A vantagem é que cê trabalha e você manda em você, ninguém manda em você. Não tem chefe, vou te levar em tal lugar, ce vai ficar despreocupada. Olha.. pra mim, a vantagem que eu acho, em empresa você tem muita responsabilidade, e muito pouco dinheiro. E de *chapa* não, você mesmo manda no seu bolso. Na empresa quem manda? É sempre aquele que não trabalha é o que ganha mais. A reclamação é com o dono. Enquanto é micro empresa você tem direito de falar com ele, mas quando passa a multi empresa você já não fala mais, ele passa por você e não te conhece mais. O *chapa* tem uma responsabilidade pesada. Você pode pegar um motorista que tá com carro roubado, uma carga, e ser atacado por ladrão e ir pra delegacia e até ce não provar que não é também ladrão pode cair preso. Tem essa também. O problema de *chapa* tem esse tipo de detalhe. Tem que pegar o cliente e levar no lugar certo, você não pode tá cortando volta com carro. Tem lugar que caminhão tal hora é proibido, você tem avisar, senão o motorista leva uma multa. É carga alta, tem que ver onde vai passar, por que tem ponte onde a carga do cara não passa, se ele enganchar ce também pode ser admitido pela justiça. Que é culpa de você, que a partir da hora que ce entrou no carro você é o responsável, o motorista só vai levar. E tão tudo isso também tem. Não pago mais INSS. Não tem desvantagem nenhuma. A vantagem é o seguinte. É um servi-lo, que cê tá trabalhando, você tá ajudando o público, entendeu?, e você também

ta tirando a sua parte, e você não passa nervoso, não passa raiva, não passa desacerto. Dentro de uma empresa, ou multi-empresa... o patrão só dá valor em você quando ele é microempresa, que ele chega pra você e conversa, senta na mesa e conversa. Ele compra um carro novo amanhã, você pede um aumento pra ele diz “Olha, deixa as coisas melhorar”. O filho dele casa, dá outro carro pro cara, que não trabalhou, não fez nada, você que ta lá debaixo carregando peso, olha meu, deu um problema da empresa, aí, a empresa ta quase falindo”, a história é essa. Quando eles vê que os funcionários ta com muito tempo de casa para ele não pagar os direitos, vê que o negócio ta feio, ele pega a empresa passa no nome de uma outra pessoa, da família dele, e a empresa continua a mesma coisa, entendeu?

11. Fale sobre o ponto de *chapa*.

A organização é o seguinte, não tem organização, a gente trabalha unido, às vezes a gente algum cliente que só paga uma pessoa. Por que tem *chapa* também que puxa ladrão pra motorista. Ali na Castelo Branco, na Dutra. Ali tem, ele sai da cadeia hoje, amanhã já é *chapa*. Por que não acha mais emprego, ele se entrega, ele cai na pista com *chapa*, ele não é *chapa*, ele é um trapaça, ele pega o caminhão, pega o celular, já liga pro vagabundo que já ta esperando... tem isso tipo de coisa.

12. Qual a renda diária e a mensal?

Não tem base. Tem dia que ce pode ganhar até 150, 200. Tem dia que ce ganha 30, tem dia que ganha 20.

13. Quais os custos com alimentação e deslocamento?

Almoço não tem nem base, o próprio cliente. Mas a faixa é de 9 reais por dia, Aqui mesmo, 5 reais. Almoço e condução vou gastar uns 15 contos por dia.

14. Há alguma organização no trabalho do *chapa*?

15. Quais as perspectivas de trabalho no futuro?

O meu futuro não tô pensando por exemplo nada, só penso só a morte e a aposentadoria. Não pago o INSS, mas é o seguinte. A aposentadoria de quem, eu tenho uma terra que meu pai me deixou lá, lá se chama INCRA, a Rural. Então eu aposento por invalidez, vou ganhar um salário mínimo aí. Não tenho casa mais, eu tinha casa no km 21 (da Rodovia Raposo Tavares), separei da minha mulher, dei a casa pra ela, no Km 21, encostado na Granja Vianna, aí dei a casa pra ela e moro aqui numa chácara, não é minha, o terreno é do DER, mas eu poso morar o quanto eu quiser.

ENTREVISTA**11****DADOS PESSOAIS****Nome:** Gomes (Air Gomes Pinto)**Empresa:** CATCD - Cooperativa de Apoio aos Trabalhadores em Carga e Descarga**Cargo:** diretor financeiro**Data:** 25/06/2007**Obs.:** entrevista concedida por telefone**1. Vocês são uma cooperativa de "chapas"?**

Não. O "chapa" é aquele que trabalha na rua, não tem garantia de serviço, não tem segurança. Aqui só temos cooperados, não tem chapa aqui não.

2. Quem são os cooperados?

Muitos do que vêm para a cooperativa, vêm de uma cultura celetista, de uma relação de trabalho celetista. O trabalhador se associa a um negócio, tem que entender o que é cooperativa. Por isso tem um preparo. Todos passam antes por uma palestra de 6 horas. São todos autônomos. A gente está aqui há dez anos! Porque tem muita "cooperгато" por aí, quando a gente fica sabendo a gente denuncia.

3. O que é o cooperгато que o senhor fala?

Ele é concorrente desleal, não paga imposto, não paga INSS. Se aparece o "cooperгато" a gente vira "гато" e entra em falência. Eles explora (sic) a mão-de-obra do trabalhador, nós não.

4. Quanto ganha um cooperado? Ganha a mesma coisa que o chapa na rua?

Tem um Conselho Gestor. Em Assembléia é determinado um repasse mínimo aos cooperados, há um contrato, são tiradas as despesas. Ele começa a ganhar por produção, não tem um fixo. No fim do ano, com o fechamento do faturamento é feita a apuração, o fechamento do exercício, e há distribuição do lucro. Tentamos repassar sempre o máximo possível. Depende também de cada cliente e tipo de contrato que fazemos. Pode ser por veículo, tonelagem, peça, varia. Não existe um ganho fixo. Por dia, pois também depende do empenho do trabalhador. Ele pode pegar um caminhão de fraldas, que é carga leve, e descarregar até 10 horas da manhã e ficar livre. Aí ele liga para cá e indicamos outro serviço, por exemplo. Mas aí depende dele, se for uma pessoa.... entende? Tem aqueles que ganham então 30 reais, é pouco, é difícil, e tem o que consegue até 250 reais num dia, vai de cada um. A gente procura não forçar nada, isso na palestra que tem no início é falado, eles são autônomos, não podemos forçar... mas se for esforçado, tira mais.

5. Qual a diferença de um chapa para um trabalhador de carga e descarga cooperado?

Aqui há legalização, há referência dos trabalhadores, é segurança para o contratante.

6. Qual tipo de carga transportam?

Todo o tipo, menos carga perigosa, como a carga líquida. Carga líquida não transportamos.

ENTREVISTA**12****DADOS PESSOAIS****Nome:** Roberto Macedo**Empresa:** Transportadora Grande ABC**Cargo:** Gerente de Operação. É também professor de logística da Faculdade Anchieta e professor do SEST/SENAT, de logística básica**Data:** 25/06/2007**Obs.:** entrevista concedida por telefone**1. Quais são os pilares básicos da logística de transportes de carga?**

São três situações de planejamento: O controle da produção, a operação de fluxos e a distribuição física.

2. Na última fase, quais são as variações encontradas?

São duas situações: uma é da **carga a granel**, onde é necessário descarregar a carga. A outra, é da **carga de grande porte**, por exemplo, o caso das montadoras de carro. Há máquinas de embalagem, máquinas de transporte destas grandes cargas. O caso da construção civil, também, não tem maquinário, tem que ser descarga manual.

3. Qual o tipo de trabalhador empregado para a carga e descarga?

Há três tipos: da própria transportadora. A indústria ou empresa contrata a transportadora que já tem pessoal próprio, o chapas, com registro em carteira e tudo. Às vezes a transportadora trabalha com cooperativa de chapas ou então com os autônomos, o cara que fica na Marginal, por exemplo, esperando serviço.

4. Qual o papel dos trabalhadores de carga e descarga?

É uma figura imprescindível para a conclusão do ciclo logístico. Uma empresa ou indústria investe boa parte do seu investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, e Tecnologia para a produção. Se o material não chegar ao destino, o processo todo é prejudicado. O objetivo é que o cliente final esteja satisfeito, então o trabalho do chapa tem que agradar. A importância dele é fazer com que se concretize a última etapa, que é a satisfação do cliente. Não pode quebrar mercadoria, faltar, chegar com atraso.

5. Uma das hipóteses levantadas foi a de que o chapa substitui, de certo modo, o armazenamento do produto. O senhor acha que isso se confirma?

A entrega da mercadoria pode ser no armazém. Não vejo como ele, o chapa, substitua o armazém: tanto para colocar o produto acabado ou semi-acabado. As empresas querem ter o mínimo de investimentos em estoque, trabalham com o *just-in-time* ou com o estoque zero (diminuição máxima dos estoques). E a diminuição dos estoques aumenta a frequência de entrega: então, tem mais chapa trabalhando, tem mais frequência de entrega. Não substitui o armazém, mas o chapa se insere, sim, nesta nova política de estoque. Acaba sobrando espaço livre nos armazéns e aí tem o reaproveitamento deste espaço pra montagem. A empresa ou indústria ganha na redução do estoque e com o espaço que está sobrando. Não há substituição do armazém, entende?

6. É possível ter controle na utilização da mão-de-obra informal, quando esta é utilizada?

Não, de jeito nenhum !! é um trabalho informal mesmo, totalmente por fora – a transportadora dá o dinheiro para o motorista. Aí, ele sai de São Paulo, vamos supor, vai para o Rio de Janeiro. Aí o motorista contrata o chapa lá, normalmente as

empresas não têm contato com os caras do Rio de Janeiro, com aquele chapa que o seu motorista contrata. Para a empresa não interessa quem é, com, o foi. Interessa que a mercadoria chegue em tempo e em boas condições, seja descarregada em condições adequadas, mas quem contrata é o motorista, este sim, funcionário. Quem vai descarregar, não interessa para a empresa, interessa só o resultado, o cliente não ligar reclamando, mas aí quem fica responsável é o motorista.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)